



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**JOANA D'ARC BEZERRA DE SOUZA**

**AS MULHERES CAMPINENSES DO INSTITUTO PAX:  
PROJETOS DE FELI(Z)CIDADE (1950-1960)**

**CAMPINA GRANDE  
SETEMBRO DE 2015**

**JOANA D'ARC BEZERRA DE SOUZA**

**AS MULHERES CAMPINENSES DO INSTITUTO PAX:  
PROJETOS DE FELI(Z)CIDADE (1950-1960)**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande, Linha de Pesquisa: Cultura e Cidades, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

**Orientadora:** Dra Keila Queiroz e Silva

**SETEMBRO DE 2015**

**JOANA D'ARC BEZERRA DE SOUZA**

BANCA EXAMINADORA

**AS MULHERES CAMPINENSES DO INSTITUTO PAX:  
PROJETOS DE FELI(Z)CIDADE (1950-1960)**

**Aprovado em: 27 / outubro / 2015**



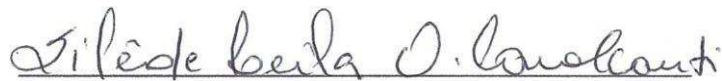
---

**Profª Dra. Keila Queiroz e Silva - (UFCG)**  
Orientadora



---

**Profº Dr. Iranilson Buriti de Oliveira - (UFCG)**  
Examinador Interno



---

**Profª Dra. Silêde Leila Oliveira Cavalcanti - (UFCG)**  
Examinadora Externa

---

**Profº Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias - (UFCG)**  
Examinador interno - Suplente

---

**Profª Dr. Patrícia Cristina de Aragão Araújo - (UEPB)**  
Examinadora externa – suplente

## **DEDICATÓRIA**

A todas as mulheres que de maneira carinhosa nos permitiram adentrar em suas casas e suas memórias. Aos meus pais Severina e Antônio a quem tudo devo. À minha querida Campina Grande.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é preciso, sempre. Esse deveria ser um ato corriqueiro, embora não seja tão simples, pois tendo em vista que muitas vezes as palavras se mostram insuficientes para dar conta da gratidão que carregamos no peito. Encaro o desafio e desde já me desculpo por qualquer omissão.

Direciono meu agradecimento inicial a Deus, por me sustentado em todos os sentidos, por ter alimentado meu coração de fé e perseverança, mesmo nos dias mais difíceis, a certeza de sua presença me fez descansar. Como também pelas maravilhas operadas na vida de minha sobrinha Isabella (Belinha), durante o período do mestrado dividi minhas atenções e apreensões entre a dissertação e Bela.

Aos meus pais Severina e Antônio, pelas maiores e mais significativas lições que aprendi em minha vida. A minha mãe por sua coragem e fibra, pelo abraço e olhar carinhoso com que sempre me afaga a alma, mãe você é meu norte. A meu pai, por me envolver em sua paz de espírito e seu amor, pelo imenso coração e por sua determinação frente à vida... tem toda minha admiração.

À todos os meus irmãos, tão diferentes e ao mesmo tempo parecidos quando o quesito é alegria e generosidade, por se fazerem presentes em meu caminhar, pelas risadas, pela torcida e o companheirismo de sempre. Primeiro grupo social de que fiz parte, me sinto privilegiada por nascer e me fazer gente nesse time.

À minha irmã Lane por me ajudar com a Língua Portuguesa, se disponibilizando a ler em tão pouco tempo meu texto, sua ajuda foi imprescindível.

Aos meus sobrinhos (as) e cunhados (as) pelo carinho, todas as brincadeiras e palavras destinadas a espantar o “estresse” do período da escrita, em especial Kelvin e Nicolas que diante da necessidade temporária me fiz “mãe postiça”, vocês além e bagunçarem muito, alegraram meus dias. De modo geral agradeço a todos vocês pela experiência única de fazer parte de uma família tão apaixonante e companheira, a vocês os meus melhores sentimentos.

À professora Keila Queiroz e Silva, minha admiração e agradecimento não somente pela profissional que é, mas também pela sensibilidade e carinho com que me orientou em meio ao meu caos pessoal/familiar, me encorajando a enfrentar o desafio de ser autora. Por me acompanhar nessa trajetória, por acreditar nesse projeto de Feli

(cidade), pelas orientações tão pertinentes e pelas muitas lições que aprendi através de suas sensibilidades para com o viver... À amiga, todo meu carinho!

Às Revmas Irmãs Letice e Helena, pela generosidade com que me receberam em seu lar nas diversas ocasiões em que nos encontramos. Ouvir seus relatos sobre suas atuações no Pax e nas comunidades foi uma oportunidade ímpar para aprender sobre a Campina Grande de outrora. Irmã Letice mesmo passando por longos períodos de tratamento de saúde sempre se mostrou disponível, me levando até a Irmã Neuza que me confiou os documentos do Pax, a vocês minha imensa gratidão.

Aos ex-alunos do Instituto Pax. À Eliete e Marilene pela luz em meu caminho, sentar com vocês e ouvir suas experiências foi imprescindível para concatenar as ideias na elaboração desse trabalho, a Eliete em especial por me receber em sua casa e pela tarde tão agradável. À Carminha pelo modo alegre com que me recebeu em todas as vezes que estive em sua residência, seu entusiasmo em narrar às experiências do Pax me contagiaram, a sua preocupação em preservar a memória desse colégio me motivou a querer fazer o meu melhor na pesquisa. À Genilene de Lima e Roberto Loureiro pelas contribuições e recepção. Sem a colaboração e generosidade de vocês esse trabalho não seria possível.

À Universidade Federal de Campina Grande e a CAPES, por tornar praticável meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

À banca avaliadora, na pessoa de Iranilson Buriti e Silêde Cavalcanti pela gentileza em aceitar o nosso convite, como também pelas importantes contribuições no ato da qualificação, oferecendo ao trabalho suas experiências e me conduzindo a enxergar novas nuances. Aos meus professores da Pós-Graduação, Gervácio Aranha, Alarcon Agra do Ó, Antônio Clarindo e Cabral Filho, pelas aulas ministradas e pelas sugestões e/ou orientações tão pertinentes.

A todos os amigos pela torcida, palavras de incentivo e boas vibrações direcionadas a mim. Em especial a Thomas Bruno que, de colega turma da graduação se fez um amigo leal e assíduo, por ouvir minhas ideias e pela troca de informações, me aproximando de pessoas e materiais tão necessários à produção da pesquisa, pelas sucessivas leituras do meu texto e sugestões. Por me ajudar, diante de minhas crises existenciais, a encarar com leveza o processo de produção, sua presença tornou esse trajeto menos solitário. A essa amizade de longa data todo meu afeto.

À Luciana Moura que, desde o processo de seleção tem me dedicado palavras de confiança e carinho, diante do meu cansaço/angústia me recebeu sempre com sorriso largo e boas energias... *Lú* lhe tenho grande apreço!

Ao amigo José Edmilson por me ceder materiais de seu acervo como também pelas conversas sobre Campina Grande me abrindo os olhos para outras análises desse cenário urbano.

À minha turma de mestrado, pelas amizades, as conversas e desabafos, enfim por vivências tão significativas.

À minha querida Rainha da Borborema por ser o cenário fulcral de muitas conquistas e experiências do meu viver.

**Agradeço imensamente a todos!**

## RESUMO

Essa pesquisa contempla mulheres, discentes e docentes de uma escola que funcionou entre as décadas de 1950 e 1970 em Campina Grande: o Instituto Pax. O colégio era dirigido por uma Congregação religiosa e contava com turmas primárias e uma formação familiar destinada às moças campinenses. Buscamos analisar as experiências das alunas do Pax, o papel de atuação do colégio na elaboração de subjetividades sobre “ser” mulher, o amor, o casamento, assim como o cenário urbano de Campina entre as décadas de 1950 e 1960. Para compreendermos quem eram essas mulheres alunas do Instituto Pax, o que era ser mulher, ser preparada e casável nos anos de 1950/60 e quais os projetos de cidade e de felicidade executados em Campina Grande no período citado. Nesse estudo utilizamos fontes escritas, como periódicos femininos e boletins da Congregação, e as entrevistas cedidas pelas docentes e discentes, a partir delas realizamos uma cartografia do sexismo educacional no Brasil/Paraíba e cartografamos a pedagogia do casamento, promovida pela formação familiar, com todo o seu aparato curricular e arquitetônico e o papel de intervenção desse processo na fisionomia urbana campinense, garimpando as suas singularidades. No tocante ao espaço urbano utilizamos Pesavento (2007), Da Matta (1997) e Perrott (1988). Sobre o cenário campinense Silva (1999), Cavalcanti (2000), Souza (2002), Oliveira (2014), Agra do Ó (2006). Na abordagem de gênero Perrot (1988 e 2005), Pinsky (2012 e 2013), Del Priore (1997). Sobre currículo, cultura escolar e diferenças de gênero Silva (2010), Louro (1997 e 2000) e Frago e Escolano (1998). Sobre subjetividades femininas e cinema Rolnik (1989) e Lipovetsky (2000). Sobre história oral e memória Halbwachs (2004), Ecléa Bosi (1994) Tedesco (2004) e Alberti (2004). Para as representações Chartier (1990), sobre táticas e astúcias Certeau (1994). Percebemos que o projeto de felicidade dessas mulheres era a conquista do casamento e da maternidade. Havendo uma sincronia entre o projeto sagrado da Igreja, o projeto de felicidade das mulheres e o projeto de cidade das edilidades, que deveria resultar num cenário urbano “controlável” e civilizado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade, mulheres campinenses, felicidade, pedagogia do casamento, sexismo educacional.



## ABSTRACT

This research includes women, students and teachers of a school that operated between the 1950s and 1970s in Campina Grande: the Pax Institute. The school was run by a religious congregation and had primary classes and a family training for campinenses girls. Analyze the experiences of students of Pax, the college's operational role in the development of subjectivities about "being" woman, love, marriage, and the city of Campina scene between the 1950s and 1960. In order to understand who they were these women students of the Pax Institute, which was a woman, be prepared and marriageable in the years 1950/60 and which the city projects and happiness performed in Campina Grande in that period. In this study we used written sources, such as female magazines and the Congregation reports, and interviews granted by teachers and students, from them conducted a mapping of educational sexism in Brazil / Paraíba and cartografamos wedding pedagogy promoted by family training with all its curriculum and architectural apparatus and the intervention role of this process in Campina Grande urban physiognomy, panning their singularities. With regard to urban space use Pesavento (2007), Da Matta (1997) and Perrott (1988). About Campina Grande scenario Silva (1999), Cavalcanti (2000), Souza (2002), Oliveira (2014), Agra O (2006). In the gender approach Perrot (1988 and 2005), Pinsky (2012 and 2013), Del Priore (1997). On curriculum, school culture and gender differences Silva (2010), Blonde (1997 and 2000) and Frago and Escolano (1998). On female subjectivities and film Rolnik (1989) and Lipovetsky (2000). On oral history and memory Halbwachs (2004), Ecléa Bosi (1994) Tedesco (2004) and Alberti (2004). For Chartier representations (1990), about tactics and gimmicks Certeau (1994). We realize that the happiness project these women was the wedding achievement and motherhood. And there is a synchrony between the Church's sacred project, the happiness project of women and the city project of edilidades, which should result in an urban setting "controllable" and civilized.

**KEYWORDS:** City, campinenses women, happiness, wedding pedagogy, educational sexism.

**LISTA DE TABELAS**

|                   |   |     |
|-------------------|---|-----|
| <b>TABELA I</b>   | Os Jesuítas e a educação brasileira   | 32  |
| <b>TABELA II</b>  | Base Curricular da Primeira Lei Geral da Educação brasileira  | 39  |
| <b>TABELA III</b> | Algumas Congregações Religiosas chegam à Campina Grande, década 1930.   | 85  |
| <b>TABELA IV</b>  | As Ordens religiosas, por ordem de chegada ou por ordem de inauguração de suas Obras na cidade de Campina Grande na década de 1950. | 92  |
| <b>TABELA V</b>   | Bispos Diocesanos, Campina Grande da fundação aos dias atuais.  | 110 |
| <b>TABELA VI</b>  | Colaboradores da pesquisa e o período de vivência no Instituto Pax  | 112 |
| <b>TABELA VII</b> | Disciplinas Curriculares da Formação Familiar do PAX  | 139 |

## LISTA DE IMAGENS

|                  |  |     |
|------------------|--|-----|
| <b>Imagem 01</b> | Escola Professora Cândida Amália de Farias Braga (Grupo Velho) - Ingá/PB.  | 41  |
| <b>Imagem 02</b> | Capa da revista O Anuário das Senhoras de 1952.  | 67  |
| <b>Imagem 03</b> | Matéria “O papel da mulher na história” presente no editorial <i>OAS</i> de 1947 (pp188-189).  | 69  |
| <b>Imagem 04</b> | Anúncio de Leite de Rosas no <i>OAS</i> de 1952 (p.126)  | 70  |
| <b>Imagem 05</b> | Atriz Joan Crawford; retirada do <i>OAS</i> , 1952 (p.93).   | 73  |
| <b>Imagem 06</b> | Matéria sobre eletrodomésticos, <i>OAS</i> de 1947 (p.231)   | 76  |
| <b>Imagem 07</b> | Anúncio do Cigarro Hollywood no <i>OAS</i> de 1955 (p.29).   | 77  |
| <b>Imagem 08</b> | Avenida Floriano Peixoto, década de 1950   | 89  |
| <b>Imagem 09</b> | Escudo da Congregação  | 98  |
| <b>Imagem 10</b> | Madre Maria Villac e o Bispo Dom Francisco Barreto   | 99  |
| <b>Imagem 11</b> | Comunidade da Creche de Sto Antônio/ SP. Jubileu de Prata - IMJC, 1953 ( p.251).   | 101 |
| <b>Imagem 12</b> | Quadro sobre a organização e distribuição das MJC segundo as atividades desenvolvidas. Jubileu de Prata do IMJC, 1953 (p.397)  | 103 |
| <b>Imagem 13</b> | Grupo pioneiro, Congregação a se estabelecer na Casa do Calvário – JP, final dos anos 40. Dando inicio as obras missionárias, Estado - Paraíba. Jubileu de Prata , IMJC, 1953 (p.358). | 104 |
| <b>Imagem 14</b> | Registro realizado durante aula Inaugural/ Primeira turma da Escola de Serviço Social.   | 106 |
| <b>Imagem 15</b> | Palácio Episcopal, única imagem de época localizada, mostra toda extensão do prédio. Entrada feita pelo pórtico entre colunas acessível por um lance de escadas à esquerda da imagem.  | 111 |
| <b>Imagem 16</b> | Solenidade de inauguração do Instituto Pax em Campina Grande ano de 1959.  | 116 |
| <b>Imagem 17</b> | Pedido de Licença de Construção apresentada a PMCG, 01 fev 1958  | 118 |
| <b>Imagem 18</b> | Anexo construído ao lado do prédio do Palácio do Bispo   | 119 |
| <b>Imagem 19</b> | Turma da 3ª série primária, do ano de 1962, nas escadarias do Instituto Pax, junto à professora Revma. Irmã Socorro.   | 123 |
| <b>Imagem 20</b> | Após a Eucarística nas Clarissas, as turmas seguiam em procissão   | 127 |

|                  |   |     |
|------------------|---|-----|
|                  | até o Pax– CG.  |     |
| <b>Imagem 21</b> | Café da manhã no salão de festas. Instituto Pax, após a Primeira Comunhão, 1961.  | 128 |
| <b>Imagem 22</b> | Festividade do Dia das Mães realizada no Teatro Municipal em 1962, e Festival de São João realizado no auditório da Rádio Borborema.                          | 129 |
| <b>Imagem 23</b> | Anúncios das Festividades de São João do Instituto Pax.   | 130 |
| <b>Imagem 24</b> | Alunos do Primário organizados para o registro oficial do IMJC, ao lado do Bispo de Campina Grande, o Revmo. Dom Otávio acompanhado das Irmãs da Congregação. | 131 |
| <b>Imagem 25</b> | Documentos exigidos as mulheres no ato da matrícula do Curso  | 135 |
| <b>Imagem 26</b> | Religiosas em treinamento, em uma das 11 casas da Congregação em Campinas - SP.   | 137 |
| <b>Imagem 27</b> | Prédio anexo ( onde eram ministradas aulas) Arte Culinária da Formação Familiar.  | 140 |
| <b>Imagem 28</b> | Colação de Grau da 2ª turma da Formação Familiar, Pax 1959.   | 142 |
| <b>Imagem 29</b> | Visita as Revma. Irmãs M <sup>a</sup> Helena e Letice em sua casa no Pedregal   | 150 |
| <b>Imagem 30</b> | A Exposição era o requisito final do curso, realizada no dia da Colação de Grau. Pax, 1960.   | 157 |
| <b>Imagem 31</b> | Trajeto de Eliete da Rua José de Alencar ao Colégio da Prata ou Instituto Pax.  | 160 |
| <b>Imagem 32</b> | Trajeto de Marilene da Rua Dr João Tavares até o Instituto Pax e/ou Colégio da Prata.   | 161 |
| <b>Imagem 33</b> | Trajeto de Carminha Rua João da Silva Pimentel até o Instituto Pax e/ou Colégio da Prata.   | 161 |
| <b>Imagem 34</b> | Planta da cidade de Campina Grande de 1956.   | 162 |
| <b>Imagem 35</b> | Edifício São Luís, onde funcionou a Sorveteria Florida (anos de 1950 e 2015).   | 168 |
| <b>Imagem 36</b> | Sorveteria e Bar Pinguim com seus famosos espelhos. Frequentada por mulheres e homens.  | 169 |
| <b>Imagem 37</b> | Rua Maciel Pinheiro, últimos anos da década de 1950   | 170 |
| <b>Imagem 38</b> | Jogo do Treze no Estádio Presidente Vargas, Carminha e sua amiga Rosa (1962).   | 172 |
| <b>Imagem 39</b> | Cine-Theatro Capitólio, em seu aspecto arquitetônico original,  | 174 |

inaugurado em 1934.

|                  |  |     |
|------------------|--|-----|
| <b>Imagem 40</b> | Os ídolos Hollywoodianos: Gregory Peck, Tony Curtis, Rock Hudson e Charlton Heston   | 176 |
| <b>Imagem 41</b> | Cine Babilônia, 1962   | 177 |
| <b>Imagem 42</b> | Cine Avenida (década de 1960) e Cine São José, 1952.   | 178 |
| <b>Imagem 43</b> | Praça Clementino Procópio, segunda metade da década de 1950.   | 183 |
| <b>Imagem 44</b> | Colégio Estadual da Prata, década de 1960.   | 187 |
| <b>Imagem 45</b> | Piquenique da turma da Formação Familiar do Instituto Pax (1961)   | 188 |
| <b>Imagem 46</b> | Foto da turma de “Donas de Casa” de 1961, da Escola de Formação Familiar do Pax.   | 189 |
| <b>Imagem 47</b> | Fábrica de bebidas de Jose Gonçalves Sobrinho, a “enchimentá” como era conhecida. Carminha não lembra se este era o verdadeiro nome do estabelecimento.                            | 196 |
| <b>Imagem 48</b> | Alunas da Formação Familiar, da 2ª turma de “Donas de Casa” de 1959.   | 200 |
| <b>Imagem 49</b> | Convite de Formatura da turma de “Donas de Casa, da Escola de Formação Familiar (1959.)  | 201 |
| <b>Imagem 50</b> | Formatura da turma de “Donas de Casa” da Escola de Formação Familiar (1959.). Momento do Juramento das concluintes perante suas famílias, todos reunidos no salão nobre do prédio. | 202 |
| <b>Imagem 51</b> | Colação de Grau da 2ª turma do curso de “Dona de Casa” da Formação Familiar, Pax 1959.   | 203 |
| <b>Imagem 52</b> | Cerimônia de Casamento de Carminha, 1972.  | 206 |

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

|       |   |
|-------|---|
| ACB   | Ação Católica Brasileira                        |
| APMCG | Arquivo Público Municipal de Campina Grande     |
| AS    | Anuário das Senhoras                            |
| IMJC  | Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado |
| JS    | Jornal das Senhoras                             |
| MJC   | Missionárias de Jesus Crucificado               |
| PMCG  | Prefeitura Municipal de Campina Grande          |
| RHCG  | Retalhos Históricos de Campina Grande           |
| SPA   | Sociedade Paraibana de Arqueologia              |
| UFCG  | Universidade Federal de Campina Grande          |

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b>   | <b>17</b>  |
| <b>2. O SEXISMO EDUCACIONAL NO BRASIL: ENTRE O COTIDIANO DA ESCOLA E OUTROS ESPAÇOS FORMATIVOS</b>                     | <b>28</b>  |
| 2.1 O prelúdio da educação formal e institucionalizada   | 32         |
| 2.2 Quando as letras eram objeto de luxo para as mulheres  | 36         |
| 2.3 Esposa e professora: as Escolas Normais  | 51         |
| 2.4 Aluna e esposa: as Formações Domésticas  | 54         |
| 2.5 A Imprensa: para elas e por elas   | 59         |
| 2.5.1 Folheando revistas e construindo identidades femininas: O Anuário das Senhoras                                   | 63         |
| <b>3. POR UMA MODERNIDADE SAGRADA: AS SUBJETIVIDADES FEMININAS DOCENTES E SUAS PRÁTICAS CURRICULARES/ASSISTENCIAIS</b> | <b>81</b>  |
| 3.1 A chegada das pedagogas do casamento em Campina Grande: A Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado – MJC  | 98         |
| 3.2 Entra em cena o Instituto Pax  | 110        |
| 3.3 Essa é pra casar: A Formação Familiar  | 135        |
| 3.4 Biografias das educadoras religiosas: narrativas femininas de projeto de felicidade e cidade                       | 147        |
| <b>4. ARTESÃS DO LAR NAS TESSITURAS DO AMOR ROMÂNTICO</b>  | <b>154</b> |
| 4.1 - Experiências de Vida: Projetos de Felicidade   | 158        |
| 4.2 - Eliete: “Melhor submeter-se a um do que a toda família”  | 185        |
| 4.3 - Marilene: “Tudo que se queria era sair de Casa”  | 192        |
| 4.4 - Carminha: “O meu negócio era casar”  | 196        |
| 4.5 - Caminhos que convergem para um mesmo sonho   | 208        |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>   | <b>211</b> |
| <b>6. REFERÊNCIAS</b>  | <b>222</b> |



Entrada do Palácio do Bispo, antigo Instituto Pax, 2015 (Acervo Joana D'Arc B. Souza)

## 1. INTRODUÇÃO



“É o olhar que faz a História. No coração de qualquer relato histórico, há a vontade de saber.”

**Michelle Perrot**

O olhar do historiador realiza muitas idas e vindas em experiências temporais, uma operação necessária ao seu ofício. Olhos estampados de curiosidades e indagações do presente voltam-se ao passado tentando estabelecer pontes que possibilitem a compreensão dos mais diversos episódios, práticas e personagens que compõem a história, no sentido amplo da palavra.

Essa pesquisa contempla as mulheres, discentes e docentes de uma escola que funcionou de 1959 até meados dos anos de 1970 em Campina Grande: o Instituto Pax. Essa instituição escolar era dirigida pela Ordem das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado e contava com turmas primárias e uma Formação Familiar destinada às moças campinenses. A minha relação de envolvimento com a temática surge a partir do contato com mulheres que fizeram parte da experiência de serem alunas do Curso de Dona de Casa do Instituto Pax. Chamou-me a atenção pensar que a cidade contou com uma escola que oferecia uma preparação às mulheres para torná-las aptas a assumirem o lar, ao mesmo tempo em que despertou em mim a curiosidade de saber um pouco mais sobre essa formação familiar e esse âmbito escolar que até então eu desconhecia.

Fui movida também pela minha afinidade com as questões de gênero, o tema se colocou diante de mim como uma possibilidade instigante de pesquisa, porque além de afetar o meu lado de historiadora me **toca na condição de mulher**. Abordar questões de gênero é de certo modo falar de nós mesmos, é analisar as maneiras pelas quais somos construídos como indivíduos, uma oportunidade de refletir sobre os valores morais, socioculturais, religiosos nos quais se assentam os nossos lugares de identidades sociais. Faço parte de uma família de nove irmãos, quatro homens e cinco mulheres. Meus pais, pessoas simples, vindas do interior, nos educaram seguindo essas normas socioculturais do que cada um “podia” ou “não” fazer, os homens podiam ganhar a rua, enquanto nós mulheres tínhamos que ficar em casa, por exemplo. Na escola também fui ensinada a me comportar, até mesmo a brincar como menina. Mesmo tendo sido criada e educada em um contexto diferente das décadas de 1950, 1960 e 1970, soa familiar em mim e a muitas mulheres os “ensinamentos” e as “cobranças” socioculturais quanto ao “ser” mulher e o “lugar” de mulher.

Pretendo nessa pesquisa analisar as experiências das alunas do Pax, o papel de atuação do colégio na elaboração de subjetividades sobre “ser” mulher, o amor, o casamento, assim como o cenário urbano de Campina entre as décadas de 1950 e 1960. Movida pelas inquietações: Quem eram essas mulheres alunas do Instituto Pax? O que era ser mulher, ser preparada e casável nos anos de 1950/60? Quais os projetos de cidade e de felicidade executados em Campina Grande no período citado?

Mas “**será que as mulheres têm uma história?**”<sup>1</sup>. Estudar a mulher é tirá-la do silêncio ao qual foi lançada durante muito tempo. A importância do estudo das mulheres reside no cotidiano, nas práticas femininas que o envolve, nas representações e sensibilidades vivenciadas por essas mulheres. Ao problematizar as múltiplas vivências das mulheres, o historiador adentra em outras esferas “[...] assim, o imenso campo da vida privada e cotidiana se define como um lugar derivado de historicidade, mas, sobretudo, espaço produtor de história” (DEL PRIORE, 1997, p268).

Compreendemos que “além do lar, as mulheres agem na cidade, e o inventário de suas intervenções, formais ou informais, pontuais ou habituais, seria longa” (PERROT, 1988, p181). Partindo dessa concepção, nos voltamos a pesquisar a relação entre gênero e cidade.

Desde a década 1970, o conceito de gênero tem sido adotado para enunciar as diferenças entre homens e mulheres. Assim, gênero/sexo é analisado como uma construção social, em torno dos papéis a serem desempenhados por homens e mulheres. Estudar gênero requer estabelecer a relação entre mulheres e homens, de maneira que não pode haver entendimento sobre qualquer um dos dois se dissociados.

As relações de gênero têm sido amplamente discutidas, a visão de sexo como algo separado de gênero é contestada por Butler (2003) que, desconstrói a ideia de que sexo é algo biológico e o gênero é cultural, afirmando que esse discurso sexo/gênero, empregado pelo feminismo, só reforça a visão binária homem X mulher. Discordando assim de que o gênero transcorreria do sexo, a autora defende a probabilidade que sexo sempre tenha sido gênero, pelo fato de ambos serem discursivos e culturais.

Ao longo desse estudo ao tratar de gênero estamos nos referindo ao modo como as sociedades ocidentais – brasileira e campinense – pensam e anunciam o “feminino” e

---

<sup>1</sup> PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Tradução Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007, p.16.

o “masculino”, como são construídas e vistas culturalmente às distinções entre os sexos. Ideias construídas, repetidas, reforçadas e reelaboradas ao longo do tempo. Nesse sentido:

As concepções relacionadas à diferença sexual tanto são produto das relações sociais quanto produzem e atuam na construção dessas relações [...] Gênero, portanto, refere-se tanto às ideias que tem como referência a diferença sexual e que servem de base para outras interpretações do mundo quanto às práticas sociais orientadas por essas ideias (PINSKY, 2014, p. 11).

Esse estudo é fruto de curiosidades e indagações em torno das experiências das mulheres alunas do Instituto Pax no cenário urbano campinense entre as décadas de 1950/60. Dessa forma, resolvemos submeter nossa proposta de pesquisa à ***Linha Cultura e Cidades***, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande, por compreender que esta linha contempla os estudos sobre a cidade na perspectiva do cotidiano, possibilitando o debate das transformações urbanas, como também da implantação do ideário e equipamentos modernos. Com isso visamos analisar códigos de costumes, sensibilidades e representações oriundas desses processos, por compreender que o âmbito social se estrutura pela presença de ações que lhe atribuem sentido.

As práticas dos habitantes do tecido urbano produzem espaços e jogam com a disciplina imposta pelos organizadores dos mesmos. A produção desses ambientes pode ocorrer de diversas formas, através das práticas de higienização, modernização, embelezamento, educacionais etc. Produzindo os enunciados de permitido/proibido e os discursos de padronização dos comportamentos, visando à racionalização do espaço, com estratégias para ordenar a cidade de acordo com os padrões de civilidade exigida pela sociedade, disciplinarizando os sujeitos que habitam a cartografia urbana.

Nesse estudo utilizamos as fontes escritas e entrevistas. Durante a pesquisa o “gosto bom” da novidade dividiu o espaço com o desafio de falar de algo que para minha surpresa não era desconhecido apenas por mim. Pesquisar o Instituto Pax e suas discentes/docentes se configurou num primeiro momento como uma angústia, tendo em vista a escassez de fontes e o “silêncio” em torno da história desse educandário.

No que diz respeito às fontes escritas tivemos acesso à bibliografia necessária a análise além de periódicos femininos como o *Jornal das Senhoras* e a revista *O Anuário das Senhoras*, além de meia dúzia de matérias de jornal do *Diário da Borborema* e três boletins da Congregação.

No que tange às referências específicas, na historiografia local só localizamos relatos sobre o Pax na obra de Boulanger de Uchôa *A História Eclesiástica de Campina Grande*, onde o autor em pouco mais de uma lauda versa sobre a história do colégio até o ano de 1964, o ano de publicação da obra. Ainda assim, poucas eram as informações para refletirmos sobre um colégio que funcionou por mais de uma década. Quanto aos documentos oficiais da escola, eles estavam a cargo da Congregação religiosa que dirigiu a Instituição de ensino, no entanto, a Regional da Ordem em Recife não conseguiu localizar até o presente, o paradeiro dos relatórios, boletins de funcionamento, fichas de matriculas do colégio. As religiosas que ainda residem em Campina afirmam que uma parte desses documentos foi entregue a Secretária Municipal de Educação e os demais foram enviados para uma das casas da Congregação. No entanto, não foram encontrados os documentos do Pax na Secretária Municipal de Educação de Campina Grande. Nos arquivos do *Diário da Borborema*, pesquisei os jornais de 1959 até o ano de 1966, todos os exemplares diários, além dos jornais de alguns anos da década de 1970 e localizei apenas oito notas sobre a escola, uma em 1961, quatro em 1962, uma em 1963, uma em 1964 e a última em 1974. Notas pequenas, sobre anuncio de matrícula, festas na escola, palestras, desfile cívico da escola e a última sobre o aluguel do prédio para abrigar a prefeitura. Isso muito me inquietou, pois na década de 1960 pude perceber a recorrência de notas e matérias sobre os colégios da cidade e que não abordava nada sobre o Pax. Diante de tantas ausências me debrucei sobre o questionamento: Por que uma escola que atendia a elite da cidade, que realizava atividades dentro e fora do seu prédio com a presença de pessoas públicas e autoridades quase não aparece nos registros diários da cidade?

Quanto às entrevistas contamos com a colaboração das protagonistas da pesquisa, mulheres ex-alunas do Ensino Primário e da Formação Familiar e três Irmãs, duas delas professoras do Primário<sup>2</sup> e a terceira encarregada pela organização da documentação e arquivos da escola na cidade. Seus relatos de memória foram imprescindíveis para compreendermos esse âmbito escolar, as práticas educativas das

---

<sup>2</sup> Nomenclatura da época para designar o que hoje chama-se Ensino Fundamental II.

religiosas que dirigiram o colégio e as práticas socioculturais vigentes na sociedade campinense. Ao final do período de pesquisa eis que uma luz se acende e as religiosas encontram alguns materiais relacionados ao Pax, assim utilizamos na pesquisa documentos oficiais da Ordem, como o *Adveniat* um relatório contendo estatísticas, notícias e imagens e o *Boletim de Departamento das Missionárias de Jesus Crucificado*, ambos contendo quadro estatísticos, correspondências e imagens das atividades da ordem em suas diversas casas. Também contamos com o Jubileu de Prata da Congregação, uma publicação que trás informações e imagens sobre o campo de atuação das missionárias, as escolas primárias e as formações familiares espalhadas pelo Brasil, no livro encontramos notas referentes às ações desempenhadas na Paraíba, especificamente na Casa do Calvário<sup>3</sup>, que nos permitiu estabelecer conexões importantes com o trabalho desempenhado no Pax. Além desses materiais, tivemos acesso às fotografias oficiais relacionadas ao Instituto Pax e as diversas atividades da escola.

Nas análises das fotografias como resultados de condicionantes históricos recorreremos a Susan Sontag (2004). Na relação dos elementos imagéticos com a memória, nos inspiramos em João Carlos Tedesco (2004) que defende que “se pensarmos nas simbologias da vida [...] a fotografia parece invocar um sentimento maior de vida e de realidade, possui uma força evocadora de microexperiências de vida e de morte [...] e permite que a memória se auto-alimente” (TEDESCO, 2004, p49). As imagens atuam como produtoras de representações, e possibilitam que os ausentes se façam presentes.

No tocante ao espaço urbano, tomamos como base Pesavento (2007), compreendendo cidade enquanto lugar de sociabilidades, sensibilidades e construções históricas que estabelece uma relação entre os corpos e os espaços urbanos, além das reflexões em torno do espaço da casa e da rua, Da Matta (1997). Na análise sobre a cidade enquanto espaço sexuado utilizamos Perrott (1988), do ponto de vista de que cada sexo tem seu papel, suas atribuições, seu espaço social, como uma espécie de segregação sexual atuando no espaço citadino.

---

<sup>3</sup> Os beneditinos chegaram à cidade de Filipéia em 1596 e iniciaram as obras do Mosteiro de São Bento, localizado à Av. General Osório, antiga Rua Nova. Em 1721 iniciaram a construção da igreja que está ao lado do convento. O mosteiro foi desativado em 1921 e sua área tem sido alugada para instituições de ensino. Em 1949, a Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, aí já instalada e mantendo um pensionato denominado “Casa do Calvário”, criou um curso intensivo de serviço social o qual deu origem, a Escola de Serviço Social da Paraíba. Por volta de 1953, este estava em parte ocupado com a residência de sacerdotes intitulada “Lar Sacerdotal” e posteriormente com a escola doméstica.

O ordenamento dos espaços urbanos estabelece uma relação com as práticas de produção de identidades. Os espaços urbanos possuem fronteiras que não são fixas nem dadas, mas construídas socialmente e negociadas. Onde interesses se tornam comuns, códigos de conduta são redesenhados; marcas corporais são inscritas e reconhecidas, nexos são refeitos entre identidades e espaços urbanos.

Para pensarmos o cenário urbano de 1950 e 1960 recorreremos às obras da historiografia, entre elas a de Keila Queiroz e Silva (1999), que recupera a historicidade das imagens femininas e masculinas a partir dos discursos jurídicos, do período de 1950 e 1970, apontando para uma *Revolução dos Costumes* que revestiu o âmbito social de novos comportamentos e subjetividades, relatando diversas maneiras de ser homem e mulher, de ser casal e família na Paraíba. A pesquisa da historiadora Silêde Cavalcanti (2000), evidenciando as mudanças e deslocamentos da ordem social da cidade assim como os costumes e as representações do feminino na década de 1920 em Campina Grande. Lançamos mão das obras de Antônio Clarindo de Souza (2002) e (2006) para refletirmos sobre os dispositivos “modernos” da cidade entre eles o cinema assim como os discursos sobre os projetos de Modernidade em Campina Grande, nesse sentido recorreremos também às colocações de Gervácio Batista Aranha (2001). Sobre as transformações urbanas e as tramas político-econômicas Thomas Bruno Oliveira (2014) e Alarcon Agra do Ó (2006). As pesquisas citadas têm contribuído para a historiografia, e nos possibilitou pensar as questões de gênero, as experiências e sociabilidades das mulheres no espaço urbano de campinense.

Na abordagem das questões de gênero nos pautamos em Perrot (1988) (2005), Pinsky (2012) (2013), Del Priore (1997). Sobre currículo, cultura escolar e diferenças de gênero produzidas pela escola recorreremos a Silva (2010), Louro (1997) (2000) e Frago e Escolano (1998). Sobre subjetividades femininas e cinema Rolnik (1989) e Lipovetsky (2000).

Analisar as representações destinadas ao feminino, às subjetividades e sensibilidades elaboradas a partir do Instituto Pax exige uma (re)visão do espaço cidadão ocupado pelas mulheres. Recorremos à memória das nossas colaboradoras, para percebermos através dos seus recortes particulares de vida as apropriações e representações de cidade de cada uma delas, a memória se faz viva e tátil no ato da fala. Esse é um trabalho sobre memórias, partimos da ideia de que não há uma memória individual pura, assim nos aproximamos da concepção de memória consubstanciada em

Halbwachs (2004) de que o suporte em que se apoia a memória individual encontra-se relacionado às percepções produzidas pela memória coletiva e pela memória histórica. Nas entrevistas utilizaremos a metodologia de história oral seguida por Ecléa Bosi (1994) que não parte da preocupação com a veracidade dos relatos, mas se importa com as narrativas de vida de cada um, como cada colaborador a reformula e a assim a entende como sua, a vida enunciada. Valorizando a complexidade do “fazer-se”, da existência dessas pessoas e “o modo pelo qual o sujeito vai misturando na sua narrativa memorialista a marcação pessoal dos fatos” (BOSI, 1994, p26).

Analisando os quadros representativos dessas mulheres citadas, entendendo representações como forças reguladoras da vida cotidiana, assim propomos uma espécie de “inversão” em nossos quadros epistemológicos rumo ao que, Certeau (1994) chama de um “não lugar”; ou seja, as chamadas “práticas cotidianas”, fruto do exercício de um “não poder”, das formas “subterrâneas” de convivência com as políticas impostas.

As memórias das alunas/professoras se “inventam”, “reinventam” na condensação dos ditames sociais que constituem também as suas histórias e suas trajetórias de vida (CERTEAU, 1994). Apontando para a tessitura de uma História das mulheres (SCOTT, 2006):

A história das mulheres, sugerindo que ela faz uma modificação da “história”, investiga o modo como o significado daquele termo geral foi esclarecido. Questiona a prioridade relativa dada à “história do homem”, em oposição à “história da mulher”, [...] desafia tanto a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto à perfeição e à presença intrínseca do objeto da história – o Homem universal (SCOTT, 2006, p. 78).

A mobilidade entre o “*dizível* e o *indizível*”, encontram nas fronteiras fluidas das memórias discentes/docentes, territórios que expressam em seus passos e espaços as possibilidades de (re)significação de memórias e trajetórias que registrarão na história as tramas que perpassam a estrutura de nossas análises: a batalha da memória *versus* o esquecimento, assentada na história oral (ALBERTI, 2004).

Em suma, consideramos de fundamental primazia nessa pesquisa os aportes da memória, os relatos das ex-alunas/professoras foram a pedra de toque para compreendermos o processo de Revolução dos Costumes e os projetos de felicidade e

cidade elaborados nas décadas 1950/60 em Campina Grande. Gostaríamos de salientar que o encontro com as fontes empíricas foi decisivo para a fisionomia do nosso trabalho, não queremos com isso negar a importância do chamado referencial teórico/bibliográfico, mas o empírico foi o nosso norte.

Dessa maneira, procuramos situar nossa pesquisa na empreitada discursiva que institui o real a partir da apreensão das categorias do mundo social (CHARTIER, 1990), compreendendo representação como construções que os indivíduos fazem de suas práticas, frente à impossibilidade de abarcar o real em sua totalidade. Partindo não da ideia de dicotomia entre verdade/ficção, mas da concepção de dualidade, o real existe enquanto representação.

No primeiro capítulo, intitulado de **“O Sexismo Educacional no Brasil: entre o cotidiano da escola e outros espaços formativos”**, realizamos uma cartografia educacional de gênero no Brasil/Paraíba, destacando os embates travados pelas mulheres na luta por espaços, sendo o primeiro deles a busca pela escolarização. A educação institucional escolar só passa a contemplar o público feminino a partir do Império, mas esse acesso ainda ocorria de modo incipiente. Com o advento da República e a laicização do ensino, é que a presença das mulheres no âmbito educacional atinge novas proporções. No que se refere à mulher no século XIX, o direito à educação era em muitos casos dirigido ao casamento. “As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias [...] também faziam parte da educação das moças” (LOURO, 2012, p 446). Havia uma maior preocupação com o ensino das prendas do que com a instrução escolar. Mas, o acesso à escolarização por parte das mulheres “possui historicamente, um sentido mais ampliado [...] um passo a mais na emancipação e na conquista da autonomia, e do exercício da cidadania” (MACHADO, 2009, p8). Muitos foram os embates para que elas pudessem adentrar na esfera escolar, o processo de escolarização feminina tem em sua gênese as marcas da desconfiança e vigilância.

Analisamos como se deu a história do sexismo no Brasil, reconhecendo a escola e outros espaços formativos como a família e a imprensa como construtores de identidades. Nesse contexto, como “ser homem” e “ser mulher” tem sido pensados? Por que as letras eram objetos de luxo para o público feminino? Em que momento na história do país foi possível pensar a mulher como um sujeito escolarizável, como leitora, escritora, consumidora? De que modo se deu a laicização do ensino em nosso



país? Tendo em vista que no século XIX a Igreja Católica aplica sua “pedagogia sagrada” apoiada nos valores cristãos, promovendo a demonização da coeducação resultando na separação de meninos e meninas no âmbito escolar. No referido capítulo discutimos a maneira como a construção das diferenças de gênero vem ao longo do tempo produzindo subjetividades distintas e promovendo desigualdades socioculturais entre homens e mulheres no cenário urbano brasileiro e paraibano.

No segundo capítulo, com o título **“Por uma modernidade sagrada: as subjetividades femininas docentes e suas práticas curriculares/assistenciais”** abordamos a laicização da educação, as estratégias da Igreja Católica em busca de novos espaços e a atuação das Congregações missionárias na cidade. Realizamos uma cartografia da pedagogia do casamento com todo o seu aparato curricular e arquitetônico, evidenciando os projetos de cidade e o projeto de “modernidade sagrada” da Igreja pautado na moral cristã e burguesa, nas décadas de 1950/60. Analisamos como o discurso pedagógico atuou na elaboração de subjetividades e discursos voltados ao feminino, através da Formação Familiar do Instituto Pax, dirigido pelas Missionárias de Jesus Crucificado. Nesse sentido, as obras da historiografia local foram importantes para compreendermos esse cenário, a maneira como a urbe enfrenta as fases de reordenamentos socioeconômicos e passa a investir em signos do moderno como o setor industrial e o âmbito educacional. Quais os projetos de cidade pensados pelas edilidades e pela Igreja Católica para Campina? Qual era o público alvo do Instituto Pax? Como as religiosas se constituíram enquanto mulheres e docentes? Quais os projetos de Feli(cidade) que se anunciavam por meio das práticas culturais e sociais experienciadas pelas mulheres educadoras e educandas do Instituto Pax? Nesse capítulo utilizamos a história oral para analisar fatos relacionados ao colégio e para abordar às trajetórias de vida das educadoras do Instituto Pax.

No terceiro capítulo, as **“Artesãs do lar nas tessituras do amor romântico”**, abordamos as narrativas das ex-alunas do Instituto Pax, é nesse momento em que as memórias se fazem presente de maneira mais incisiva. Apresentamos as trajetórias de vida dessas mulheres e através de seus relatos refletimos sobre o ideário criado em torno da mulher, da família, do amor, do casamento e das sensibilidades inseridas historicamente na Campina Grande das décadas de 1950/60. Nos pautamos pela compreensão de que as mulheres são objeto e sujeito da história, buscamos destacar sua atuação e intervenção na cidade (PERROT, 1988), buscamos captar as tensões, as

mediações, as táticas e astúcias frente ao contexto social sob o qual foram educadas, evidenciando a escrita dos processos de representação (CHARTIER, 1990; CERTEAU, 1994), e subjetividades criadas em torno delas. De que modo essas mulheres interagiram com o cenário urbano no período citado? A que grupo social essas alunas pertenciam? Quais significados e representações envolviam seu cotidiano e “o ser feminino” no período citado? Qual o papel da pedagogia do casamento do Instituto Pax e até que ponto ela direcionou as condutas e práticas dessas alunas? Quais astúcias essas mulheres exerceram nesse contexto discursivo, simbólico e social? Quais os seus projetos de felicidade das educandas/docentes e de que modo algumas delas ressignificam esses projetos? Procuramos contribuir com os estudos citadinos, cartografando os códigos de comportamento vigentes na cidade de Campina Grande que reverenciavam as mulheres “casáveis” e desclassificavam as “outras”.

No rumo metodológico da história dos costumes, optamos por trabalhar com uma história da construção das representações e subjetividades femininas, vislumbramos uma *História das Mulheres* cuja, importância está na compreensão da lógica das “múltiplas sensibilidades”, partindo da concepção de que “o estudo do indivíduo e da subjetividade, das trajetórias de vida, enfim, é também lidar com a vida privada e com todas as suas nuances e formas de exteriorizar – ou esconder – os sentimentos” (PESAVENTO, 2007, p. 21). Nesse sentido, almejamos historicizar a relação entre as mulheres e o espaço citadino, voltando nosso olhar para o Instituto Pax e as discentes/docentes ali presentes para tentar responder as questões levantadas. Encaramos o desafio da pesquisa e convidamos o leitor a nos acompanhar nessa desafiadora e fascinante viagem pelo imaginário urbano campinense das décadas de 1950/60.



2.

**O SEXISMO EDUCACIONAL NO BRASIL: ENTRE O COTIDIANO  
DA ESCOLA E OUTROS ESPAÇOS FORMATIVOS**

Mulher é assunto. Todos falam dela – como é, como deveria ser – e são muitas as representações que envolvem a figura feminina em todas as épocas.

**Carla Bassanezi**

Nossa pesquisa tem como protagonistas as mulheres, ex-alunas de uma instituição católica de ensino em Campina Grande: o Instituto Pax, extinto desde a década de 1970. O estudo perpassa a esfera escolar, o espaço citadino, as representações elaboradas para o feminino pelo currículo e pelas práticas pedagógicas desta unidade escolar, além de costumes vigentes na cidade entre as décadas de 1950/1960.

Partimos do seguinte princípio, o de que se pesquisarmos a história das mulheres, isso nos possibilitaria adentrar em outras esferas “[...] naquela da família, na da criança, na do trabalho [...] na história do seu corpo e da sua sexualidade, saber da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos” (DEL PRIORE, 1997, p.7). Nosso interesse repousou na perspectiva de refletir sobre as esferas que compõem a história de vida das ex-alunas do Pax, bem como a tessitura de suas sensibilidades femininas e cidadinas.

Vivemos em um mundo dividido por concepções simbólicas, valores culturais, étnicos, religiosos entre tantos outros, todavia muitas vezes não paramos para pensar nisso. A educação refletiu e reproduziu a divisão sociocultural de homens e mulheres, colocando-os literalmente em lados opostos como forte instrumento do sexismo no espaço escolar, fato que fomenta representações, subjetividades, delimita fronteiras cartográficas, realizando a manutenção dos papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade nas mais diferentes épocas.

O Instituto Pax, assim como outras unidades escolares, atuou na formação educacional, além de intervir em maior ou menor proporção na construção identitária de seus discentes por meio de seu currículo, através deste podemos analisar os saberes, valores implantados pelo Instituto e que, deveriam ser vivenciados pelos alunos (as). Para pensar nas questões relacionadas ao currículo nos pautamos nos estudos de Thomaz Tadeu da Silva (2001), compreendendo assim o currículo não apenas como

uma lista de conteúdos, mas como um artefato dinâmico produzido nas/pelas relações sociais que, exercem influência sobre as subjetividades dos sujeitos.

Os estudos sobre as teorias do currículo possibilitam refletir sobre a escolha de alguns saberes, atentar para determinados conhecimentos em detrimento de outros, observar as ações usadas para estabelecer e legitimar essas classificações. Não é nossa intenção realizar uma discussão aprofundada sobre as teorias do currículo, desejamos fazer algumas colocações visando possibilitar a leitura de pontos que marcam concepções de currículo, saber como elas interferem nas relações sociais e de gênero, como atuam nas construções identitárias. Assim, buscamos estabelecer uma ponte entre o currículo do Pax, a pedagogia do casamento e as representações criadas para o feminino no âmbito social por nós pesquisado.

De acordo com Silva (2011), há três teorias do currículo: a Teoria tradicional, as Teorias críticas e as Teorias pós-críticas. A Teoria Tradicional surge com a obra: *The Curriculum* de Franklin Bobbitt, publicada nos Estados Unidos em 1918. A obra propõe uma revisão no sistema educacional, promovendo o debate na esfera curricular que, visaria adequar os propósitos educacionais aos interesses capitalistas no século XX. O funcionamento da escola é comparado ao de uma fábrica, acreditando-se que “[...] o sistema educacional fosse capaz de especificar precisamente que resultados pretendia obter” (SILVA, 2011, p23), com isso é dada ênfase as ideias de eficiência, organização e desenvolvimento. Nessa perspectiva curricular, a educação funciona como um processo de moldagem das pessoas, além de promover a manutenção da identidade nacional. O currículo é tratado como um instrumento técnico, algo natural e desinteressado.

Na década de 1960 surgem as Teorias críticas que, passam a rebater a concepção tradicional. Questionando a produção e o papel do currículo, estas discordam da ideia de neutralidade, defendem a existência das disputas de poder na esfera curricular, apontam para o fato de o currículo ser usado como instrumento ideológico a favor do Estado e dos grupos que estão no poder, onde a classificação dos conteúdos e valores acabaria por legitimar o que deveria ou não ser ensinado e aprendido no âmbito escolar. Poderíamos enxergá-las como “[...] teorias de desconfianças, questionamentos e transformação radical. Para as teorias críticas o importante não é desenvolver técnicas de *como fazer* o currículo, mas desenvolver conceitos que nos permitam compreender o que o currículo faz” (SILVA, 2010, p.30). Os fundamentos críticos estavam voltados

inicialmente ao papel do gênero na elaboração das distinções, refletindo sobre as questões voltadas ao acesso à educação, baixo nível de educação das mulheres, ao domínio masculino sobre as disciplinas, compreendendo que o currículo e a esfera escolar acabavam por reproduzir e corroborar com os estereótipos sociais de desigualdade entre os gêneros.

Já as teorias pós-críticas do currículo, influenciadas pelo pensamento pós-estruturalista *foucaultiano*, passam a ser difundidas no Brasil nos anos 1990 por meio dos estudos culturais e, ganha novos espaços com as traduções desses estudos realizados através de Tomaz Tadeu da Silva nos anos 2000, entre outros. O termo “pós” aqui não está ligado à ideia de evolução, mas a de abdicação das teorias críticas. Refletindo sobre a ligação entre as questões de poder, gênero, raça, etc. Para as teorias pós-críticas o currículo é multicultural e está ligado às referências de gênero. Questionam qualquer conceito que seja tido como natural, evidenciam que o poder não se encontra centralizado apenas nas mãos do Estado, mas espalhado por toda cadeia social (SILVA, 2010, p.148). Nesse contexto, são questionadas as noções de verdade, de essência e emancipação.

O nosso percurso historiográfico dialogará com os Estudos Culturais nesse primeiro capítulo, uma vez que vai historicizar e problematizar as práticas curriculares sexistas, desnaturalizando modelos masculinos e femininos estabelecidos pelas políticas públicas educacionais brasileiras, consubstanciados na moral cristã e na moral burguesa.

O currículo é visto como prática de significação, construção discursiva, espaço de luta, de representação, de fato um documento. Também seria um instrumento das relações de gênero, pois ao longo do tempo tem corroborado com valores de uma sociedade masculina, branca, cristã. Defendendo assim, a subjetividade como algo social e o currículo como um documento de identidade. (SILVA, 2010, p.150).

Em variados contextos históricos, a educação no Brasil estabeleceu diferenças entre a instrução aplicada a homens e mulheres, a partir de um currículo e conjunto de práticas socioculturais que correspondiam as mais variadas intenções, visando formar e/ou modificar os sujeitos de modo a assumir papéis sociais compatíveis com as fronteiras de gênero, demarcadas verticalmente.

Como foi (é) estruturada a educação masculina e feminina brasileira? Em que momento da história educacional do país foi possível pensar sobre a presença das mulheres na esfera escolar?

Hoje esse ingresso é algo comum para nossa sociedade, mas nem sempre a escola esteve aberta a presença das mulheres. O acesso feminino à instrução é resultado de um longo caminho, marcado por constantes e intensos embates. As letras foram uma das primeiras lutas femininas em contraposição a uma cultura nacional falocrática.

Partindo dessas reflexões, realizamos de maneira pontual, uma breve explanação do processo de ensino no Brasil, refletindo sobre alguns projetos e ações que ao longo do tempo trataram de construir e consolidar divergências na instrução destinada a cada gênero, analisando o processo de inserção da mulher no âmbito escolar e de suas implicações.

## **2.1 O prelúdio da educação formal e institucionalizada**

Com a colonização, os europeus trazem para o Brasil uma concepção de saber formal através do ensino a cargo da Igreja. O trabalho educacional é iniciado logo com o primeiro grupo de Jesuítas<sup>4</sup>, fundado em Salvador por volta do ano de 1549, sob a direção do padre Manoel da Nóbrega. Tempos depois foi inaugurado o Colégio Jesuíta da Vila de Piratininga no ano de 1554, data adotada como fundação do Estado de São Paulo<sup>5</sup>.

Esses missionários, além de códigos religiosos, morais, também fixaram uma metodologia pedagógica. Aos poucos, foram aplicando a concepção de esfera escolar que, consistia na organização de espaços separados da casa e da rua, somados com a elaboração de um plano de estudos. No período em que estiveram no Brasil foram atuantes no processo de ensino, estabelecendo gradativamente escolas em diversas

---

<sup>4</sup> Jesuíta é um termo usado para denominar os membros da Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada por Inácio de Loyola por volta de 1534, com o propósito de propagar a fé cristã, católica. Foi reconhecida por bula papal em 1540. Atuaram no Novo Mundo com atividades religiosas e educacionais. Entre seus membros temos alguns de destaque como Pe. José de Anchieta, Pe. Manoel da Nobrega e o cardeal Jorge Bergoglio, Papa Francisco.

<sup>5</sup> Ver BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/hebl4.htm>>. Acesso em: 26 agosto 2014.

localidades. Suas práticas pedagógicas tinham como público alvo os meninos, visando educá-los para seguir a vida religiosa ou assumir cargos públicos.

Temos um breve panorama de algumas ações Jesuítas, na tabela abaixo:

**TABELA 1 - OS JESUÍTAS E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

| ANO  | PANORAMA DA ATUAÇÃO DOS JESUITAS NA EDUCAÇÃO   |
|------|--|
| 1549 | · Chega ao Brasil o primeiro grupo de seis padres jesuítas, chefiados por Manuel de Nóbrega, marcando o início da História da Educação no Brasil (nos moldes europeus).<br>· Quinze dias após sua chegada fundaram em Salvador, a primeira escola elementar;   |
| 1554 | · São fundadas as escolas jesuítas de São Paulo de Piratininga, tendo como seu primeiro professor o padre José de Anchieta e, também a da Bahia;   |
| 1556 | · Começa a vigorar as " <b>Constituições da Companhia de Jesus</b> ", incluindo a aprendizagem do canto, da música instrumental e estudo profissional agrícola;  |
| 1570 | · O Brasil conta com cinco escolas elementares (Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga) e três colégios (Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia);  |
| 1576 | - No colégio da Bahia formam-se licenciados;   |
| 1599 | · Ganha uma elaboração definitiva a " <i>Ratio atque Instituto Studiorum</i> ", ou <b>Plano de Estudos da Companhia de Jesus</b> que, codificava a pedagogia dos jesuítas;   |
| 1739 | · São fundados os Seminários de São José e São Pedro (Rio de Janeiro);   |
| 1748 | · É fundado o Colégio Jesuíta da Paraíba;  |
| 1759 | · 210 anos após a chegada da chegada da Ordem, ainda eram os únicos responsáveis pela educação no Brasil, 500 padres Jesuítas deixaram a colônia expulsos pelo Marquês de Pombal I, paralisando 17 colégios, 36 missões, alguns seminários menores e escolas elementares, todos voltados apenas ao sexo masculino. |

Fonte - Tabela adaptada pela autora<sup>6</sup>

Podemos observar (na tabela<sup>7</sup>) que, o trabalho educacional desenvolvido pelos Jesuítas durou mais de dois séculos, além do ensino elementar eles também atuaram na formação profissionalizante e licenciatura. Todos os colégios destinados aos meninos desempenhavam a função da catequese, tendo o ensino usado como instrumento de conversão ao catolicismo, assim dedicaram-se à formação cultural dos homens das famílias abastadas, ocuparam-se também com a educação secundária (cursos de

<sup>6</sup> Baseada nas informações colhidas no referido site, para ver a versão original. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb02.htm>. Acessado em 10 de setembro de 2014.

<sup>7</sup> A tabela original contém além da História da educação no Brasil e no mundo, informações sobre História do Brasil e História Geral. Utilizamos apenas os dados da educação brasileira relevantes à pesquisa, citando-os da maneira como estão expostos. Realizamos apenas uma correção, onde na matriz consta como data da fundação do Colégio Jesuíta na Paraíba o ano de 1683, deveria estar registrado o ano de 1748, segundo Mello (1956).



Filosofia e Letras) e, com o curso de Teologia a nível superior para formar novos sacerdotes.

Nesse projeto civilizatório, as mulheres foram inseridas apenas no viés sagrado do catecismo que, as ocupava com as rezas e os ensinamentos espirituais. Essa diferenciação causava estranhamento aos nativos, alguns indígenas ao tentar entender as razões para suas filhas não serem aceitas nas aulas chegaram a questionar alguns jesuítas “*que, se a presença e a assiduidade feminina era maior nos cursos de catecismo, porque também elas não podiam aprender a ler e escrever?*” (RIBEIRO apud STAMATTO)<sup>8</sup>. Mas, esses estranhamentos não modificaram a postura da Coroa que, se manteve contrária à presença feminina no âmbito de ensino, assim a Igreja em suas práticas doutrinárias tratou de manter as mulheres resguardadas ao lar, sob os cuidados dos pais ou maridos.

E quanto às mulheres “desamparadas”? Para as solteiras e órfãs foram erguidos os conventos, as casas de amparo, na tentativa de manter a castidade feminina, esses lugares acabavam sendo a única via de acesso à educação institucionalizada no período colonial para o gênero. A preocupação com a pureza feminina levou a Igreja a se dedicar à educação dessas moças, tentando encaminhá-las para a vida religiosa, embora muitas delas acabassem não seguindo essa diretriz. Neste contexto, predominava a cultura de que as mulheres deveriam dominar os saberes domésticos, serem boas esposas e mães.

A Capitania da Paraíba também foi palco das missões jesuíticas, pois essas chegaram à capitania por volta de 1588 e, logo desenvolveram suas primeiras ações alfabetizadoras, durante cinco anos, no entanto foram expulsos pela Coroa devido constantes desentendimentos<sup>9</sup>. Mas nessa região, o primeiro colégio cujo espaço e organização veio a ser considerado como uma escola, foi construído em 1748 depois do retorno dos jesuítas a capitania, nesse estabelecimento o currículo aplicado compreendia aulas de Latim, Filosofia e Primeiras Letras (MELLO,1956). Seguindo as diretrizes

---

<sup>8</sup> RIBEIRO, Arilda Inês Miranda, 2000. STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549-1910)**. Programa de Pós-Graduação em Educação – UFRN.

<sup>9</sup> De acordo com Mello (1956) a medida da expulsão da ordem teria duas razões. A primeira, os conflitos entre Jesuítas e Franciscanos gerados pelas diferenças nos métodos de ensino e, a segunda a insatisfação com a medida jesuítica de combater a escravização dos índios. A coroa usa esses fatores para fugir da intervenção da Companhia de Jesus.

aplicadas em outras regiões do país, com o ensino era voltado apenas para a catequese dos nativos e formação dos meninos.

Com a saída dos Jesuítas<sup>10</sup> o sistema educacional sofreu mudanças, ficando sob a responsabilidade da Coroa portuguesa que, nomeia o Marques de Pombal<sup>11</sup> como ministro da Fazenda de D. João I, elaborando uma série de reformas em setores como o econômico, político, cultural e educacional, todas as reformas pensadas para a Metrópole atingiram também a Colônia. No âmbito educacional, Pombal guiado pelo pensamento iluminista, se posicionou contra a Companhia de Jesus, culpando-a pelos problemas e atraso do ensino, desse modo tentou descartar o método de ensino adotado pela ordem, idealizando certas propostas reformistas. No entanto, as reformas educacionais de Pombal não emplacaram de fato, já que a cultura jesuítica sobrevivia em muitos colégios e seminários do país, gerando crise e uma desestruturação do sistema educacional na colônia.

As mulheres foram timidamente contempladas pelo sistema de ensino do Período Pombalino de 1760 a 1808, foram construídas escolas régias para as meninas, casos bem pontuais. Com isso, de modo oficial, algumas poucas mulheres passaram a ter o acesso às salas de aulas, mas devidamente separadas das turmas masculinas (STAMATTO, 2014). Essas ações abriram espaço também para que, as mulheres pudessem assumir o papel de mestras, pois as professoras lecionavam apenas para meninas. Mesmo sendo uma inclusão limitada, essa abertura seria um passo importante, mas a mulher ainda enfrentaria muita resistência à sua presença neste espaço público, a instituição escolar.

O saber formal estabelecido pelos Jesuítas contava com seminários, escolas elementares, colégios e plano pedagógico, porém excluía a presença feminina. Já a reforma pombalina não as incorporou efetivamente no processo educacional, uma vez que a maioria das mulheres continuava distante do mundo das letras. No período colonial a escolarização não era compreendida como uma via de inserção das mulheres na vida pública.

---

<sup>10</sup> Por mais de dois séculos, os membros da Companhia de Jesus foram os únicos religiosos a desempenhar o papel de educadores no país, mas ao longo do tempo, outras ordens religiosas vieram ao Brasil desempenhar essa finalidade.

<sup>11</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, conhecido como Marquês de Pombal. Homem pertencente à nobreza portuguesa.

## 2.2 Quando as letras eram objeto de luxo para as mulheres

Na sociedade brasileira, verificamos padrões duplos de moralidade repletos de binarismos, de modo que os homens são criados livres e podem desfrutar as sociabilidades da rua, já as mulheres não devem se expor ao espaço público e à “promiscuidade”. Na compreensão de espaço, observa-se que:

[...] “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros [...] entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, música e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas (DAMATTA, 1997, p.14).

O dualismo casa/rua norteia uma série de códigos de conduta, valores culturais e práticas. A sociedade pautada nos valores patriarcais e cristãos de família delimitou a esfera pública e privada. O âmbito da casa ganha contornos ao se opor a outros ambientes, atuando como uma espécie de espaço moral fixado por contrastes. Pelo que já foi apresentado, percebemos que o domínio cultural e simbólico exercido sobre esses espaços delimitou práticas e experiências de vida diferenciadas para homens e mulheres. Naturalizando “o lugar” do homem e da mulher na sociedade.

Gênero está vinculado às ideias dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Segundo Joan Scott “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (1990, p86). Foram concebidas e construídas desigualdades entre os sexos, uma série de práticas e discursos pautados em fundamentos biológicos, religiosos e culturais para diferenciá-los.

A relação estabelecida entre os sexos tem influência sobre os acontecimentos e cenários sociais. A causa da “inferioridade moral da mulher, diante do homem, é a falsa instrução que ela recebe. A mulher, já fraca por sua natureza, é ainda enfraquecida pela superstição que lhe é ensinada” (PERROT, 2005, p.186). Dessa forma, o dualismo homem-mulher é em todo momento evidenciado, conduzindo práticas e discursos encarregados de introjetar na mulher a percepção do “seu lugar”. Esses enunciados

exerceram um papel decisivo na inclusão/exclusão dos sujeitos no âmbito sócio educacional nacional.

Diante disso, no período colonial as mulheres foram excluídas da vida pública, política e do processo educacional brasileiro. Impedidas de frequentar os espaços públicos eram educadas no seio familiar. Em alguns casos, as moças de famílias abastadas, recebiam aulas de mestres particulares em suas casas, mas não frequentavam as escolas primárias<sup>12</sup>. Em contrapartida, as mulheres das camadas populares quando muito, podiam frequentar as aulas de catequese e as escolas para a formação religiosa.

Ressaltamos a dificuldade de se fazer historicamente um balanço da educação no Império e na República, pela disparidade e diversidade do ensino, já que cada Província e Estado apresenta peculiaridades na maneira de construir normas e sistemas de educação. Ainda assim, eram decretados traços gerais que deveriam ser minimamente executados em todo o território. Nesse sentido, buscamos perceber ideias e propostas para construirmos um olhar panorâmico do processo de escolarização das mulheres no âmbito nacional.

No Brasil, durante o século XIX, fatores como a abertura dos portos, o início da industrialização, o sistema capitalista e a influência da cultura burguesa europeia entre outros, contribuíram para despertar uma nova visão sobre a educação feminina, vinculada à concepção de modernidade da nação.

Esse contexto reclamava a instrução feminina, pedia mulheres que soubessem ler e escrever, assim como apreender o mundo à sua volta. Em contrapartida para as elites nacionais a erudição feminina não era um ponto prioritário, ao invés disso, foi pensada uma formação sociocultural para a mulher, que pudesse destacar seu papel e as suas competências como boa companheira, mãe, formadora de cidadãos, sobre essa última atribuição repousava a justificativa para se educar a mulher.

Somente no Império, com a primeira Lei Geral da Educação no Brasil, decretada após a Independência, as mulheres em todo o país foram autorizadas por lei a frequentar o âmbito escolar. O Decreto de 15 de outubro de 1827<sup>13</sup> pelo Imperador D. Pedro I, padronizou e descentralizou o ensino, determinando a criação de escolas primárias em

---

<sup>12</sup> Também conhecida em alguns países ou regiões como “escola básica” ou “escola elementar”.

<sup>13</sup> O Dia do Professor foi criado oficialmente pelo Decreto Federal nº 52.682, em 1963, em referência a data da primeira Lei Geral da Educação, em 15 de outubro de 1827.

todas as vilas e cidades populosas do Império. O Decreto abordava outros pontos como contratação, salário dos professores, currículo, ensino mútuo e etc.

As mulheres, na verdade podiam frequentar a escola, mas sua presença no espaço público dividia opiniões, gerando muita desconfiança. A priori, a lei não foi revertida em um número considerável de meninas matriculadas, nem significou que elas fossem assistir às aulas juntamente com os meninos, já que foram providenciados ambientes distintos para cada sexo.

A educação destinada a meninos e meninas foi pensada e aplicada de maneira diferenciada, à referida Lei de 15 de outubro de 1827 estabelecia quais disciplinas deveriam ser ministradas a cada gênero. Como podemos perceber em seus artigos:

**Art. 6º** Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, práticas de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

[...]

**Art. 11º** Haverá escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que o Presidente em Conselho, julgar necessário este estabelecimento.

**Art. 12º** As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as **prendas** que servem à **economia doméstica**; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de **reconhecida honestidade**, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na forma do Art. 7º. (Grifos nossos).

O acesso das meninas à escola foi condicionado ao currículo oficial, através de uma lista de conteúdos específicos que defendia valores e condutas, trazendo contribuição para a manutenção de uma sociedade conservadora, cristã, burguesa. Além dos conhecimentos determinados há o currículo oculto, um conjunto de práticas e princípios que deveriam fornecer instrução e moldar as mulheres para que pudessem se ajustar as atitudes e comportamentos valorizados no projeto de sociedade elaborado pelo grupo dominante.

A educação escolar feminina era voltada a preparação para o matrimônio. Logo, ser uma moça casável, implicava adquirir os saberes escolares e internalizar os códigos de conduta que a elevasse a condição de mulher instruída, dócil e preparada para gerenciar a esfera doméstica.

A inclusão das noções de economia doméstica tinha o papel de internalizar na mulher saberes para a boa administração de um lar, como também comportamentos salutares e valores morais necessários para a manutenção da ordem social. A responsabilidade social da mãe de família era enfatizada, uma vez que ela representa o papel da pessoa incumbida de formar os futuros cidadãos modernos.

Esse Decreto faz menção aos pré-requisitos básicos para o exercício do magistério, as mestras além de passar nos exames precisavam “ser brasileiras e de reconhecida honestidade”<sup>14</sup>, recomendação subjetiva, pois o que seria tal coisa? A honra precisava ser enfatizada e identificada socialmente, deixando clara a rigidez com que as mulheres eram tratadas. O cargo de mestras exigia posturas aceitáveis e exemplares, não eram admitidas atitudes consideradas transgressoras, como relações informais (promiscuidade), ou seja, as professoras não podiam ter máculas em sua conduta, não deveriam oferecer riscos de uma má influência sobre as educandas. Anos depois essa ideia é reafirmada no Decreto Lei<sup>15</sup> que trata da reforma do ensino primário e secundário na Corte, ao estabelecer que:

**Art.16** As professoras devem exhibir, de mais, se forem casadas, a certidão de casamento; se viúvas a do óbito de seus maridos; e se viverem separadas destes, a publica fôrma da sentença que julgou a separação, para avaliar o motivo que a originou. As solteiras só poderão exercer o magistério publico tendo 25 anos completos de idade, salvo se ensinarem em casa de seus pais e estes forem de reconhecida moralidade. (Decreto-Lei nº 1.331-A, 7 de fevereiro de 1854)

O Decreto-Lei foi publicado com o objetivo de estabelecer um parâmetro para os currículos das escolas públicas, mediante a diversidade de sistemas de ensino adotado nas províncias. As moças deviam ser vigiadas para evitar um “mau passo” e, se

<sup>14</sup> Trecho retirado do Art.12 do Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827.

<sup>15</sup> Decreto-Lei nº 1.331-A. Disponível em: Portal Câmara dos Deputados <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro1854590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acessado em 05 setembro de 2014.

necessário, punidas por atos que não correspondessem às regras de conduta da época, como por exemplo, namorar às escondidas, sair desacompanhadas à rua, perder a virgindade antes do casamento. Essas normas restringiam a liberdade feminina e reprimiam ao máximo sua sexualidade.

Partindo da concepção de diferenças entre os gêneros, a educação precisava contemplar essas especificidades, promovendo a manutenção dos valores e papéis sociais vigentes. Dessa forma, a estrutura curricular foi elaborada para atender especificamente meninos e meninas, composta por uma base de disciplinas comuns e outras direcionadas a cada gênero. Essa Lei abrangia apenas as escolas de primeiras letras, ou seja, as adolescentes e mulheres adultas não eram contempladas pelo Decreto, nem pelo sistema escolar. Sobre o currículo podemos ver na tabela a seguir:

**TABELA 2 - Base Curricular da Primeira Lei Geral da Educação brasileira.**

| BASE COMUM  | DISCIPLINAS DIFERENCIADAS   |  |
|---|---|--|
|   | MENINOS   | MENINAS  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura e escrita,</li> <li>• Quatros operações aritméticas,</li> <li>• Gramática de Língua nacional,</li> <li>• Princípios da moral Cristã e da doutrina da Religião católica.</li> </ul> | <p style="text-align: center;"><b>Geometria</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prática de quebrados,</li> <li>• Proporção,</li> <li>• Decimais</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prendas Domésticas</li> </ul> |

**Fonte:** criado pela autora, com base nos dados do Decreto de 1827.

Assim, os garotos tinham aulas das disciplinas voltadas ao raciocínio lógico enquanto que, as meninas cursavam a disciplina de habilidades manuais para desde cedo serem preparadas para os afazeres domésticos. Outro fator relevante diz respeito à remuneração dos professores. A Lei Geral de 1827 determinava igual pagamento do ordenado independente do sexo, como podemos observar em seu Art. 13. “As Mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres”. No entanto, Stamatto (2002) afirma que, esse decreto não foi respeitado, pois as legislações posteriores acabaram por possibilitar brechas para a desigualdade salarial, uma vez que o Art. 6 do Decreto de 27 de agosto de 1831<sup>16</sup> determinava que fosse assegurado o

<sup>16</sup> Não citamos o corpo do Art. 6 do decreto de 27 de agosto de 1831, porque não conseguimos localizá-lo, tivemos conhecimento do referido a partir da leitura do texto de Stamatto (2002).

pagamento dos salários previstos em lei aos docentes habilitados nas matérias por meio de concurso, mas era permitido aos governos provinciais contratar em caso de ausência de classificados, professores não aprovados com a premissa de receber salários inferiores.

Assim, muitas mulheres passaram a ser admitidas como docentes e, foram submetidas a uma remuneração inferior legitimada pelo fato de que, nos exames de aprovação seus currículos não contemplavam todas as disciplinas exigidas ao cargo de mestre. Ou seja, eram penalizadas com baixos salários, pelo modelo curricular que as havia formado na escola primária.

Vimos que a presença feminina nas escolas só passa a ser permitida com o Decreto Lei de 1827, porém o esse acesso à esfera pública era motivo de vigilância permanente, exigindo a criação de estratégias de controle na escola para que, esse espaço de sociabilidades não ferisse a integridade física e moral das moças.

Entre as táticas de monitoramento temos a atenção dada à construção dos prédios dos educandários. A estrutura escolar não é apenas o cenário onde a educação institucionalizada ocorre, pois sua arquitetura faz parte do currículo oculto, ou seja, vai além da lista de saberes estabelecida em documento. Segundo Viñao Frago e Escolano (1998), a arquitetura escolar funciona como programa e nela, as fachadas, os planos e interiores são planejados mediante critérios de organização, disciplina, vigilância, higiene para o controle dos corpos e dos hábitos.

A escola é um edifício emblemático, além dos aspectos citados, deve-se salientar que a arquitetura escolar conta com um poder simbólico e cultural no âmbito social, que contribuíram para que sua estrutura fosse pensada para ser diferenciada de outras estruturas, obedecendo a características, traços e símbolos que pudessem promover o fácil reconhecimento desse espaço e do seu papel, garantindo sua identificação em meio a outras instituições. Deveria mostrar-se um espaço acolhedor e seguro, mas sem remeter a ideia de prisão. Não podemos deixar de enfatizar que a estrutura escolar corresponde aos valores culturais de sua época, sofrendo mudanças ao longo do tempo.

No âmbito escolar “as pessoas e os objetos se relacionam precisamente através de sua separação no e pelo espaço” (VIÑAO FRAGO e ESCOLANO, p.28,1998). O controle pode ser exercido de diversas formas, entre elas pela distribuição do espaço



escolar, com a separação dos gêneros pela estrutura física da escola, como podemos observar na imagem abaixo:



**Imagem 01:** Escola Professora Cândida Amália de Farias Braga (Grupo Velho) - Ingá/PB.  
**Fonte:** Arquivo da Sociedade Paraibana de Arqueologia – SPA

Observamos que a estrutura do prédio destina um lado para o público feminino e outro para o masculino, promovendo e reproduzindo a separação física dos corpos e internalizando em seus alunos o lugar sociocultural estabelecido para homens e mulheres. No que diz respeito à distribuição da estrutura “a simetria e separação arquitetônica das salas de aula de meninos e meninas reflete as tradições de uma sociologia e de uma pedagogia sexista” (VIÑAO FRAGO e ESCOLANO,1998,p.39). De modo que, o mapeamento disciplinar do espaço é parte inerente à arquitetura escolar, materializado na separação dos alunos, seja por salas de aula, por série, pelo sexo, pela faixa etária, ou até mesmo pela distribuição das carteiras em filas indianas.

Podemos observar na imagem acima que, a estrutura física da escola deveria tornar claro para a localidade a concepção de ensino adotada, imprimindo para si a imagem de ambiente distinto que, prima pela ordem e os bons costumes. Em outras palavras, a arquitetura escolar também é uma via de instrução e, em sua área a escola reproduz os embates existentes no espaço urbano. Diante da impossibilidade de se obter espaços distintos para meninos e meninas, as aulas deveriam ocorrer em turnos opostos.

Prédios como esse da imagem não foram construídos apenas aqui na Paraíba, mas em diversas localidades do país.

A criação de escolas “mistas” foi alvo de duros combates da igreja, que contou com ajuda do Estado, já que a coeducação iria promover o convívio indesejado entre meninos e as meninas no mesmo ambiente de ensino. Na ótica cristã, a mulher carrega em si a mácula do pecado original<sup>17</sup> ligado à sua sexualidade, razão por si só suficiente para que se evitasse o contato entre os gêneros.

Discursos e orientações da Igreja foram lançados como argumentos para manter as escolas diferenciadas, um exemplo é a carta do Papa Pio XI acerca da educação cristã da juventude, onde no tópico sobre o Sujeito da Educação sua Santidade diz:

**[...] d - Co-educação.**

De modo semelhante, errôneo e pernicioso à educação cristã é o chamado método da <<co-educação>>, baseado também para muitos no naturalismo negador do pecado original, e ainda para todos os defensores deste método, sobre uma deplorável confusão de ideias que confunde a legítima convivência humana com a promiscuidade e igualdade niveladora. O Criador ordenou e dispôs a convivência perfeita dos dois sexos somente na unidade do matrimônio e gradualmente distinta na família e na sociedade. Além disso, não há na própria natureza, que os faz diversos no organismo, nas inclinações e nas aptidões, nenhum argumento donde se deduza que possa ou deva haver promiscuidade, e muito menos igualdade na formação dos dois sexos. Estes, segundo os admiráveis desígnios do Criador, são destinados a completar-se mutuamente na família e na sociedade, precisamente pela sua diversidade a qual, portanto, deve ser mantida e favorecida na formação educativa, com a necessária distinção e correspondente separação, proporcionada às diversas idades e circunstâncias. Apliquem-se estes princípios no tempos e lugares oportunos, segundo as normas da prudência cristã, em todas as escolas, nomeadamente no período mais delicado e decisivo da formação, qual é o da adolescência; e nos exercícios ginásticos e desportivos, com particular preferência à modéstia cristã na juventude feminina, a qual fica muito mal toda a exibição e publicidade (Papa Pio XI, 1929, p. 13-14).

---

<sup>17</sup> As escrituras Sagradas cristãs, no livro do Gênesis versam sobre a origem do pecado. Segundo o relato bíblico Adão e Eva, foram advertidos por Deus a não comer o fruto proibido, mas Eva como mulher, com seu espírito corruptível é influenciada pela serpente, assim leva Adão a desobedecer. Na ótica do cristianismo, essa transgressão acaba por abrir os olhos dos homens para os impulsos sexuais, uma infração hereditária. A ideia do pecado original colaborou para que a Igreja pudesse exercer maior controle sobre a vida sexual dos fiéis.

A declaração do Pontífice afirmava não haver igualdade entre os sexos. Alegando que a disparidade entre homens e mulheres era obra do Criador e, portanto, devia ser respeitada e mantida. Partindo do pressuposto de que são diferentes biologicamente, cada gênero deveria receber uma educação distinta. Outro aspecto presente no pronunciamento é de ordem moral, referente à castidade e honra feminina, já que a coeducação é posta como uma via facilitadora da promiscuidade.

Assim se normatizava a diversidade, evidenciando as atribuições de cada um perante a família e à sociedade, logo a busca pela igualdade de gênero seria algo contrário aos propósitos de Deus. Essa concepção atribuiu à educação feminina um papel secundário em relação à educação masculina, gerando barreiras e dificuldades de acesso à educação por parte das mulheres.

Na Paraíba não foi diferente, muito pelo contrário, os grandes centros econômicos do país já exerciam influencia sobre outras localidades. Para pensarmos o contexto educacional paraibano, lançamos mão da obra *Evolução do Ensino na Paraíba*<sup>18</sup>, de José Baptista de Mello<sup>19</sup> de 1956, nessa obra é vê-se desde a colonização até a década de 1930. Ele atuou por décadas no panorama educacional do Estado, assumindo vários cargos públicos. De acordo com Mello, o acesso da mulher à escola estava atrelado ao receio já que “permanecia o preconceito contra o sexo fraco que não necessitava de **instrução** [...] Elas precisavam apenas, saber ser donas de casa e **as letras eram objetos de luxo**” (MELLO, 1956, p.24) (grifos nossos).

A concepção de que bastaria à mulher a competência da esfera privada, justificou por muito tempo a privação do ensino formal, a alfabetização era algo distante a ponto de ser tratada como uma **riqueza**. A Lei de 1827 contribuiu para que um ano

---

<sup>18</sup> Esse trabalho foi publicado em 1936. No ano de 1956 foi reeditado e ampliado. E no ano de 1996 foi impressa a 3ª edição. Utilizamos nessa pesquisa a 2ª Ed. de 1956. Evidenciamos que estamos usando a 2ª edição.

<sup>19</sup> O autor, natural do município paraibano de Teixeira, foi aluno da Escola Normal de João Pessoa, se formou em 1917. Além de lecionar, assumiu entre outras funções a de diretor e inspetor do Ensino Primário do Estado, fundador da Escola de Aperfeiçoamento de Professores, da *Semana Pedagógica*, que ocorria anualmente na Capital. Criador e diretor do Jornal *O Educador* e da *Revista do Ensino*, a imprensa escolar. Membro da comissão estadual de Folclore, do Diretório Regional de Geografia. Conferencista, escritor elaborou relatórios e de obras na área de educação como os livros *A Instrução Pública na Paraíba* (1931), *Evolução do ensino na Paraíba* (1936), *A Escola Primária* (1951) além de outros trabalhos. Mello foi sócio e é patrono da cadeira nº39 Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba - IHGP. Dados publicados na Revista do IHGP nº. 21, 1975, consultados no site da instituição. Disponível em: <http://www.ihgp.net/memorial8.htm#CADEIRA%20N%C2%BA.%2039>, acesso em 25 de fevereiro de 2015.

depois fosse criada a primeira escola da Província para meninas, na cidade de Nossa Senhora das Neves.

Com relação à coeducação, aqui na Paraíba a preocupação com os gastos foi utilizada como argumento para defender a implantação de escolas que recebessem simultaneamente meninos e meninas na década de 1930. O Diretor Mello, Ensino Primário do Estado, buscou evidenciar de maneira sutil a necessidade das turmas mistas, evitando gerar um desconforto entre governo e sociedade, sobre essa questão:

Não é sem acanhamento que traço algumas linhas sobre o ensino promíscuo, porquanto certos prejuízos, certos erros quando se acham arraigados em um povo, com grande dificuldade se extirpam, porque encontram sempre da parte de vários espíritos afeitos áqueles erros, a mais formal oposição.

[...]

Não digo que nesta Província adote-se o ensino promíscuo, ex-abrupto, o que penso é que se deve fazer alguma tentativa, porque se ela fôr bem sucedida, além de vantagens que se tem observado na coeducação dos sexos, com o enfraquecimento da atração, a doçura dos costumes, sobretudo em relação aos habitantes do campo, resultaria a grande vantagem da economia dos dinheiros públicos que, se é imprescindível observar nos lugares que vivem na abundância, com maioria da razão, em relação áqueles que se extorcem nas convulsões da miséria (MELLO, 1956, p 57-58).

Sua fala demonstra o quanto esse debate dividia opiniões, percebemos a consolidação da rejeição a esse tipo de ensino, considerado “promíscuo” para a época. A função exercida por ele favorece a defesa de novas ideias educacionais e expansão da oferta de ensino. Mello trata a mudança como um experimento, algo que poderia ser revertido caso não obtivesse êxito. Defendendo a ideia de que esse convívio, ao contrário do que se pensava na época, poderia ser utilizado para administrar o fascínio velado entre meninos e meninas, como também promover o refinamento nos hábitos da população rural. Mas, o argumento de maior peso sem dúvidas recaia sobre a necessidade de contenção dos gastos públicos.

Mesmo com todos os recursos utilizados para evitá-las, as turmas “misturadas” foram criadas no final do período Imperial. A abertura de escolas públicas para a época já era um desafio, a criação de turmas mistas foi justificada por fatores econômicos, era muito dispendioso para o Estado, principalmente para as pequenas Províncias, manter

um sistema duplo de educação, assim era preciso estabelecer modificações no sistema escolar vigente.

O discurso da modernidade impulsionou as transformações políticas, econômicas e urbanas do período republicano. Nas primeiras décadas da República foram discutidos temas como a liberdade e laicidade do ensino, institucionalização da escola, a legislação educacional, expansão do ensino público gratuito, ou seja, um conjunto de medidas para combater os altos índices de analfabetismo, como as mulheres se enquadravam na população analfabeta do país, a preocupação com a sua educação entrou em pauta.

Nessa circunstância o movimento da Escola Nova<sup>20</sup> ganhou espaço no Brasil, enfatizando a urgência do ordenamento do país para abarcar essas mudanças, apontando a educação como esse agente transformador. O sistema de ensino brasileiro era considerado obsoleto, não havia um projeto de escolarização comum a todos. Nesse período a Igreja ainda atuava fortemente no âmbito escolar, embora a relação Igreja X Estado já estivesse bem desgastada.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação surge em 1932, como fruto da preocupação de sanar a ausência de projetos educacionais voltados ao ensino público no Brasil. Seguindo a compreensão de que para promover o desenvolvimento econômico e social do país era necessário melhorar a oferta e a qualidade do ensino, como também investir na formação dos docentes. Esse Manifesto almejava o estabelecimento de uma escola laica, gratuita e pública que pudesse atender a um projeto educacional único. Buscando com isso a renovação da educação promovida pelos Estados e a escolarização das massas.

Esse movimento chega à Paraíba através das atividades de José Baptista de Mello, no período em que foi Diretor de Ensino (1930/1932) no Governo de Antenor Navarro, o mesmo elaborou relatórios sobre a situação da educação na Paraíba, destacando que:

A escola nova, vitoriosa em toda parte, veio alterar completamente, o ensino primário que, atualmente, obedece a uma orientação mais consentânea às necessidades do aluno.

---

<sup>20</sup> Movimento que elaborou ideias de renovação do ensino surge na Europa no fim do século XIX, chega ao Brasil por volta de 1882 por intermédio de Rui Barbosa e, ganha força nas primeiras décadas do século XX.

A escola tradicional vai aos poucos, sofrendo os influxos dos novos processos pedagógicos, de modo a garantir melhor a educação do nosso povo.

Assim é que, por toda parte, instalam-se novos tipos de educandários com feição essencialmente prática, transformando o ambiente escolar em verdadeiros centros de trabalho e de socialização. O aluno vai aprendendo, executando. E o artífice, é o homem prático do dia de amanhã (MELLO, 1956, p 100-101).

Assim, Mello narra os benefícios da renovação educacional, já aplicada nos grandes centros urbanos do país. Ele foi um grande ativista do *escolanovismo* na Paraíba. No início da década de 1930 ele enviou à Recife uma comissão do magistério para estudar essas ideias desse movimento educacional e o modo como eram aplicadas no Pernambuco. A partir de 1933, ele instituiu a Semana Pedagógica que ocorria anualmente na capital paraibana envolvendo os funcionários da área de educação de todos os municípios, visando debater os quadros estatísticos e os níveis da Instrução Pública no Estado. O contato e a compreensão desse programa renovador contribuem para lançar um novo olhar sobre o docente e a importância de sua formação, desse modo é criada a Escola de Aperfeiçoamento de Professores no ano de 1934, onde Mello desempenhou o cargo de diretor. Em 1935, ele foi enviado pelo governador Argemiro de Figueiredo para estudar o cenário educacional do Rio de Janeiro e São Paulo, estados que exerciam influência sobre demais localidades do país. Dessa forma, pelas atividades e atribuições que esteve à frente nas décadas de 1920 e 1930, ele é considerado um pioneiro da Escola Nova na Paraíba.

As mudanças educacionais fomentadas pela Escola Nova contribuíram para expandir a oferta do ensino e, também serviriam para lançar uma luz sobre a presença feminina no âmbito escolar, já que defendia uma escola laica e acessível para todos. Em algumas décadas depois, o Concílio do Vaticano II<sup>21</sup> em 1962 também daria sua

---

<sup>21</sup> O Concílio Vaticano I – CVI, deu-se entre os anos de 1869 a 1870, proclamado por Pio IX. Já o Concílio do Vaticano II – CVII foi convocado pelo Papa João XXIII, que teve por objetivo renovar algumas posturas da Igreja perante o mundo moderno. Considerado um marco, se constituiu como uma série de conferências que ocorreram de 1962 a 1965, onde foram debatidos temas como liberdade religiosa, rituais eclesiais, comportamentos da época, a educação cristã entre outros. Tendo como resultado a publicação de documentos intitulados de Constituições, Decretos e Declarações. Houve mudanças em rituais como a missa que deixou de ser celebrada obrigatoriamente em latim e passou a ser realizada no idioma de cada país. Mesmo promovendo algumas mudanças a Igreja ainda se comportaria de maneira conservadora defendendo o celibato ou condenando o sexo antes do casamento. Para saber mais acesse [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat\\_ii\\_decl\\_19651028\\_gravissimum-educationis\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat_ii_decl_19651028_gravissimum-educationis_po.html).

contribuição para a garantia do acesso feminino à esfera escolar, defendendo a concepção de que:

**[...] Direito universal à educação.**

1. Todos os homens, de qualquer estirpe, condição e idade, visto gozarem da dignidade de pessoa, têm direito inalienável a uma educação correspondente ao próprio fim, acomodada à própria índole, sexo, cultura e tradições pátrias, e, ao mesmo tempo, aberta ao consórcio fraterno com os outros povos para favorecer a verdadeira unidade e paz na terra. A verdadeira educação, porém, pretende a formação da pessoa humana em ordem ao seu fim último e, ao mesmo tempo, ao bem das sociedades de que o homem é membro e em cujas responsabilidades, uma vez adulto, tomará parte. (JOAO XXIII, Declaração - Gravissimum Educationis, 1962-1965)

As escolas mistas se tornaram um preceito para as escolas católicas, com Concílio do Vaticano II. Assim, a Igreja Católica baseada não apenas na fé e suas Diretrizes, mas também no mesmo pressuposto econômico defendido pelos gestores do âmbito educacional abriu classes mistas nas pequenas cidades do país. Ainda assim, muitos foram os artifícios utilizados para que meninos e meninas tivessem pouco ou nenhum contato nesses ambientes, como dividir a sala com meninas sentadas de um lado e meninos de outro.

Ressaltamos que, em se tratando da apresentação dessa cartografia educacional de gênero, a esfera escolar era a cada dia mais cenário de reflexão, teorias, renovações. Diversas reformas educacionais foram propostas no âmbito nacional<sup>22</sup>, uma delas foi a Lei Orgânica de nº 4.244, do Ensino Secundário de Capanema, em 09 de abril de 1942, estabeleceu que:

**[...] Título III – Do ensino secundário feminino.**

**Art. 25.** Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por

<sup>22</sup> Podemos citar a de Benjamin Constant (1890-1891) voltada a laicidade do ensino primário e secundário; Reforma Epiácio Pessoa (1901) mudando o ensino secundário para seis anos; Reforma Rivadávia Corrêa (1911) Lei Orgânica sobre ensino superior e fundamental; Carlos Maximiliano (1915) Lei que reorganiza o ensino secundário e superior; Reforma João Luiz Alves (1925) conhecida por Lei Rocha Vaz, cria a disciplina “moral e cívica”; Reforma Francisco Campos (1931) reestruturou o ensino superior; A Escola Nova e o Manifesto dos Pioneiros de 1932, Reforma Gustavo Capanema (1942) entre outras.

motivo relevante e, dada especial autorização do Ministério de Educação.

3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.

4. A orientação metodológica dos programas **terá em mira a natureza da personalidade feminina** e bem assim **a missão da mulher dentro do lar** (BRASIL, 1942, Art. 25).

Essa lei corroborou com o estereótipo de “rainha do lar”, evidenciando a missão da mulher; defendendo a necessidade da separação dos sexos, ou seja, todos os pontos trabalhados pelo discurso pedagógico desde a gênese do ensino formal no Brasil. Tomando como base algumas reformas e Leis republicanas, podemos dizer em linhas gerais, que as primeiras décadas da República não geraram grandes mutações no quadro de segregação escolar imposto ao feminino.

A mulher ganhou espaço na esfera escolar com a passagem do ensino sagrado para o ensino laico. A educação toma novos contornos com a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, legislação que visa regulamentar o ensino no país, seja ele público ou privado, determinando os princípios gerais da educação, entre outros pontos. A primeira LDB foi homologada em 1961, com a Lei nº 4.024/61, ganhando novas versões em 1971 e a última em 1996, Lei nº 9394/96 em vigor até o presente.

Entre as décadas de 1970 e 1980 emergiram os movimentos populares sociais, iniciando uma luta pela ressignificação de suas memórias, como meio de afirmação de suas identidades, reivindicando os direitos à cidadania e a participação política no país. Entre eles temos os movimentos liderados pelas minorias sociais como negros, mulheres, trabalhadores rurais.

A LDB de 1971 gerou mudanças significativas para as mulheres ao nivelar os cursos secundários. Com isso o curso Normal secundário, um “ramo intensamente frequentado pelas mulheres desde o final do século XIX, não foi mais discriminado por ser “apenas” um curso profissionalizante” (ROSEMBERG, 2013, p.334), ganhando assim uma nova conotação perante a sociedade. Esse nivelamento contribuiu para a maior participação da mulher na educação por intermédio da escola Normal, e posteriormente para a entrada delas no ensino superior.



Nos anos de 1970 a presença das mulheres nos cursos de Ciências Humanas colaborou para o desenvolvimento de estudos sobre a Mulher, onde a produção desses estudos fortaleceu as reivindicações por educação e as organizações feministas no espaço público. Nesse mesmo período, a concepção de gênero ganha força, o conceito passa a ser discutido como uma construção social usada para a identificação dos sexos, o que possibilitou ao movimento feminista combater a naturalização do masculino e feminino e dos estereótipos criados para cada um deles.

O movimento feminista se posicionou no combate às diferenças, almejando a igualdade de direitos. Embora as mulheres estivessem em grande número na esfera escolar, a educação feminina não atingiu o foco dos debates e, a ênfase maior recaiu sobre a mulher trabalhadora, algo visto como a porta de saída do Lar.

Já nos anos de 1980, a militância e os movimentos feministas gradativamente se formalizaram, engajando-se nos debates sobre a memória feminina, à autonomia e integridade de seu corpo, contra a violência doméstica, em prol dos direitos sexuais e reprodutivos.

Vale ressaltar que não foram apenas às esferas educacionais e religiosas que delimitaram o espaço feminino, a esfera jurídica também foi um forte dispositivo de civilidade republicana. O Código Civil de 1916, em algumas de suas versões legitimou a diferenciação entre homens e mulheres. Em alguns de seus preceitos a Lei “incorporava e legalizava o modelo que concebia a mulher como dependente e subordinada ao homem, e este como senhor da ação” (MALUF e MOTT, 2012, p.375). Conforme podemos perceber no Art.6 do Código<sup>23</sup>:

#### [...] CAPÍTULO I / DAS PESSOAS NATURAES

##### **Art. 6. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer:**

- I. Os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos (arts. 154 a 156).
  - II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.
  - III. Os pródigos.
  - IV. Os silvícolas.
- (LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916).

---

<sup>23</sup> Ver **LEI Nº 3.071**, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071/impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071/impresao.htm). Acesso em 12 de agosto de 2014.

Percebemos que a mulher era juridicamente considerada incapaz, e deveria ser tutelada pelo marido assim como os índios pelo Estado. Ela só obtinha legitimidade através do homem, seja ele o pai ou marido.

Mas, então como ficaria a Educação escolar das mulheres? Esse debate continuaria sendo feito em menor escala pelas feministas, frente ao desejo de emancipação política e social pleiteado pelas mulheres. A situação educacional da mulher deixou o Estado em uma situação confortável, já que os índices apontavam como satisfatória a participação feminina, muitas vezes chegava a ser superior à masculina. Os índices acabaram encobrendo as melhorias a serem promovidas nesse campo (ROSEMBERG, 2013).

A mulher chegou à escola, no entanto, as mudanças em sua condição social permaneciam sendo um fator a ser priorizado. O modo como se deu a feminização do ensino é o que vamos problematizar na sequência.

### **2.3 Esposa e professora: as Escolas Normais e a geometrização pedagógica**

As Escolas Normais<sup>24</sup> foram criadas no país em meados dos anos de 1830, a primeira do país foi instalada em 1835 no Rio de Janeiro. Inicialmente eram frequentadas apenas por homens, tempos depois passariam a ser um espaço ocupado em maior número pelas mulheres. A feminização desse ofício aconteceu no momento em que a Igreja católica foi perdendo seu poder frente aos poderes instituídos, e a secularização ganhou espaço na sociedade.

As escolas Normais no Brasil surgem vinculadas aos Liceus, mediante a necessidade de suprir a carência de professores de modo a enfrentar o crescimento da demanda escolar. Somente em 1946 é criada uma legislação para essa modalidade de ensino, o Decreto Lei nº 8.530, de 02 de Janeiro de 1946. O magistério e a criação das escolas normais promoveram a maior participação das mulheres no campo educacional, isso foi o alicerce para que elas pudessem chegar ao ensino superior.

---

<sup>24</sup> As escolas para a formação de professores primários são criadas na França em torno de 1794 com a denominação de Escolas Normais. Como nosso sistema educacional sofreu influência do modelo francês elas também são implantadas no Brasil

A feminização desse ofício deu-se também pelo abandono dos homens, que passaram a exercer outras atividades, muitas vezes em áreas exclusivamente masculinas. A deserção masculina da profissão gerou a preocupação no Estado de que os meninos pudessem ficar sem aulas por falta de mestres, assim foi permitido às mulheres dar aulas a ambos os sexos, aos meninos com no máximo 12/14 anos, buscando proteger a sexualidade de ambos e preservar as mulheres.

Dessa forma, lecionar tornou-se gradativamente um mister feminino, mas o trabalho fora do lar deveria ser provisório, para que assim a mulher pudesse desempenhar bem sua tarefa profissional, considerada secundária e, suas atribuições domésticas permaneceriam ainda as prioritárias. “A atuação profissional de meio período permitia a conciliação das duas ocupações, sem impedir suas funções sociais de esposa, dona do lar e mãe” (PERROT, 2005).

Para eliminar os receios de que a mulher não teria o mesmo potencial racional lógico dos homens, o Estado buscou fortalecer a concepção de que elas seriam por natureza as primeiras educadoras de qualquer indivíduo. Ou seja, para legitimar a presença feminina no cargo, é usado o discurso de que elas eram mais apropriadas ao ensino das crianças por seu lado maternal. Construindo representações para a profissão, como o de pessoas dóceis, aplicadas, pacientes que, desempenham não um trabalho, mas uma vocação, um ato de amor (LOURO 2012). Produção simbólica que perdura até os dias atuais no imaginário social brasileiro, paraibano e campinense.

Na Província da Paraíba, a criação da Escola Normal foi alvo de muitas discussões, partindo do princípio de que era necessário preparar os mestres, que em muitos casos ainda frequentavam o primário. A primeira Escola Normal paraibana, criada pela Lei nº30 de 30 /06/1884 foi construída na Rua Nova, atual Rua General Osório nº 253, fazendo esquina com a Rua Peregrino de Carvalho. De acordo com Mello, na referida instituição, foram abertas turmas para cada sexo, essas iriam funcionar em edifícios separados, mas apenas a turma feminina foi efetivamente formada. Pela ausência de matrículas de alunos do sexo masculino, um ano depois seria fechada a oferta de turma para homens, tornando-se uma escola exclusivamente feminina. A procura por essa formação inicialmente foi pequena, a primeira turma concluiu em 1888 com apenas quatro mulheres. “Cumprir deixar consignados aqui os nomes das normalistas que abriram o caminho (...) D. Amália Garcez Alves de Lima, Aquilina Amélia de Oliveira, Anna Higina Bittencourt Pessôa e Felismina Etelvina de

Vasconcelos” (MELLO, 1956, p.60). Essas mulheres são citadas e aclamadas como desbravadoras, representantes das mudanças ocorridas na Instrução.

A cidade de Campina Grande recebeu em 08 de Abril de 1960 uma Escola Normal, vinculada à secretária Estadual de Ensino. Funcionando inicialmente com duas salas de aula, sendo uma para o funcionamento das aulas, a outra para servir de diretoria e secretaria. A primeira turma funcionou com 25 alunos. Esse número cresce para 70 normalistas no ano de 1962, distribuídas nas três séries do ensino normal. Já no ano de 1965, a escola contava com 275 alunas. No início da década de 1980 a Escola Normal Estadual recebeu o nome de Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, localizada desde então na Avenida Prefeito Severino Bezerra Cabral, s/n, Catolé.

As escolas são permeadas de sentidos, presentes desde a estrutura do prédio, o fardamento, a organização das salas e corredores, tudo para diferenciá-las de outras escolas. Nelas, as mulheres eram informadas e formadas, a vigilância, a disciplina, eram a base primordial para que cada mulher pudesse desenvolver o domínio de si mesma. Não foi apenas nas escolas primárias que o contato entre homens e mulheres foi evitado, pois nas escolas Normais a coeducação também foi motivo de preocupação e vigilância. Muitas estratégias foram utilizadas para separar os dois sexos nesses espaços, quando não era possível evitar que ambos assistissem aulas na mesma escola, eles eram separados por salas, ou mesmo por cadeiras dispostas em lados opostos.

A concepção de que a escola é uma extensão do Lar, contribuiu para legitimar socialmente os papéis da mulher mãe-professora, fortalecendo a ideia de que a educação das crianças deveria ser uma incumbência exclusivamente feminina. Dessa forma, as mulheres saíram do confinamento do lar, mas em sua atuação nos espaços públicos e cotidiano escolar, reproduziam os seus papéis familiares.

Retomando ao papel da legislação educacional, foram elaboradas no ano de 1990 reformulações para a LDB de 1971, uma vez que a legislação teria ficado obsoleta depois da Constituição de 1988. Assim, foi elaborada a Lei 9394/96 pautada no princípio do direito universal à educação para todos que, tem entre os novos pontos abordados a inclusão da educação infantil de creches e pré-escolas, como primeira etapa da educação básica, além de regularizar todos os níveis de ensino no Brasil nos estabelecimentos públicos e privados. Garantindo em lei os mesmos direitos independentes de sexo, credo ou classe social.

No mesmo ano, o Ministério da Educação determinou a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’S, que se aproxima das ideias dos Annales, propondo a abordagem de novas temáticas, com a intenção de nortear e garantir a formação básica comum a todos os sujeitos. Evitando assim a prática das formações distintas.

Os sujeitos são educados em seu tempo, assim acreditamos que a mudança nos modelos de governo pouco alterou a concepção de educação destinada ao feminino, à defesa pelo acesso à educação formal por parte da mulher não estava vinculada a ideia de emancipação e inserção na vida pública. Somente a partir da década de 1970 legislações e diretrizes significativas passam aos poucos, a modificar o cenário da educação feminina.

Podemos observar que em nosso país, desde a colônia o discurso pedagógico tem colaborado para o sexismo educacional, adotando propósitos distintos para o masculino e o feminino, além de produzir, reproduzir e naturalizar estereótipos, tomando por argumentos valores burgueses, conservadores e excludentes.

Vale ressaltar que os sistemas, as concepções de ensino para meninos e meninas não foram processos exclusivos e homogêneos, pelo contrário as formas, práticas eram diversificadas em cada período abordado. A distinção na oferta da educação não se limitou apenas à questão de gênero, mas também esteve relacionada à etnia e a categoria de classe social.

#### **2.4 Aluna e esposa: as Formações Domésticas**

A ideologia liberal no Brasil alimentou o pensamento escolanovista de que a reconstrução da sociedade brasileira só seria possível mediante uma reformulação da educação. A preocupação com a formação do cidadão tornou-se evidente, logo era preciso incluir as mulheres no processo de ensino porque elas são as primeiras a atuar na formação cultural e moral de seus filhos.

As vozes que reclamavam a sua inserção no âmbito escolar pareciam se apoiar na ideia de preparação para o lar, o matrimônio e a maternidade. O casamento mais que a união entre duas pessoas, é uma convenção. Uma instituição, pensada como um instrumento indispensável de controle e regulamentação das relações sociais. A representação dessa união gerou expressões populares como “*mulher pra casar*”, a

“rainha do lar”, a “moça direita”, “honestá”, a “menina de família”, a “boa esposa”, a “mãe dedicada”. As moças que atingiam uma idade elevada sem casar passavam a ser cobradas socialmente, para algumas era motivo de lamento por ficarem “solteironas”, “pra titia” sem atingir a máxima feminina de serem esposas e mães. Para as mulheres que não desejavam casar ou para aquelas envolvidas em relações “escusas”, as classificações que lhes perseguiam era as de: “levianas”, “mulheres fáceis”, “mulheres perdidas”. O matrimônio era o momento para o qual as meninas eram preparadas desde a infância, por isso, esse evento para muitas pessoas era considerado como o maior empreendimento de suas vidas.

A preparação para o matrimônio incluía as noções de Economia Doméstica. O termo Economia deriva do grego, oikos (casa) e nomos (lei ou costume); a palavra Economia significa lei ou regras da casa (ROSSETTI, 2002) <sup>25</sup>. Logo, a Economia Doméstica se constituía como um conjunto de procedimentos e regras em prol do bom funcionamento da casa, algo muito importante para uma sociedade em que a divisão sexual do trabalho era praticada. O homem se dirigia a rua para exercer trabalhos remunerados e sustentar a família, já a mulher ocupava-se com o funcionamento e manutenção do lar, os cuidados necessários à criação dos filhos, a administração dos gastos diários e mensais da casa.

A Economia Doméstica está vinculada a duas concepções, a primeira alusiva à administração do lar e a segunda à área profissional do economista doméstico. Ambas se relacionam, o curso superior de Economia Doméstica surge da defesa do bom gerenciamento do lar. A Economia Doméstica é instituída como um componente curricular das escolas primárias do Brasil, desde a Primeira Lei Geral da educação de 1827. Não havendo um currículo específico, inicialmente eram ministradas aulas sobre os trabalhos com as agulhas, como bordados e rendas, aos poucos esse currículo foi ampliado para cozinha, limpeza da casa, higiene.

As mulheres percorreram um longo caminho até chegarem ao posto de alunas, buscando instrução, espaços de sociabilidades e vias de emancipação. Já as alunas das formações domésticas faziam o caminho contrário, iam para a escola em busca de cabedal para a vida no Lar.

---

<sup>25</sup> ROSSETTI, J. P. Introdução à Economia. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

As atividades domésticas estão presentes na educação feminina brasileira desde a tenra idade, as mulheres eram educadas desde a infância para reprimir seu corpo, suas vontades, cultivar a pureza, o exercício da docilidade, da obediência, também para internalizar a descrição dos gestos, o polimento das ações, a manutenção dos valores e moral vigente. Elas não deviam expor-se ao mundo masculino, à subversão, ao ócio ou aos perigos da rua.

Partindo da compreensão de que não se podia entregar o lar de qualquer maneira as mulheres, temos a importância de se institucionalizar e organizar os saberes voltados ao privado, a casa (PERROT, 1988). Dessa forma, uma série de refinamentos foram aplicados às mulheres para possibilitar que sua honra fosse evidenciada perante os possíveis esposos, assim elas seriam apresentadas como um “bom partido”.

As competências com as agulhas, os bordados e os dons culinários eram aprendizagens fundamentais na educação escolar das mulheres, para torná-las não somente uma boa companhia ao esposo, mas também capacitá-las para bem representá-las perante a sociedade. Além das prendas domésticas em alguns casos elas frequentavam outras aulas como as de música e francês.

O objetivo era dar maior eficácia às tarefas domésticas, transformando cada aluna em uma verdadeira dona do lar para que, elas desde cedo pudessem internalizar modos e valores voltados à vida familiar.

Nesse processo de profissionalização feminina no Brasil, as prendas domésticas tornam-se disciplina escolar, um saber institucionalizado em prol da família. Aos poucos surgem os cursos de Formação Familiar<sup>26</sup> e os cursos de nível Superior em Economia Doméstica, um saber destinado a preparar as mulheres para cuidar do lar e da família:

[...] Fim das receitas de Tia Maria e os pequenos truques da Vovó! Nada iguala o ensino doméstico dos cursos e das escolas. Ensino magistral, mecanização, organização científica do espaço e do tempo que transforma cozinha em laboratório e a dona de casa em engenheiro tayloriano [...] É preciso tudo isto para manter as mulheres em casa e desviá-las do assalariamento (PERROT, 2005, p.256).

---

<sup>26</sup> As Formações Domésticas, cursos preparatórios para o casamento, também são chamadas de Formação Familiar. Retomaremos a discussão sobre as Formações Domésticas no segundo capítulo, onde abordaremos a Formação Familiar do Instituto Pax – Campina Grande/PB.

A organização do lar é a carta de apresentação de uma boa dona de casa, que para isso precisa acionar uma série de habilidades e conhecimentos. Nesse sentido, surge a disciplina de Economia Doméstica, depois as Formações Domésticas como cursos técnicos e posteriormente os cursos superiores visando dar cientificidade as noções e práticas voltadas à esfera doméstica.

De acordo com Bastos e Garcia (1999), na França em 1869 as moças passaram a contar com a obra de Madame Eugène Hippeau<sup>27</sup>, intitulada *Cours d'Economie Domestique*, um trabalho composto por 12 lições ministradas em cursos secundários femininos. Pouco tempo depois essa obra foi traduzida para o português.

Uma década depois de lançada, as ideias de Mme Hippeau chegaram ao Brasil, através do trabalho de Felix Ferreira<sup>28</sup> que, lançou *Noções da Vida Doméstica (1879)*, uma tradução e adaptação da obra francesa. Esse trabalho foi considerado uma inovação na literatura destinada à educação da mulher, razão para ter sido adotado em 1880 nas escolas públicas de todo o país, não apenas para transmitir conhecimentos sobre o lar, mas também para consolidar a moral e os bons costumes cristãos/burgueses; aprendizados que aos poucos deveriam fugir do empirismo e ganhar aspectos científicos.

No Brasil, o primeiro curso feminino a abordar noções de prendas domésticas foi realizado no Rio de Janeiro no Colégio Pedro II em 1881, algo incipiente, já que a Economia Doméstica só iria ser instituída como disciplina das séries ginasiais no ano de 1827.

Com o advento da indústria no país, famílias saem das áreas rurais para a cidade atraídas por oportunidades de emprego entre os trabalhadores fabris, estava à parcela feminina. Segundo Oliveira (2006), a crise da instituição Familiar e os índices de separações levaram o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio a criar em 1909 a cadeira de Economia Doméstica nos cursos profissionalizantes femininos de São Paulo,

---

<sup>27</sup> Sem maiores dados sobre a vida de Mme Hippeau, apenas que ela foi casada com Celestine Hippeau, ambos lecionavam em escolas francesas. Alguns relatórios dele sobre a instrução pública, produzidos entre 1860 e 1880 teve repercussão no Brasil. Acredita-se que o estudo de suas obras tenha contribuído para o conhecimento do Livro de sua esposa. Sobre essas informações ver BASTOS e GARCIA (1999).

<sup>28</sup> Félix Ferreira (RJ 1841 - 1898). Foi escritor, jornalista e historiador da arte. Trabalhou na Biblioteca Nacional, colaborou com revistas e publicou livros na área de educação. Informações contidas em Enciclopedia Itaú Cultural. Disponível em <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa410450/F%C3%A9lix-Ferreira>. Acesso em 28 set 2014.



visando contribuir com a melhoria de vida das famílias, aplicando um gerenciamento eficiente pautado no discurso da ciência.

No ano de 1914 é inaugurada a Escola Doméstica de Natal, a primeira escola para o sexo feminino do Estado do Rio Grande do Norte. Inspirada no modelo suíço, o educandário estava atrelado ao projeto de modernidade da cidade, tornando-se uma referência em educação feminina no país. Pela proximidade entre os estados, essa escola tornou-se afamada entre as jovens paraibanas e campinenses.

Com a Lei Orgânica do Ensino Secundário no ano de 1942, o curso de Formação Doméstica é estendido a todas as séries do ginásio e científico com o objetivo de instruir as moças para gerenciar, organizar e higienizar o lar, além das aulas de boas maneiras. (AMARAL JR. 2013). Logo esses cursos se propagam, com a educação feminina vinculada às propostas de modernização das cidades.

Cursos acadêmicos em economia doméstica surgem na década de 1950, como já mencionamos estavam atrelados às necessidades das comunidades rurais, o saber científico é aplicado para ajudar as famílias com noções de cuidados do lar, conservação de alimentos, puericultura, redução do orçamento familiar etc., também surgem Cursos Técnicos a nível médio.

O primeiro curso superior de Economia Doméstica do país foi criado em 1952, na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), que mais tarde passa a ser à Universidade Federal de Viçosa (UFV). Além dele, temos mais quatro graduações funcionando no presente momento no Brasil, distribuídos na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Universidade Federal do Ceará – UFC, Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

A Economia Doméstica atuou não apenas na instrução feminina, mas na produção de identidades e representações para o ser mulher, o casamento, o ser mãe, a dona-do-lar. Informação e formação era a receita aplicada. O investimento em torno da “pedagogia do casamento” não partiu apenas das práticas curriculares formais, mas também foi transmitido em outros espaços formativos como a imprensa, com as publicações literárias, os jornais, as revistas, os manuais destinados às mulheres e o cinema. A “pedagogia do casamento” alimentava o desejo das mulheres de conquistar a felicidade plena, algo que só seria possível através do casamento e da maternidade. Para

ter bom êxito nessa busca às mulheres deviam se preparar, através da escolarização do doméstico deveriam seguir as orientações, comportamento e aprender conhecimentos relacionados às prendas domésticas. Dessa forma a Igreja católica, o Estado e a Família vão se unir para guiar às mulheres ao refinamento e às regras de civilidade.

Vejamos como a imprensa investiu imagética e discursivamente na construção das identidades femininas domésticas de modo fortalecedor no projeto civilizatório burguês produtor do diálogo harmonioso e complementar entre: mundo da casa e o mundo da rua.

## **2.5 A Imprensa: para elas e por elas**

Muitas mulheres no Brasil aprenderam a ler e escrever em um período histórico posterior ao dos homens, sendo submetidas a processos de escolarização marcados por uma série de ressalvas usadas pela sociedade burguesa para manter os códigos de postura vigente, obrigando as moças a estabelecer uma luta constante pelo acesso às letras. Evidenciamos que “escrita e saber estiveram, em geral, ligados ao poder e funcionaram como forma de dominação ao descreverem modos de socialização, papéis sociais e até sentimentos esperados” (TELLES, 2012, p.401-402).

Silenciadas até o século XIX, as mulheres - nas sociedades ocidentais - eram educadas a guardar suas palavras e pensamentos para si, ao passo que deveriam praticar a escuta. O poder simbólico do silêncio não se restringia apenas a voz, mas também ao condicionamento dos corpos, a discrição de gestos, expressões e escrita. O acesso delas, à leitura e a escrita poderia abrir espaço aos anseios e devaneios. “Pois o silêncio era ao mesmo tempo disciplina do mundo, das famílias, dos corpos, regra política, social, familiar [...] pessoal.” (PERROT, 2005, p.10). A disciplina anuncia o forte desejo de que as mulheres fossem “mudas”, bem como a necessidade de contê-las em todo momento, já que falam enquanto deslocam-se pelas ruas, no mercado, na igreja, além de falar pelos gestos e pelo olhar.

Assim, elas detinham-se em seu cotidiano, restrito geograficamente à produção privada, à escrita de cartas, diários, cadernos de receitas e pequenas anotações, muitas não registravam seus anseios e segredos por pudor ou temor de poderem ser revelados. Os registros femininos de próprio punho foram durante muito tempo, negligenciados

pelos historiadores, em contrapartida, muitos são os discursos e imagens sobre elas, produzidos pela ótica masculina, onde as mulheres foram mais imaginadas do que ouvidas e narradas.

Além da formação intelectual, a palavra escrita assumia outro papel para as mulheres, a imprensa passa a ser vista como um canal de manifestação feminina contra as condições às quais as mulheres eram submetidas socialmente, uma ferramenta em busca de seu direito à palavra e emancipação. Sobre a possibilidade de tomada da palavra:

[...] Depende de seu acesso aos meios de expressão: o gesto, a fala, a escrita. O uso desta última, essencial, repousa sobre seu grau de escolarização e o tipo de escrita que lhes é concedido. Inicialmente isoladas na escrita privada e familiar, autorizadas a formas específicas de escrita pública (educação, caridade, cozinha, etiqueta...) elas se apropriaram progressivamente de todos os campos de comunicação – o jornalismo por exemplo – e da criação (PERROT, 2005,p.13).

Para ter o acesso à imprensa no sentido de produção e divulgação, as mulheres atravessaram espaços demarcados que, ao longo da atuação feminina foram sendo reestabelecidos. As publicações voltadas às mulheres demoraram a aparecer, a maior parte das mulheres tinha o contato com a palavra impressa através da leitura bíblica ou por eventuais materiais usados em sua alfabetização.

Sutilmente foram surgindo obras impressas para elas, ou ligadas à imagem da mulher leitora como por exemplo, o romance. Advindo do século XVIII na Europa, o romance se estabelece no século XIX e caiu no gosto das leitoras porque permitia que as mesmas em seu recanto, seu isolamento diário pudessem ter acesso a diversas tramas sobre a vida cotidiana. Uma literatura recheada de códigos culturais e comportamentos utilizados para afirmar o ideário burguês, pautado nos binários homem/mulher, público/privado, pai/mãe. O exercício feminino da leitura despertava desconfiança, acreditava-se que as mulheres por sua “natureza” frágil e vulnerável corriam o risco de se deixarem levar pela ficção, pela fantasia dessas obras.

O contato com o mercado editorial foi estendido a outros estilos, ao longo do século XIX foram surgindo publicações voltadas às mulheres como as produções literárias, jornais e revistas. Mais que leitoras, abriu-se espaço para as mulheres escritoras, muitas obras foram produzidas no campo literário.

No século XIX em meio às transformações urbanas, os signos da modernidade presentes na Corte geraram novos espaços de sociabilidades. O requinte do lar foi usado como um diferencial simbólico entre as classes populares, à medida que as elites cariocas abriam suas casas para os íntimos, a mulher e o trabalho doméstico eram expostos e avaliados socialmente. Supomos que de certa maneira isso contribuía para o interesse em torno de técnicas e aparatos para o bom funcionamento do lar, assim como a procura por informação, elegância e refinamento.

Nesse contexto, os jornais se configuraram como importante instrumento de letramento, sendo usados pelas mulheres, tratando de assuntos domésticos, frívolos. Na verdade, esse meio de comunicação foi usado pelas mulheres como uma via para apontar sua marginalização política, reclamar direitos e formar uma consciência feminina.

Assim é lançado em 1852 o primeiro periódico brasileiro escrito por mulheres: “O Jornal das Senhoras – OJS”<sup>29</sup>. Fundado pela argentina Joana Paula Manso Noronha (1819-1875) naturalizada brasileira, o jornal circulou por cerca de três anos sempre aos domingos e suas páginas tratavam de temas como Moda (trazendo moldes e os figurinos franceses), poemas, Bellas-Artes, Theatros, e crítica, pois contemplava a diferença aplicada a cada sexo e o debate em torno da emancipação da mulher.

Em sua direção, Joana “defendia o casamento como um destino de mulher, afirmando que a emancipação feminina não passava pela rebelião” (SCHUMACHER e BRASIL, 2000, p294). É interessante perceber que por estarem permeados pelo imaginário social da época, os jornais estabeleciam posturas ambíguas, de um lado colaboravam na construção de papéis diferentes para cada gênero, evidenciando a “função sagrada da mulher”, mas por outro lado traziam textos com reivindicações femininas. Tomamos uma edição do Jornal das Senhoras de 1852 para exemplificar essas visões opostas no poema: **A Mulher perante Deus e o mundo**.

[...] A humanidade tem, pois na mulher, o symbolo do seu progresso.  
Mas a mulher nasce apenas **destinada para o seu fim**, e não formada;

<sup>29</sup> **Jornal das Senhoras** – impresso pela Typographia de Santos & Silva Junior, localizada na rua da Carioca. A Biblioteca Nacional reuniu 156 edições, os exemplares foram digitalizados e estão disponíveis para download no link [http:// objdigital.bn.br/ acervo\\_digital/ div\\_periodicos/ per700096/ per700096 anuario.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per700096/per700096_anuario.htm)

se os homens lhe negarem os meios para a sua ilustração, negam o que há de mais necessário à sua existência, e a sociedade será destruída pela corrupção, porque a mulher, não sabendo desempenhar os **seus deveres**, deixa apenas homens meio formados, ou nada aptos a se conhecerem, e então de tudo escarnecerão eles, escarnecendo de si próprios.

A verdade mais incontestável é que, **a mulher é como o homem, apta para os trabalhos da inteligência** e, seria absurdo supôr o contrário, quando á delicada sensibilidade que ellas juntam ao seu espírito as torna por muitos títulos superiores ao homem, por isso que tem mais clara concepção. (JS, 03/10/1852, p.107) (grifos nossos).

Curioso, o poema expõe a igualdade de capacidade entre os gêneros e reclama o direito feminino à instrução, mas a defesa da educação pauta-se na concepção de que ela está intimamente vinculada à formação do homem. Reforçando a ideia de “papel social feminino” para a maternidade, o lar e a família, onde a ausência de uma preparação adequada das moças poderia ser nociva à manutenção da sociedade. Já no final, o poema sugere uma superioridade feminina. Algo que era bem comum nesses periódicos é que, ora defendia o status quo, ora as transformações das representações femininas.

As publicações femininas se intensificavam por ser espaço onde as escritoras falavam do universo feminino, da “missão sagrada feminina” como também reclamavam a igualdade dos direitos entre os gêneros. A ampliação dos temas abordados nesses editoriais aumentava gradativamente o mercado consumidor.

Outro folhetim notório no país foi o *Jornal das Moças*<sup>30</sup>, uma “revista quinzenal ilustrada”<sup>31</sup> que anos depois passaria a ser semanal, publicado as quartas. Um periódico de entretenimento e moda que, circulou no país de 1914 a 1965, abordava temas como beleza, o lar, moda, relacionamentos, educação, poemas, crônicas, acontecimentos sociais, os romances, curiosidades e as notas publicitárias.

O folhetim composto por textos e fotografias era distribuído por todo o país, todavia em alguns estados além das capitais circulava em algumas cidades do interior, como é o caso de Campina Grande - PB. Em sua página de abertura, o jornal traça seu perfil, evidenciando a que se destinava:

<sup>30</sup> **Jornal das Moças**: A Fundação Biblioteca Nacional disponibiliza os exemplares de 1914 a 1961 para download em <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031>

<sup>31</sup> Nota alusiva, presente no início do periódico de maio de 1914 (JM, 21/05/1914). Disponível em [http://memoria.bn.br/pdf2/111031/per111031\\_1914\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf2/111031/per111031_1914_00001.pdf). Acesso em 02 de outubro de 2014.

[...] Levar ao lar das famílias patriciais, além da graça e do bom humor que empolgam, da música e canto que embalam, os brincos e contos infantis que deleitam, a moda que agrada, do romance que desfaz as visões tristes da existência, da nota mundana que satisfaz a curiosidade insofrida, os conhecimentos uteis que instruem, eis certamente a mais bella feição da imprensa que procura viver do favor público (JM, 21/05/1914, p.3).

Além de permitir que as moças acompanhassem as tendências de moda francesa, o estilo de vida europeu e/ou os acontecimentos nacionais, ambos os jornais eram utilizados em favor do discurso pedagógico para a manutenção dos papéis sociais estabelecidos para homens e mulheres, embora abrisse espaço para reivindicações.

Veremos que assim como os jornais, as revistas femininas sofreram a influência do imaginário social ao qual pertenciam. Difundiram ao público as concepções em torno do que era ser homem e do que era ser mulher de acordo com a época de publicação, ora reproduzindo o sexismo educacional, ora questionando-o.

### **2.5.1 Folheando revistas e construindo identidades femininas: O Anuário das Senhoras**

Os anos de 1950 é o período “pós-guerra”. No Brasil, o desenvolvimento industrial e urbano contribuiu para a elevação da classe média, esses pontos aliados à ampliação do acesso a escolarização e a informação resultou num período marcado pelo consumo de bens em geral. Também chamados de *Anos Dourados*, essa fase marcou o retorno à estabilidade, uma espécie de vitrine que promovia o conforto e a “boa vida” diante do mundo ferido pela Guerra.

Nesse mesmo período, a Televisão chega ao Brasil, trazendo notícias do exterior e divulgando os fatos nacionais, esse instrumento invadiu a esfera privada passando a influenciar no cotidiano das famílias. A televisão, o rádio e o cinema disseminaram tendências, alteraram códigos de posturas/costumes, introduzindo a cultura de massas. Os meios de comunicação inseriram novas ideias e pensamentos no país, como a revelia e busca pela emancipação feminina. Tempos de ambiguidades, de um lado as práticas sociais se modificavam e as diferenças entre homens e mulheres começavam a ser redimensionadas, do outro os papéis sociais estabelecidos para o masculino e o

feminino continuavam sendo defendidos e reforçados pelos valores burgueses e o ideário cristão.

No Brasil, as ideias feministas introduzidas pelos meios de comunicação não atingiram todas as localidades ao mesmo tempo e do mesmo modo. Evidente que não devemos imaginar a mulher como uma categoria única, homogênea. Nesse sentido é pertinente pensar na concepção de cartografia usada por Rolnik (1989) no sentido de desnaturalizar as experiências femininas e pensá-las como algo móvel na perspectiva de relativizar essas posições identitárias.

Algumas se dedicavam à família, ao matrimônio, já outras aspiravam a sua autonomia enquanto mulher. Segundo Keila Queiroz e Silva (1999), essas coexistências estão presentes na Campina Grande dos anos 1950 e 1960, onde havia mulheres que correspondiam à concepção vigente de mulher-esposa-mãe, enquanto outras vivenciaram experiências que iam de encontro a esse ideário. A referida pesquisa aborda as múltiplas formas de amar, de ser homem e mulher e de ser família, estabelecidas na cidade e que foram arrolados no discurso da Justiça paraibana. Algumas mulheres foram personagens de desencontros amorosos e condutas desviantes, por exemplo.

Entre os casos analisados pela historiadora, selecionamos uma história de descontinuidade a do casal Maria José e José Bonifácio que, depois de alguns meses de relacionamento decidiram casar. Poderíamos afirmar que esta relação correspondia perfeitamente ao padrão amoroso celebrado na época, se não fosse seu desfecho. Na noite de núpcias do casal, o esposo descobriu que sua amada era uma mulher deflorada, José Bonifácio sentindo-se enganado decide abrir mão de seu amor para reivindicar na justiça com a nulidade do seu matrimônio. Maria teve seu caráter e sua união colocados em cheque por sua atitude transgressora, uma mulher que ousou viver seus impulsos sexuais de maneira *leviana* ameaçava o ideal feminino vigente e por essa razão só confessou seu desvio mediante a fatídica noite de núpcias. Protagonista de uma história de descontinuidade, ela era uma ameaça à ordem e ao espaço urbano.

Mencionamos esse caso para exemplificar e ressaltar a heterogeneidade de sensibilidades femininas, presentes em todo momento histórico, ao mesmo tempo reconhecendo os comportamentos e costumes predominantes em cada época. Veremos que essa diversidade de comportamentos, sensibilidades e ideias compõem as páginas dos jornais e revistas da época, que circularam no país.

Os magazines aproximavam as leitoras da cultura e estilo de vida europeu, sobretudo francês, e norte americano. Esses periódicos focavam suas publicações no universo das classes abastadas, as mulheres das elites nacionais tornavam-se leitoras familiarizadas com as atrizes e ídolos do cinema, apreciadoras dos romances e das tendências de moda, tecendo assim novas sensibilidades femininas.

O mercado editorial brasileiro voltado às mulheres crescia gradativamente, as editoras passaram a investir cada vez mais no público feminino, inserido na cultura de massas, esses editoriais passaram a acompanhar mulheres de várias classes sociais.

As revistas são importantes documentos históricos por suas matérias e fontes iconográficas que, revelam muito da sociedade em que foram produzidas. Com a imprensa, elas puderam ser absorvidas e difundidas a exaustão. Destinadas à informação, cumpriam a função pedagógica de firmar e também formar identidades, transmitindo valores, evidenciando códigos de conduta, dando passagem a diversas concepções de feminilidade e sensibilidades modernas.

Entre as revistas femininas lançadas no país temos: **O Anuário das Senhoras - OAS**<sup>32</sup>, uma publicação carioca da Sociedade Anônima; O Malho que surgiu em 1934 e circulou até a década de 1950. Essa mesma editora possuía outros títulos como *O Lar, a Mulher e a Criança, Moda e Bordado, Álbum para noivas, Cama e Mesa, Enxoval do Bebê*, demonstrando que as publicações deste estilo tinham boa circulação e vendagem.

A escolha pela Revista OAS se explica pelo fato de uma das ex-alunas do Pax, protagonista da pesquisa possuir alguns exemplares desse editorial, herança de sua mãe. Edições que a acompanharam em sua formação para o lar, os volumes contêm anotações feitas de próprio punho, evidenciando o uso e aproveitamento desse material.

O Anuário das Senhoras era uma publicação anual, produzida sob a direção de Alba de Mello. As Revistas possuem em média de 250 a 300 páginas, organizadas em textos, ilustrações, fotografias e publicidades. Veículo de representações, códigos de conduta e posturas, trocas simbólicas do dia-a-dia. Uma espécie de almanaque recheado de dicas de beleza, artesanato, culinária, propagandas de produtos de saúde, móveis, decoração, artigos para crianças, curiosidades, textos e poemas sobre o universo feminino e notícias mundanas. Muitas mulheres brasileiras nas décadas de 1950 e 1960 tinham acesso a essa literatura, um importante espaço de memória.

---

<sup>32</sup> Ao tratar da revista além do nome O Anuário das Senhoras, utilizaremos também a sigla “OAS”.



Os lugares de memória, segundo Nora (1993), podem ser pensados sob três aspectos, lugar em que a memória se fixa e pode ser assimilado pelos sentidos (material), lugar cuja atribuição é fundamental a memória coletiva (funcional) e, lugar em que a memória coletiva se manifesta e se revela (simbólico). Esses três aspectos coexistem e são uma construção histórica, que pode nos revelar processos sociais, paixões, interesses, conflitos. São lugares com “vontade de memória”, “intenção de memória” (NORA, 1993: 22). Assim, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos”. Assim, compreendemos as revistas como instrumentos de mediação, retratam um contexto social e ao mesmo tempo participam do processo de constituição dos sujeitos, são lugares de memória que nos possibilitam analisar os papéis sociais daquela época.

O Anuário das Senhoras, continha textos, ilustrações, fotografias e propagandas. Estruturada em cinco eixos básicos: *A mulher* (higiene, saúde e beleza); *O casamento* (relacionamento com o esposo, o enxoval, o vestido da noiva, as roupas íntimas); *A maternidade* (dicas de cuidados com os filhos, roupas para o bebê, educação das crianças); *As utilidades domésticas* (produtos alimentícios, artigos de limpeza da casa, os eletrodomésticos); *As prendas domésticas* (técnicas de trabalhos manuais, culinária, uso das agulhas, dicas de decoração, entre outras). As iconografias eram todas em preto e branco, com exceção de raras ilustrações coloridas. Com a preocupação dos mínimos detalhes sobre o lar e a “missão feminina” neste ambiente, era ensinada toda a ritualística do cotidiano doméstico.

Diferente dos jornais, as revistas tinham uma vida útil maior, tanto em sua publicação quanto em seu conteúdo, ao serem bem sucedidas elas eram colecionadas e provavelmente consultadas sempre que preciso.

As imagens iconográficas são indícios de representações acerca do privado/público, homem/mulher, elas possuem um caráter polissêmico. O social produz uma série de marcos simbólicos, que visam tornar a realidade mais comunicável para os seus integrantes, estabelecendo códigos e identidades coletivas.

O vocábulo representação tem vários sentidos no português, no dicionário<sup>33</sup> encontramos entre outros: “**representação**: sf 1. Ação ou resultado de representar. 2. Interpretação de determinado personagem. 3. Imagem ou símbolo de alguma coisa”

---

<sup>33</sup> AULETE, Caudas. Minidicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. 3ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

(AULETE, 2011, p755) que, podem significar segundo essas definições “tornar algo presente” ou “retratar”. Na perspectiva de Chartier, representação é a relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro por analogia. O conceito ora pode evocar a ausência e ora pode sugerir a presença. Onde:

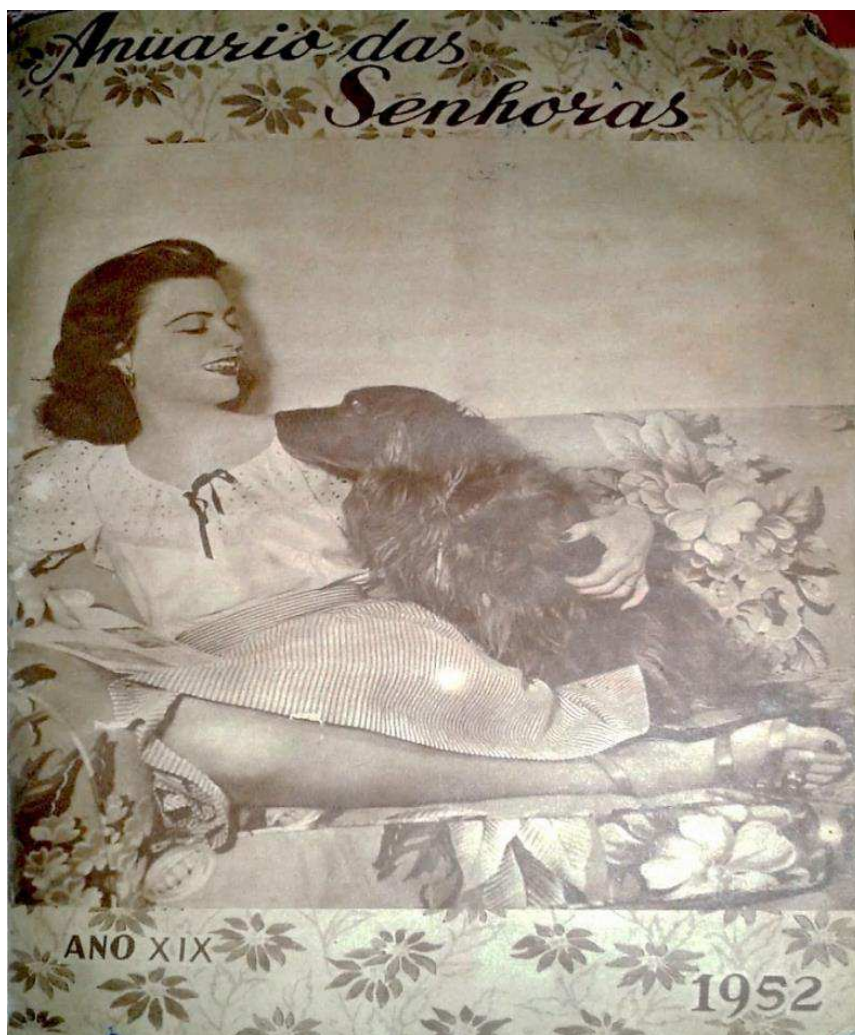
As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que, tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p17).

As edições do OAS são ricas em recursos imagéticos e representações simbólicas, que não se contrapõem à realidade, mas são um conjunto de ideias sobre o real, transformando-se no suporte de classificação e organização do próprio mundo social. As representações em torno do feminino, da família, do amor é o que aparenta ser, mas também o que os indivíduos representam sobre cada um deles (CHARTIER, 1990).

Tivemos o acesso a quatro edições, a de 1937 (em espanhol), 1947, 1952 e 1955, em todas elas as capas foram produzidas de maneira cuidadosa, os recursos imagéticos foram usados em consonância com o conteúdo interno. Em cada edição foi escolhido uma modelo, mas sempre fotografadas na esfera doméstica. As capas trazem em comum o fundo estampado por temas florais.

A edição do ano de 1952 traz em sua capa a fotografia de uma mulher com seu animal de estimação (imagem 2), nada mais idílico para o universo doméstico! Uma dama de fisionomia alegre, sugerindo um momento trivial, de aparência bem cuidada, unhas pintadas, cabelo arrumado e maquiada, demonstrando que a vida doméstica não deveria eliminar a feminilidade. O Lar é apresentado como um espaço agradável e seguro, onde a mulher reina. As revistas faziam referência à realidade das mulheres de

classe média e tinham nessa classe social seu público alvo, o que não significa dizer que as populares não pudessem adquirir os editoriais.



**Imagem 02:** Capa da revista O Anuário das Senhorias de 1952.

**Fonte:** Acervo de Eliete Queiroz Gurjão.

Cada detalhe da revista é pensado para despertar o interesse feminino em adquirir o Anuário, compreendendo que não há um modelo absoluto de ser mulher, logo o que a revista exhibe são representações do feminino. As edições ocupam-se em enfatizar os papéis sociais de homens e mulheres, evidenciando quais seriam os interesses femininos, seus atributos, o caráter de sua “natureza”, através de textos, iconografia e fotografias.

Os arquivos fotográficos possuem uma história em si, versam sobre gostos, pensamentos, sensibilidades, ou seja, possuem uma historicidade (KOSOY 2001). Assim como a linguagem verbal, “as fotos foram arrocadas a serviço de importantes instituições de controle, em especial a família e a polícia, como objetos simbólicos e

como fontes de informações” (SONTAG, 2004, p32). A vida em torno do lar era sacralizada, nas revistas em raras imagens, às mulheres aparecem ao ar livre, fora da esfera privada.

As fotografias são interpretações do mundo, elas promovem a sensação de “guardar” o mundo em nossas cabeças, onde “imagens fotografadas não parecem manifestações a respeito do mundo, mas sim pedaços dele, miniaturas da realidade que qualquer um pode fazer ou adquirir” (SONTAG, 2004, p 14-15). Percebemos que:

(...) a fotografia não expressaria nem neutralidade nem tampouco a produção realista e objetiva das coisas do mundo, mas é ela própria o resultado de condicionantes históricos interessados em construir uma realidade idealizada para atender a demandas bem objetivas de grupos no poder. Este esforço implica a instituição de uma forma de educar o olhar (CABRAL FILHO, p 24, 2009).

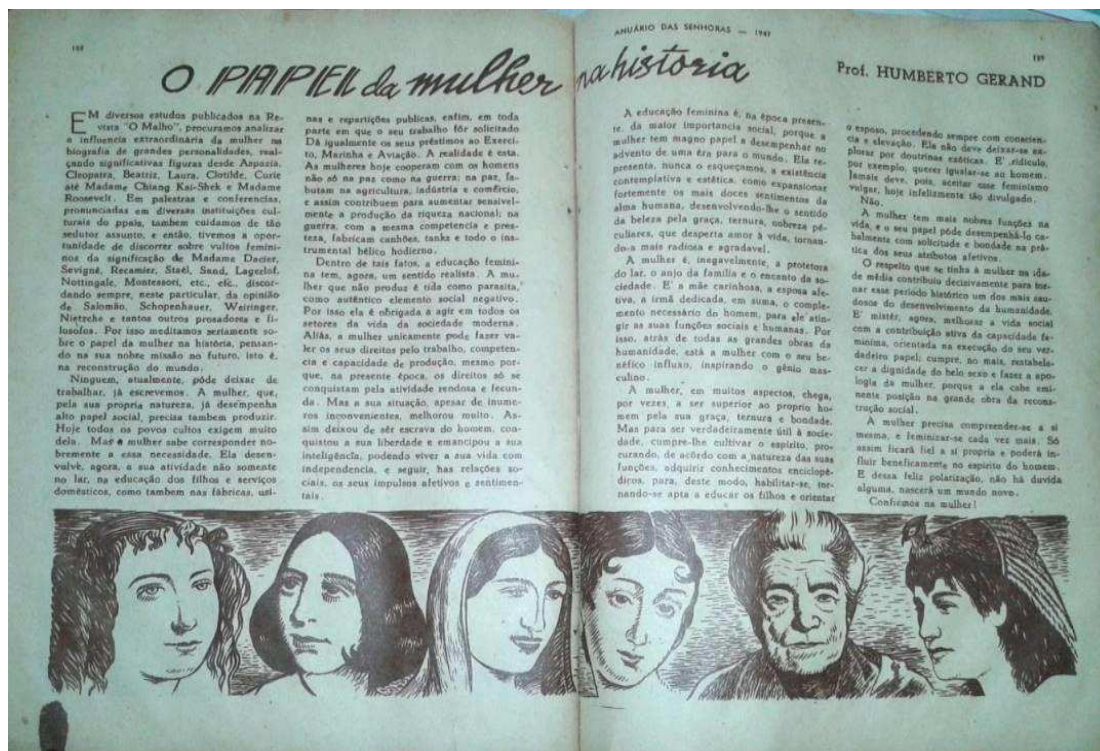
A grandeza desse material, como antes já foi mencionado, não está apenas nos textos abordados, mas também nos elementos não verbais. Ao folhear as revistas, as leitoras tornavam-se “próximas” das realidades expostas, dos ídolos fotografados, dos acontecimentos registrados, familiarizavam-se com os produtos presentes nas ilustrações. Não há uma organização padronizada, textos e recursos imagéticos aparecem de maneira aleatória. Muitas vezes em uma mesma página são abordados temas bastante distintos. Algo bem recorrente, observado nos volumes estudados, é a seção sobre vestidos de noivas e roupas de núpcias, localizada sempre no meio da revista, contendo uma gama de modelos de vestidos inspirados na moda internacional e nacional.

A revista OAS abordava uma grande variedade de temas, entre esses encontramos no editorial de 1947 o texto: *O papel da mulher na história*, de autoria do professor Humberto Gerard<sup>34</sup>, no editorial não há informações a respeito do referido autor. No início de seu texto, Humberto Gerard cita alguns nomes femininos como: Cleópatra, Madame Roosevelt, Beatriz, Clotilde, Montessori. Apesar do texto utilizar ilustrações de mulheres, mas não dá pra identificar se são as mesmas citadas ao longo do texto. O autor discute a importância do papel feminino na construção da sociedade e,

---

<sup>34</sup> A ausência de informações quanto aos autores dos textos e ilustrações presentes no Anuário das Senhoras é algo recorrente nos exemplares analisados. No caso do autor citado como não se tem conhecimento do nome completo foi impossível encontrar seus dados pessoais e profissionais.

defende a educação feminina, mas justifica essa formação pelo fato da mulher ter um “magno papel” a cumprir socialmente. Inserimos a imagem da publicação, para que se perceba o quanto os recursos imagéticos estão presentes nesses editoriais.



**Imagem 03:** matéria “O papel da mulher na história” presente no editorial *OAS* de 1947 (pp188-189).  
**Fonte:** Acervo de Eliete Queiroz Gurjão.

O texto é assinado pelo referido professor Humberto Gerard, como mencionado não há maiores informações que pudessem levar à sua identificação. Ele faz uso do espaço de duas páginas para fazer suas considerações, um privilégio já que a maioria das crônicas e críticas presentes no editorial não ultrapassava uma lauda. A imagem retrata mulheres: de semblantes sérios, com o olhar divagando, sem altivez. Um trecho do texto foi digitado para possibilitar a sua visualização:

[...] A educação feminina é na época presente, da maior importância social, porque a mulher tem magno papel a desempenhar no advento de uma era para o mundo.

A mulher é inegavelmente, a protetora do lar, o anjo da família e o encanto da sociedade. É a mãe carinhosa, a esposa afetiva, a irmã delicada, em suma o complemento necessário para o homem, para ele atingir as suas funções sociais e humanas. [...] Mas para ser verdadeiramente útil para a sociedade, cumpre-lhe cultivar o espírito, procurando de acordo com a natureza das suas funções, adquirir conhecimentos enciclopédicos para deste modo, habilitar-se,

tornando-se apta a educar os filhos e orientar o esposo procedendo sempre com consciência e elevação (OAS, 1947, p.189).

É um processo de construção discursiva e imagética de divinização da mulher, que recebe uma série de adjetivos referentes à sua “natureza” e “missão social”. As palavras do autor cristalizam a inferioridade da mulher, vista como um apêndice do homem. Corroborando com a ideia de que a mulher deve receber instrução pelo fato de ser responsável pela formação de outros cidadãos, evidenciando a importância da revista enquanto espaço formativo.

Um dos temas, carros-chefes da revista, é a beleza, tratada de diversas maneiras e enfoques, sendo os mais trabalhados o uso de cosméticos, a busca pela beleza e a exaltação ao padrão hollywoodiano de beleza. A mulher deveria ocupar-se dos afazeres do lar, mas também da higiene, dos cuidados com o corpo e com a beleza, pois suas atribuições não poderiam comprometer sua feminilidade. O período pós-guerra rompeu com a escassez de cosméticos, dessa maneira o tópico ganha força e espaço nas publicidades. Entre os artigos de cuidados pessoais com o corpo, selecionamos o *Leite de Rosas*, produto comercializado até os dias atuais.

ANUÁRIO DAS SENHOREAS

ROSAS DA  
SEDUÇÃO E  
DO DESEJO...

A mulher — eterno anelo do homem — não poderá, todavia, fasciná-lo se perder o encanto feminino, que deve fazer parte de sua graça pessoal.

Um corpo bonito não pode prescindir de um elemento que lhe confira a beleza que lhe dá recurso para não estílar-se.

Leite de Rosas, capaz de realizar o milagre da eterna juventude, é o supremo auxiliar da elegância feminina, da vaidade indispensável a toda a mulher ideal.

Com o Leite de Rosas, o corpo da mulher é um jardim em que vicejam as rosas da sedução e do desejo...

Leia com atenção o prospecto e a bula que acompanham o vidro para conhecer todos os segredos do uso.

LABORATORIOS LEITE DE ROSA LTDA.  
Rua São Luiz Gonzaga, 2.085  
Tel. 48-7680 — Rio de Janeiro  
136

**Imagem 04:** Anúncio de Leite de Rosas no *OAS* de 1952 (p.126)

**Fonte:** Acervo de Eliete Queiroz Gurjão.

A publicidade do artigo em sua mensagem verbal reforça a importância da mulher cuidar de si e manter-se bela e feminina. Como podemos observar na imagem 04, o texto usa uma série de adjetivos para dirigir-se a mulher, como *a elegante, vaidosa, jovem, sedutora e desejante*. A ilustração do corpo ganha maior destaque do que a embalagem do próprio produto, nesse caso a ilustração tem a melhor recepção do público do que o uso de uma fotografia de nu feminino. O anúncio está em consonância com uma das características dessa revista que é contemplar numa mesma edição imagens sobre a mulher-discreta-esposa e a mulher-erotizada.

Em sua composição, o anúncio exerce uma postura dúbia, enfatiza a pureza feminina ao passo que incita o despertar de sua sensualidade, temos uma imagem provocante de uma jovem de pernas afiladas, silhueta esbelta, mas ao mesmo tempo com um ar suave como uma flor.

A vinculação entre cinema e beleza é outro tema muito explorado no Anuário das Senhoras, nos anos de 1950. O cinema é um canal de disseminação de cultura e informações de ampla abrangência que:

[...] mostra um ideal de beleza, cria o mito, facilita a identificação, por meio das narrativas fantasiosas do cotidiano, estimula o desejo de produtos industriais, através da publicidade sedutora, que promete transformar um sujeito qualquer em ídolo adorado. Principalmente as mulheres são alvo da publicidade (DECARLI, 2009, p.122).

As produções de Hollywood exerceram poder de influência sobre as leitoras, funcionando como uma vitrine para as mulheres que, viam-se nos trajés exibidos e desejavam vivenciar as tramas assistidas, lugar onde as atrizes eram exaltadas e ditavam moda. Os magazines alimentavam a busca pela descoberta e divulgação dos truques de beleza das famosas, a reprodução de seus estilos, vestes e penteados se apropriaram do poder de influência do cinema para aumentar seu poder de alcance e vendagem.

Destacamos que, a moral sexual desse período era implacável, as solteiras deveriam manter-se virgens até o casamento, seu comportamento deveria pautar-se nos princípios morais vigentes. Logo, o cinema era visto por muitos como um veículo de degradação dos bons costumes, algumas famílias apresentavam resistência à sétima arte,

por acreditarem que os filmes ensinavam revelias e ousadias às moças, além de hábitos indesejáveis como o beijo ou o passeio a sós com o namorado.

As páginas do Anuário também ao falar sobre as estrelas abordavam o corpo tentando romper o imaginário de culpa ou *beleza maldita*. Além disso, traziam matérias sobre as preferências como penteadas, acessórios, produtos de beleza e roupas das atrizes.

De acordo com Lipovetsky (2000) a beleza feminina esteve durante muito tempo associada ao estigma da mulher-pecado, o corpo e a beldade da mulher além de inspirar medo era enunciado pela visão cristã como algo diabólico. Isso, foi atenuado pelo Renascimento que, pauta-se pela concepção da mulher divinizada por suas virtudes e beleza. O reconhecimento das qualidades positivas presentes na beleza das mulheres dá espaço no século XX ao *Belo Sexo*, amplamente abordado na cultura de massas e seus dispositivos, sobre a Sétima Arte:

O cinema assinala a mudança: nas telas aparece a figura nova da good-bad girl, a mulher com ar de vamp, mas de coração terno, sedutora mas não perversa [...] a beleza incendiária perde sua dimensão satânica de outrora, a oposição tradicional entre a ingênua e a “devoradora de homens” dá lugar a um novo arquétipo que reconcilia aparência erótica e generosidade de sentimentos, sex-appeal e alma pura. (LIPOVETSKY, 2000, p.172).

As produções cinematográficas buscavam aprimorar a propagação dos atributos da beleza feminina. Elaborando para a década de 1950 uma nova estética, uma feminilidade que uniria sedução e ternura.

A revista trazia sempre muitas fotografias de atrizes da telinha, entre elas encontramos uma da atriz *Joan Crawford*, um ícone do cinema americano que em cinco décadas dedicou-se ao teatro, televisão e ao cinema. Iniciando sua carreira ainda na época do cinema mudo, a estrela participou de mais de oitenta produções, entre eles "Garotas Modernas", "Grande Hotel", "Mulher Sublime", "As Mulheres", "Um rosto de Mulher". Foi uma referência de elegância e beleza nas décadas de 1940/50. Na edição, a estrela é elogiada por seu bom gosto e elegância.

Ao analisar as produções cinematográficas, a doutora em comunicação e semiótica Ana Mery de Carli, estabelece cinco categorias para o corpo feminino que é apresentado nas produções cinematográficas, entre eles o da atriz Joan Crawford se



enquadraria no *Corpo erótico* que, segundo a autora “é todo o amor e a sensualidade do bem, sem tramas ou punições” (DE CARLI, 2009, p.79). O corpo é apresentado de maneira sensual, à atriz veste um modelo com decote e ombros a mostra, mas que mantém o decoro, lábios bem demarcados, postura ereta, como podemos observar na imagem 05, a seguir.

A revista salienta ainda o glamour do tecido utilizado, o cetim que conferia um bom caimento ao corpo e estava entre as novidades têxteis da época, “[...] para ressaltar as belas formas naturais das divas e erotizam o corpo tornando-o desejado e desejanter. As novas fibras sintéticas aderem ao corpo como segunda pele” (DE CARLI, op. cit. p.123). O cabelo curto confere um ar de modernidade, esse estilo é uma marca do período.



**Imagem 05** : Atriz Joan Crawford; retirada do OAS, 1932 (p.93).

**Fonte:** Acervo de Eliete Queiroz Gurjão.

A fotografia da atriz transmite certo ar de requinte e sofisticação, uso de peças do mobiliário ricas em detalhes. Podemos dizer que “(...) ao munir este mundo, já

abarrotado de uma duplicata do mundo feita de imagens, a fotografia nos faz sentir que o mundo é mais acessível do que é na realidade” (SONTAG, p.34, 2004). Era exatamente isso que o cinema, a TV e a publicidade estimulavam nessa época, a ideia de acessibilidade.

O cinema e a publicidade se aliam para seduzir, a cultura de consumo evidenciava para as mulheres que elas poderiam, através do consumo dos produtos de beleza e moda se transformarem em beldades, adquirir posturas refinadas e, corresponder ao modelo de dama e senhora exaltados na época. Ou seja, poderiam ser sensuais, mas ao mesmo tempo não deveriam extrapolar o limite das normas moralizantes.

O ápice do Anuário das Senhoras era o espaço reservado ao casamento, onde era discutida e reforçada a classificação das mulheres entre as “moças de família” e as “levianas”. O casamento é visto como algo intrínseco à mulher, pois é nele que ela desempenha a sua “missão sagrada” de esposa e mãe. A imprensa seria mais um dispositivo a propagar o ideário burguês de casamento e evitar qualquer ameaça à ordem familiar. A revista apresenta o modelo de família nuclear, branca, de classe média, com papéis e regras de comportamento definidos para cada gênero.

A mulher dos anos de 1950 podia escolher seu futuro esposo, mas o amor romântico devia ser submetido à vigilante domesticação. Em cada publicação há uma seção exclusiva para os preparativos do enxoval, uma espécie de álbum contendo fotos de vestidos de noiva e as roupas íntimas a serem usadas nas núpcias, os preparativos da festa como: modelos de bolo, dicas culinárias, decoração, disposição dos móveis, tudo sobre as últimas tendências na área. Esse tema era contemplado em média entre trinta e quarenta páginas dessa revista, geralmente localizadas na metade da revista, a maior parte do espaço era ocupada pelas tendências de vestidos de noivas, algo muito aguardado e consultado pelas leitoras.

O tradicional branco da pureza alia-se à modernidade. Os vestidos de noiva passaram a ser produzidos nos mais diversos tecidos como: tules, rendas, nylon, cetins; além dos modelos que, buscavam inovar para atender satisfatoriamente a cada personalidade. Prometendo beleza e graciosidade ao evento, a indumentária materializava o sonho e/ou realização de muitas mulheres, essa veste tem papel primordial numa data tão importante para a mulher às vésperas do matrimônio. A

revista trazia sempre as tendências, tanto quanto os modelos e tecidos mais escolhidos pelas noivas em cada ano.

O branco do vestido ligado ao campo simbólico, referente à virgindade e à pureza feminina. No Anuário, as jovens eram alertadas para que se preocupassem igualmente com as roupas íntimas. Não seria de bom tom, deixar que o marido as visse usando peças desajeitadas ou pouco apropriadas para uma dama. A intimidade também exigia cuidados, as mulheres poderiam usar peças íntimas desde que não revelassem demais o corpo: *sensual, mas sem parecer vulgar*. Percebe-se nesta pedagogia do feminino aceitável socialmente, a fabricação de um imaginário ambíguo, entre o sagrado e o profano, no que diz respeito à construção identitária das mulheres leitoras.

O casamento exigia da mulher uma série de atributos, além de ter uma boa reputação, cuidar da beleza, adquirir requinte, ela deveria ter zelo pelo lar e estar apta a administrar as despesas da casa. Economizar, essa era a palavra de ordem usada nas revistas femininas, à mulher deveria produzir o que fosse possível em casa, daí a presença das prendas domésticas que além de distraí-las deveria proporcionar a contenção de gastos.

Toda edição do Anuário, traz vários tipos de trabalhos manuais, receitas culinárias, riscos para pintura, gráficos de crochê, motivos de bordado, dicas de como remover manchas, corte e costura (moldes de roupas). A felicidade conjugal podia ser alcançada, as prendas domésticas era um dos ingredientes para se chegar ao sucesso do lar. A pedagogia do casamento era implantada na educação feminina, a formação deveria ocorrer desde a infância até a fase adulta. O domínio das prendas domésticas era para muitos homens pré-requisito na hora da escolha de uma esposa.

Na Europa, os eletrodomésticos foram produzidos e comercializados desde o século XIX, a influência da cultura e economia internacional nos meios de comunicação nacional, fez com que a parcela abastada da sociedade brasileira tivesse conhecimento desses aparelhos antes mesmo de estarem disponíveis no país. No Brasil, a produção e o consumo de eletrodomésticos se estabeleceram no final da década de 1920, com a industrialização e o uso da energia elétrica.

A imprensa assumiu um papel importante no sentido de divulgar os utensílios domésticos e incentivar seu consumo. Nas revistas, os eletrodomésticos são apresentados com a promessa de facilitar a vida das mulheres modernas para que elas

pudessem ter mais tempo para dedicar aos cuidados da beleza, de seu esposo e filhos, tornando o lar mais aconchegante e seu dia-a-dia mais prático. Logo,

De acordo com a condição de riqueza a dona de casa poderia escolher o tipo de fogão, a lenha, a carvão, a gás, elétrico ou a querosene [...] apesar da aparente facilidade, traduzida por uma gama variada de aparelhos elétricos oferecidos ao público e por anúncios, nos quais as mulheres executam os mais difíceis e sujos serviços domésticos sempre sorrindo, ainda era muito restrito o acesso a novos utensílios e a serviços como a eletricidade e água encanada (MALUF; MOTT, 2012, p. 403).


A adesão a esses novos bens de consumo era dificultada pela questão financeira das famílias, mas também por representar uma mudança de hábitos, gerando resistências. A casa poderia ser equipada de acordo com o poder aquisitivo das famílias. Vale ressaltar que os códigos de conduta, os símbolos de modernidade e o consumo, foram percebidos e vivenciados de maneira distinta entre as regiões e classes sociais.

No exemplar do Anuário de 1947, uma publicidade utiliza palavras e ilustrações para defender o uso desses artigos e destacar a melhoria na qualidade de vida gerada por tais produtos.


ANUÁRIO DAS SENHORAS — 1947 231

## Criados elétricos de grande utilidade


Hoje em dia, com a dificuldade de criados, as donas de casa se vêm a braços com grandes problemas, tendo que depender cada vez mais da eletricidade para as necessidades caseiras. Veja estes conselhos da General Electric sobre alguns aparelhos domésticos de uso mais generalizado.







O refrigerador é uma peça indispensável num lar moderno. Conserva os alimentos mantendo-lhes o valor nutritivo, proporciona grande economia e protege a saúde.



A máquina de lavar roupas é outro auxiliar precioso numa casa. Lava com perfeição todo o rol de uma semana em pouco tempo e não dá trabalho algum.




A enceradeira elétrica é outro objeto de grande utilidade. Limpa e lustra soalhos maravilhosamente e ainda lava ladrilhos e azulejos.







E a torradeira, a açadeira, a cafeteira automática, o ferro de engomar e outros tantos aparelhos elétricos são de utilidade comprovada num lar.

★



Todos estes aparelhos, fabricados pela General Electric, estarão ao dispor das donas de casa dentro de mais algum tempo. Alguns, porém, como, a enceradeira, já se acham à venda no Rio de Janeiro.



**Imagem 06:** Matéria sobre eletrodomésticos, OAS de 1947 (p.231)

**Fonte:** Acervo de Eliete Queiroz Gurjão.

A nota publicitária da General Eletric, elenca uns aparelhos e dá conselhos a dona de casa sobre a utilidade de cada um, os batizando de “criados elétricos” Os eletrodomésticos surgem como os grandes “colaboradores” das mulheres. Os anúncios de produtos elétricos e bens de serviços encontram nessas publicações um público influente, pois são as mulheres as responsáveis pela escolha dos artigos que entram no lar.

Em síntese, o âmbito doméstico é abordado em diversos aspectos, desde a decoração dos ambientes, dos ângulos até ao tipo e tamanho dos móveis, trazendo fotografias de ambientes e decorações, dicas para customização, modelos de móveis, tipos de cortinas, receitas de bordados, entre outros. Os ambientes da casa mais recorrentes nas revistas são a sala, a cozinha e o quarto.

Na imagem abaixo, temos uma publicidade representando uma mulher fora do ambiente privado. Trata-se da propaganda do cigarro Hollywood, onde a mulher é a protagonista, algo raro.



**Imagem 07:** Anúncio do Cigarro Hollywood no OAS de 1955 (p.29).

**Fonte:** Acervo de Eliete Queiroz Gurjão.

Ela no ambiente da rua, dirigindo seu carro com um cigarro em mãos, sua postura sugere uma personalidade forte, aliada a ostentação, poder e sofisticação. Enquanto o homem, em segundo plano, a encara com olhar de admiração. Mulher de cabelos curtos, algo moderno para a época, dona de si, ela desperta fascínio. Fumar era uma ação propagada pelo cinema, além de ser considerada uma ousadia, nesse momento é conferido certo charme a mulher que fuma. Em mais um anúncio à ideia de realização, está atrelada à sedução e ao consumo.

Neste cenário, as mulheres poderiam ser classificadas como transgressoras por beber, sair sem companhia na rua, deixar o corpo à mostra, adotar um cabelo curto, exercer uma profissão, viver o sexo sem casar, beijar em público, ser separada, entre outras situações vistas como indesejáveis perante os olhos da sociedade.

Assim como se faz interessante notar, na fala de Eliete Gurjão<sup>35</sup>, a afirmação de que, enquanto leitora e de posse da Revista: O Anuário das Senhoras, ela era aceita e bem vista, porém já a leitura da Revista Capricho era duramente combatida por sua mãe,

Eu me deitava na cama. Só estudava na cama. Minha mãe dizia – e por que essa menina só estuda assim? É muito errado a pessoa estudar deitado! Porque na cama, quando ela vinha eu colocava a revista debaixo da cama e ficava ali sabe... Lá em casa não, não podia pegar numa revista (GURJÃO, 2014).

A revista Capricho foi publicada pela primeira vez em 1952, direcionada à faixa etária adulta; alguns dos seus conteúdos eram semelhantes aos contemplados pelo Anuário das Senhoras, como moda, beleza, comportamento, contos, a publicidades de bens de consumo. Todavia, esse folheto se distinguia por abrir espaço para os debates acerca de namoro, técnicas de conquistas, virgindade, curiosidades e as telenovelas, esse gênero narrativo garantiu boas vendas das edições. Mas de modo geral, a Capricho abordava o ideário do casamento e a consolidação da função natural da mulher.

É possível que o receio da mãe de Eliete com relação a Capricho estivesse pautado na presença das telenovelas. Como já vimos à prática da leitura feminina despertava desconfiança e vigilância, temendo que a mulher pudesse entregar-se aos

---

<sup>35</sup> Entrevista a Eliete de Queiroz Gurjão. Concedida em 09 de agosto de 2014. Eliete é Cientista Social e Historiadora, foi por décadas professora de História da Universidade Federal da Paraíba (UEFB). Uma das ex-alunas da Formação Familiar do Instituto Pax, colaboradora de nossa pesquisa.

devaneios da trama e desviar-se das condutas ditas normais, para as quais foram educadas.

Os *Anos Dourados* foram marcados por coexistências, pelo embate entre o tradicional e o moderno. Não havia um padrão universal para a mulher, nem todas desejavam ou conseguiam estabelecer o matrimônio, acontecia de mulheres darem “escapadas” aos padrões estabelecidos. Mesmo sendo destinada às *moças de família* a revista apresenta discursos e ilustrações de *rebeldes* ansiosas por emancipação.

As revistas femininas das décadas de 1940 e 1950 trazem uma enxurrada de interesses e estratégias de intervenção destinada à vida das mulheres. Colaboraram com o discurso pedagógico, transmitiram valores, criaram representações e sensibilidades para as mulheres, que em contato com essa literatura muitas vezes internalizavam valores, códigos de postura. Despertaram o desejo pelo luxo e o refinamento, próprio das damas presentes em suas páginas.

Percebemos que há uma coerência nos enunciados pregados na educação escolarizada e em outros espaços formativos, assim:

[...] à imprensa, a televisão e o cinema, a propaganda e a moda, as igrejas, os regulamentos jurídicos e educacionais [...] lançam mão, dentro de suas formas específicas de discursos, de diferentes códigos, símbolos e recursos, no processo de constituição dos sujeitos (LOURO, 1997, p. 100).

Cada um em seu campo de alcance direcionou condutas e práticas, cartografando os códigos de comportamento vigentes, enfatizando a dupla moral que classificava “as moças direitas” das “moças rebeldes”. Delimitando funções e espaços para os gêneros nesse contexto discursivo, simbólico e social, tecendo assim as tramas sociais afirmadoras da pedagogia do casamento.



Alunas da Formação Familiar - Pax  
acervo particular das MJC

Alunas da formação familiar e docentes do Pax (acervo das MJC)

3.

**POR UMA MODERNIDADE SAGRADA: AS SUBJETIVIDADES FEMININAS  
DOCENTES E SUAS PRÁTICAS CURRICULARES/ASSISTENCIAIS**



“Cada ser humano é uma pequena sociedade”

Novalis

Nesse capítulo, após narrarmos um pouco da história do sexismo educacional no Brasil, cartografamos esse processo na fisionomia urbana da cidade de Campina Grande, garimpando as suas singularidades.

Campina Grande está localizada no agreste paraibano, situada a 120 km da capital João Pessoa. A cidade possui uma área de 594.182 km<sup>2</sup>, engloba os distritos de Catolé de Boa Vista, Galante e São José da Mata, com uma população total de 402.912 habitantes<sup>36</sup>. O município conta com uma localização geográfica privilegiada que, o torna um ponto de convergência das áreas produtoras do estado, atuando no consumo e distribuição, comercialização de mercadorias (uma de suas especialidades), nos setores de serviços, também de estados adjacentes como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

A Campina Grande por nós analisada é a urbe das décadas de 1950 e 1960. Mas, que município nós temos nesse recorte temporal? Buscamos compreender quais os projetos de cidade/modernidade foram produzidos no referido período.

Campina mostra que de fato é um grande objeto de estudo, um artefato humano, importante lugar de desdobramentos sociais, das construções e das transformações<sup>37</sup>. No século XIX temos a contribuição multidisciplinar de estudiosos voltados a compreender formações urbanas e os tipos de vida nos diversos ambientes sociais. Além de distintas reflexões em torno dos aspectos econômicos, políticos, institucionais e espaciais, são lançados olhares sobre aspectos como “o modo de vida do cidadão [...] com a representação e com o imaginário da cidade, com as relações entre o público e o privado” (BARROS, 2012, p 17).

No estudo das cidades como representações entendemos que, as imagens e os discursos urbanos sofrem alterações e adaptações, uma vez que cada sociedade cria para si imagens e discursos que a legitimam. O cenário urbano se configura pelas formas de ver, sentir e sonhar a cidade.

---

<sup>36</sup> Essa é a população estimada para o ano de 2014. Fonte: IBGE - Censo 2014. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=250400>. Acesso em 12 abr 2015.

<sup>37</sup> Ver BARROS, José D’Assunção. Cidade e História. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2012.

A cidade é feita de sonhos e de desejos. Sonhos e desejos que, um dia, se tornarão recordações, se incorporarão aos inúmeros labirintos da memória, revelarão as faces escuras do passado ou deixarão que elas permaneçam desconhecidas para sempre. Mas sonhos e desejos que se reinventam e se transformam. Assim é a cidade, a grande moradia dos homens (REZENDE, 1997, p21).

As ideias urbanistas francesas, embora tenhamos outros exemplos de urbanização no século XIX como nas cidades de Londres e Berlim, influenciaram fortemente os projetos realizados nas capitais brasileiras ao longo da primeira república. No período republicano as elites brasileiras pautadas na ideia de progresso buscavam aliar o processo de industrialização ao de modernização das cidades do país, buscando esquecer o passado colonial dando espaço aos valores republicanos. A intervenção do prefeito Pereira Passos, no Rio de Janeiro, é conhecida e bastante estudada na historiografia sobre o tema<sup>38</sup>. Como se ao adotar este modelo de urbanização o país fosse conseguir solucionar todos os seus males urbanos. Enfatizando que, esse ideário foi apropriado e aplicado às cidades com realidades bem diversas no país. Essa concepção urbanista pautava-se nas ideias sanitaristas e de embelezamento dos espaços citadinos, tendo a exclusão e segregação como marcas do planejamento urbano no Brasil.

Os ideais de progresso também contribuíram para a adesão do Brasil republicano junto com o princípio essencial dos Estados modernos de promover do ponto de vista jurídico-constitucional a separação entre Igreja e Estado<sup>39</sup>. Essa cisão foi anunciada pelo Decreto 119-A de 07 de janeiro de 1890<sup>40</sup> que, determinou o fim do padroado e estabeleceu a liberdade de culto no Brasil, pontos também assegurados pela

---

<sup>38</sup> Ver BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

<sup>39</sup> A Constituição brasileira de 1824, em seu artigo 5º legitimou o catolicismo como a religião oficial do Império, estabelecendo assim o Regime do Padroado no Império brasileiro, onde a Igreja Católica era administrada pelo poder civil sem interferências das diretrizes de Roma. Por força da instituição do padroado, a Igreja se integrava com o Estado (AZEVEDO, 1978, p.85) e tinha o poder de estabelecer normas. No entanto, essa situação sofre mudanças no país ao longo do século XIX, com o Decreto 119-A de 07 de janeiro de 1890 a Constituição de 1891, que instituíam a separação entre Igreja/Estado, estabelecendo a secularização do casamento, do registro civil, dos cemitérios, o término da educação pública confessional, levando a Igreja Católica a se reordenar.

<sup>40</sup> BRASIL. Decreto 119-A, de 7 jan. 1890. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/1851-1899/d119-a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/1851-1899/d119-a.htm). Acesso em: 12 abril de 2015.

Constituição de 1891. Temos nesse momento uma reelaboração do modelo do Estado, tanto na esfera política como econômica.

Nos anos de 1930 a sociedade brasileira passa por outras mudanças significativas, pois com o declínio do predomínio do setor agrário e o enfraquecimento do poder das oligarquias, essas passaram a ceder espaço ao setor urbano-industrial. O processo de industrialização promove o surgimento de novas classes como o proletário e a burguesia, o âmbito social torna-se mais complexo e as relações entre as classes cada dia mais desiguais. Nesse momento temos o surgimento do serviço social no país como uma ferramenta para diminuir as divergências sociais, a princípio ele é compreendido como um dever, um serviço empregado à sociedade. Sua origem no país está atrelada a ação da Igreja Católica, como proposta de enfrentamento das questões sociais. O curso superior de Serviço Social<sup>41</sup> foi oficializado no Brasil através da Lei nº 1889 de 1953. Somente em 27 de agosto de 1957, a Lei 3252, juntamente com o Decreto 994 de 15 de maio de 1962, regulamentou a profissão.

Campina Grande foi inserida no contexto nacional de modernização e urbanização das cidades brasileiras, pautado nos ideais de higiene, circulação e embelezamento, princípios norteadores ainda presentes nas intervenções realizadas na cidade. No município, o processo de urbanização tem início entre as décadas de 1930 e 1950 em decorrência da comercialização e exportação do algodão e, posteriormente do comércio do sisal (fonte de renda significativa para a cidade).

De acordo com Oliveira (2014)<sup>42</sup> a cidade experimentou duas grandes mudanças urbanas, a primeira e inesquecível experiência de reordenamento espacial aconteceu entre os anos de 1930-1945 aqui no nosso município, quando são implantadas as reformas urbanistas<sup>43</sup> do prefeito Vergniaud Borborema Wanderley<sup>44</sup>; A segunda

---

<sup>41</sup> Informações colhidas no site <http://www.cressrj.org.br/site/servico-social/>. Conselho Regional de Serviço Social do RJ. 20 abril 15.

<sup>42</sup> Ver OLIVEIRA, Thomas Bruno. Imprensando o feio e dando passagem ao belo: A Segunda Grande Transformação Urbana de Campina Grande-PB (1970-1980). Dissertação de Mestrado. Campina Grande, UFCG, 2014. Para compreender esse marco urbanístico de Campina Grande.

<sup>43</sup> Sobre essa reforma ver SOUSA, Fábio Gutemberg. Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande — 1920-1945. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.

<sup>44</sup> Natural de Campina Grande (1905), filho de Vigolvino Pereira Monteiro Wanderley e Maria Augusta Borborema Wanderley. Esteve à frente da prefeitura de Campina Grande por duas gestões, em 1936-1937 e em 1940-1945.

transformação<sup>45</sup> urbana aconteceu entre o final da década de 1960 e no início dos anos 1980, por meio das ações do Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI. É importante ressaltar que, nos dois períodos a cidade de Campina Grande experimentou intervenções, durante o período da segunda transformação urbana, a cidade foi submetida às gestões dos interventores Paz de Lima e Luiz Mota entre os anos de 1969 a 1972, em seguida, tivemos os prefeitos eleitos democraticamente Evaldo Cavalcante Cruz e Enivaldo Ribeiro, no entanto, segundo Oliveira (2014), os referidos *alcaldes* dirigiam a cidade em harmonia com a gestão nacional do regime militar.

Em seu primeiro processo de reforma urbana, sob os áureos tempos do algodão, o “ouro branco”, Campina se desenvolvia dia a dia enfrentando uma série de adversidades a serem sanadas, como a insalubridade das moradias e ruas, ausência de coleta de esgoto, o abastecimento de água, a existência de ruas estreitas onde circulavam animais de carga, mostrando assim que precisavam ser adequadas para a circulação dos transportes mecanizados. Esses contratempos eram potencializados com a vinda desordenada de pessoas para a Rainha da Borborema, pois desoladas pela seca vinham em busca de melhores oportunidades de vida. Foi nesse contexto que a Igreja decide agir. Diante dessa situação, como relata Uchôa:

Estava em pleno ano de 1931, quando o Cônego: José de Medeiros Delgado, Vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande, após maduro exame e muita reflexão sobre a situação da pobreza de Campina Grande, completamente desamparada pelos Podêres Públicos, achou por bem, entre os muitos afazeres de seu ingente apostolado paroquial, dedicar-se aos seres infelizes e que constituem legião em Campina Grande. Esta cidade, além do grande círculo de necessidades locais, contava com a população advíncula chegada de outros municípios não só deste Estado, como das localidades limítrofes da Paraíba. Êsse crescente número de famintos multiplicava-se com a prolongada estiagem no centro do Estado (UCHÔA, 1964, p. 134).

Nos primeiros anos da década de 30, a cidade passou por um crescimento urbano de caráter lento, desordenado, de certo modo espontâneo, sem nenhuma legislação específica e com desafios a serem resolvidos, entre eles criar condições favoráveis para

---

<sup>45</sup> OLIVEIRA (2014) explica ter optado pelo termo “Transformação Urbana” ao invés de “Reforma Urbana”, devido às especificidades existentes neste processo em Campina Grande (1970-1980).

acolher os forasteiros que visavam, um possível recomeço em suas vidas.

A Igreja Católica, na figura da Arquidiocese Paraibana<sup>46</sup>, se mostrou ativa nesse novo contexto urbano, intervindo no âmbito social da cidade ao promover a chegada e a instalação de ordens religiosas na cidade de Campina Grande para desenvolver obras assistenciais e educacionais, visando amparar o montante de necessitados, propagando o pensamento social da Igreja mediante a emergência de justiça social e caridade. Nesse período foram convidadas as seguintes Congregações<sup>47</sup>:

**TABELA 3 - Algumas Congregações Religiosas chegam á Campina Grande, década 1930.**

| <b>Ano</b>  | <b>Instalação</b>  | <b>Direção</b>                                  |
|-------------|--|---|
| <b>1931</b> | Colégio Imaculada Conceição - esc. feminina<br>(Acesso: Praça da Bandeira – Centro)                | <b>Religiosas da Instrução Cristã (Bélgica)</b> |
|             | Colégio Pio XI <sup>48</sup> - esc. masculina<br>(Acesso: ruas Getúlio Vargas e Pres. João Pessoa) | <b>Diocese de Campina Grande</b>                |
|             | ▪ Asilo de Mendicidade Deus e Caridade <sup>49</sup><br>(Acesso: As margens do Açude Velho)        | <b>Irmãos Vicentinos</b>                        |
| <b>1936</b> | ▪ Dispensário dos Pobres São Vicente de Paulo (Acesso: obra anexa ao Asilo)                        | <b>Chegada das Irmãs Vicentinas</b>             |
| <b>1939</b> | Externato São José - Escola Primária gratuita  | <b>Irmãs Vicentinas</b>                         |

Fonte: Tabela criada pela autora baseada nos dados colhidos na obra de UCHÔA (1964).

<sup>46</sup> Evidenciamos que a Diocese de Campina Grande só seria criada em 14 de maio de 1949, depois de ser desmembrada da Arquidiocese paraibana.

<sup>47</sup> Uma congregação ou ordem é um grupo de pessoas que seguem uma regra baseada nos conselhos evangélicos: *pobreza, obediência e castidade*. Em geral são fundadas por um homem ou uma mulher e têm uma espiritualidade própria. Até o tempo dos jesuítas fala-se em ordens (franciscanos, capuchinhos, beneditinos, carmelitas, jesuítas) depois fala-se em congregações. Podem ser masculinas e femininas. Ordens e congregações tem uma certa independência em relação com a Igreja Institucional: escolhem seus superiores e decidam sobre sua estrutura. Mas, precisam de reconhecimento da Igreja (Santa Sé).

<sup>48</sup> O Pio XI em seu primeiro ano funcionou em anexos da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, localizada na Av. Floriano Peixoto, em 1932 foi transferido para o prédio construído entre a Rua João Pessoa e a Av. Getúlio Vargas. Em 1934, o colégio obteve a equiparação ao Colégio Pedro II. Somente na década de 1940, durante a direção do Padre Emídio Viana Correa as turmas se tornaram mistas.

<sup>49</sup> A Congregação além de dirigir o Asilo de Mendicidade Deus e Caridade, ampliou suas atividades com o Dispensário dos Pobres São Vicente de Paulo, o Externato São José e o Artesanato São José Os Irmãos Vicentinos estiveram à frente da direção do Dispensário desde a sua inauguração até 1936, ano em que as Irmãs da Ordem Vicentina chegam à cidade para dirigir o Dispensário dos Pobres, a chegada das Irmãs amplia o campo de ação social da Ordem que ultrapassa seus muros, indo ao encontro direto das comunidades, no ano de 1959 as Irmãs inauguram a Faculdade de Serviço Social. (UCHÔA, 1964).

As Congregações vieram se estabelecer na cidade mediante carências apontadas pela Arquidiocese, assim as Ordens foram escolhidas de acordo com sua área de maior atuação. Observamos acima que a atuação missionária concentrou-se nas áreas da caridade e educação. A década de 30 marca a doutrina social da Igreja que, partindo de seu referencial moral minimiza desigualdades, disciplinar às relações sociais vigentes.

Na esfera da assistência social temos O Asilo de Mendicidade Deus e Caridade tinha como alvo prioritário o público idoso, e o Dispensário dos Pobres São Vicente de Paulo inaugurado no mesmo ano (1931) que, atendia paralelamente famílias e crianças necessitadas, chegando a assistir cerca de 200 famílias (1960). O externato foi inaugurado alguns anos depois em 1939, pela percepção da necessidade da oferta do ensino primário gratuito para crianças desprovidas, chegando a atender em média um número de 700 alunos matriculados em 1960. Essas Instituições ofereciam amparo material e espiritual aos mais necessitados, além de distribuir roupas, alimentos e medicamentos sempre que preciso. As obras dirigidas pelas Revmas. Irmãs Vicentinas receberam subsídios Federais, Estaduais e Municipais, além de contribuições regulares do Comércio e das Famílias campinenses.

Frisando que em 1941 o Governo Vargas lança o Decreto-Lei<sup>50</sup> nº 3.200, que dispõe sobre a organização e proteção da família, onde a Lei assegurava que:

### **Capítulo XIII - Das Famílias em situação de miséria**

**Art. 30.** As instituições assistenciais, já organizadas ou que se organizarem para dar proteção às famílias em situação de miséria, seja qual fora extensão da prole, mediante a prestação de alimentos, internamento dos filhos menores para fins de educação e outras providências de natureza semelhante, serão, de modo especial, subvencionadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios (Decreto-Lei nº 3.200, 19 de abril de 1941).

De acordo com o Decreto-Lei essas Congregações recebiam recursos do Governo pelo trabalho realizado em prol das famílias carentes. As obras dirigidas pelas

---

<sup>50</sup> Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3200.htm). Acesso em 10 de junho de 2015.

Revmas. Irmãs Vicentinas receberam subsídios Federais, Estaduais e Municipais, além de contribuições regulares do Comércio e das Famílias campinenses.

No âmbito da rede privada foram inauguradas duas escolas em 1931, o Colégio Imaculada Conceição sob a direção das religiosas da Instrução Cristã, com turmas de Ensino Primário criadas para promover a escolarização feminina, tendo como público de maior alcance às meninas das famílias abastadas.

O Colégio Pio XI funcionou sob a direção da Diocese, esse espaço de ensino foi destinado inicialmente à escolarização de meninos, mas passou a funcionar anos depois com turmas femininas nos períodos diurnos e as masculinas à noite, somente na década de 1940 a Instituição passou a ter turmas mistas<sup>51</sup>. O estabelecimento funcionou com as modalidades do Ensino Infantil, Primário e Admissão<sup>52</sup>. Durante os anos de 1931 a 1933 o colégio ganhou uma maior visibilidade ao ser equiparado<sup>53</sup> ao Colégio Pedro II, após receber a inspeção federal o colégio recebe a permissão para ofertar o Ensino Secundário (UCHÔA, 1964). O Pio XI embora fosse dirigido por membros da Diocese não era propriamente uma escola para formação religiosa. Esse estabelecimento de ensino era “frequentado por centenas de alunos daquele e de outros municípios” (MELLO, 1956, p.199), Esses dois colégios foram criados mediante a necessidade de escolas primárias e secundárias para atender as elites campinenses e das localidades circunvizinhas.

Esse foi um momento oportuno para que a Igreja Católica paraibana, em consonância com as diretrizes da Santa Sé, pudesse desenvolver estratégias em prol da restituição do seu lugar perdido. Para isso, devia ampliar a fé católica, mas

---

<sup>51</sup> Informações colhidas no site Retalhos Históricos de Campina Grande (RHCG). Especial Memória Educacional do PIO XI <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2011/08/memoria-educacional-o-pio-xi.html#.Vepk2xFViko>. Acesso em 10 junho de 2015.

<sup>52</sup> Os exames para admissão ao ginásio foram instituídos pelo Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, onde estabelecia que para ingressar no primeiro ano do curso ginasial, o candidato deveria ter idade mínima de 11 anos, ser aprovado em exame e ter classificação suficiente, isto é, o número de vagas na instituição deveria bastar para que pudesse efetuar a matrícula. Esses exames de admissão ao ginásio perduraram oficialmente até 1971.

<sup>53</sup> O **Decreto nº19.890** - de 18 de abril de 1931 versa sobre a disposição do Ensino Secundário no país, onde de acordo com os Art. 1 e 2 o Ensino secundário seria ministrado apenas no Colégio Pedro II ou em estabelecimento que fossem submetidos ao regime de inspeção oficial. Nesse caso o Pio XI obtêm a permissão para oferecer o Ensino Secundário, algo relevante para o quadro educacional campinense.

principalmente suas bases ideológicas e materiais. Todo esforço foi empregado para ocupar territórios. Compreendendo territorialidade como:

[...] o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos, no sentido de controlar um dado território. É nesta poderosa estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas, ampliando muitas vezes o controle sobre espaços, que a religião se estrutura enquanto instituição, criando territórios seus (ROSENDHAL, 2002, p.59).

Baseado nas ideias de Michel de Certeau (2012), as estratégias são traçadas pela suposição de um lugar de poder. Assim a Igreja visava à implantação da territorialidade (lugar físico) firmada nas relações políticas (lugar de poder) e discursivas (lugares teóricos e simbólicos). De acordo com Certeau:

[...] As estratégias são, portanto, ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. Privilegiam, pois, relações espaciais (CERTEAU, 2012, p.96).

A grande estratégia aplicada nesse contexto pela Igreja foi a territorialidade, que contou com a criação de muitas dioceses no país, além das novas ordens e congregações especialmente as voltadas para o trabalho missionário. Nesse contexto político, com a laicização do ensino o Estado impõe uma nova relação com a Educação, se colocando como o responsável pela gestão do âmbito educacional e estabelecendo as suas atribuições. No entanto, o Estado precisava do apoio disciplinador da Igreja, cativar sua cooperação estabelece o ensino do catolicismo nas escolas. Com isso, Igreja e Estado trabalham em projetos corporativos, implantando dispositivos de controle na sociedade.

Estrategicamente as ações desses grupos religiosos se atrelaram ao projeto de modernidade aplicado pela edilidade campinense, gerando cooperação entre religiosos e o poder público. A Igreja Católica através das Congregações, cada uma em suas competências, contribuiu não apenas para viabilizar o anseio de “progresso” e “modernidade” pregado por esses governantes, mas também passa a desenvolver uma



espécie de “projeto sagrado”<sup>54</sup> que, visava estabelecer por meio de seu ativismo e do campo simbólico, um novo espaço para si, ou seja, sua territorialidade na esfera urbana.

Os projetos de cidade e modernidade elaborados pelos governantes presumiam uma nova postura dos sujeitos citadinos, onde “ser civilizado ou culto, é ser abençoado com sentimentos refinados, paixões temperadas, maneiras agradáveis e uma mentalidade aberta” (EAGLETON, 2005, p32). Há também uma dimensão simbólica e cultural no projeto de modernidade. Devemos atentar para o fato de que essas Ordens religiosas também atuaram no polimento dos comportamentos, na formação dos cidadãos com sua pedagogia religiosa. As relações entre Igreja e Estado, foram pautadas pelo respeito mútuo e pela cooperação em assuntos de interesse comum, garantindo respectivamente a manutenção do ideário burguês e cristão. Entre os anos de 1937-50, teríamos um maior indício do crescimento do município e sua população. Um dos símbolos da primeira grande reforma urbana é a da Avenida Marechal Floriano Peixoto, sabe-se que “ruas e quadras tomam como ponto de equilíbrio a grande Avenida. Todos os prédios e lotes existentes em seu percurso foram desapropriados e demolidos” (OLIVERA, 2014, p.47). A arquitetura colonial de prédios centrais veio ao chão para dar espaço ao moderno *Art déco*.



**Imagem 08:** Avenida Floriano Peixoto, década de 1950

**Fonte:** Acervo de José Edmilson Rodrigues.

<sup>54</sup> Tratamos por “Projeto Sagrado” as ações da Igreja Católica por meio das Congregações e da Diocese campinense, empregadas na busca por espaços de atuação e influência na cidade em meio ao processo de urbanização e modernidade de Campina Grande. Visando manter um espaço de influência e o ideário cristão.

Na década de 1950, foi planejada a ampliação da cidade partindo do traçado central em direção às áreas de circulação local, mas essas medidas não foram capazes de conter a expansão desordenada do município, que obedecia ao fluxo mobiliário dos loteamentos. Nesse período Campina Grande já apresentava um grande crescimento populacional e de sua área urbana:

[...] em 1947, a cidade contava com 13.259 prédios, mais de 70 ruas, mais de 300 logradouros públicos, 07 avenidas e 06 praças pavimentadas – período que marca a consolidação de centro regional importante de todo interior do Nordeste [...] Em poucos mais de 20 anos a população passou de 33.800 habitantes em 1940, para 116.200 habitantes, em 1960, crescendo aproximadamente na ordem de 245,0%, destacando-se no contexto paraibano como a cidade que mais crescia. É também, o período que registrou mudanças na organização de seu espaço urbano, destacando-se a formação de duas zonas industriais: uma a noroeste da cidade (ao lado do eixo rodoviário da BR-230) e outra, a sudoeste, próximo à Estação Ferroviária (ao longo do eixo rodoviário da BR-101) (SÁ, 2000, p.182).

Apesar do surto de desenvolvimento econômico do município, os projetos de expansão aplicados na cidade não priorizaram a ampliação das questões sanitárias e estruturais, com isso a “modernidade” dividia espaço com as áreas insalubres, com pessoas “indisciplinadas”, com costumes tidos a partir desse momento como arcaicos e nocivos. Nessa nova urbe, conviviam ricos e pobres, o “belo” e o “feio”.

A Campina da década de 1950 era um importante centro comercial, que experimentava novos tempos e não poderia mais negligenciar a melhoria e ampliação de alguns pontos cruciais como o abastecimento hídrico e o fornecimento de energia elétrica, fatores indispensáveis para o desenvolvimento de qualquer localidade e símbolos emblemáticos de prosperidade.

A energia elétrica havia sido instalada na cidade ainda na década de 1920, mas era um ponto deficitário, que só foi ampliado quando o município passou a contar com a energia da CHESF oriunda de Paulo Afonso em 1956. Quanto ao abastecimento de água, esse sempre foi um motivo de preocupação para a cidade que já havia construído três açudes em sua área urbana, o Açude Velho cujas obras foram iniciadas em 1828 e concluídas dois anos depois (1830), o Açude Novo cujo ano de inauguração é incerto,

mas “[...] Naturalmente sua construção se dá após a edificação do Açude Velho, dando uma consequente denominação ao outro. O tempo que separa os dois açudes é inferior a uma década” (OLIVEIRA, 2014, p101). E o Açude de Bodocongó inaugurado no ano de 1917. Os dois primeiros açudes citados foram usados em maior escala, suprimindo as necessidades da sociedade campinense até os últimos anos da década de 1930.

No ano de 1938, a cidade de Campina passou a ser abastecido com as águas da recém-inaugurada adutora de Vaca Brava, o que trouxe um pouco de tranquilidade, mas não resolveu o problema tendo em vista o crescimento da cidade. Assim, na década de 1950, a problemática volta à pauta do dia, o governador José Américo tenta encontrar soluções para o problema, o que só aconteceria depois da visita do Presidente Juscelino Kubitschek, que determinou a criação da Adutora de Boqueirão, que se tornaria a principal fonte hídrica da cidade até os dias atuais (RODRIGUES, OLIVEIRA e BRITO, 2015).

A garantia de água e energia elétrica não eram as únicas carências do município. Precisava também promover: ampliação de escolas públicas, saneamento básico, pavimentação de ruas, expandir a construção de moradias, evitar o barulho excessivo nas vias centrais, ou mesmo a criação de entre outras medidas. Indo de encontro à concepção de que a cidade era só avanço, a imprensa apresenta a sociedade os problemas vigentes ao reclamar “[...] das más condições de moradia, circulação e condições de convivência pela “má educação de alguns” [...] demonstravam toda uma frustração por não poderem conter os problemas acarretados pelo crescimento que eles tanto enalteciam” (SOUZA, 2006, p11). Nesse contexto de mudanças, as elites locais empregaram uma série de transformações físicas ao município, produziram códigos de postura, uma seleção de valores culturais para o viver na Campina Grande “moderna” e adotaram signos desse progresso.

Nos anos de 1950 novamente a cidade passaria a receber os “emigrantes da seca”, gerando uma série de preocupações, diante da inexistência de medidas públicas de moradia, saneamento e emprego capazes de contemplar todos moradores da cidade além dos forasteiros, as edilidades empenhavam todos os esforços para atrair novos investimentos e com isso aumentar a oferta de empregos, buscando evitar o aumento da pobreza e mendicância, com isso o governo municipal oferecia isenção de impostos, garantia a oferta de energia e água a um baixo custo. Apresentando a cidade como um

lugar ideal para fazer negócios, tudo para manter o setor comercial e industrial em pleno funcionamento.

Em 1953, a Igreja encontra novamente espaço para atuação mediante preocupação dos órgãos públicos com o grande número de flagelados recebidos na cidade. Na caso, o Bispo Dom Anselmo Pietrula apresentou a situação enfrentada pela cidade de Campina Grande a Igreja em âmbito nacional, logo os Bispos de todo o país reuniram e enviaram donativos em dinheiro para a Diocese campinense. Dessa forma,

[...] Recebeu o Senhor Bispo Diocesano auxílio de todos os Bispos Brasileiros, exceto daqueles Bispados onde o flagelo, igualmente, se fazia terrível e, carentes também de amparo caritativo. O total recebido, em dinheiro, montou a importância de Cr\$ 709.679,00 adicionada ao auxílio material para transporte, dado pela Empresa Collier [...] adicionada ao Batalhão de Engenharia para todas as paróquias dessa Diocese. Além das contribuições desta cidade, da campanha da Rádio Borborema, do Governador deste Estado, o Exmo Senhor Doutor José Américo de Almeida (UCHÔA, 1964, p.252)

Nessa década, assim como já havia ocorrido nos anos de 1930, a Diocese contou com a vinda dos seguintes grupos:

**TABELA 4 - As Ordens religiosas, por ordem de chegada ou por ordem de inauguração de suas Obras na cidade de Campina Grande na década de 1950.**

| Ano  | Ordem Religiosa e Instalação  |
|------|---|
| 1950 | Mosteiro das Clarissas - Clarissas (EUA)<br>(Rua Cap. João Alves de Lira, nº 136, Prata).   |
| 1952 | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Abrigo de Menores Dr. João Moura<sup>55</sup><br/>(Rua Dr. João Moura, 484 – São José)</li> <li>▪ Chegada dos Padres Carmelitas</li> <li>▪ Vinda dos Padres Redentoristas (oriundos de Garanhuns)</li> </ul> |
| 1953 | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Casa de Campina Grande – Colégio Feminino<br/>(Rua Pres. Getúlio Vargas – Centro)</li> </ul>   |

<sup>55</sup> A Instituição teve seu nome modificado três vezes ao longo do tempo, inicialmente é chamada de Abrigo de Menores Dr. João Moura, depois substituído por Casa Maternal Dr. João Moura e por fim Casa da Criança Dr. João Moura. A Casa foi criada por M<sup>a</sup> de Lourdes Moura Ribeiro logo após a morte do seu irmão, o médico pediatra Dr. João Moura. Embora tenha ficado a frente da direção da casa nos seus primeiros anos a Sra M<sup>a</sup> de Lourdes consegue por intermédio da Diocese de CG, a vinda de Ordens religiosas para dirigir o estabelecimento. Assim esse estabelecimento conta com a direção das Revmas. Irmãs dos Pobres de Recife (1952) e as Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas (1954) (UCHÔA, 1964).

|             |   |
|-------------|---|
|             | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto Nossa Senhora de Lourdes – Lourdinás<sup>56</sup> (escola feminina)<br/>(Rua Nossa Senhora de Lourdes – Jardim Tavares)</li> </ul>   |
| <b>1954</b> | Inauguração do Noviciado dos Irmãos Marista (oriundos de Recife)  |
| <b>1955</b> | Inauguração da Faculdade Católica de Filosofia  |
| <b>1959</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Artesanato São José<sup>57</sup> - Irmãs Vicentinas<br/>(As margens do Açude Velho)</li> <li>▪ Faculdade de Serviço Social - Irmãs Vicentinas</li> <li>▪ <b>Instituto Pax – Missionárias de Jesus Crucificado</b></li> </ul> |
| <b>1960</b> | Instituto Pio XII (Escola Paroquial) – Ordem das Filhas de Maria<br>(Av. Marechal Floriano Peixoto)   |

**Fonte:** tabela criada pela autora, dados colhidos na obra de UCHÔA (1964).

Foi realizada uma verdadeira campanha em prol dos flagelados, mas a atuação da Igreja no campo social não se limitou apenas em amealhar recursos financeiros, também foram traçadas estratégias para estabelecer e assegurar seus alicerces ideológicos. Um novo conjunto de ações sociais envolvendo as Congregações religiosas é posto em prática, assim a Diocese campinense aplica seu projeto sagrado para essa cidade “moderna”. O cenário municipal da década de 1950 favorecia as ações de defesa e ampliação dos interesses da Igreja. Nesse contexto, a cidade já possuía uma Diocese criada em 1949. A cidade de Campina Grande havia experimentado o que AQUINO (2012) chama de *diocesanização do catolicismo*, ou seja, a difusão espacial da Igreja Católica através da criação de dioceses e prelazias<sup>58</sup> nos interiores e lugares longínquos do país. Logo após o de Decreto 119-A, o processo diocesanização foi posto em prática de modo que em quatro décadas a Igreja Católica criou 68 novas dioceses pelo país.

<sup>56</sup> Em março de 1962 durante a Festa de São José, a Ordem inaugurou a escola gratuita batizada de *Coração de Maria*, que funcionaria no terreno do Ginásio Virgem de Lourdes, com turmas de Jardim da Infância, Primário e Ginásial.

<sup>57</sup> O Artesanato São José foi instalado por meio da ação de Durmeval Trigueiro Mendes frente à direção do I.N.E.P, e funcionou como um complemento educacional das crianças atendidas no Externato São José, com os cursos técnicos de Corte e Costura Cestaria, Metal Madeira, Couro, Cerâmica e Cartonagem. A Ordem contava com a colaboração de professores nomeados pelo Estado, o maior número deles, e pelo município para atuar no Externato e Artesanato São José (UCHÔA, 1964). Durmeval Trigueiro Mendes foi professor de Sociologia das primeiras turmas da Escola de Serviço Social da Paraíba no ano de 1955.

<sup>58</sup> Prelazias ou prelaturas, segundo o dicionário da Academia Brasileira de Letras, são tipos de dioceses em região de missão. Ou seja, uma delimitação eclesial que pode ser edificada para atender a necessidades específicas de um território (prelazia territorial) ou de um grupo de fiéis (prelazia pessoal).

Podemos observar na tabela acima, a chegada de novas Congregações, temos agora a instalação de um noviciado, um Mosteiro, uma Casa destinada ao atendimento caritativo e social de crianças, além das instituições públicas e particulares na área de educação, entre elas o Instituto Pax onde concentra nosso interesse na pesquisa. O convite da Diocese às diversas Congregações religiosas para vir se estabelecer na cidade e desenvolver aqui suas obras missionárias, assistenciais e educacionais, tinha um duplo objetivo, contribuir para minimizar os problemas sociais da cidade, fator importante para o processo de modernização, como também atuar no fortalecimento da esfera religiosa e da moral cristã.

Dessa maneira, nessa nova fase institucional “tal estratégia preservou e ampliou, no âmbito espiritual e no plano de controle religioso, os antigos domínios da Igreja, transpondo para essa nova territorialidade o capital simbólico e o poderio institucional adquirido pelo catolicismo” (AQUINO, 2012. p156). Em outras palavras a de criação de jurisdições eclesiais e de colégios católicos Igreja concentrou suas ações para que o seu poder simbólico fosse territorialmente materializado.

Com relação ao processo de urbanização, percebemos que as propostas modernizantes não foram aplicadas de maneira homogênea, nem de longe chegaram a contemplar a todos os cidadãos, muitos moradores foram afastados do centro e deslocados para novos bairros na zona leste, noroeste, sudoeste, que surgiam não apenas pelo preenchimento planejado de áreas vagas, mas também pelo desenvolvimento espontâneo como foi parte dos bairros do Jardim Quarenta e Cruzeiro, localizados na zona sul, e os bairros de José Pinheiro e Monte Castelo na zona leste de Campina Grande. As áreas periféricas da cidade são as que mais demoram a receber as ações “modernizadoras”, são nesses espaços que a Igreja Católica vai encontrar em diferentes momentos demandas para seu ativismo.

Somos advertidos por Aranha (2001)<sup>59</sup> para o erro de pensarmos a experiência urbana das cidades do Norte do Brasil entre o período de 1880 e 1925 como modernas, se comparadas aos moldes dos grandes ritmos sociais europeus do século XIX, ao invés disso o historiador propõe pensarmos pela assimilação das conquistas materiais e dos equipamentos urbanos que constituem como símbolos do moderno no inventário

---

<sup>59</sup> Ver ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: temas político-econômicos e práticas culturais (1800-1925)**. Tese de Doutorado em História. Campinas, Unicamp, 2001 (p79-132).

urbano. De fato a modernização de Campina não se deu pela agitação das multidões na rua ou do ritmo frenético da economia das grandes cidades, embora letrados, governantes e a imprensa local tenham investido na criação de discursos que tentaram colocar o município no patamar de desenvolvimento de grandes centros como São Paulo<sup>60</sup>.

Segundo Souza (2002), podemos elencar algumas dessas inovações modernas na cidade ao longo do tempo, como a chegada do trem (1907), o cinema (1910), reformas urbanas ocorridas entre 1937-1945, a presença da luz elétrica e seu desenvolvimento (1920 a 1956), os transportes coletivos (1945-1965), o Rádio (1947) e a chegada da Televisão (1963). Podemos citar ainda a fundação do SENAI (1942) e da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP (1949). Nos anos 1950 temos a Escola Politécnica da Paraíba e a Faculdade Católica de Filosofia (1954), além de prédios como o Grande Hotel, a Associação Comercial de Campina Grande – ACCG entre outros espaços públicos e praças que contribuíram para embelezar e dar um ar moderno à cidade.

A cidade até o início da década de 1960 era detentora da maior renda municipal do Estado, com a ajuda da força comercial e do setor industrial. Mas, com o Golpe Militar de 1964, a cidade é desfavorecida por medidas político-econômicas do governo que, estabeleceu um sistema tributário propício as capitais, que retirou a autonomia dos municípios e ampliou as rodovias nacionais, transferindo assim a circulação de mercadorias da Rainha da Borborema para o Recife (SILVA, 1999). Esses fatores levaram nosso município a perder sua importância comercial, passando a investir em outras áreas, como o setor de serviços. “Campina Grande [...] uma cidade que experienciou o fim da década de cinquenta procurando desesperadamente um novo lugar para si, uma nova maneira de estar no mundo” (AGRA DO Ó, 2006, p.17). Nesse sentido a historiadora Silêde Leila Oliveira Cavalcanti, descreve de maneira poética como Campina ressignifica o seu “estar no mundo”:

No final da década de cinquenta, quando as rodagens se proliferaram por toda a região, sobre a qual detinha um certo poderio, atraindo

---

<sup>60</sup> Ver SOUZA, Antônio Clarindo de. Construindo a cidade de tijolos discursivos: Campina Grande –PB (1945-1965), publicado no IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2006. Disponível em <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/1149/1124>, acesso em 22 de maio de 2015.

quase a totalidade da produção de algodão, a luz de Campina quase se apaga, tal qual a do (desse) cabaré Eldorado, e Campina brilhou menos, pois experenciou crises econômicas e comerciais. Apesar disso, não perdeu o seu poder como centro distribuidor de outras mercadorias, não parando de crescer urbana, educacional e culturalmente.

Atrevida que só ela, Campina funda duas universidades entre as décadas de 50 e 60, transformando-se numa cidade universitária, com nível educacional invejável e bastante procurada agora por novos “forasteiros” famintos por saber acadêmico. Campina seduz agora por outros saberes científicos, apaixonando milhares de aprendizes ávidos por um futuro melhor. Portanto, apesar da crise no setor algodoeiro, Campina não deixou de brilhar, nem de ser cintilante e atraente, pois ela já atraía as luzes para ela própria ao “dar a luz” à modernidade (CAVALCANTI, 2000, pp75-76).

Nesse novo contexto, a cidade tenta conquistar um novo lugar de destaque, agora no âmbito industrial e educacional. Entre o final da década de 1950 e 1960 o discurso da educação na modernização do país também seria recorrente em nossa cidade. A separação das instituições Igreja e Estado não significou apenas prejuízos para a Igreja Católica, já que agora ela podia contar com a benesse de ser livre para publicar os seus documentos sem interferências do Estado, conferindo á ela uma maior autonomia, inclusive para aplicar seu trabalho pastoral de maneira diversificada. A Igreja modificou seus métodos de atuação no espaço político-social, agindo sem a intervenção do Estado na sua organização interna e no seu trabalho no campo social.

Pelo exposto é possível perceber que a diocesanização do catolicismo, ou seja, a expansão territorial e institucional da Igreja Católica no Brasil da Primeira República, redimensionando lugares físicos, políticos e discursivos, foi assumida pela Cúria Romana e pelo episcopado brasileiro como a estratégia (no sentido certauniano) essencial da renovação da presença da Igreja na sociedade (AQUINO, 2012, p162).

Mesmo diante do rompimento jurídico-constitucional entre Religião e Estado, na prática o que se estabeleceu foi uma relação de cooperação entre ambos, onde a religião católica e seus princípios ainda tinha espaço de destaque em detrimento de outras religiões no país.

A vinda das Congregações religiosas entre 1930-1950 e suas intervenções imprimiu uma marca do “sagrado” nos projetos de reforma urbana desse período.



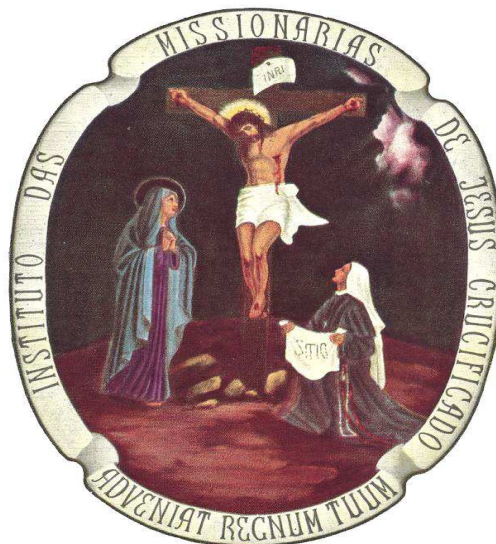
Diante do crescimento desordenado da cidade e das novas demandas sociais os governantes precisavam desenvolver projetos que pudessem atender aos anseios da população, em meio a essa problemática social eles podiam contar com a Igreja Católica e com as Congregações Religiosas. As ações pastorais e disciplinadoras dos grupos religiosos faziam parte do projeto de consolidação da Igreja diante do novo regime, buscando defender a fé católica, sob a concepção de uma reforma moral e social através da esfera religiosa.

As ações das Congregações Religiosas, nas tensões presentes na sociedade campinense viabilizaram a implantação de instituições e serviços importantes para a Campina Grande que passavam por uma reordenação de seu lugar econômico, político e cultural ao mesmo passo que a Igreja Católica passava pela redefinição de sua territorialidade produzindo assim o projeto de cidade assistencialista e fabricante de subjetividades cidadinas para os “corpos frágeis” integrantes das minorias sociais campinenses, como por exemplo, as mulheres, os pobres, as crianças e os idosos.

A “pedagogia do casamento” é a materialização do projeto de tutelamento dos corpos femininos pela Igreja Católica. Com a chegada das Missionárias de Jesus Crucificado é iniciado o processo de tutelamento das mulheres campinenses, mediado pela promessa da felicidade plena, que se realizaria através do casamento e da maternidade. Em outras palavras, o projeto de cidade, burguês e cristão, passa a contar com a pedagogia do casamento que vai atuar na fabricação de identidades femininas úteis à sociedade campinense.

### **3.1 O Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado: a chegada das pedagogas do casamento à Campina Grande.**

Entre os grupos religiosos que vieram instalar-se em Campina Grande na década de 1950, está a Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado – MJC. O grupo surgiu da iniciativa de Maria Villac, uma jovem natural de Campinas/SP que aos 19 anos de idade nutrido o desejo de servir como religiosa escolheu uma Congregação europeia para servir, mas seu desejo não se concretizou pela tensão em decorrência da Primeira Guerra Mundial. Assim, Villac começou a atuar no Brasil, colaborando com Igrejas de Campinas, prestando apoio espiritual às famílias necessitadas da região.



**Imagem 09:** Escudo da Congregação

Fonte: Instituto Missionárias Jesus Crucificado, 1953 (p.5).

O símbolo do Jesus Crucificado é escolhido pela demonstração do amor e da entrega de Cristo para salvar vidas, assim como as religiosas doam suas vidas ao servir.

Em 1922, onze jovens decidem juntar-se a Villac, aos poucos o grupo ganha forma e passa a atuar nos bairros pobres daquela cidade paulista, até que as jovens decidem apresentar suas atividades e um regulamento a Dom Francisco de Campos Barreto, 2º Bispo de Campinas, buscando assim regularizar o trabalho do grupo, transformando-o em Associação das Missionárias de Jesus Crucificado<sup>61</sup>.

Após cinco anos de trabalho, o grupo que já realizava regularmente visita as famílias, à catequese realizava ajuda material e espiritual, Dom Barreto propõe que a Associação fosse transformada em uma Congregação Religiosa. Dessa forma, em 03 de maio de 1928, é criada a Congregação Religiosa com o nome de Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado – IMJC.

A Congregação tem como fundadores a Irmã Maria Villac que, depois dos votos passou a ser chamada de Revma. Madre Maria do Calvário, e o Exmo. Snr. Dom Francisco de Campos Barreto, chamado pelas Irmãs de Dom Barreto.

<sup>61</sup> Retirado do site oficial do IMJC. <http://www.mjc.org.br/joomla2/>.



**Imagem 10:** Madre Maria Villac e o Bispo Dom Francisco Barreto  
 Fonte: Arquivo do Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado – IMJC (1953)

A Congregação se intitula diferente de outras existentes ao enfatizar em seus canais de divulgação<sup>62</sup> a não obrigatoriedade do uso do hábito pelas Missionárias ao sair à rua, por realizar atividades também à noite, por contar com a colaboração de missionárias externas, mulheres que não precisam realizar os votos, mas que podem contribuir voluntariamente para o trabalho social desenvolvido pela Congregação. E principalmente por permitir a entrada de mulheres negras e indígenas na Congregação. No entanto, essa inclusão não significou tratamento de igualdade já que as Irmãs negras vão compor grupos diferenciados dentro da Congregação, o que se observou é que a esfera religiosa reproduzia as relações sociais de discriminação. Esse ponto é debatido no artigo de Olga Vieira<sup>63</sup> intitulado *Irmãs Negras Missionárias de Jesus Crucificado*, onde segundo a missionária a Congregação estabelece em seus regimentos internos a separação das Irmãs em duas classes, ao determinar que:

[...] Faz parte da classe **missionária corista**<sup>64</sup>, para o trabalho diretamente apostólico, **toda a irmã branca**, com dote, estudo, e

<sup>62</sup> A partir de agora, utilizaremos as seguintes siglas IMJC, para falar do Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado, ou a sigla MJC para tratar das missionárias.

<sup>63</sup> Olga Vieira é mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Irmã Missionária de Jesus Crucificado – MJC.

<sup>64</sup> Baseado em Congregações religiosas que cantavam o ofício divino em coro, o termo “corista” era usado para intitular as irmãs destinadas ao trabalho missionário direto. Tempos depois, partindo do ponto

família bem posicionada na sociedade. Da **classe oblata**<sup>65</sup>, para a prestação de serviços domésticos, faz parte **toda à irmã negra**, independentemente de grau de estudo, prestígio familiar ou poder aquisitivo e a irmã branca, sem dote, sem estudo, cuja família não exerça nenhuma influência social.

Assim, a instituição, de maneira escancarada, opta por dois projetos políticos distintos em sua origem, instituindo dessa forma uma separação radical entre os grupos, o que significará, na sua história, um reconhecido processo de ambivalência e de exclusão (VIEIRA, 2005, p.145) (grifos nossos).

Dessa maneira a primeira classe seria formada pelas Irmãs brancas (coristas), encarregadas da vida religiosa e a segunda formada pelas Irmãs negras (oblatas), destinadas aos trabalhos manuais. As Oblatas eram impedidas de votar e serem votadas, não precisavam fazer os votos, ficando responsáveis pelo trabalho doméstico e manutenção da Congregação, sem direito a estudar e fazer apostolado. Eram submetidas também à ordem de precedência, ou seja, a norma que regulava a ocupação dos lugares na capela, no refeitório, nas filas, onde a madre geral precedia a todas as irmãs, e as Irmãs Missionárias Coristas precediam sempre as Irmãs Oblatas (VIEIRA, 2005).

Nessa política, como afirma Leonardo Boff<sup>66</sup> “até o hábito era diferente, azul e branco para as coristas e, preto para as oblatas”. Além dos hábitos também usam um véu<sup>67</sup>, símbolo da subserviência, de cor diferente, a cor do véu sinaliza posição ou estágio da freira, o véu branco é usado pelas religiosas que fizeram votos temporários ou ainda não realizaram os três votos (pobreza, castidade e obediência) e o véu preto é utilizado quando as religiosas já realizaram os três votos.

---

de que nem todas as Irmandades possuíam cantoras de ofício a denominação “corista” acabou sendo substituída por “missionária” (VIEIRA, 2005).

<sup>65</sup> A palavra oblato vem do latim *oblatus*, "oferecido", na esfera religiosa simboliza a oferta da vida pela obra, a entrega de si.

<sup>66</sup> Leonardo Boff versa sobre o tema no artigo *Uma história épica: Irmãs negras* publicado na coluna Opinião do canal Adital. Disponível em <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=43042>, acesso em 10 de agosto de 2015.

<sup>67</sup> De acordo com as Irmãs entrevistadas o uso do véu se fundamenta nas orientações em Coríntios 11:2-6, onde São Paulo fala claramente sobre a obrigação do véu, relacionando a cobertura da cabeça da mulher com a subserviência e glória.



**Imagem 11:** Comunidade da Creche de Sto Antônio/ SP. Jubileu de Prata - IMJC, 1953 ( p.251).  
Fonte: Arquivo do IMJC.

Essa hierarquia é seguida em todos os registros da Congregação, seguindo o mesmo padrão nas diferentes Casas. Podemos verificar que o modo como às irmãs estão dispostas na imagem acima obedece a essa divisão de classe e estágio. Seguindo essa diretriz, podemos dizer que as irmãs coristas seriam responsáveis pelos trabalhos missionários e as Oblatas pelos serviços e manutenção da Creche acima citada. Em outras palavras, a segregação do campo social era reproduzida na esfera religiosa. Essa divisão perdurou por quarenta anos na Congregação, uma vez que a unificação das classes entre as missionárias só foi instaurada em 1967, após o Concílio do Vaticano II<sup>68</sup> que estabelecia entre outras coisas aboliu a missa em latim, a obrigatoriedade do uso do hábito e as divisões de tarefas no interior das Congregações religiosas.

No campo teológico, o conceito de Carisma<sup>69</sup> tem o significado de Dom ou Graça do Espírito Santo, uma energia que emana no íntimo do ser humano, espécie de graça que, prepararia os missionários ou congregações a assumirem compromissos em

<sup>68</sup> O Concílio Vaticano II foi o 21º concílio ecumênico que aconteceu de 1962 até 1965 em quatro sessões. Chegou a editar 16 documentos, um chamado *Perfectae Caritatis* sobre a atualização dos religiosos, os membros dos referidos institutos. O Concílio representou a tentativa de resposta da Igreja aos apelos da modernidade, estabelecendo um diálogo com o mundo moderno, as ciências e as religiões não cristãs. Na América Latina se deu uma redefinição do lugar social da Igreja, que vai se dedicar aos pobres, através das Comunidades Eclesiais de Base e das pastorais populares.

<sup>69</sup> Ver Boff L. Crise: oportunidade de crescimento. Campinas: Verus, 2002. Onde o autor trata Carisma por força que significa a energia cósmica, força que faz atrair as pessoas e fascinar os espíritos (p. 64).

prol do desenvolvimento da Igreja e o trabalho desenvolvido em prol das pessoas que são mais necessitados.

A Congregação foi criada com o propósito de exercer seu *Carisma* de maior representação é, segundo os ensinamentos de Cristo, *partir em busca dos mais necessitados*<sup>70</sup>, além desse principio cultivam o Carisma da mansidão, onde “a mansidão, não é você ficar cabisbaixo, não é você se retrair [...] é a firmeza permanente diante das dificuldades da vida”<sup>71</sup>. Sobre seu papel de atuação, Irmãs da Congregação destacam que:

O fim geral do Instituto (IMJC) é a própria santificação das Irmãs pela observância dos três votos simples de obediência, castidade e pobreza, numa perfeita vida comum, de acôrdo com as próprias Constituições. O fim especial, como ficou dito acima, é, primeiramente a assistência religiosa e social em benefício do próximo, sob vários aspectos de caridade cristã; e, em segundo lugar, cursos escolares para meninas e exercícios espirituais para Senhoras (IMJC, 1953, p11)<sup>72</sup>.

O trecho acima é parte da publicação em alusão ao Jubileu de Prata do IMJC, uma publicação interna produzida pela Congregação e distribuída entre suas Casas para celebrar os 25 anos de vida missionária, o informativo publicado em 1953, em suas 415 páginas apresenta um importante trabalho da Congregação e seu campo de atuação ao longo dos anos, dividido por federações, onde podemos observar que exhibe o trabalho específico desenvolvido nos 12 Estados em que atuava no período. A prioridade do grupo é a atuação no campo religioso, na ação evangelizadora, mas em segundo plano há a esfera sócio-educacional que, a Congregação também tem procurado e com êxito tem conseguido é deixar sua marca impressa nas várias localidades brasileiras.

O Jubileu de Prata da irmandade contém informações que evidencia que a Congregação se organiza para o trabalho nessas duas esferas, missionária e educacional.

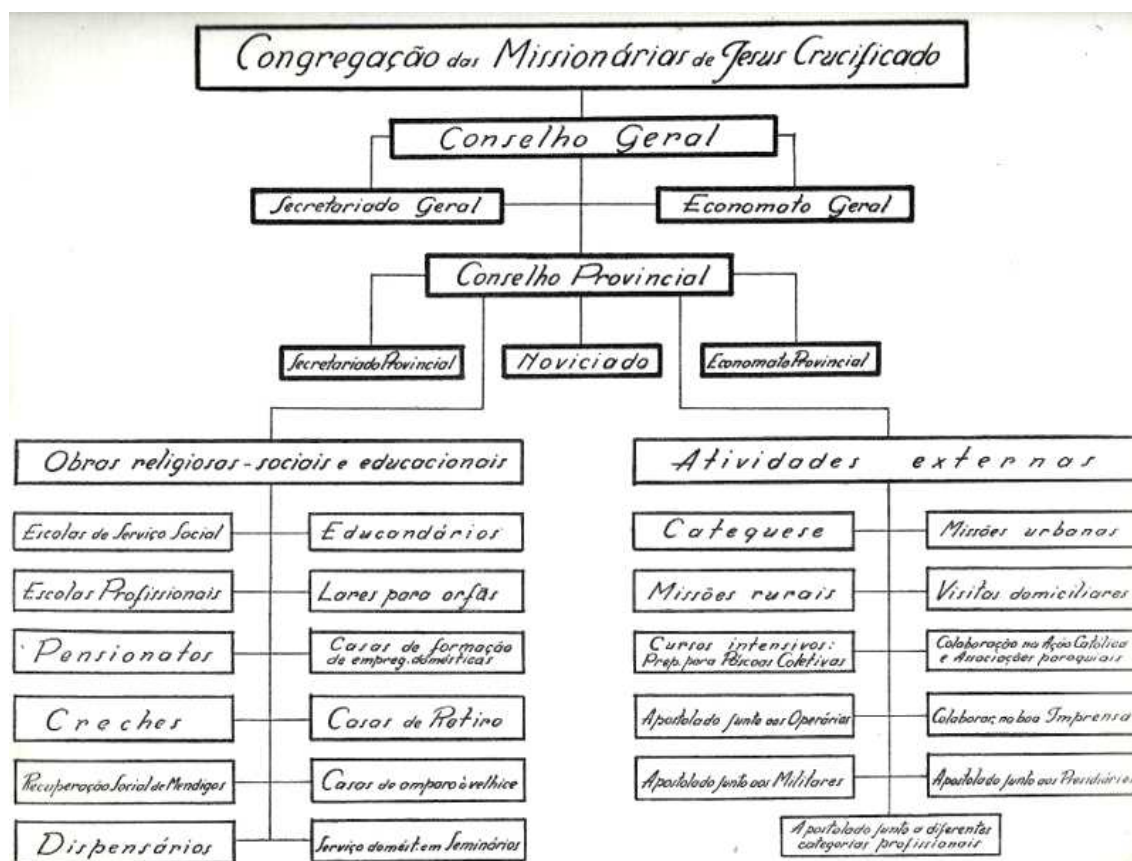
---

<sup>70</sup> Ver o site do IMJC <http://www.mjc.org.br/joomla2/>.

<sup>71</sup> Trecho da entrevista da Reverendíssima Irmã Letice Tavares Moreira, concedida em 20 de julho de 2015. A Revma. Ir. Letice atuou como professora primária no Instituto Pax.

<sup>72</sup> IMJS. **Jubileu de Prata do Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1953. Utilizaremos em referências a sigla IMJC. Essa obra é uma antologia da Congregação em alusão aos 25 anos de existência do grupo, uma publicação organizada e escrita pelas religiosas da Congregação. Com o intuito de fazer um registro histórico das atividades do Instituto nas diversas localidades do Brasil em que a irmandade se fazia presente.

Embora enfatize a escolarização feminina, as religiosas também exerceram a formação intelectual, espiritual e moral de meninos e de adultos. Em seus Carismas o IMJC tem se dedicado a catequese, as visitas a famílias, além da assistência material e espiritual as populações carentes. Como mencionado o IMJC se divide em duas frentes de atuação, com a seguinte configuração:



**Imagem 12:** Quadro sobre a organização e distribuição das MJC segundo as atividades desenvolvidas. Jubileu de Prata do IMJC, 1953 (p.397).

**Fonte:** Arquivo do IMJC.

Verifica-se que a Congregação conta com um Conselho Geral e um Provincial. As Províncias<sup>73</sup> foram criadas para facilitar a organização e o controle do trabalho da ordem, cada província fica responsável por acompanhar e fazer o levantamento das questões ligadas a sua área de abrangência para depois encaminhar as informações e demandas ao Conselho Geral, que fica a par de todas as questões relevantes.

<sup>73</sup> Província é o nome usado pela Congregação para as áreas geográficas que abrigam as obras das MJC, as províncias ou regionais possuem uma área de abrangência específica. Atualmente a Congregação conta oito regionais, são elas: São Paulo, Belo Horizonte, Campinas, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife e Virgem de Guadalupe.

A Província, conforme a imagem 12, subdivide-se em dois domínios, um seria o apostolado externo com as missões religiosas propriamente ditas como as visitas, a catequese, o segundo formado pelas obras sociais e educacionais, através dos educandários, das creches, dos pensionatos etc.

A Congregação das MJC é enviada à Paraíba através do convite feito pelo Arcebispo paraibano, V. Ex<sup>a</sup> Rvmo. Dom Moisés Coelho, que no ano de 1939 encaminha uma solicitação a Dom Barreto, para que o IMJC viesse desenvolver sua obra no Estado. A Arquidiocese paraibana consegue a restauração do antigo Mosteiro de São Bento, para abrigar as MJC, dessa forma foi inaugurada em 1948 a Casa do Calvário, na Av. General Osório, nesse endereço passou a funcionar a primeira casa da Congregação no Estado subordinada a Regional de Recife, que abrange os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Bahia, além dos países de Angola - Malange e Luanda.

Foi encaminhada uma equipe com quase vinte Irmãs à capital paraibana, o grupo era formado por freiras de cor branca e negra, a ordem de precedência é verificada, onde todas as Irmãs negras estão situadas por trás das Irmãs de pele clara. Conforme imagem abaixo:



**Imagem 13:** Grupo pioneiro, Congregação a se estabelecer na Casa do Calvário – JP, final dos anos 40. Dando início as obras missionárias, Estado - Paraíba. Jubileu de Prata , IMJC, 1953 (p.358).  
Fonte: Arquivos do IMJC.



Observa-se também que as Irmãs estão vestidas com hábitos de cor ou tonalidades diferentes, mas pelo fato da imagem ser em preto e branco fica difícil precisar quais as cores, além disso, usam véus em cores diferentes, ou seja, Irmãs em estágios diferentes.

A Congregação trouxe para a Paraíba sua formação e experiência em Serviço Social. Enfatizamos que desde as décadas de 1930/40 há uma renovação no pensamento da Igreja Católica, que passou a se preocupar com as obras assistenciais, nesse sentido foi criada a Ação Católica Brasileira - ACB<sup>74</sup> que tinha como meta o compromisso com as questões sociais do país. Dessa forma desde os anos de 1940 a ACB passou a levar a Doutrina Social da Igreja<sup>75</sup> às escolas, às universidades, aos meios de comunicação, etc. Décadas depois em 1950/60 a ACB passa a atuar através de seus grupos, como por exemplo: Juventude Agrária Católica – JAC, Juventude Universitária Católica – JUC e Juventude Operária Católica – JOC. Essa Doutrina Social da Igreja passa a ser o campo de atuação de diversas Congregações Religiosas, como é o caso do IMJC. Nesse cenário de transformações e ações sociais, a Igreja Católica almejava reorganizar a sociedade brasileira de acordo com as bases cristãs.

Em 1949 a Congregação das MJC passou a oferecer um curso de serviço social, que funcionou durante três anos, a demanda levou a criação da Escola de Serviço Social da Paraíba que foi inaugurada no ano de 1952. Essa modalidade de escola só passou a ser reconhecida como nível superior em nosso país a partir do Decreto 35.311 de 1954. A Escola de Serviço Social paraibana foi inspecionada em fevereiro de 1955, ano em que conquistou o seu reconhecimento permanente (MELLO, 1956, p173).

A primeira turma contou com uma média de dezoito alunas, um bom número se for levado em conta que em 1952, o Curso de Serviço Social não era reconhecido como nível superior.

---

<sup>74</sup> A Ação Brasileira Católica também conhecida pela sigla ACB, foi criada em 1935 pelos Bispos do Brasil e se pauta no Estatuto da Ação Católica Italiana – ACI. A ACB tem os significados de apostolado católico geral e apostolado social. Para melhor compreender o tema ver [http://www.pucsp.br/cedic/fundos/acao\\_catolica\\_brasileira.html](http://www.pucsp.br/cedic/fundos/acao_catolica_brasileira.html). Acesso 10 de junho de 2015.

<sup>75</sup> Ver MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita. O homo Inimicus: Igreja Católica, ação social e imaginário anti-comunista, Macéio, EDUFAL: 2007 (pp62-63).



**Imagem 14:** Registro realizado durante aula Inaugural/ Primeira turma da Escola de Serviço Social.  
**Fonte:** Jubileu de Prata do IMJC, ano de 1953 (p. 358).

Na imagem acima, observamos que também são respeitadas as hierarquias e as formalidades, assim religiosas e autoridades se posicionam no plano da frente e as alunas, devidamente fardadas, se organizam por trás. Pelo ano de chegada das missionárias da Congregação a Paraíba, 1948, é provável que o grupo da imagem 13, tivesse em sua formação Irmãs Coristas e Oblatas, o que significa dizer que nem todas do grupo iriam atuar diretamente nas Escolas, Dispensários, visitas ou catequese, algumas delas seriam confinadas à clausura e aos trabalhos domésticos ou de manutenção da casa. No registro seguinte, *imagem 14*, observamos que apenas cinco Irmãs posam para a foto, por sinal todas elas brancas, seria a divisão de classes entre coristas e oblatas captadas nesses registros? É uma leitura perfeitamente possível já que os dois registros foram feitos na mesma ocasião.

As Irmãs enviadas passam a desenvolver seus trabalhos em “uma Escola de Serviço Social, uma Escola de Formação Familiar, uma Escola Técnica para empregadas Domésticas, um Curso Supletivo para domésticas, vários cursos vagos, um Pensionato para senhoras e moças” (IMJC, 1953, p357). Esses vários cursos vagos a que se refere o informativo diz respeito a ações do apostolado externo como aulas de

catecismo em escolas, visitas as famílias mais necessitadas, visitas a grupos operários e a centros de puericultura, como o de Cruz das Armas JP/PB.

A origem do Serviço Social brasileiro está atrelada as ações da Igreja Católica, como proposta para combater as questões sociais no país. Podemos aventar que as Revmas. Irmãs contribuíram para a introdução do Serviço Social no Estado, uma vez que a Faculdade de Serviço Social só iria surgir quatro anos depois, em 1959, sob a direção das Ir. Vicentinas. As MJC dirigiram, além da Escola paraibana, outras oito Escolas de Serviço Social no país, distribuídas nas localidades de Campinas e Lins (SP), Florianópolis (SC), Juiz de Fora (MG), Brasília (DF), São Luiz (MA), Maceió (AL) e Aracajú (SE). Contribuindo para a profissionalização dos Serviços Sociais como também para o projeto arquidiocesano de criar lideranças cristãs em meio à sociedade.

A Congregação MJC já inserida no quadro social da capital paraibana é convidada a se instalar em Campina Grande pelo V. Ex<sup>a</sup> Rvmo. Dom Otávio Aguiar, para dirigir uma Instituição educacional batizada de **Instituto Pax**, nome escolhido pelo próprio Bispo. Essa foi a proposta inicial que trouxe as Irmãs ao município, mas além da atuação educacional, algumas missionárias permaneceram na cidade onde se lançaram ao apostolado externo em obras sociais, em algumas localidades como o Pedregal, Jeremias e Santa Rosa levando o amparo espiritual, m sobretudo, promovendo a conscientização dessas comunidades visando estimular o enfrentamento das dificuldades. Sobre a instalação da Congregação em Campina, Irmã Letice defende que:

Sabe que as irmãs vão chegar por que é pedido pelo bispo, né? ... a igreja quem envia, ninguém vai assim, a congregação não chega assim e se impõe, não, te que ter o convite... Nós já sabemos fazer: *Anunciar Jesus Cristo...* Só que o anuncio se faz de maneira diferente por incrível que pareça se faz de maneira diferente em qualquer realidade que a gente vá... Embora o objetivo seja o mesmo então a gente vai começar a organizar a vida do povo... né? Botar logo o povo pra rezar, bora vamos nos juntar vamos rezar o pai nosso vai devagarinho né então vai ver quais são as dificuldades da vida daquele povo, ai eles começam a dizer: da falta de agua, da falta energia, da falta de escola, falta de ônibus, falta isso falta aquilo falta moradia falta trabalho e na medida do possível nós vamos formando grupos de reflexão com eles não vamos dizendo você vai ter trabalho “x” vamos lá em tal lugar que tem um trabalho... não! Nós não damos o peixe, ensinamos a pescar, então isso leva um tempo precisa paciência e você tá conectado ... Então eles quer dizer ficam tão misturados conosco que pra outra pessoas falar alguma coisa eles vem saber da gente o que nos achávamos no caso os políticos né?, Ai menina e eu tô

dando formação, e não é uma coisa que a gente faz só a formação cristã, faz-se a formação humana a formação crista e a formação política social, direitos humanos entra tudo (MOUREIRA, 2014)

Dessa forma, as Irmãs MJC chegam ao final da década de 1950 à cidade de Campina Grande. A priori foram chamadas para desenvolver uma obra educacional no Instituto Pax, mas com o passar dos anos, a Congregação acabou atuando também no apostolado externo com visitas às famílias, catequese, o trabalho de conscientização junto às comunidades. Atuando com seu “Projeto sagrado”, as missionárias inserem-se nesse novo contexto urbano focando seus carismas em prol do que denominam de “promoção humana e evangelização”. Em outra publicação do IMJC, um boletim chamado de *Adveniat*<sup>76</sup>, a Congregação enfatiza o papel da Igreja e sua preocupação com a formação nos novos tempos, assim afirma que:

Por mais que seja o progresso técnico e econômico [...] o aspecto mais sinistramente típico da nossa época encontra-se na tentativa absurda de querer construir uma ordem temporal sólida e fecunda fora de Deus assim [...] o magistério da Igreja, com a colaboração de sacerdotes e de leigos especializados elaborou, sobretudo neste último século uma Doutrina Social. Esta Doutrina parte do princípio de que os seres humanos são e devem ser o fundamento, o fim e os sujeitos de todas as Instituições em que se manifestam a vida social [...] conforme com as características da sociedade contemporânea, podem ser aceitas por todos.

[...] os cursos de formação social cristã não só não excedem o âmbito da formação que deve ser dada a qualquer cristão em todos os grupos (IMJC, 1962, p9-10).

A Igreja católica mostra-se preocupada com o espaço ocupado nesse novo tempo de avanços onde ela perde espaços no âmbito jurídico-social, se lançando na aproximação da sociedade e investindo, sobretudo, na educação, campo em que dominou por muito tempo, visando promover a formação humana dos indivíduos, leia-se cristã. Nesse novo contexto urbano atrelado ao discurso da modernidade, é preciso

---

<sup>76</sup> O *Adveniat* é formado pela junção de informativos mensais, de diversos anos, encadernados todos juntos em formato de livro, esse em questão conta com publicações dos anos de 1962-1963. O termo *Adveniat* “vir a nós” foi o termo usado pela organização católica de ajuda à América Latina criada em 1961, organização que até hoje luta contra a pobreza e a injustiça no continente, tratam a educação como chave para o desenvolvimento social.

investir em homens de comportamentos refinados, preparado a exercer sua cidadania e ser um agente social. Nesse contexto temos as Congregações com suas obras voltadas a promover a manutenção dos valores cristãos, além da mediação dos problemas e enfrentamento das desigualdades sociais.

O trabalho desenvolvido pelas missionárias é diversificado e determinado pela necessidade apontada para cada localidade<sup>77</sup>. Na ocasião do Jubileu de Prata, a Congregação das MJC mantinha 63 Casas e 1.118 Irmãs espalhadas em doze estados do Brasil. Na Paraíba encontravam-se apenas em João Pessoa, na Casa do Calvário (IMJC, 1953). Hoje, sessenta e cinco anos após seu Jubileu o IMJC possui instalações e obras em todas as federações do país. Além de estar presente em outros países como Chile, Equador, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Nicarágua, Angola e Moçambique.

### **3.2 Entra em cena o Instituto Pax**

Instituto Pax! Esse foi o nome escolhido pelo segundo Bispo diocesano, Dom Otávio, para o colégio que funcionou em Campina Grande do fim da década de 1950 até os primeiros anos da década de 1970, sob a direção das Missionárias de Jesus Crucificado, a pedido da Diocese campinense. As elites locais puderam contar com esse espaço de formação para educar suas crianças e as Moças, o Instituto promovia ações no campo educacional com turmas do Ensino Primário e uma Formação Familiar, destinada a orientar as mulheres para *a vida no Lar*. E no campo assistencial, entre outras coisas, promovia a catequese, realizava distribuição de donativos, efetuava visitas às famílias pobres no intuito de prestar ajuda moral e financeira. De modo a dar visibilidade às tramas históricas de tessitura da pedagogia do casamento em dialogo com a pedagogia assistencialista de Campina Grande das décadas de 1950/1960, narramos à história desse educandário responsável pela materialização da formação doméstica em Campina Grande.

---

<sup>77</sup> Além dos serviços assistenciais e espirituais, as irmãs cooperaram com a educação e cultura por algumas localidades em que passaram. O IMJC não parava de crescer, alcançando em 1942 o número de 28 casas e 524 irmãs; no ano de 1952 esse número chega a 58 casas e 1012 irmãs; já em 1962 atingiu a marca de 127 casas e 2.136 religiosas. Informações colhidas no site oficial do IMJC, acesso em 24 de maio de 2015.

A Diocese de Campina Grande foi criada no ano de 1949<sup>78</sup>, após ser desmembrada da Arquidiocese da Paraíba. Em seus sessenta e cinco anos de atuação, foi guiada por sete Pontífices, como podemos observar abaixo:

**TABELA 5 - Bispos<sup>79</sup> Diocese, Campina Grande da fundação aos dias atuais.**

|    |                                    |                       |
|----|------------------------------------|-----------------------|
| 1º | Dom Anselmo Pietrulla              | 1949-1955             |
| 2º | Dom Otávio Barbosa Aguiar          | 1956-1962             |
| 3º | Dom Manuel Pereira da Costa        | 1962-1981             |
| 4º | Dom Luís Gonzaga Fernandes         | 1981-2001             |
| 5º | Dom Matias Patrício de Macêdo      | 2000-2003             |
| 6º | Dom Jaime Vieira Rocha             | 2005-2011             |
| 7º | Dom Manoel Delson Pedreira da Cruz | 2012 – até o presente |

**Fonte:** criada pela autora baseada nos dados colhidos no site da Diocese de CG<sup>80</sup>.

O recém-criado episcopado tem como primeiro líder o Revmo. Bispo Anselmo Pietrulla, que tinha entre suas atribuições dar início a construção do Patrimônio da Diocese, um requisito do Direito Canônico. Ao chegar a Campina Grande o sacerdote é alojado na Rua João Alves de Oliveira, nº56, em uma casa alugada pelo governador do Estado o Sr. Dr. Oswaldo Trigueiro. Seis meses depois o Bispo é transferido para o Convento de São Francisco, que passa a ser seu novo endereço (UCHÔA, 1964).

Preocupada em acomodar o Revmo. Bispo da cidade, a Diocese campinense idealizou e organizou a construção do Palácio Episcopal em um terreno localizado na Rua Barão do Rio Branco nº 210, doado em 1949 por Alvinho Pimentel, um abastado

<sup>78</sup> O papa Pio XII cria a Diocese de Campina Grande, através da Bula *Supremun Universi* em maio de 1949 (UCHÔA, p.215).

<sup>79</sup> Destaque para os bispos que estiveram à frente da Diocese campinense no período de funcionamento do Instituto Pax.

<sup>80</sup> Para maiores informações ver <http://diocesedecampinagrande.org/diocese/>

exportador da época áurea do algodão em Campina Grande, cuja “fazenda” estava localizada ao lado. Diante da necessidade de uma moradia apropriada para o pontífice a construção da obra é iniciada em 1950, seguindo a planta feita pelo próprio Bispo.

Com uma área de 50 metros de frente, esse espaço passou a abrigar o Palácio do Bispo, servindo de residência episcopal a partir de 1951. Na imagem observamos um prédio de estrutura imponente construído com dois pisos, um térreo dividido em salas e um piso superior que compreende a Capela, a Secretaria, o refeitório, o Salão Nobre (fundamental onde se realizavam as reuniões, audiências públicas e festividades do clero) além de algumas acomodações indispensáveis como dormitórios. Esse edifício funcionou como residência episcopal durante todo o bispado do Ex<sup>a</sup> Rvmo. Dom Anselmo Pietrulla, até meados de 1955. Foi durante a gestão do Ex<sup>a</sup> Rvmo. Dom Otávio Aguiar, que a residência episcopal foi desocupada para que funcionasse a escola dirigida pelas Irmãs MJC.



*Palácio Episcopal da Diocese de Campina Grande, Construído por Dom Anselmo Pietrulla, O. F. M.*

**Imagem 15:** Palácio Episcopal, única imagem de época localizada, mostra toda extensão do prédio. Entrada feita pelo pátio entre colunas acessível por um lance de escadas à esquerda da imagem.

**Fonte:** UCHÔA, ano de 1964 (p.255).

A arquitetura do prédio permanece a mesma desde a sua inauguração, foram preservados seus traços e espaços, na imagem verificamos a ausência dos muros do prédio o que poderia significar que ainda não havia sido construído, mas por se tratar de um lugar utilizado para um educandário infantil, o que envolve a necessidade de segurança, disciplinamento e controle, é mais provável que a foto tenha sido feita dentro dos jardins do prédio, o que explicaria essa ausência de muros no antigo retrato.

Antes de adentrarmos ao universo do Instituto Pax, gostaríamos de ressaltar que para elaborar essa cartografia da pedagogia do casamento com todo o seu aparato curricular e arquitetônico, tivemos como fontes históricas os documentos escritos do IMJC e a obra de Boulanger Uchôa (1964), bem como os relatos de memória das ex-alunas e das Revmas. Irmãs que foram professoras primárias no Instituto Pax, Leticia e Helena, ambas ainda residem na cidade de Campina Grande. O corpo discente ao qual entrevistamos é composto também por um ex-aluno do primário, como disposto abaixo:

**TABELA 6 - Colaboradores da pesquisa e o período de vivência no Instituto Pax**

| <b>Nome</b>                      | <b>Participação</b>                | <b>Período</b>                         |
|----------------------------------|------------------------------------|--|
| <b>Irmã M<sup>a</sup> Helena</b> | Professora da 1 <sup>a</sup> série | Desde a inauguração 1959               |
| <b>Irmã Leticia Tavares</b>      | Professora da Alfabetização        | Inicia nos primeiros anos de 1960      |
| <b>Neuza Carvalho</b>            | Secretária                         | 1964                                   |
| <b>Roberto Loureiro</b>          | Alunos do Ensino Primário          | 1959-1961                              |
| <b>Genilene de Lima</b>          |                                    | 1959-1963                              |
| <b>Nébia Araújo</b>              |                                    | 1961-1962                              |
| <b>Maria do Carmo</b>            | Alunas da Formação Familiar        | 1959 – Integrou a 1 <sup>a</sup> Turma |
| <b>Eliete Queiroz</b>            |                                    | 1961                                   |
| <b>Marilene Miranda</b>          |                                    | 1961                                   |

**Fonte:** Criada pela autora a partir de sua rede de colaboradores.

A tabela é uma tentativa de localizar o leitor quanto aos personagens de nossa trama histórica campinense e seu espaço/tempo de atuação no colégio. Temos um grupo eclético de depoentes, o que nos enriquece enquanto possibilidade de percepção do universo em estudo, o fato de terem sido membros de turmas distintas do Instituto Pax



contribui ainda mais para pensarmos a maneira como esse educandário foi conduzido ao longo de sua existência.

A cidade trama modos de vida, no sentido em que sua dinâmica age sobre os indivíduos e influencia seus hábitos e a maneira como se relacionam com a sociedade, mas ao mesmo tempo ela é tecida pela relação cotidiana dos sujeitos com o espaço urbano. Na cultura citadina a memória coletiva é significada por cada indivíduo em sua singularidade, em outras palavras “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2004, p69). Recorremos às memórias dos nossos colaboradores, por compreendermos a importância da dimensão temporal nos acontecimentos humanos. Suas narrativas se fundamentam nas categorias de tempo, espaço e experiência. João Carlos Tendesco discute o papel da narrativa:

A narração oral permite a percepção de diferenciações de gênero, de idade, classes, valores, locais; permite recuperar histórias de vida e identidades, pois o depoente (re) constrói sua identidade à medida que narra sua história de vida. Ao contar sua trajetória de vida e expor suas opiniões, ao conferir sentido aos gestos, o ator se torna sujeito dos seus próprios atos e percebe seu papel singular na totalidade social em que está inserido (TENDESCO, 2004, pp116-117).

Desse modo, as memórias articuladas com as fontes citadas são de extrema importância para pensarmos à Campina Grande dos anos 1950-1960, às representações, as práticas e as experiências em torno dessas mulheres, que através da pedagogia do casamento do Instituto Pax buscavam realizar o seu projeto de felicidade.

Conforme os testemunhos dos entrevistados, no ano de 1959, as Irmãs MJC se instalam no prédio que foi dividido para abrigar paralelamente o Instituto Pax no primeiro piso e as acomodações da Ordem no piso superior. O prédio foi cedido à Congregação no regime de *usufruto*<sup>81</sup>, no campo jurídico<sup>82</sup> significa que o prédio se desmembrava entre duas partes: o nu-proprietário (a Diocese) e o usufrutuário (as MJC). Na prática o nu-proprietário é aquele que detém o domínio direto da coisa e a possibilidade de reaver o bem, de que o usufrutuário tem o domínio útil, ou seja, direitos

---

<sup>81</sup> **Usufruto** - Ato ou efeito de usufruir. Um Direito real, que permite a alguém retirar da coisa alheia, durante certo espaço de tempo, os frutos e utilidades que ela produz, sem que se lhe altere a substância ou destino (segundo o dicionário Michaelis).

<sup>82</sup> Também tratado por **comodato** cuja significação é: empréstimo gratuito de coisa não fungível, que deve ser restituída no tempo convencionado pelas partes.

de uso e gozo, e a obrigação de conservar a sua substância, em razão do mesmo princípio. A doação usufruto possui caráter temporário e pode ser feita em cartório ou instituída em testamento, e nenhuma das partes pode vender ou penhorar o imóvel. No caso em questão o usufruto do Palácio do Bispo foi um acordo apenas verbalizado entre a Diocese campinense e a Congregação IMJC.

No entanto, há um fato curioso sobre o uso desse imóvel, segundo consta ele não teria sido apenas cedido em usufruto, mas vendido à Congregação das MJC. Sobre esse fato o Pe. Boulanger Uchôa afirma em seu livro, *História Eclesiástica de Campina Grande* que “[...] foi este edifício, **injustificadamente, vendido por Cr\$ 6.000.000.00** (seis milhões de cruzeiros) pelo Senhor Bispo Dom Otávio Barbosa Aguiar às Religiosas do Instituto Pax” (UCHÔA, 1964, 257) (grifos nossos). As palavras do autor representam o desconhecimento da Igreja sobre a alienação desse bem, fato é que este imóvel, o Palácio do Bispo, compõe o patrimônio da Diocese campinense até os dias atuais. Como isso é possível se o prédio foi negociado? Segundo a Revma. Ir. Letice, entre as décadas de 1960-1970 a venda passou a ser questionada pela Diocese:

[...] Vieram falar com a Irmã Belmar (Madre Superior do Pax), a Irmã Belmar era uma mulher muito ativa, a Belmar levou porque tinha um retiro das madres, todos os anos as coordenadoras iam pra São Paulo faziam um retiro de passar lá um mês, era retiro e orientações essa coisa todinha, todo ano... e, um dos problemas que levaram do Pax foi esse daí, e os padres estavam falando dessa história da compra desse Prédio, essa coisa, foi porque não tem documento nenhum, antigamente era tudo verbalmente. Pronto! **Quem é que ia duvidar da palavra do Bispo com a Irmã coordenadora de uma Congregação, não é?** Eu acho que isso já vinha antes dela (Madre Belmar) [...] certo é que nós perdemos porque a Superiora (se referindo Madre Maria Villac) ainda era viva e nos orientava assim dizendo que, porque ela fundou (a Ordem) com o Bispo e claro tinha muita ligação com a Igreja Institucional, relacionamento Bispo, padre e etc. Então ela nos orientava que nós éramos assessoras dos padres, então se nós éramos assessoras, coadjutoras dos padres não era pra tá criando problema não é, em outras palavras... não é isso? [...] ai a superiora pediu que fizesse uma avaliação, chamasse um engenheiro civil pra fazer uma avaliação daquilo dali, por conta do preço, etc, etc [...] eu só sei que foi pago também muito dinheiro a Dom Manuel Pereira (Bispo) e eu não sei em quê que ficou isso daí, eu só sei que a Geral (Madre Maria Villac) disse não vamos criar caso com a autoridade Eclesiástica, pronto. [...] **sabe como é que é, né?... a sociedade que nós vivemos é machista... imagina naquela época como não era e foi entregue**

**pra eles** (os padres) **e eles nos deram uma casita** na Av. Rio Branco (mesma rua do Pax). (grifos nossos) (MOUREIRA, 2014).<sup>83</sup>.

O usufruto prevê a possibilidade de reaver o bem, dessa forma a Diocese de Campina Grande reclamou o direito de posse do prédio, que voltou aos seus domínios, segundo as Irmãs<sup>84</sup>, na ocasião foi determinado que o dinheiro pago pelas MJC fosse encarado como o pagamento de aluguel do prédio. A Congregação, que havia custeado o que acreditava ser a compra do prédio, não via essa notícia com bons olhos, mas também não desejava dar início a uma disputa judicial, o que iria de encontro ao perfil e proposta da Congregação, desse modo à decisão da Madre Superiora de entregar o prédio foi acatada, restando as MJC silenciar em torno do ocorrido, mas as Irmãs relatam que o caso gerou um clima de revolta entre as religiosas pelo esforço “elas, como era colégio, entusiasmadas começaram a fazer bingo, rifa, tudo pra comprar... deram uma parte do dinheiro quando o clero soube não permitiu”<sup>85</sup>, a polêmica em torno da posse do prédio gerou ressentimento nas religiosas pelas ações empreendidas para arrecadar os subsídios entregues a diocese.

No relato observamos a submissão da Ordem perante a Igreja Institucional, mesmo tendo autonomia para desenvolver os seus Carismas, o seu funcionamento/reconhecimento passava pelo crivo da Santa Sé. Não havia o que se discutir, era esperado que as religiosas respeitassem não apenas à hierarquia eclesiástica, mas também a hierarquia de gênero, bastante falocrática disseminada pelo ideário cristão.

Sabemos que as MJC haviam sido convidadas pelo Ex<sup>a</sup> Rvmo Dom Otávio Barbosa Aguiar, 2º bispo diocesano, para dirigir o Instituto Pax. O Instituto Pax entra no cenário educacional campinense, abrindo suas portas em 1959, com turmas de Ensino Primário e uma Formação Familiar.

A solenidade de inauguração que ocorreu em março de 1959, foi registrada a pedido da Congregação. Na imagem 16 (abaixo), podemos ver um acontecimento histórico, acompanhamos pela fotografia, no canto direito da imagem o Revmo. Bispo

---

<sup>83</sup> Entrevista à Revma. Ir. Leticia Tavares Moreira, concedida em 04 de outubro de 2014.

<sup>84</sup> As Irmãs Maria Helena da Cruz Gouveia e Leticia Tavares Moreira residem na mesma casa por essa foi realizada uma entrevista conjunta, concedida em 04 de outubro de 2014.

<sup>85</sup> Trecho da entrevista a Revma. Ir. Neuza Carvalho, concedida em 29 de agosto de 2015.

Dom Otávio de Aguiar, grande entusiasta desta obra cortando a fita inaugural do Colégio Pax, ao lado do Padre José Bonifácio e, ao fundo a Irmã Madre Manso. No canto esquerdo, podemos observar o então na época Deputado, Ilmo. Sr. Antônio Vital do Rêgo, representando o governador do estado Pedro Moreno Gondim, ao centro a Revma. Madre Maria Ester Sampaio, a primeira religiosa a dirigir o Instituto Pax, e ao seu lado o deputado Severino Cabral, que no final desse mesmo ano venceria as eleições para prefeito da cidade, assumindo o cargo em novembro de 1959.



**Imagem 16:** Solenidade de inauguração do Instituto Pax em Campina Grande ano de 1959.  
Fonte: Acervo do IMJC.

Ainda sobre a solenidade de inauguração do colégio, temos o seguinte relato:

O instituto Pax, dirigido pelas irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, foi fundado em 1959, a pedido do Exmo. Senhor Dom Otávio Aguiar, digníssimo Bispo de Campina Grande. Ocupava então, o cargo de Provincial do Norte, a Revda. Madre Maria de Lourdes Santos a quem Dom Otávio propôs ceder, provisoriamente, a sede do Palácio Episcopal para a instalação da Nova Obra, que seria uma Escola de Formação Familiar e um Curso primário para os Meninos. Encarregada da fundação, chegou a esta cidade, a 29 de janeiro de 1959, a Revda. Madre Maria Ester Sampaio, acompanhada da Irmã Maria Helena da Cruz Gouveia. (UCHÔA, 1964, p. 390).

Dessa forma, a cidade fechava os anos de 1950 com mais uma escola a disposição da sociedade campinense, vimos que a solenidade de inauguração contou com a presença de religiosos, algumas autoridades locais, mas além deles também prestigiaram o evento os familiares dos alunos e integrantes de outras escolas religiosas da cidade. O político Vital do Rêgo compareceu à solenidade na condição de representante do governo do Estado, mas também no papel de pai, uma vez que seu filho Antônio Vital do Rego Filho (Vitalzinho) estava entre os alunos do novo Educandário da cidade.

A respeito da abertura do Instituto Pax, a Irmã Letice afirma: \_\_\_ “... em João Pessoa tinha um seminário e o bispo tinha pedido a congregação para abrir uma escola primária para meninos até a quarta série pra daqui serem enviados para esse seminário”<sup>86</sup>. Nesse sentido, o Educandário teria surgido da carência de escolas com formação religiosa na cidade voltada a escolarização de meninos, para serem em seguida encaminhados ao sacerdócio. Lembramos que desde a década de 1930 a cidade contava com o Colégio Pio XI, que durante seus primeiros dez anos se dedicou exclusivamente a escolarização de meninos, mas segundo a Irmã Letice<sup>87</sup> apesar de ter uma direção formada por padres, o colégio não concentrava seus trabalhos no direcionamento dos meninos à formação religiosa.

Como vimos, à inauguração do Instituto Pax ocorreu em 1959, mas diferente da afirmativa de Uchôa (1964) de que as Irmãs tenham chegado à cidade no mesmo ano de fundação, em fevereiro de 1958 foi encaminhado um pedido de licença de construção junto à Prefeitura Municipal de Campina Grande – PMCG, para realizar modificações na área do Instituto Pax, onde a Revma. Madre solicita:

MADRE MARIA ESTER SAMPAIO, signatária da presente, vem mui respeitosamente requerer de V. S., que se digne conceder-lhe licença para construção de um abrigo sobre coluna de madeira, coberto de telha, no lado do prédio nº204, da Av. Rio Branco, bairro da Prata, medindo 3.00 m de largura por 18.00m de comprimento e 2.50m de pé direito, e construir 3 aparelhos sanitário, alvenaria, nos fundos do nosso prédio, medindo cada, 0.80m de largura por 1,50m de comprimento<sup>88</sup>.

---

<sup>86</sup> Trecho da entrevista à Irmã Letice Tavares Moreira, concedida em 04 de outubro de 2014.

<sup>87</sup> Foi funcionária do Colégio Pio XI, depois de ter atuado no Pax, na década de 1980.

<sup>88</sup> Foi transcrito o trecho do documento para facilitar a visualização, abaixo da citação temos a imagem do documento em sua versão completa.

A Revma. Madre Maria Ester Sampaio, em fevereiro de 1958 recorreu a Secretária de Viação e Obras Públicas do município de Campina Grande para solicitar a autorização da construção de um abrigo ao lado do prédio (o Palácio do Bispo), além de três aparelhos sanitários nos fundos do mesmo prédio.

A Prefeitura de Viação e Obras Públicas  
Campina Grande

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1958

MADRE MARIA ESTER SAMPAIO, signatária da /  
Presente, vem mui respeitosamente requerer de V. S., que se digne  
conceder-lhe licença para construção de um abrigo sobre colunas  
de madeira, coberto de telhas, ao lado do prédio nº 204, da Av.  
Rio Branco, bairro da Prata, medindo 3,00 m. de largura por 18,00  
m. de comprimento e 2,50 m. de pé direito, e construir 3 apare-  
lhos sanitário, em alvenaria, nos fundos do mesmo prédio, medindo  
cada, 0,80 m. de largura por 1,50 m. de comprimento.

Nestes Termos  
Fede Deferimento

Campina Grande, 1 de fevereiro de 1958

*Madre Maria Ester Sampaio*  
MADRE MARIA ESTER SAMPAIO

Registrado a F. 21 do Livro nº 8 sob nº 238  
Em 3 de FEVREIRO de 1958

*João Pessoa*  
ESCRITURÁRIO

238 10/2/58

**Imagem 17** - Pedido de Licença de Construção apresentada a PMCG, 01 fev 1958  
**Fonte:** Arquivo Público Municipal de Campina Grande – APMCG

De acordo com a data do documento podemos entender que a Revma. Madre Ester acompanhou o andamento da ampliação da sede que iria acolher as MJC, ou seja, ela e a Irmã Maria Helena da Cruz Gouveia, por nós entrevistada, chegaram à cidade antes da inauguração do colégio em 1959. A Irmã Helena antes de ser enviada à Campina estava a serviço da Congregação na Casa do Calvário em João Pessoa-PB.

O Instituto Pax, contava com turmas de Jardim da Infância, Ensino Primário que abrangia a escolarização de crianças e a Formação Familiar, um curso de prendas domésticas, duração de um ano tinha por objetivo preparar as Moças para o casamento.

O abrigo citado no documento corresponde à construção abaixo (imagem 18), uma vez que não há nenhum outro anexo construído no terreno do Palácio. Esse espaço servia as aulas de Arte culinária da Formação, contando com mesa e equipados de cozinha para que as alunas pudessem realizar as atividades práticas. Os sanitários citados no documento ficam no lado oposto ao prédio anexo.



**Imagem 18:** Anexo construído ao lado do prédio do Palácio do Bispo

**Fonte:** Acervo do IMJC (1961), acervo da autora (2014).

Pensaremos o espaço do Pax na perspectiva de Viñao Frago (1943) que discute a ideia de que a escola é ao mesmo tempo um espaço e um lugar, um espaço por ser traçado para esse fim, mas que se torna um lugar a partir de sua ocupação e uso. O espaço educa e ordena tudo e todos que nele estão inseridos. A dimensão espacial é um referencial indispensável na construção e conservação das memórias, assim diante da impossibilidade de reter o passado em si mesmo “[...] o que recordamos são espaços que levam dentro de si, comprimido, um tempo [...] Lugares nos quais algo de nós ali ficou e que, portanto, nos pertencem; que são, portanto nossa história” (FRAGO, 1998, p.63), esses colaboradores tomam posse desse lugar material e dessa territorialidade mental para narrar suas experiências.

A área que compreendeu o Instituto Pax era formada pelo Jardim murado, as instalações do Palácio do Bispo (edificação central), o prédio anexo do lado direito e os banheiros no fundo do prédio principal. Os alunos não tinham acesso livre a todas as partes do educandário, quando não estavam nas salas de aula eles só podiam circular pelo jardim. O espaço do jardim era utilizado para as atividades físicas e de lazer dos alunos, ocupado pelas crianças durante o intervalo das aulas ou no final das aulas quando eles ficavam à espera de seus responsáveis para ir buscá-los. Segundo relato dos ex-alunos, o jardim era bem arborizado com pés de figo e eucaliptos, que além de fornecer sombras servia de atrativo para as crianças que contrariavam as Irmãs ao tentar subir nas árvores. Esse era o espaço de maior sociabilidade e liberdade das crianças, embora ficassem sob a constante observação das Irmãs os alunos podiam circular e realizar todo tipo de brincadeira e atividade no jardim, o pátio da escola era um espaço adorado pelas crianças que nele podiam liberar todas as suas energias. A ex-aluna Nébia Araújo diz lembrar bem dos pés de eucaliptos que aromatizavam o pátio onde ela tinha as aulas de educação física. Sobre o espaço escolar e seus usos, a ex-aluna Genilene afirma:

Porque a gente não andava muito por dentro do colégio, tú tas entendendo? A gente tinha as limitações da gente ali no colégio, lá em cima tinha a capela me lembro de mais onde tem aquela roda assim, tu já entrou lá? Tu já fosses lá? [...] tem uma escadaria lá em cima tem uma assim como uma roda aberta assim, pronto do lado esquerdo era a capela ai em frente à capela tem uma porta assim que eu me lembro que era a clausura, que era onde ficava as irmãs enclausuradas que a gente sapeca pra entrar na clausura pra ver as irmãzinhas, mas **a gente era vigiada [...] Porque a gente não andava muito por dentro do colégio. Ai a limitações da gente dentro do espaço físico do colégio, tinha área que a gente não podia ir, tinha que obedecer né.** Eu me atrapalho tanto de lado, do lado direito quando a gente entrava assim tinha um pé de figo bonito que a gente tentava tirar os figos dali e as irmãzinhas não deixava a gente bulir de jeito nenhum no pé de figo e a gente brincava o pátio a gente arroteava, brincava do lado esquerdo onde hoje bota o estacionamento da prefeitura (grifos nossos) (FERREIRA, 2014).

Os alunos do Ensino Primário talvez pela faixa etária e tempo de duração do turno acabavam utilizando mais esse espaço de sociabilidades do que as alunas da Formação Familiar. A concepção de lugar é trabalhada a todo o momento pela esfera escolar, que investe na noção de disciplina, de ordenamento, de controle, de obediência.



Para estabelecer com isso a percepção de escola como lugar específico, não apenas como um âmbito de instrução, mas também como o lugar onde os corpos são disciplinados, os comportamentos são polidos e refinados. Dessa forma:

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. [...] o prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir (LOURO, 1997, p58).

A hierarquia e a ordem eclesiástica eram transportadas para o universo escolar, no sentido de que todos os alunos tinham conhecimento do que ou quem respeitar, da importância da submissão aos superiores e da rigidez das normas, que passava pelo cumprimento do horário, exigência de apresentação impecável do fardamento até mesmo ao tratamento dos alunos entre si.

Quanto ao corpo docente, a Congregação das MJC destinou o seguinte grupo para iniciar a obra missionária na cidade:

Vem desempenhando o cargo de Diretora da Obra, desde a fundação, a Revda. Madre Maria Ester Sampaio que tem como colaboradoras: Irmã Maria Augusta de Sousa, Irmã Francisca Bezerra de Figueiredo, Irmã Maria Helena Gouveia, Irmã Zélia Alves França, Irmã Iraci Lino dos Santos e Irmã Maria de Lourdes Dias da Silva (UCHÔA, 1964, p.393).

São citadas apenas as Irmãs responsáveis pelo Ensino Primário, mas com o redimensionamento das turmas ofertadas surgia à necessidade de novas professoras, lembrando que além do Ensino Primário o colégio tinha uma Formação Familiar. Como também a obra não contava apenas com as docentes, havia as Irmãs destinadas ao setor burocrático como secretaria, o funcionamento e manutenção do prédio, além das freiras que iriam se dedicar a missão externa, como catequese, visitas, auxílio aos pobres etc.

Durante o seu período de funcionamento, o colégio contou com uma rotatividade no quadro de colaboradoras, no sentido de que eram sempre solicitadas novas Irmãs mediante necessidade da obra ou quando uma freira precisava ser transferida de regional por motivos pessoais de força maior. Esse foi o caso da Irmã Neuza Carvalho<sup>89</sup>, que ao receber uma carta em 1964 informando que sua mãe, residente em João Pessoa, estava

---

<sup>89</sup> Relato da entrevista a Irmã Neuza Carvalho, concedida em 29 de agosto de 2015

doente pediu a Provincial que a transferisse para uma obra mais próxima, dessa forma foi deslocada de Vitória da Conquista para a Casa do Calvário, na capital paraibana. O Instituto Pax contava apenas docentes religiosas, isso só foi alterado nos últimos anos de funcionamento da escola, diante da necessidade de docentes para algumas disciplinas não havendo Irmãs aptas ao cargo o colégio realizou entrevistas e admitiu a entrada de professoras leigas.

Embora as turmas de Ensino primário e da Formação Familiar tenham funcionado no mesmo espaço, as professoras dessas modalidades tinham pouco contato entre si. Mesmo reunidas na mesma área de atuação, devido à rotatividade e o número de religiosas, as Irmãs não chegavam a conhecer todo o grupo como relata as Irmãs, Helena e Letice. Por critério, todas as docentes eram Missionárias da Congregação, anos depois foram admitidas professoras leigas em decorrência da carência de mestras para as disciplinas oferecidas.

O Instituto Pax funcionou com ensino infantil distribuído em turmas do jardim ao quinto ano, onde havia turmas A e B de todas as séries, todas as turmas “A” funcionavam pela manhã e “B” à tarde. A respeito do Ensino Primário do Pax, há informações divergentes, essa fase da escolarização é apontada por Uchôa (1964) e pelas religiosas, entrevistadas, como uma preocupação da escola com a escolarização dos meninos. No entanto, entre os entrevistados há ex-alunas que afirmam terem estudado em salas exclusivamente femininas e um ex-aluno que teve a experiência de fazer o Primário no Pax em um período com turmas mistas.

Nesse sentido, questionado sobre o período em que estudou na escola o ex-aluno do Primário, Roberto Loureiro<sup>90</sup> declara: “Eu era muito pequeno [...] eu devo ter estudado lá entre 59, 60, 61, estudei até o 1º ano [...] Estudou meu irmão mais velho Ricardo, eu, Ana Lúcia e Catarina, os quatro, éramos sete lá em casa”. Roberto, assim como seus irmãos, foram alunos do primário logo nos primeiros anos de existência do Instituto. O relato vai de encontro à suposta ideia de criação da escola para investir na formação de meninos para serem enviados ao Seminário Diocesano na capital. Ao mesmo questionamento a ex-aluna Genilene de Lima<sup>91</sup> responde:

---

<sup>90</sup> Entrevista realizada em 06 de maio de 2014, concedida por Roberto de Aguiar Loureiro, 60 anos, campinense, filho de comerciante do ramo de gêneros alimentícios. Formado em administração de empresas, foi presidente da ACCG e diretor da Federação do Comércio. Atualmente Roberto Loureiro exerce o cargo de Secretário Adjunto de Finanças da Prefeitura Municipal de Campina Grande – PMCG.

<sup>91</sup> Entrevista a Genilene de Lima Ferreira. Concedida em 10 de dezembro de 2014.

Eu devo ter estudado de 63 a 68 [...] toda a minha formação do primário foi no Pax, foi lá... [...] do jardim da infância até a quinta série [...] não... não era turma mista, só me lembro de mulher, minha turma era só mulher [...] eu nunca nem vi um homem na limpeza do colégio, era só mulher (FERREIRA, 2014)

Acreditamos que possivelmente, Genilene tenha feito confusão quanto ao período em que estudou no Instituto Pax, se tomarmos por base sua idade, 61 anos, de acordo com o período sugerido, ela teria estudado dos 09 aos 14 anos, uma idade considerada atrasada para o Primário, ao invés disso, é provável que ela tenha cursado o primário entre os anos de 1959-1963, correspondendo assim à idade de 05 aos 09 anos.



**Imagem 19:** Turma da 3ª série primária, do ano de 1962, nas escadarias do Instituto Pax, junto à professora Revma. Irmã Socorro.  
**Fonte:** Acervo de Nébia Araújo de Medeiros<sup>92</sup>

Temos na imagem acima a turma do 3º ano do Ensino Primário de 1962. Uma turma exclusivamente feminina que funcionou no turno da manhã, esse tipo de fotografia era feita com todas as turmas para compor os registros do colégio seguindo o padrão de todas as obras da Congregação pelo país. Nela, observamos o fardamento

<sup>92</sup> Nébia Araújo de Medeiros, ex-aluna do Pax. Reside hoje na capital do estado, onde atua como médica. Ela não concedeu entrevista com os demais, mas forneceu dados escritos sobre o Instituto Pax, além de enviar fotografias de seu acervo pessoal via e-mail. Essa foto também foi publicada em seu perfil no facebook <https://pt-br.facebook.com/nebia.demedeiros>

básico destinado às meninas, saia plissada, blusa branca, sapato preto e meias brancas. Pela fisionomia das crianças do gênero feminino se verifica a seriedade cobrada na ocasião do registro, lembrando que essas fotos das turmas em frente ao estabelecimento educacional eram inseridas nos registros e boletins internos da Congregação.

Como mencionado, temos entre os nossos entrevistados alunos que estudaram praticamente no mesmo período, mas que relatam contextos bem diferentes. Com isso nos indagamos sobre o caráter das turmas do Ensino Primário do Pax, afinal teria sido a escola destinada apenas à formação de meninos para seguir a carreira religiosa?

Acompanhando a trajetória do Instituto Pax, percebemos que um ano após sua abertura, ele já não era exclusivamente destinado aos meninos, acreditamos ter havido um redimensionamento da atuação do IMJC em Campina Grande, com a disponibilidade de espaço no prédio e a necessidade da cidade aproveitou-se a chegada da Congregação para atribuir às Irmãs a missão de também educar as crianças nas primeiras letras, sem distinção de gênero nem a prerrogativa de formá-las para a vida religiosa.

Ao que tudo indica no ano de 1960, se estabeleceu a coeducação e as meninas passam a estudar no educandário, mais que isso elas passam a dividir a sala de aula com os meninos. O que não significa que o cuidado e zelo para com o contato entre meninos e meninas não tenha existido, uma vez que era dada às famílias a opção de colocar suas filhas em turmas femininas ou em turmas mistas. O sexismo educacional também foi vivenciado no âmbito educacional paraibano. A historiadora Keila Queiroz e Silva (1999) ilustra essa preocupação ao destacar a tragédia ocorrida na cidade de João Pessoa no ano de 1921, ao narrar à trama do mito do amor romântico da Paraíba, envolvendo o casal Sady e Ágaba<sup>93</sup>. O fato teve grande repercussão, sendo convertido em romance que sobre o caso relata:

[...] Ágaba era uma garota alegre e cheia de vida. Tinha apenas 16 anos. Ela tinha um noivo chamado Sady, que todas as manhãs acompanhava-a a Escola Normal onde ele estudava. Acontece, porém, que o diretor da Escola, havia proibido as alunas de serem acompanhadas por namorados, e, para cumprir essa ordem, colocou um vigilante. Uma manhã como de costume Sady chegou na calçada

---

<sup>93</sup> Quem melhor retrata a trama amorosa é SILVA, Keila Queiroz. **Entre as normas e os desejos: as mutações do feminino e do masculino em 50, 60 e 70 na Paraíba**. Universidade Federal de Pernambuco, 1999. E VASCONCELOS, Antônio Bemvindo. **O drama de Ágaba**. Natal. Econômico empresa Jornalística Ltda, 1987.

da Escola acompanhado de Ágaba. O vigilante não deixou ele se aproximar. Houve uma discursão, quando inesperadamente o guarda sacou de um revolver atirando em Sady, que tombou morto. Ágaba que assistiu essa cena terrível, enlouquecida de dor e sofrimento saiu correndo e gritando pelas ruas. Dias após com veneno suicidou-se (BEMVINDO apud SILVA, 1999, p.41).

Os jovens acabaram sendo personagens de um drama em decorrência da rigidez dos códigos de moralidade. A escola posta como um eficiente instrumento de manutenção e reforço das normas socioculturais da época. Um exemplo da busca pela disciplinarização dos corpos e mentes, a concepção de que o amor precisa ser adestrado, o desejo domesticado e institucionalizado com o casamento para a preservação da ordem social. Para resguardar as moças dos perigos do amor e/ou desejo os espaços escolares se posicionam desde a separação de cada sexo em sua estrutura física até a vigilância permanente em seus arredores.

Em Campina Grande, o cuidado com a coeducação também era uma realidade, enfatizamos a existência de outras escolas religiosas na cidade destinadas exclusivamente à escolarização das meninas como as Damas e as Lourdinhas. O Pax também atuou nessa divisão entre meninos e meninas, ou seja, mesmo abrindo suas salas para a coeducação o Instituto dividiu o Ensino Primário, de maneira que as turmas da manhã eram destinadas ao público feminino, e as séries da tarde às turmas mistas, o que explica a formação de turmas como a da imagem 18 e, o fato da ex-aluna Genilene, estudante da manhã, ter cursado todo o seu Primário em turmas formadas apenas por mulheres. Somente a partir de 1962 com o Concílio do Vaticano II, as turmas mistas tornam-se uma prescrição para todas as escolas católicas no país.

Quanto à pedagogia aplicada, a Congregação investia na formação integral do homem, essa foi à diretriz adotada no Instituto Pax. O Ensino Primário era alvo de grande atenção, já que a tenra idade é uma fase propícia para se trabalhar a formação intelectual, moral e espiritual do indivíduo. A educação dos alunos pautava-se não somente nas disciplinas e saberes previstos para as séries iniciais, mas também nos preceitos da fé cristã.

Em meio às matérias do currículo básico “eles faziam as aulas de catequese na sala de aula”<sup>94</sup>. Sobre o aspecto religioso Genilene afirma “elas puxavam muito a gente pela parte religiosa [...] ensinava assim muito a gente a rezar, a tratar o próximo, pai e

---

<sup>94</sup> Trecho da entrevista da Irmã Letice, concedida em 04 de outubro de 2014

mãe, professor, sempre orientava a gente a nesse sentido”. Os alunos também eram levados à capela do prédio onde recebiam orientações espirituais e realizavam suas preces. Aulas de catecismo também compreendiam o currículo do Instituto Pax, na catequese os indivíduos aprendem os princípios e fundamentos da Igreja Católica, assim como as preces, mandamentos e os seus sacramentos. As Irmãs além de atuarem como catequistas nas aulas, elas também preparavam a Primeira Comunhão dos discentes, um trabalho que faz parte do apostolado externo da Congregação.

A escola possuía um calendário oficial de eventos, entre eles a Primeira Comunhão era o de maior destaque. A missa da Primeira Eucaristia<sup>95</sup> era celebrada no domingo pela manhã no Convento das Clarissas, este ato litúrgico não era realizado no colégio pelo fato da capela do prédio não disponibilizar de espaço suficiente para acolher a todos. Conforme relatos das o único espaço possível no colégio para um evento desse porte seria o jardim, mas a Irmã Letice enfatiza que “os eventos sagrados precisam ser realizados no espaço sagrado, com todo respeito e reverência”.

A primeira Eucaristia é um ritual litúrgico da Igreja Católica que busca por meio desse sacramento perpetuar o sacrifício da morte de Cristo, que antes de começar sua paixão, reuniu-se com seus apóstolos na última ceia e converteu pão e vinho em seu próprio corpo vivo, e o deu a todos para simbolizar a comunhão dos presentes com o plano espiritual.

O ritual litúrgico contava além da presença dos que iriam fazer a Primeira Comunhão, com grande participação dos demais alunos e dos pais e responsáveis. Na imagem abaixo podemos verificar as filas destinadas aos alunos, os que iriam receber o Sacramento (meninos e meninas) estão à frente com velas na mão e por trás desses estão os demais alunos. As meninas usando vestidos brancos e o véu na cabeça e os meninos short, terno e gravata seguindo as formalidades em sinal de reverência a esse evento. Para os demais alunos segue o uso do fardamento da escola camisa branca, gravata, short ou saia plissada.

Na disposição dos lugares, mesmo sendo integrantes de turmas mistas, meninas e meninos são separados, colocados em lados opostos. Após a primeira eucaristia os

---

<sup>95</sup> A Igreja Católica possui sete sacramentos: batismo, crisma, eucaristia, penitência, unção dos enfermos, ordem e matrimônio. A Eucaristia é o sacramento onde o sacerdote converte no corpo e sangue de Cristo o pão e vinho oferecido no altar.

indivíduos podem receber a hóstia consagrada que representa o corpo e sangue de Cristo.

Ao término da celebração as crianças em companhia dos religiosos e familiares saíam em procissão do Convento das Clarissas até o prédio do colégio. Todos seguiam de maneira ordeira a pé, até chegar às dependências do Instituto Pax, onde eram recebidos com um café da manhã. Conforme podemos observar:



**Imagem 20:** Após a Eucarística nas Clarissas, as turmas seguiam em procissão até o Pax– CG.  
**Fonte:** Acervo do IMJC (1961).

A ex-aluna Genilene nos relata: “era logo cedo da manhã, depois da Missa nós saímos a pé, a turma que fez a primeira eucaristia todinha segurando suas velas em

procissão ate o Pax e lá todos se reuniam”. Mais que um momento sagrado, este também era um evento de interação entre as famílias presentes.

Durante toda a cerimônia os meninos e as meninas eram colocados em lados opostos, não somente pelo sexismo educacional, mas também pela hierarquia e ideologia cristã que coloca homens e mulheres em patamares diferentes. Outro ponto de destaque é a organização dos eventos realizados pela escola, motivo de orgulho para as Irmãs que cuidavam dos mínimos detalhes.



**Imagem 21:** Café da manhã no salão de festas. Instituto Pax, após a Primeira Comunhão, 1961.  
Fonte: Acervo do IMJC.

Os alunos se posicionam no respectivo lado da mesa, onde todos os objetos eram colocados nos lugares destinados a cada aluno. Toda a reunião ocorre sob a supervisão das Irmãs e dos integrantes do clero presentes. Através dessa cerimônia a Congregação realizava a missão de aproximar os fiéis do plano sagrado e da Igreja institucional, esse evento tinha poder de envolver não apenas os alunos, mas todas as famílias presentes.

O calendário de festividades da escola contava com a realização da Primeira Comunhão, Auto de Natal, Pastoril, a Páscoa, Festa do dia das Mães e dos Pais, Festival Junino além das solenidades de conclusão do Ensino Infantil e da Formação Familiar, inserindo assim alguns moradores da cidade de Campina Grande no projeto citadino sagrado.



Algumas comemorações lúdicas, também foram realizadas em outros espaços, como o auditório do Convento de São Francisco (CG) e/ou auditório da Rádio Borborema, no Gresse<sup>96</sup> e o Teatro Municipal Severino Cabral, mediante a necessidade de maior acomodação do público ou convite de apresentação.



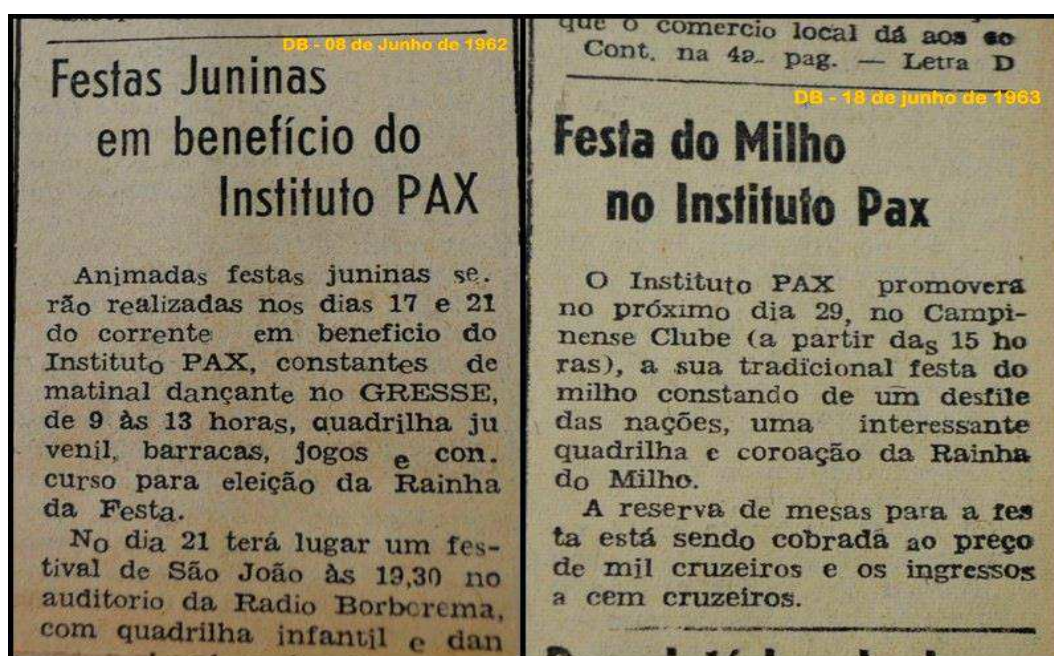
**Imagem 22:** Festividade do Dia das Mães realizada no Teatro Municipal em 1962, e Festival de São João realizado no auditório da Rádio Borborema.

**Fonte:** Acervo do IMJC.

---

<sup>96</sup> O Gresse, Grêmio Recreativo de Sargentos e Subtenentes do Exército, foi um clube bastante frequentado pela sociedade campinense, conhecido por seus bailes de carnaval, na década de 1980 chegou a ser a sede social do Treze Futebol Clube.

Nas festividades referentes ao Dia das Mães o colégio costumava envolver os alunos das duas modalidades, Primário e Formação Familiar. Verificamos na imagem as crianças ao lado das Moças do curso de Donas de Casa, todos devidamente fardados. Com relação aos festivais juninos eram tradicionais, ocorriam nos auditórios da Rádio Borborema e/ou no Convento de São Francisco. Destaque para o vestuário dos meninos que remete a cultura Gaúcha pelo uso das calças estilo bombacha com a fita na cintura, botas e chapéu, aventando o caráter folclórico da festa que ia além da celebração da cultura nordestina. Esses festivais eram divulgados em rádio e jornais locais, conforme podemos observar:



**Imagem 23:** Anúncios das Festividades de São João do Instituto Pax.

Fonte: Diário da Borborema, matérias publicadas em 08 de 06 de 1962 e 18 de 06 de 1963.

A festa junina além de ser um momento de diversão para os alunos do colégio também era uma via de arrecadação de fundos para a escola, utilizados na manutenção das obras da Congregação.

Outro ponto interessante e que merece destaque, diz respeito ao fardamento da escola, o vestuário é algo muito presente na fala dos nossos colaboradores que em suas narrativas enfatizam a ordem e a disciplina da escola, que exigia a apresentação impecável do fardamento em suas atividades diárias. A farda básica para as meninas era composta por saia azul natier (azul cor de céu, mar), usada com blusa branca, cinto vermelho e sapato preto tipo pulseira, esse com tirinha, acompanhado de meias brancas.

Para os meninos short curto, blusa branca e sapato preto com meias brancas. Nas ocasiões de maior relevância além do fardamento padrão, as meninas utilizavam gravata vermelha e os meninos gravata e suspensório. Além dos itens citados, havia também o casaco azul para os dias frios e o uso do terno pelos meninos nas ocasiões de gala. Para alguns alunos como Genilene a indumentária era motivo de admiração, “quando fecho os olhos eu me vejo vestida naquela farda, que eu achava a coisa mais linda do mundo”.



**Imagem 24:** Alunos do Primário organizados para o registro oficial do IMJC, ao lado do Bispo de Campina Grande, o Revmo. Dom Otávio acompanhado das Irmãs da Congregação.

**Fonte:** Acervo do IMJC(1959).

A foto acima é emblemática, marca o início da história do Instituto Pax na cidade de Campina Grande, ano de 1959. O caráter nobre da ocasião é sinalizado pela presença do Bispo diocesano Dom Otávio, acompanhado das Irmãs docentes e de uma média de 100 alunos, todos vestidos com uniformes de gala. As fotos tiradas das turmas os alunos são dispostos sempre do mesmo modo, as meninas a frente dos meninos, nunca misturados. Esse fardamento é padrão em todas as escolas mantidas pela Congregação das MJC no país, assim como esse estilo de foto onde as turmas posam em frente ao prédio da Instituição escolar juntamente com as religiosas.

O uniforme era indispensável para o acesso dos alunos a escola, o que gerava cuidados e preocupações por parte dos alunos, Nêbia Araújo afirma que “colocava a saia debaixo do colchão para ficar com as pregas impecáveis, tinha uma farda para a diária e uma farda de gala, a de gala tinha uma gravatinha e blusa branca de mangas compridas”. Ao pensar nas exigências feitas quanto ao estado de apresentação do fardamento Genilene, na época moradora da Rua da Independência no bairro do São José, traça mentalmente o trajeto feito todos os dias para chegar ao colégio e enfatiza que os percalços do caminho muitas vezes a colocava em situação de desembarço perante as Irmãs, segundo ela era mantida a seguinte rotina:

A gente saía de casa, descia, chegava naquela transversal da igreja do rosário e entrava [...] onde tem hoje aquele prédio de comida japonesa por ali era um córrego, a gente passava por esse córrego tinha umas pedras que a gente botava os pés e tanto que quando chovia muito a gente não podia passar [...] ai à gente já ia sair nesse córrego, minha vó brigava com a gente porque as vezes era ela que ia levar a gente e a gente quando passava ali naquele córrego a gente danava os pés com o sapato dentro que molhava as meias, minha avó brigava: menina não faça isso, você vai chegar no colégio com os sapatos molhados ai a irmã não deixa entrar! Porque elas olhavam tudo unha, cabelo, roupa, era uma exigência terrível (FERREIRA, 2014).

Todos os dias antes do início das atividades os alunos passavam por inspeções para verificar se estavam vestidos de maneira condizentes para desempenhar suas funções. Na abertura de cada turno, todos os alunos eram reunidos no pátio da escola, para cantar o hino nacional, seguido de uma oração e depois todos eram direcionados as suas respectivas salas de aula, localizadas no piso térreo. O colégio investiu nas exigências e práticas citadas para que estas fossem aprendidas e internalizadas pelos alunos, a ponto de se tornarem “naturais”. Nesse sentido:

[...] As marcas da escolarização se inscreviam, assim, nos corpos dos sujeitos. Por vezes isso se fazia de formas tão densas e particulares que permitia – a partir de mínimos traços, de pequenos indícios, de um jeito de andar ou falar – dizer, quase com segurança, que determinada jovem foi aluna normalista, que um rapaz cursou o colégio militar ou que outro estudou num seminário (LOURO, 1997, p62).

O processo de disciplinização dos corpos e da mente é constante, realizado através das práticas cotidianas para fabricar os indivíduos. Ocorre de maneira sutil a ponto de ser banalizado, “naturalizado”.

No quesito classe social, podemos classificar o Pax como um colégio privado que atendeu em sua maioria as camadas abastadas da cidade. Reconhecimento dado ao colégio pelos próprios ex-alunos, segundo Roberto Loureiro os frequentadores do colégio “naquela época era filhos de médico, de comerciantes, pessoal da elite, [...] pecuaristas na época, era classe média”. Os colaboradores, ex-alunos do Pax por nós entrevistados afirmam categoricamente terem sido “ousados” ou “privilegiados” pela oportunidade de ter estudado em tal lugar, ao se comparar com demais alunos, nossos entrevistados não se reconhecem como filhos de família de posses. Conforme afirma Genilene:

Eu sempre digo... eu era uma das enxeridas de Campina Grande, porque o perfil das meninas do Pax era tudo gente de poder aquisitivo alto ali, eram pouquíssimas pessoas que eram classe média, porque o colégio era caro, e assim você olhava e só via assim menina rica mesmo lá. Sou uma privilegiada porque eu estudei num grande colégio de campina grande onde eu tenho certeza que meu pai não poderia pagar pra três filhas num colégio do porte do Pax (FERREIRA, 2015).

O pai de Genilene na época em que ela estudou no Pax possuía uma oficina mecânica, já sua minha mãe era dona de casa. Seus pais matricularam Genilene e suas duas irmãs no colégio, por ter mais de uma filha estudando a escola concedia um desconto na última matrícula realizada. Filha de um pequeno comerciante ela aponta as limitações de sua família, chamando a atenção às condições socioeconômicas de suas amigas de sala. O Instituto Pax, embora fosse um colégio privado que mantinha entre seus matriculados filhos de famílias da alta sociedade campinense, não tinha fins lucrativos onde toda a renda do colégio era utilizada para a manutenção da Congregação e de suas obras. Além das mensalidades dos alunos, a escola contava com incentivos da prefeitura e com a colaboração de muitas famílias campinenses.

As Irmãs Helena e Letice afirmam que o colégio possuía um bom nível de ensino. A qualidade do ensino era reconhecida por outras escolas da cidade, segundo as Irmãs o colégio das Damas e das Lourdinias dispensavam os alunos do Instituto Pax do

tão temido exame de admissão. Lembrando que ao final do Primário, que tinha duração de 5 anos, as crianças entre 10 e 12 anos precisavam prestar o exame de admissão<sup>97</sup> ao ginásio, um teste criado nos anos de 1930 que perdurou até os anos de 1970. Caso o aluno fosse reprovado no teste ela voltaria para o primário e cursaria um sexto ano, até refazer o teste de admissão. De acordo com essa afirmação das Irmãs, podemos pensar a notoriedade do Instituto Pax.

Verificamos que o projeto desenvolvido pela Congregação, pautava-se na concepção ampla de educação onde se focava os investimentos no aspecto intelectual, pedagógico, nos valores morais, éticos e espirituais desses alunos, que estavam inseridos nesse contexto urbano contrastante onde projetos de modernização dividiam espaço com as desigualdades sociais.

### 3.3. Essa é pra casar: a formação familiar

Para consolidar o seu projeto educacional a Congregação estrategicamente oferece uma Formação Familiar, que se ocuparia de preparar a mulher na esfera familiar, intelectual e moral. Dessa forma, simultâneo as turmas ginasiais e primárias, funcionou no Instituto Pax a *Escola de Formação Familiar Nossa Senhora de Lourdes*<sup>98</sup>. Cujas propostas de ensino e interesses eram diferentes das outras modalidades aplicadas no Pax.

Se buscarmos o termo *família* no dicionário<sup>99</sup> encontraremos vários sentidos atribuídos a ele. Selecionamos as definições que melhor dialogam com as perspectivas de família discutidas na pesquisa, são elas:

**família** sf **1** Grupo de pessoas que tem parentesco entre si, esp. pai, mãe e filhos. **2.** Pessoas originárias dos mesmos ascendentes;

<sup>97</sup> Sobre o assunto ver ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. Política de Admissão ao Ginásio. Disponível em <https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/viewFile/3768/3184>.

<sup>98</sup> Nossa Senhora de Lourdes é um título dado a Nossa Senhora depois das aparições no século XIX na França a Bernadete Soubirous. A Congregação das MJC, fundadora do Pax, tem uma devoção especial para Nossa Senhora, é provável que a escolha para o nome da Formação tenha relação com o fato de Bernadete ter sido uma pobre camponesa e a congregação é voltada para os pobres.

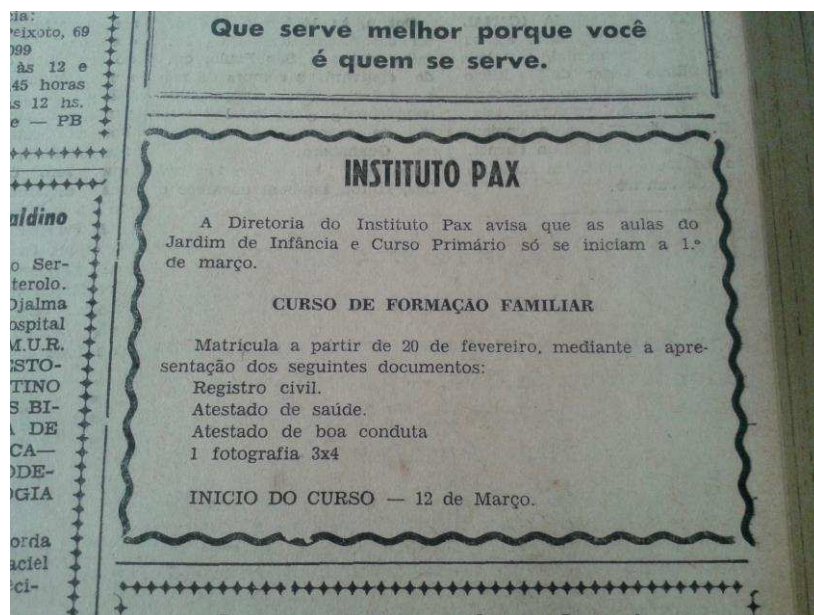
<sup>99</sup> Ver AULETE, Caudas. Minidicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. 3ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

descendência; linhagem. [...] **4.** Grupo de pessoas ou coisas que, por algum critério possuem características comuns. [...] **Ser** ~ Ser recatado, modesto, casto (AULETE, 2011, p398).

No século XX até início dos anos de 1960, na cultura ocidental o modelo de família predominante é o da “família tradicional”; nuclear, formada por pai, mãe e filhos, nela os pais possuem papéis sociais específicos. Esse é o padrão de família vigente em Campina Grande nos anos de 1950/1960. O homem (pai) é a autoridade da casa, responsável pelo sustento da família é a figura que tem acesso livre a esfera privada (a casa) e a esfera pública (a rua). A mulher (mãe) é a responsável pelos trabalhos domésticos e o bom funcionamento do Lar, ela deve dedicar-se aos cuidados e a educação dos filhos, ser boa esposa e zelar pelo bem estar do marido, ela é resguardada a esfera privada.

As moças campinenses por nós analisadas, ex-alunas do Pax, estão inseridas nesse modelo familiar. Que espécie de mulher esse currículo sagrado desejava formar? Que projeto exclusivo de felicidade e cidades estavam por trás das práticas curriculares adotadas pelo Instituto Pax, mediadas pelas mulheres docentes?

A primeira turma da Formação Familiar foi aberta logo após a inauguração do educandário, em março de 1959, com um pouco mais de cinquenta alunas matriculadas. O curso tinha duração de um ano, a cada ano era aberta uma nova turma em cada turno. No ato da matrícula as jovens deviam apresentar as seguintes documentações:



**Imagem 25:** Documentos exigidos as mulheres no ato da matrícula do Curso.

**Fonte:** Diário da Borborema, 18 de fevereiro de 1962.

Verificamos a exigência do atestado de saúde e de boa conduta, não bastava apenas desejar fazer o curso, as mulheres precisavam comprovar que estavam à altura da aluna “esperada” pela Congregação. No que diz respeito à saúde, fica o questionamento: essa era uma preocupação com a saúde no aspecto geral ou buscava-se mapear possíveis doenças específicas? Quanto ao atestado de boa conduta, verificamos que a exigência desse documento remonta a primeira Lei da educação de 1827, conforme discutido no primeiro capítulo, no entanto essa era uma exigência feita as pretendentes ao cargo de mestra não às alunas. Essa é uma declaração bem subjetiva, se esperava que as moças fossem socialmente consideradas de “família”. Elas não poderiam ter envolvimento em nenhum crime. Não poderiam ter experimentado algum ato reprovado pela sociedade e/ou religião cristã, como deixar-se envolver pelos prazeres carnis antes do casamento. Esses atestados podiam ser enviados pelo padre da comunidade frequentada pela pretendente, que pelas confissões tinha condições de avaliar essa mulher, ou ainda por uma pessoa de confiança da família. Era uma espécie de carta de boas recomendações, segundo nos informa Carminha.

O Curso de Dona de Casa tinha como objetivo preparar as moças para exercer sua “missão sagrada” de esposa e mãe. Evidenciamos que a família nuclear burguesa é a grande instituição defendida pelo ideário cristão e pelo Estado. O discurso pedagógico, aplicado na Formação Familiar atuou na manutenção da família cristã burguesa, construindo e reforçando a dupla moral em torno da “moça de família” e da “leviana” nas décadas de 1950 e 1960, capacitando mulheres do município para assumir e bem gerir o Lar, algo extremamente importante uma vez que “o doméstico não lhe poderia ser entregue sem controle; mas concorda-se em confiar às mulheres – dentro de certos limites – a família, a casa, núcleos da esfera privada” (PERROT, 1988, p178). A intenção era preparar as jovens e atuar na sociedade em prol da preservação do vínculo conjugal e da instituição familiar, tornar as mulheres aptas e cientes de suas responsabilidades no âmbito familiar e social, atenta à educação, à higiene, à economia e a gerência das dificuldades da vida a dois, esses eram os objetivos do curso.

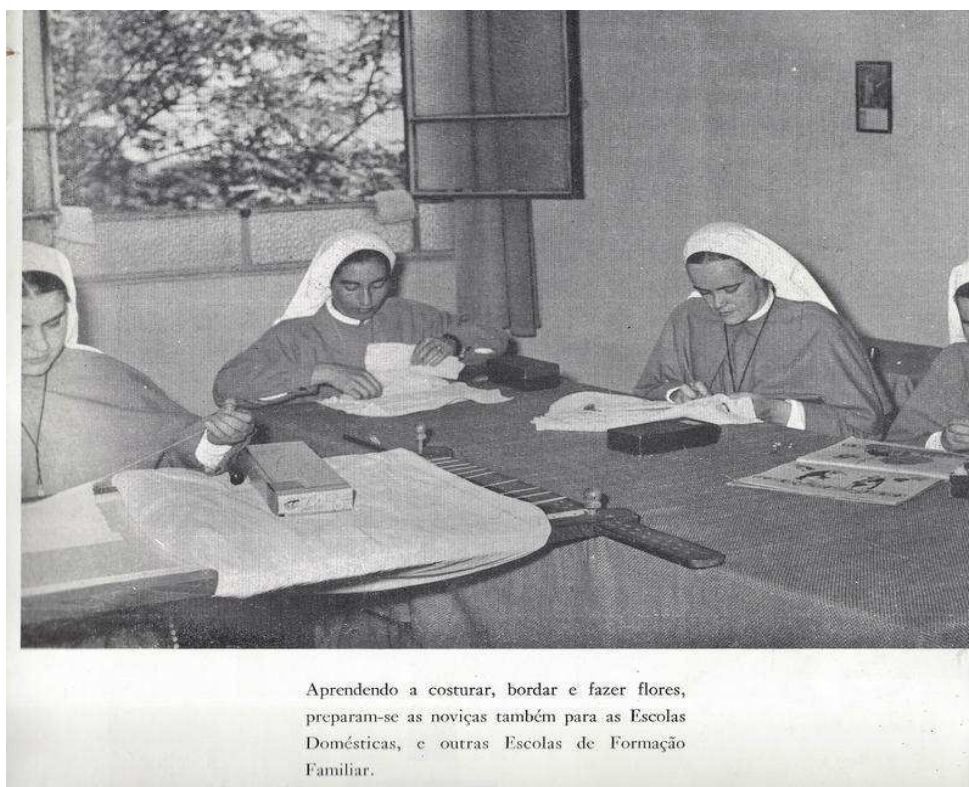
O público do curso, em sua maioria, eram as moças oriundas das famílias abastadas, que pagavam uma mensalidade para que suas filhas frequentassem essa escola particular. Os populares não usufruíam desse espaço educacional, a não ser pelas famílias que iam ao Pax em busca de donativos, distribuídos pelas Irmãs.



A Formação tinha cronograma e currículo próprio. Os princípios morais e religiosos eram aplicados do mesmo modo a todas as turmas do educandário, com a preocupação em reforçar os códigos de conduta, a instituição envolvia as famílias em suas práticas educacionais havia, “reuniões para as Mães que se aperfeiçoam na arte de educar os filhos e cuidar do lar” (UCHÔA, 1964, p.393). Embora a presença familiar fosse mais cobrada com relação aos alunos das turmas primárias.

O quadro docente da Formação Familiar era formado por um grupo de Irmãs diferente das que lecionava no Ensino Infantil. Embora a motivação inicial e a prioridade da Congregação fossem as obras no campo do serviço social, o IMJC diante das necessidades apresentadas nas mais diversas localidades de atuação acabou investindo cada vez mais nas obras educacionais.

Em razão das demandas na esfera da educação parte das Irmãs tiveram que participar de cursos internos de habilidades voltadas ao lar, para então assumirem as salas de aula. Nesse processo de preparação as docentes recebiam, entre outras aulas orientações sobre arrumação da casa, costura em máquina, trabalhos manuais como bordados, crochê, arte culinária, confecção de flores e caixas. Conforme a imagem:



**Imagem 26:** Religiosas em treinamento, em uma das 11 casas da Congregação em Campinas - SP.  
**Fonte:** Jubileu de Prata do IMJC, 1953 (p.151).

As religiosas eram submetidas a uma formação igual a que iriam aplicar as suas futuras alunas. Juntamente com a identidade religiosa eram trabalhadas as competências e valores comumente relacionados à identidade feminina, entre eles o domínio das técnicas domésticas. Mesmo as Irmãs não tendo o casamento como meta pessoal, elas deveriam conhecer e dominar minimamente os saberes domésticos, necessários quer seja para lecionar ou mesmo para manter a ordem e preservação das casas da Congregação.

Quando o IMJC chegou à Campina Grande as missionárias já desenvolviam esse trabalho em outras localidades de país, não só com a Formação para as moças que iriam casar, mas também com cursos técnicos de capacitação destinados as empregadas domésticas, ou seja, às mulheres que já cuidavam de um lar, nesse caso profissionalmente. Esse curso técnico para domésticas existia na Casa do Calvário em João Pessoa. Infelizmente nenhuma das Irmãs que atuaram como professora deste curso reside ainda em Campina, as religiosas que conseguimos localizar foram professoras do Ensino Primário.

Em clima de expectativa surge a Formação Familiar na cidade. Nesse contexto, situações diferentes motivaram nossas colaboradoras a se matricularem na Formação Familiar do Instituto Pax. Aluna da segunda turma da Formação, 1959, M<sup>a</sup> do Carmo (Carminha) esclarece que o seu interesse pelo curso do Pax deu-se pelo conhecimento da Escola de Natal, onde ela afirma “quando eu terminei o ginásio a festa final foi uma excursão, a gente foi pra escola domestica em Natal, ai foi o que me empolgou pra fazer esse curso também”<sup>100</sup>. Situação diferente experimentou Eliete Queiroz<sup>101</sup>, que deixou de estudar em 1960 no primeiro ano científico, depois disso fez aulas particulares de Arte culinária, quando no ano de 1961 decidiu se matricular na Formação do Pax, recebendo o incentivo de sua mãe que afirmava “esse curso tá bom porque esse é logo tudo, você vai fazer”. No caso de Marilene, ela menciona ter tido conhecimento do curso através de divulgações feitas na cidade, ela cursava o terceiro ano científico da Prata quando decidiu se matricular na turma de 1961, companheira de sala de Eliete. Em uma de suas falas, a colaboradora Eliete narra à chegada dessa Formação para as moças da cidade Rainha da Borborema, de acordo com ela:

---

<sup>100</sup> Entrevista a Maria do Carmo, que trataremos por Carminha, concedida em 29 de janeiro de 2014.

<sup>101</sup> Entrevista realizada conjuntamente a Eliete Queiroz e Marilene, concedida em 09 de agosto de 2014.

Pra época digamos assim era a escola ideal, porque na época a escola doméstica de Natal já era famosa, então essa quando surgiu era a solução ideal, porque era em Campina Grande, um ano só e o preço [...] a gente pagava, mas eu lembro que não era tão caro [...] e a gente aprendia aquilo que naquele momento a gente precisava, tipo pra casar tinha que saber cozinhar, tinha que saber costurar alguma coisa, ser prendada... (GURJÃO, 2014)

A criação do curso assim como as disciplinas aplicadas traduz a ênfase dada ao casamento, à estrutura familiar nuclear nos anos de 1950 em Campina Grande. Temos o que se poderia chamar de “escolarização do doméstico”. A Formação Familiar surge como uma resposta as “necessidades” do período, com a premissa de tornar as moças aptas a comandar um Lar. As jovens do Instituto Pax eram formadas pela seguinte estrutura curricular:

**TABELA 7 - Disciplinas Curriculares da Formação Familiar do Pax**

| <b>CURRÍCULO</b>           |
|----------------------------|
| <b>Economia Doméstica</b>  |
| <b>Educação Familiar</b>   |
| <b>Religião e Moral</b>    |
| <b>Puericultura</b>        |
| <b>Confeitaria</b>         |
| <b>Culinária</b>           |
| <b>Bordado</b>             |
| <b>Corte e Costura</b>     |
| <b>Pequenas Indústrias</b> |

**Fonte:** criada pela autora, dados colhidos na obra de UCHÔA (1964).

A tabela nos mostra que a base curricular da formação contemplava a preocupação com o gerenciamento dos gastos da casa (Economia Doméstica), os conhecimentos voltados aos cuidados com as crianças (Puericultura), o fortalecimento dos valores cristãos e códigos de conduta (Religião e Moral). Como também, o refinamento das jovens e o aproveitamento do tempo através da produção de itens para a

casa e em alguns casos para uma renda extra (As prendas domésticas), as alunas ainda recebiam aulas de decoração dos cômodos da casa, como ornamentar a sala, arrumar o quarto. O currículo descrito apresentava uma lacuna, ou melhor, havia a seguinte falha “educação sexual zero, sexo não existia [...] como é que uma formação pra casar não se falava em sexo?” enfatiza Eliete Queiroz. O sexo era um tabu, as famílias não tocavam nesse assunto, antes se buscava manter os pensamentos das Jovens distantes desse “impulso”. Distante da ideia de prazer era em algumas situações tratado pelo caráter natural da procriação. Segundo Carminha as poucas aulas sobre “sexo” se resumiam aos cuidados com a higiene corporal. As matérias oferecidas estavam em consonância com propostas curriculares de outras formações do país, como a renomada Escola Doméstica de Natal, fundada em 1914, tida como uma referência na formação das moças.



**Imagem 27:** Prédio anexo ( onde eram ministradas aulas) Arte Culinária da Formação Familiar.  
**Fonte:** Acervo da autora (2014).

As aulas da Formação Doméstica eram ministradas no prédio principal e no prédio anexo. Era estabelecido um dia certo para cada disciplina, tendo em vista o tempo necessário para a realização das atividades principalmente os trabalhos manuais o que impossibilitava ter aula de todas as disciplinas no mesmo dia. Uma vez que todos os trabalhos eram feitos no Pax, as alunas não levavam nenhuma de suas tarefas para

serem feitas em casa, assim em sala as professoras davam assistência a cada aluna do curso.

Somente as aulas de Puericultura, que envolvem noções de higiene, técnicas médicas e nutricionais das crianças eram realizadas fora das instalações do prédio, de acordo com Carminha “tinha aula de puericultura que era com Dr. Heleno, a gente ia lá pra perto do São Vicente de Paula assistir essas aulas, ministradas com bonecos”. No primeiro andar do prédio anexo, eram realizadas as aulas de arte culinária.

O acesso das alunas ao prédio anexo ocorria de maneira independente, não precisavam entrar no prédio principal, do jardim se deslocavam para as aulas, assim elas acabavam tendo pouco ou nenhum contato com os alunos das turmas primárias. Sobre as aulas de Arte Culinária, “todo material era dividido entre as alunas para fazer o prato que ia aprender”, nos esclarece Marilene. Nas demais disciplinas as alunas não tinham custos adicionais, os materiais eram disponibilizados pelo Instituto mediante os valores arrecadados com as mensalidades.

As alunas não eram submetidas a provas ou testes escritos, mas o sistema de avaliação adotado era o acompanhamento diário das atividades que resultava em uma exposição pública das peças produzidas pelas alunas, as atividades desenvolvidas durante as aulas eram destinadas ao enxoval de cada moça. As três ex-alunas entrevistadas ainda possuem peças criadas nas aulas da Formação Familiar. Além das atividades práticas como Arte culinária, bordado, corte e costura, montagem de flores, das técnicas de cuidado com as crianças as mulheres do Pax tinham aula de Religião e Moral e a de Educação Familiar que investiam no comportamento, suas atribuições sociais, a maneira como deveria guiar o seu futuro lar, como criar os filhos, em outras palavras, era o espaço ideal que a Congregação tinha para trabalhar os valores da obediência, submissão, respeito. Buscava-se disciplinar os corpos (LOURO,1997), conter os impulsos das jovens, internalizar a ideia de missão feminina que seria casar, ser boa esposa, mãe e dona do lar. A família é a base desse projeto, ela é o dispositivo de disciplina, onde o ordenamento social é pensado a partir da instituição familiar.

As práticas normativas do educandário também eram impostas às alunas da Formação Familiar. Elas só tinham acesso à escola mediante uso do fardamento, que também deveria ser apresentado em bom estado. A indumentária usada pelas moças era composta por “Saia tropical” nome dado ao modelo com nervuras, as saias plissadas, acompanhada de blusa branca, cinto marcando a cintura, sapatos pretos e meias brancas.

Nas turmas da Formação Familiar também eram elaborados o calendário dos eventos a serem desenvolvidos no ano. As alunas participavam de celebração da Páscoa, festejos juninos, mas sem dúvida a comemoração mais esperada era a conclusão do curso. Ao fim do ano letivo o Instituto Pax realizava a Colação de grau das turmas, que consistia em uma exposição dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano pelas alunas. Eram produzidos e emitidos convites da cerimônia para as famílias, o clero e as autoridades locais, onde na ocasião o Revmo. Bispo sempre realizava a entrega dos certificados de conclusão de curso.



**Imagem 28:** Colação de Grau da 2ª turma da Formação Familiar, Pax 1959.

**Fonte:** Acervo pessoal de Maria do Carmo Gonçalves (Carminha)

Na imagem podemos conferir o fardamento da Formação Familiar, nada de roupas curtas ou decotadas, as saias abaixo do joelho e as blusas de botão deveriam impor respeito e resguardar as Jovens de possíveis assédios. A cerimônia ocorreu em 05 de dezembro de 1959, em festas de conclusão o uso do fardamento era optativo, as moças podiam escolher seus trajés, como no caso de Carminha que trocou o uniforme

pelo conjunto. A turma era composta por vinte e duas alunas, vinte delas presentes na foto. Essa foto da turma posicionada enfrente ao prédio era indispensável, na ocasião foram realizados diversos registros da cerimônia no interior do prédio, mas nenhuma substitui essa de caráter oficial que era utilizada pela Congregação em seus boletins e relatórios internos. Ao fundo observamos a presença do Revmo. Bispo Dom Otávio, acompanhado de um Padre e de algumas Irmãs professoras da classe. Na ocasião eram expostos os trabalhos realizados pelas jovens, que divididas em grupo materializavam os conhecimentos recebidos. Ao final, todas recebiam o tão esperado certificado de conclusão do curso de “Donas de Casa” das mãos do Revmo. Bispo em exercício.

Quanto à classe social a qual as alunas pertenciam, podemos dizer que grande parte das alunas era de famílias tradicionais e abastadas, mas isso não era via de regra, As mulheres por nós entrevistadas declaram ter tido o privilégio por terem feito parte de um grupo formado por pessoas ricas e bem sucedidas da cidade. Mesmo sendo seu pai um pequeno comerciante da Rua João Pessoa, tendo duas empregadas domésticas e outros funcionários em casa Carminha não se intitula como pertencente ao mesmo patamar financeiro das alunas do Pax, para ela “lá tinha muita gente rica [...] a elite tava ali. Eu não era elite não, eu era enxirida”.

A década de 1970 mal havia começado e a cidade de Campina Grande testemunhava o esvaziar das salas de aula do Pax, o silêncio no Jardim que em outrora fora palco de peraltices e sociabilidades, o despedir-se da maioria das Irmãs que partiam para obras espalhadas em todo o país. As elites campinenses já não contavam com o colégio, que por volta de 1972/1973 sem alardes fechou seus portões. A Avenida Barão do Rio Branco perdia um pouco de sua movimentação diária. O Palácio do Bispo deixava de ser um lócus educacional para ser transformado na sede do governo municipal. Em 1974 a Prefeitura Municipal de Campina Grande - PMCG alugou o prédio a Diocese e desde então esse se tornou o endereço do gabinete do prefeito. No ato da devolução do Palácio do Bispo, a Diocese disponibilizou uma casa na mesma rua para servir de residência às Irmãs que permaneceram exercendo as obras da Congregação na cidade. Essa casa também foi entregue em sistema de usufruto, até que o Revmo. Bispo Dom Luiz Gonzaga Fernandes durante sua (1981-2001) ele transferiu a posse da casa para o IMJC.

Mas qual a razão do fechamento do Instituto Pax, tendo em vista que ele era um projeto solidificado e com bons resultados na cidade? O colégio fabricava sonhos

urbanos para essas mulheres de família campinense, contribuindo para a pedagogia da cidade ordeira e civilizada.

De acordo com o relato da Irmã Letice, tudo se deu “quando realizamos uma grande avaliação da nossa missão e percebemos que tínhamos extrapolado, estávamos em outros campos de missão, então nós voltamos à prioridade. Muitas desejavam ir para o campo de ação mesmo”. As Irmãs enfatizam que a Congregação precisava deslocar muitas missionárias para manter um trabalho desse porte, mesmo tendo a educação não sendo o foco principal da Ordem, na década de 1970 havia cerca de setenta Irmãs presentes no Instituto Pax, exigindo assim maiores esforços para manter a escola em pleno funcionamento. O discurso da Congregação sobre o fechamento da obra se pauta na afirmação de que a educação não é o campo prioritário da Ordem e que dessa forma as religiosas se distanciavam do seu Carisma que é a assistência aos mais necessitados.

No entanto, não podemos ignorar o contexto socioeconômico. O Instituto Pax viveu seu auge no período de 1959 (fundação) até o fim da década de 1960, onde o projeto sagrado operava em consonância aos interesses do projeto de cidade. E teve seu declínio no início da década de 1970 culminando com o seu fechamento, período em que a pedagogia do casamento não dava mais respostas a novas sensibilidades e problemas do cenário urbano campinense.

Temos um conjunto de mudanças ocorridas a partir das décadas de 1960 e 1970. Nesse sentido, temos a efervescência dos movimentos sociais; o feminismo que passa a questionar ideias e as desigualdades entre homens e mulheres; o crescimento do número de mulheres nas universidades; o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e conseqüentemente a luta pelo reconhecimento profissional; o Estatuto da Mulher Casada - **Lei 4.121** de 1962 – que reconhece a mulher como “colaboradora” do marido nos proventos da casa; a busca por liberdade de expressão; o surgimento da pílula anticoncepcional que garantiu a mulher o poder de decidir se quer ser mãe e o momento pra isso; a concepção de prazer sexual se dissocia da noção de procriação; a **Lei 6.515** de 1977 que instaurou o divórcio; outras possibilidades de relacionamentos afetivos reconhecidos socialmente. Salientamos que essas transformações ocorrem gradativamente, sinalizando mutações nos costumes e nos padrões morais.

Na década de 1960, Campina Grande contava com importantes símbolos modernos, como a televisão, o cinema, universidade e o teatro, que produziam no cenário urbano novos sentidos e costumes (SILVA, 1999). Como já foi mencionado no



capítulo, o município passa de pólo comercial a pólo cultural, ganhando um novo patamar: o de urbs cultural. Dentro desse cenário o Instituto Pax defendia a união estável pela classe dominante como única via legítima de enlace entre homens e mulheres. Um instrumento social para polir o comportamento e estabelecer relações sexuais desejadas. Promovendo a disciplinarização dos corpos e mentes femininas, visando internalizar nessas mulheres campinenses os sentidos e hábitos úteis ao projeto de cidade civilizada, moderna.

Entretanto, nos anos de 1970, temos um novo contexto urbano novos projetos de cidade são elaborados e aplicados em Campina Grande, mediados pelo discurso recorrente no país da industrialização e urbanização. Durante o governo centralizador dos militares, as edilidades voltam a debater as questões de reorganização do cenário urbano e estabelecem projetos de cidade buscando enfrentar a crise econômica – oriunda da década de 1960 – que impedia o crescimento do município, agravando os problemas sociais como falta de habitação e o desemprego, por exemplo. Nesse contexto é estabelecido um plano nacional de desenvolvimento e os municípios deveriam se adequar a esta nova situação, dessa forma Campina Grande é submetida às propostas urbanas dos gestores municipais e dos interventores federais. Dessa forma:

[...] a cidade vivia uma espécie de declínio econômico e a inventividade dos gestores campinenses se dava no sentido de buscar viabilidades econômicas para seus projetos. Por toda uma época, se planejou um crescimento e desenvolvimento para Campina Grande. Ainda antes do período de interventoria federal, os prefeitos Newton Vieira Rique e Williams de Souza Arruda trouxeram ideias que viessem dinamizar determinados setores de Campina Grande. No entanto, estes projetos tiveram um grande empecilho: os poucos recursos existentes nos cofres municipais (OLIVEIRA, 2015, p83).

Percebemos que a década de 1970 anunciava novos projetos de cidade e de felicidade. As mulheres campinenses a cada dia se identificavam menos com o mito da rainha do Lar. Conforme discute a historiadora Keila Queiroz e Silva (1999), o próprio discurso jurídico atua na desdramatização do divórcio na e dessacralização do casamento, com isso aos poucos vai havendo a relativização dos papéis de homens e mulheres, sinalizando novos tempos. Nesse contexto:

[...] As mulheres de 70, dada a sua desaderência ao estatuto de guardiã do bem jurídico família, vai cada vez mais se identificando com novas utopias, utopias estas que pressupõem a crença na sua emancipação pautada no novo modo de transitar pela experiência da sexualidade e do trabalho, trânsito este que desqualificou consideravelmente o mundo doméstico e a vida privada. Ser uma mulher desejante e livre pós década de 1960 era desvincular-se da imagem de mulher institivamente maternal. Era deixar de eleger o casamento como o seu único projeto de vida (SILVA, 1999, p195).

Dessa maneira, supomos que a existência de uma escola com um curso de “Dona de casa” vai perdendo o sentido diante daquela que Lipovetsky (2000) denomina de terceira mulher, que diferente da primeira e da segunda não se encontra subordinada ao homem, tem diante de si a possibilidade de escolher sobre sua vida. Diante da “terceira mulher” a Formação Familiar do Instituto Pax não é vista como a única via de emancipação feminina. Diminui o número de candidatas à sucessão do trono da “Rainha do Lar”, da década de 1960. O cedro e a coroa não despertam tanto fascínio nas “filhas revolucionárias” dos anos 70.

### **3.4 Biografias das educadoras religiosas: narrativas femininas de projeto de felicidade e cidade.**

Vimos que socialmente e culturalmente as mulheres foram colocadas em posição de submissão nas mais variadas perspectivas, e diante desse cenário desenvolveram sua luta pela superação da hierarquia de gênero e das desigualdades geradas por ela. Essas relações se refletem no campo religioso, dessa maneira o vínculo da mulher com a Igreja é marcado pela subordinação, onde ela tem pouca ou nenhuma chance de ocupar cargos de destaque dentro da hierarquia religiosa, principalmente na Igreja Católica. A Congregação das MJC por ser exclusivamente um grupo feminino permitia as religiosas integrantes, assumirem diversos cargos, mas apenas dentro da Ordem, porque perante a Igreja institucionalizada elas eram apenas colaboradoras dos sacerdotes.

As duas religiosas a quem tivemos acesso, foram docentes da Escola Primária do Instituto Pax e ainda residem na cidade de Campina Grande, são elas as Revmas. Irmãs Maria Helena Gouveia - que veio com o grupo pioneiro para ato de fundação do Pax - e Leticia Tavares, que chegou a cidade alguns anos depois. Mas, além de terem sido docentes no Pax as Irmãs atuaram em vários cenários e contextos em missões sociais na

cidade, religiosas vindas de outras localidades, mas que tem mantido uma relação estreita com Campina Grande.

A Irmã Maria Helena Gouveia, introspectiva não gosta de falar de sua vida, demonstra receio por ter algumas memórias familiares tristes em decorrência da perda de um de seus irmãos. Natural da cidade de Gurinhém/PB, ainda criança foi morar em João Pessoa com sua família, na capital paraibana levou uma vida normal, gostava de passear, teve namorados e atuava na igreja como catequista. Aos 18 anos resolve atender ao desejo cultuado por anos: servir a uma Congregação Religiosa. Ela nos conta como ocorreu seu ingresso na esfera religiosa:

**Ah, meu sonho era ser religiosa, toda vida.** Aí um frade me orientou, por que eu queria conhecer e tinha as missionárias lá em João Pessoa (MJC), um grupo pequeno [...] quando eu conheci uma menina, até do grupo, uma jovem, dizendo assim: \_ vamos conhecer as missionárias que chegaram agora? Fui pra conhecer, não falei nada, só pra conhecer, cheguei lá, encontrei umas amigas lá também, e aí apareceu a Irmã Zilca que, agora mora em Campinas, e ela (a Irmã) convidava pra gente ir sempre... todo o domingo a gente ia lá na Casa do Calvário, é no Mosteiro de São Bento. E ali, é a Casa religiosa, eu entrei ali... (GOUVEIA, 2014).

A Irmã entra no âmbito religioso pelo que denomina de “chamado”, não foi influenciada por ninguém da família. Ela deixa claro que seu projeto de felicidade era: Servir a Deus. A realização desse sonho tornava-se possível pelo seu ingresso a Congregação das MJC. Depois de entrar para a Congregação, a Irmã Helena partiu para Campinas onde fez o postulado<sup>102</sup> na Casa sede da Congregação, permaneceu por mais de três anos em terras paulistas onde realizou seus votos perpétuos<sup>103</sup>, ao sair de São Paulo foi encaminhada para desenvolver a missão em Recife, na obra do colégio Jesus Crucificado. Após esse empreendimento a Irmã retornou a João Pessoa, onde foi acolhida pela Casa da Ordem ao lado do Seminário, ela assim confessa “todo domingo eu ia pra lá, pra Casa do Calvário, aí Madre Maria ensinavam a gente a fazer as coisas, cobrir caixas pra aprender, eu sei que a gente ajudava muito ela na escola”.

<sup>102</sup> Postuladado é uma etapa na formação das freiras que pode durar de seis meses há dois anos. Durante essa fase a freira muda-se para a casa de formação, e só visita a família no final do ano. Fase de discernimento. Recebe aulas relacionadas a religião, de canto, realiza trabalhos manuais e tem horários para orações.

<sup>103</sup> Fase posterior aos votos de obediência, pobreza e castidade, é enviada em missão, nessa fase faz os votos perpétuos assumindo definitivamente o compromisso com a igreja.

A Irmã Helena, antes de assumir a identidade de religiosa viveu sua identidade de mulher leiga, teve uma vida social marcada pela presença de amigos. De acordo com suas colocações ao longo das entrevistas<sup>104</sup> passou por uma educação doméstica rígida e conservadora. Na sua atuação dentro da Congregação teve que afiar seu potencial educacional, mesmo não tendo sido professora de Formação Familiar, passou por formações internas da Congregação para aprender algumas atividades manuais, em outras palavras também teve seu lado “doméstico” estimulado, nesse caso para servir a manutenção das Obras da Congregação.

Em 1959, na ocasião da abertura do Instituto Pax a religiosa foi destinada a alfabetização de crianças, função que desempenhou por anos no colégio. Fato anunciado pela Irmã Letice em tom de respeito e reconhecimento, “ela foi alfabetizadora, uma grande alfabetizadora, foi professora de Vitalzinho e da irmã dele que é médica”, referindo-se ao trabalho da Irmã Helena.

Já a Irmã Letice Tavares, natural do Ceará, é oriunda de uma família de sete filhos, desses quatro mulheres e três homens. Teve uma vida normal, que incluía namorar, dançar, eram realizadas festas em sua casa. Ainda criança fez a Primeira Eucaristia e aos sete anos passa a ser professora de catecismo. Com saudosismo fala de seus pais, pessoas religiosas que gostavam de reunir a família, fazer festas em casa, receber bem os amigos. Na fase de sua adolescência deixa a casa dos pais para ir morar no Juazeiro do Norte em um pensionato com as primas, para estudar, sobre essa fase de sua vida nos conta que:

Fui estudar fora, em Juazeiro do Norte, morar num pensionato com as primas e íamos pros assustados, agora só pras crianças e eu fui muitas vezes [...] quando fiquei maiorzinha fui ao cinema ia também as matines, fui muito a matine com namoradinho e tudo, mas a gente era bastante ajuizada e a que tomava conta passava todas as regras pra nós quando fosse à hora de estar em casa e nós fazíamos tudo aquilo. Lá conheci as Irmãs MJC, elas eram minhas professoras, de música, de religião, fui achando interessante o jeito delas lidar com a juventude e fui me aproximando, ia no colégio (internato Santa Terezinha do IMJC) fui participando da vida delas, elas foram me integrando na missão delas de levar Nossa Senhora nas casas, me convidaram pra dar catequese, fui fazendo catequese, via que elas eram professoras eu também gostava do magistério e quando eu terminei o segundo grau fiz o curso de professora e fui pra Congregação, elas ficavam me acompanhando o tempo inteiro e eu me decidi pronto agora eu quero

---

<sup>104</sup> Ao todo foram concedidas três entrevistas pelas Irmãs, a primeira em janeiro de 2014 e a última em agosto de 2015.

entrar. **Quer dizer um sonho que você alimenta vai construindo e se identifica com aquilo** (grifos nossos) (MOUREIRA, 2014).

Dessa maneira aos dezessete anos de idade, a jovem Letice entrou na Congregação, fez noviciado em Fortaleza, no período em que se preparava para realizar os votos perpétuos foi encaminhada a várias casas da Congregação morando Santa Catarina, Mossoró, Teresina até ser enviada a Campina Grande, aproximadamente em 1962. Também para a Irmã Letice servir a vida religiosa era um projeto de felicidade, projeto esse que ela vai compreendendo e construindo aos poucos. A Irmã classifica sua entrada na esfera religiosa como um sonho, demonstrando o seu encantamento pela missão. No período de sua chegada, a cidade apresentava uma série de desigualdades e problemas sociais, era o lócus apropriado para que pudesse praticar o espírito missionário. Letice fez o curso superior de Ciências Sociais que lhe proporcionou novas ferramentas para a sua missão religiosa. Quando interrogada sobre sua atuação no Pax, a Irmã explica o seguinte:

Tinha o Pax, **nós éramos professoras do Pax** e resolvemos morar lá no bairro do Jeremias, era dureza viu porque nós saíamos e as irmãs ficavam na casa boa que era o colégio, assistindo a televisão e nós pegávamos nossas sacolinhas e saíamos da escola e íamos apanhar ônibus e ir pra uma casinha bem fraca igual a do povo. **Mas, nós íamos porque queríamos ninguém forçou, era o espírito da Congregação de ser missionária** e nos demos muito bem [...] depois tivemos que voltar para o Pax porque a Irmã Belmar adoeceu e tivemos que assumir a direção, ficamos mais um ano e meio [...] Aqui em Campina Grande desabrochou mais ainda a questão da missão, aí fizemos uma grande missão no bairro do Jeremias (MOUREIRA, 2014)..

A Irmã admirava o magistério, gostava de ser professora do Pax, embora reconheça a cobrança em torno dessa função, ela relata que eram feitos relatórios mensais de cada aluno, além de gráficos sobre o progresso dos alunos e da obra. Era uma vida agitada, dividida entre a atuação na escola e a missão nas comunidades pobres de Campina Grande. Mas, para essa religiosa o apostolado externo sempre foi à atividade que mais lhe tocou por possibilitar a prática o lema da Congregação: **ir em busca dos mais necessitados.**

As Irmãs ao chegar ao Pax puderam trabalhar na formação completa dos indivíduos, visão defendida pela Congregação de que se devem concentrar esforços não apenas na formação intelectual, como também na formação moral e espiritual. Mas as religiosas não concentraram sua área de atuação apenas na docência no Pax, ao contrário se lançaram na missão direta, indo atuar nas comunidades carentes da cidade.



**Imagem 29:** Visita as Revma. Irmãs M<sup>a</sup> Helena e Letice em sua casa no Pedregal  
Fonte: Acervo da autora (agosto 2014)

Pouco tempo antes do fechamento do Instituto Pax a Revma. Madre Belmar<sup>105</sup> resolveu enviar as duas Irmãs para servirem na Regional em Recife, ao retornarem à Campina Grande no final da década de 1970 o colégio não mais existia. Desse modo as Irmãs passaram a atuar na obra junto às comunidades carentes de Campina. Participaram da organização do bairro de Santa Rosa, no enfrentamento das desigualdades sociais no Jeremias e passaram os últimos quinze anos desenvolvendo a Missão no bairro do Pedregal. Como elas gostam de dizer, no Pedregal atuaram na conscientização social dos indivíduos, deram sua contribuição no sentido de “ensiná-los a pescar” e não dar receitas prontas.

<sup>105</sup> O Instituto Pax desde em seu período de funcionamento (1959-1973) contou com três diretoras, pela ordem de atuação: Rvma. Madre Maria Ester, Madre Elza Márquez e Madre Belmar. A Revma. Madre Belmar, foi transferida para a casa da Congregação em Mossoró, onde vive até os dias atuais.

O Concílio do Vaticano II promoveu mudanças internas bastante significativas, onde a Igreja Católica: intensificou seu trabalho junto aos problemas sociais do mundo; estabeleceu uma relação de proximidade com a sociedade, também estreitou as relações entre a Santa Sé e as Congregações religiosas. Assim:

O Concílio insistiu na imperiosa necessidade de repensar a situação da Igreja no mundo e sua responsabilidade ante o mundo, e afirmou que a Igreja, seja qual for sua ulterior determinação específica, não pode abdicar de sua necessária encarnação e responsabilidade no mundo real. Isto significa o fim da auto compreensão eclesial autônoma, que eficazmente se absolutizava a si mesma, como se o que ocorre no mundo e na história não a tocassem na compreensão teológica de sua identidade e de sua missão (CODINA, 1993, p183).

Essa transformação resulta em mudanças na percepção da vida religiosa, as Irmãs defendem que esse movimento intensificou o desejo pela ação missionária. A missão vista como a luta diária, o enfrentamento dos problemas, a mediação entre as ações governamentais e as necessidades apontadas pelos populares.

Quanto ao fato de terem permanecido na cidade a Irmã Helena esclarece, “no tempo do vaticano II com toda a reforma da igreja, começou uma nova visão da vida religiosa na igreja e a gente se atirou no sentido de resgatar vidas, como você viu no Pedregal, doar a nossa vida por aquele povo”. Ainda sobre a missão desenvolvida no Pedregal afirma Irmã Letice “quando cheguei disseram: você vai pro Pedregal. Eu pensei valha (risos) vamos pro Pedregal. Meu Deus do céu... o que hoje é... uma cidade. Mas, antes era um espaço político e social que não tinha nada...”.

As falas das entrevistadas configuram uma nova cartografia da cidade de Campina Grande na década de 1970, na qual o projeto de felicidade dessas duas mulheres cristãs não é mais a preparação para o casamento, mas a salvação dos excluídos. Os projetos das Congregações religiosas foram aplicados na cidade para “resgatar” vidas.

A Congregação das MJC veio cuidar de corpos frágeis, as crianças e as mulheres. O projeto sagrado da Igreja Católica, desenvolvido pela Congregação estava a serviço das famílias burguesas campinenses. Projeto este que investia no tutelamento dos corpos femininos, para dizê-las “quem são”; como deveriam ser; pensar e agir, focando na esfera do casamento.

No entanto, com o fechamento do Instituto Pax muda-se a direção, nesse momento não é mais a família burguesa que “precisa” de salvação, mas às famílias carentes da cidade. Isso fundamentava o deslocamento de suas ações, já que “[...] a boa família é o fundamento do Estado: daí a atenção crescente que ele lhe dá e sua intervenção em caso de incapacidade das famílias pobres, as mais controladas” (PERROT, 2005, p459). O projeto sagrado passa a ser o tutelamento das comunidades faveladas da cidade e com isso um deslocamento das identidades das religiosas, elas saem do lugar de educadoras para aplicar uma pedagogia assistencialista, alimentando assim suas identidades de mulheres redentoras.

O projeto sagrado da Congregação deixa de ser direcionado às mulheres (o casamento) e passa a ser direcionado a outros corpos frágeis da cidade os pobres, do bairro do Jeremias e Pedregal. As Irmãs deixam de contribuir na constituição de famílias sólidas, na construção da identidade de rainha do lar para agirem como as “redentoras da rua”, ou seja, das comunidades.

Nesse sentido, temos uma nova sincronia entre o projeto sagrado da Igreja, o projeto de felicidade das Irmãs e o projeto de cidade, que deveria resultar num cenário urbano “controlável” e civilizado como esperava o Regime Militar.

Comprendemos que o trabalho social não se configurava apenas como um princípio da Congregação, mas um projeto de vida dessas mulheres, que após tornarem-se freiras transformaram o sonho de servir, seu projeto de felicidade em um projeto sagrado. Nesse contexto, novas identidades de mulheres sagradas e de mulheres de família campinense vão ser tecidas no cenário urbano campinense, a partir de então.





#### **4. ARTESÃS DO LAR NAS TESSITURAS DO AMOR ROMÂNTICO**

Toda pessoa sempre é as marcas  
Das lições diárias,  
De outras tantas pessoas.  
**Gonzaguinha**

Depois de narrarmos à construção do projeto sagrado da Igreja pautado na pedagogia do casamento, abordaremos as biografias dessas ex-alunas do Curso de Dona de Casa da Formação Familiar do Instituto Pax, buscando refletir sobre a construção das identidades femininas dessas “noivinhas” elaboradas na Campina Grande das décadas de 1950/60 em torno do papel e da “missão” feminina na cidade e no cotidiano dessa escola. Investigaremos através das fontes orais as práticas e experiências vivenciadas por elas na cidade. Partindo do pressuposto de que investigar as subjetividades femininas campinenses é também historicizar a utilização dos espaços urbanos, sensibilidades, representações, relações de poder, convenções sociais, embates e enfrentamentos da vida cotidiana. Em outras palavras, as representações individuais atribuídas à mulher; a casa; a família e a maternidade se entrelaçam com as representações coletivas cidadinas referentes ao tempo histórico estudado, entrelaçando também o passado e o presente.

A importância do estudo das mulheres reside no cotidiano, nas práticas femininas que o envolve, nas representações e sensibilidades vivenciadas por essas mulheres. “Além do lar, as mulheres agem na cidade, e o inventário de suas intervenções, formais ou informais, pontuais ou habituais, seria longa” (PERROT, 1988, p181).

Que mulheres são essas que nas décadas de 1950 e 1960 que enxergam na Formação Familiar do Pax uma via para a realização dos seus projetos de felicidade? Que projetos de felicidade elas vão cultivar e por em prática? Que Campina Grande é essa da década de 1950 e 1960? Que representações e subjetividades surgem nesse contexto para o ser mulher, o amor, o casamento?

A historiadora Keila Queiroz e Silva em seu trabalho, *Entre as normas e desejos: a mutação do feminino e do masculino em 50,60 e 70 na Paraíba* nos ajuda a pensar essas questões. Nesse recorte temporal, ela pesquisa os processos da vara de família, e através deles analisa como o discurso jurídico instaura as concepções de ser mulher/homem; os códigos de comportamento; o modelo de família e seus desafios; as

relações amorosas e suas implicações, as práticas cotidianas de homens e mulheres e as consequências para aqueles que ousavam transgredir as convenções sociais pautadas no ideário burguês e nos valores cristãos e patriarcais. Em outras palavras, investiga os enunciados elaborados pelo discurso jurídico para aqueles (homens/mulheres) que experienciaram nas décadas citadas, um dissabor amoroso, como: as anulações de casamento, separações e divórcios.

Nosso interesse reside em sua discussão quanto à construção das subjetividades masculinas e femininas no contexto urbano de Campina Grande das décadas citadas. Sua análise, nos mostra que Campina Grande da década 1950 até a primeira metade da década de 1960 prosperava por meio da atividade comercial, as edilidades empregavam os discursos de modernidade, higienização e civilização, que promoviam um código de conduta baseado na ordem, nos valores cristãos, no ideário burguês, no refinamento das posturas e dos costumes dos cidadãos. Nesse contexto, há um investimento nas relações institucionalizadas, onde o casamento é utilizado como um dispositivo de controle das paixões, dos impulsos, das ações indesejáveis. Uma sociedade moderna requer sujeitos polidos, controláveis e civilizados.

Já na segunda metade dos anos de 1960 a cidade ao perder seu posto comercial, se transforma numa urbe desenvolvida culturalmente que contava com universidade, teatro, tv, cinema. Servindo de cenário a novos códigos de comportamentos, novas sensibilidades, sentidos e costumes. No fim da década de 1960 e, na década de 1970 há anúncios de mudanças em torno da ideia do casamento que deixa de ser visto como a única possibilidade de emancipação, a desdramatização do divórcio, flexibilização dos papéis femininos e masculinos, mulheres passam a exercer atividades remuneradas. A historiadora relata a contabilidade dessas mudanças, no que diz respeito aos processos de separação registrados em Campina na década de 1950 há 03 casos; na década de 1960 esse número é elevado para 108 processos e; na década de 1970 chega a 739 registros (SILVA, 1999). Sem dúvida a cidade de Campina Grande nos anos de 1960 e 1970 torna-se o palco da busca por novos territórios afetivos, novos desejos e sensibilidades.

Depois de visualizarmos um pouco desse cenário urbano, vejamos quem eram essas mulheres que recorreram ao Instituto Pax que, através de sua pedagogia do casamento alimentaram seus projetos de felicidade.

A psicanalista Suely Rolnik em sua obra - *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*, usa uma linguagem cinematográfica, onde a partir do “olhar” subjetivo de uma câmera ela elabora o caminho que o cartógrafo percorre para mapear as trajetórias das noivinhas e dos três movimentos do desejo. Ela faz uso do termo cartografia para destacar a fluidez com que as subjetividades podem ser construídas e desconstruídas. O cartógrafo se debruça sobre as trajetórias das noivinhas que vivem um regime de fabricação em massa disciplinar como: o cinema por exemplo, que funcionaria em um regime fordista de subjetividades, dessa forma ela aborda o embate na produção de outros sistemas de produção de subjetividade e de cultura, as múltiplas décadas de 1950, 1960 e 1970 nas grandes metrópoles brasileiras, como São Paulo. Ela utiliza várias classificações para as suas noivinhas: a “aspirante-a-noivinha” que pode se transformar em “aspirante-a-noivinha-que-vinga” ou “aspirante-a-noivinha-que-gora”, a “noivinha que-gora-e-gruda”. Ela também usa outras alegorias como a “feminista-em-nós”, a “tropicalista-em-nós” ou o “coronel-em-nós”.

Vimos no capítulo anterior que essas três campinenses foram submetidas, nas décadas de 1950/60 a códigos de conduta e requinte, a olhares vigilantes e a pedagogia do casamento que tinha por objetivo prepará-las para serem damas, refinadas e aptas a conduzirem o lar e a família. Nesse sentido, elas recorreram ao Curso de Dona de Casa do Instituto Pax em busca de qualificação para desempenharem com maestria a “missão” de cuidar do Lar, do esposo e dos filhos. Assim como o cartógrafo de Rolnik, nesse capítulo, acompanharemos a trajetória de vida dessas mulheres campinenses “aspirantes-a-noivinhas”: Eliete, Marilene e Carminha. Para compreender como elas tiveram suas subjetividades construídas e também como diante disso elas executaram seu projeto de felicidade.

A imagem 30, se refere à Exposição dos trabalhos do Curso de Donas de Casa, que ocorria na solenidade da Colação de grau da Formação Familiar, onde as alunas e os seus trabalhos eram expostos às famílias da sociedade campinense para mostrar o refinamento aplicado às mulheres pelo Instituto Pax. A Exposição de fim de curso era a materialização da pedagogia do casamento com a “escolarização” do doméstico, sinalizava publicamente quais mulheres estavam aptas ou não a contribuir com o projeto civilizatório e ordeiro elaborado pela Igreja e os gestores para a sociedade campinense dos anos 1950/60.



**Imagem 30:** A Exposição era o requisito final do curso, realizada no dia da Colação de Grau. Pax, 1960.  
**Fonte:** Acervo do IMJC.

No início do século XX, a ideia de uma emergência feminina na esfera pública gerava preocupação, a mulher deveria se resguardar ao âmbito do privado (o lar). As elites, a Igreja buscou normatizar a relação homem/mulher instaurando os papéis sociais que cada um deveria desempenhar, além de ocupar em família e na sociedade. Disseminando valores, códigos de postura, processos de representações, significações e normatizações dos gêneros no espaço citadino.

#### **4.1 - Experiências de Vida: Projetos de Felicidade**

Inicialmente nos deparamos com uma indagação pertinente e nada simples: afinal, o que é felicidade? A ideia de felicidade é algo que há muito tempo acompanha a humanidade, mas esse é um termo indefinido. De acordo com Cohen (2010), felicidade é uma palavra singular com múltiplos significados, onde não há apenas parâmetros individuais de felicidade, mas também coletivos. Mesmo sendo difícil conceitualizar algo tão subjetivo, há uma noção de felicidade que habita o senso comum, apregoada na modernidade por muitas pessoas que, é algo vinculado á ideia de abundância, assim felicidade é ter saúde, amor, sucesso, dinheiro, entre outras coisas.

Esse conceito, assim como muitos outros, vem sofrendo mutações ao longo do tempo, o que iremos procurar pontuar de maneira sucinta. Na visão ocidental, ainda na antiguidade, os filósofos gregos tentavam desenvolver explicações para esse termo, para Sócrates a felicidade não era apenas uma questão de satisfazer os desejos do corpo, mas algo que abrangia a alma humana e dessa forma só poderia ser alcançada mediante uma conduta justa e reta. Para Platão essa conduta virtuosa, a qual Sócrates se refere seria na verdade uma obrigação da alma humana, esse exercício ético<sup>106</sup> levaria o homem a felicidade. Ou seja, mais do que um sentimento, a felicidade estava associada ao que o ser humano fazia de si e de sua vida. No período medieval, a ética é associada aos princípios religiosos, onde também havia uma relação de causa e efeito para se alcançar a felicidade, onde a prática religiosa e a fé poderiam conduzir a satisfação e a plenitude.

Com o pensamento iluminista do século XVIII, a esfera religiosa cede lugar para a ciência e com isso emergem novas possibilidades para se chegar à felicidade, onde a felicidade passa a ser vista não como uma recompensa pelo exercício da ética ou um presente divino, mas como um objetivo humano, um direito. Nesse sentido, haveria uma coerência entre o progresso da civilização e ampliação da felicidade, ou seja, o progresso e os avanços científicos atenderiam as pretensões subjetivas de felicidade e bem-estar humano (GIANNETTI, 1957).

A concepção iluminista não seria a última palavra em torno do termo, no século XIX a concepção utilitarista<sup>107</sup> vem pregar a possibilidade de haver a maior felicidade para o maior número de pessoas, onde se compreende que ações são boas quando tendem a promover a felicidade e más quando tendem a promover a infelicidade. No século XX a felicidade se torna assunto de Estado, ao passo em que se traduz num aspecto material, o bem-estar, passamos da ideia de poder ao de dever ser feliz (COHEN, 2010). Enfim, podemos verificar que a busca pela felicidade é pautada no contexto cultural de cada período, cada grupo social mediante os valores defendidos ao longo do tempo.

Usando as palavras de Giannetti, buscamos refletir: “como era o amanhã de ontem, como se pensou sobre a felicidade no passado?” (1957, p.20). Logo, procuramos

---

<sup>106</sup> **Ética:** um pensamento filosófico que se dedica à investigação dos costumes, visando a identificar os bons e os maus.

<sup>107</sup> **Utilitarismo:** princípio defendido por Jeremy Bentham e John Stuart Mill que insiste no fato de que devemos considerar o bem-estar (físico, moral, intelectual) de todos e não o de uma única pessoa.

descobrir como essas protagonistas, ex-alunas do Instituto Pax, desenvolveram e aplicaram seus projetos de felicidade no espaço citadino?

Nos anos de 1960 para essas mulheres campinenses, felicidade era contrair um bom matrimônio e com isso conseguir se desvencilhar das amarras da família. Ao sair da casa dos pais para ser dona do seu lar a mulher dava um passo em direção a sua emancipação, embora o casamento significasse na prática uma nova forma de dominação, mas naquele momento era um grande empreendimento na vida delas.

O projeto de felicidade de cada uma das nossas três entrevistadas começa a se materializar a partir do Instituto Pax, o grande responsável pela construção desses sonhos, pois através da Formação Familiar é que essas jovens puderam substancializar seu desejo em conhecimentos e diretrizes, envoltos na promessa de torná-las aptas ao bom desempenho da vida doméstica. Partindo do seguinte princípio: se a mulher não fosse uma boa dona de casa, a sua família poderia ir ao fracasso, ou seja, era indispensável a ação de capacitá-las, pois elas eram as guardiãs da família.

Não há como desenvolver projetos de “modernização” do espaço urbano sem investir na instituição familiar. Enfatizamos que a Família é de extrema importância, vista como o “[...] átomo da sociedade civil, ela é administradora dos “interesses privados”, cuja boa manutenção é essencial para a marcha dos Estados [...] Célula de reprodução, ela engendra os filhos, aos quais dá uma primeira socialização” (PERROT, 2005, p.459). A Família estabelece a comunicação entre o público e o privado porque ela pertence a essas duas esferas. Todas as nossas entrevistadas foram educadas no seio de famílias católicas, tradicionais e conservadoras.

As nossas entrevistadas foram educadas no seio de famílias católicas, tradicionais e conservadoras. Suas narrativas são de extrema importância para que possamos pensar no cenário campinense entre os anos de 1950 e 1970. A partir de seus relatos verificamos as sensibilidades e os comportamentos da época, assim como os desejos e paixões presentes nos eventos enunciados por cada uma delas (BOSI, 2004).

Para analisarmos as experiências de vida de Eliete, Marilene e Carminha, partiremos primeiro aos pontos em comum entre elas, ligados ao cenário em que estão inseridas: a Campina Grande dos anos de 1950-60. Depois, voltaremos a nossa atenção a maneira particular como cada uma delas constrói e executa seu projeto de felicidade no casamento e na constituição de suas famílias.

Primeiro ponto de convergência é o fato das três terem sido alunas da Formação Doméstica do Instituto Pax e também da Escola Dr. Elpídio de Almeida (Prata)<sup>108</sup>. A escola era um importante espaço de sociabilidades para essas moças, através da vida escolar elas tinham acesso à esfera pública, ou seja, a rua de modo geral.

O percurso realizado diariamente para chegar à escola, permitia o passeio pelo espaço urbano, aqui prováveis percursos feitos por elas até a escola. Podemos observar:



**Imagem 31:** Trajeto de Eliete da Rua José de Alencar ao Colégio da Prata ou Instituto Pax.

**Fonte:** Google mapas

<sup>108</sup> A Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Elpídio de Almeida, mais conhecida como “O Gigantão da Prata” ou “A Prata”, foi inaugurada na década de 1950 reconhecida na época pelo ensino de qualidade oferecido a sociedade campinense. É a maior escola pública da cidade, famosa pelas personalidades públicas que já escolarizou como Ronaldo Cunha Lima, Elba Ramalho, etc.







sido alunas do Colégio da Prata e Marilene estudava simultaneamente nessas duas Instituições de ensino.

No Instituto Pax, foram submetidas à Pedagogia do Casamento, onde tiveram aulas sobre gerencia do lar, puericultura, aulas de arte culinária, noções de decoração, trabalhos manuais como macramê, montagem de flores, renda irlandesa, pintura em bandeja, ponto cruz, religião e conduta moral. Durante as aulas de artigos manuais elas iam aos poucos montando com a orientação das Irmãs docentes as peças para a Exposição do final do curso, que após a festividade pública iriam compor o enxoval de cada uma delas. Sobre as peças do enxoval afirma Marilene “tem coisa pra eu terminar até hoje (risos)”, sua fala é complementada por Eliete: “eu comecei uma sacola de macramê, até com os fios dourados, até um tempo desses tava por ai...”.

Na parte disciplinar elas eram cobradas pelo uso dos uniformes, pelo horário correto de chegada ao colégio, pelo cumprimento das atividades propostas durante as aulas, pelo comportamento em sala de aula. Além das aulas práticas recebiam orientações sobre comportamento que deveriam ter em sala de aula e em público, sobre as atribuições sociais da mulher, como criar os filhos. Além das disciplinas, havia o investimento por parte da escola nos valores cristãos, na obediência, no respeito. Sobre a disciplina e a ordem do Instituto afirma Carminha:

Elas (as Irmãs) falavam o jeito da gente se sentar, tem que ser com muita diplomacia pra sentar numa cadeira. Ninguém podia sentar de qualquer jeito não, tinha que ter postura, tinha que saber onde colocar as mãos. Tinha que ir pra escola muito limpa, com tudo organizado, saía bem pregueada, entendeu? Não podia quebrar nada, não podia jogar nada no chão. Era muito limpo o colégio, a gente via o rosto no piso. Era muito limpo, as classes toda bem organizada, tinha aulas de higiene corporal (COUTINHO, 2014).

Essas mulheres eram convocadas a todo instante, seja pela escola ou pela família, a praticar o domínio de si mesmas, a serem damas discretas, a honrarem o papel social de esposa e mãe, onde “o modelo da mulher de interior ilustra orientações e prioridades modernas: importância da educação e da higiene [...] a esposa-mãe é investida de uma missão utilitária e produtiva: economizar e gerir a casa” (LIPOVETSKY, 2000, p213).

Vale salientar que as orientações recebidas por elas, não contemplavam as discussões em torno da vida sexual do casal, quando muito era feita a discussão moral do papel da virgindade, mas nada que pudesse esclarecer para as jovens o ato sexual. Eliete relata a tentativa de sua mãe de lhe orientar sobre a vida sexual:

Menina! Minha mãe comprou pra mim uma revista de orientação sexual que era assim, uma linguagem bem infantil [...] onde a reprodução humana era colocada como uma reprodução dos vegetais, falava que era plantada uma sementinha, mas não dizia como a semente chegava lá... (GURJÃO, 2014)

A linguagem do material causava estranhamento na jovem, mas provavelmente esse tenha sido o aspecto determinante para a compra da revista. Não deveria ser confortável para a mãe de Eliete, que certamente foi educada dentro de uma cultura de repressão, ter que falar para a filha de um assunto considerado um tabu. A publicação com sua linguagem “despretensiosa” talvez tenha sido a melhor saída para sua mãe. Ainda sobre o tema diz Marilene: “lá em casa, tinha um livro grosso assim de sexo, bem guardado no guarda roupa lá em baixo, a gente pegava e corria pro banheiro. Se quisesse ver alguma coisa tinha que ir pro banheiro (risos)”. Enquanto as mulheres tinham seus desejos reprimidos, os homens gozavam de toda liberdade, sobretudo a sexual, como enfatiza Eliete “eles tinham a moça pra namorar, pra casar e a questão sexual eles resolviam no cabaré”. Nesse sentido podemos dizer que os cabarés contribuíam para manter a ordem da família burguesa uma vez que até a realização do casamento afastava as moças, dos impulsos sexuais de seus pretendentes.

Nesse contexto, as idas e vindas do colégio representavam o momento onde o acesso à rua era consentido, eram instantes de liberdade usados para os fins previstos, mas também para desfrutar do cenário urbano, em alguns casos para desviar do destino e realizar outras atividades como ir à sorveteria, ao cinema, passear nas ruas centrais, encontrar pessoas desde que tudo fosse realizado no espaço de tempo correspondente a duração das aulas.

O acesso à rua era algo significativo para as mulheres da época, tendo em vista as tentativas de mantê-las distantes desse espaço, apontado na maioria das vezes como o lugar das perdições. Para pensarmos sobre os costumes de Campina, recorreremos ao relato de Saete, uma das colaboradoras da pesquisa de Keila Queiroz e Silva, que

ênfatiza que Salete escapava ao convencional, ao modelo de noivinha “contida”, ela era dona de uma personalidade forte e de atitudes ousadas para época, atuava na esfera pública como educadora e ativista política num período em que o país e a cidade viviam sob o regime militar. Salete narra sua relação com a esfera pública e conseqüentemente a maneira como passa a ser tratada pela sociedade campinense pelo atrevimento de transitar nesse âmbito. Vejamos seu relato:

Quem rompeu o padrão de comportamento da época fomos eu, Isa Guerra e principalmente, Ofélia Amorim, em Campina Grande. Nós éramos as três moças consideradas avançadas e comunistas. Até a nossa maneira de se vestir era provocante. Nós viajamos sozinhas, íamos para Recife nos finais de semana. O ponto de encontro dos esquerdistas de Campina Grande, João Pessoa e Recife era a boite Rosa Amarela em Recife. Políticamente e economicamente eu era independente, só não era emancipada do ponto de vista sexual. Nós três achávamos o casamento fora de moda, mas por conta dos padrões da família, Ofélia fez um casamento muito pomposo. Isa casou no exílio, o meu foi muito simples, era uma coisa necessária por conta da época em que vivíamos. Em 1968, casar com um ex-padre foi revolucionário. Ele era conhecido como padre e comunista, ele era avançadíssimo. Foi um escândalo, o chavão resultante desse casamento e das fofocas da cidade foi: “a moça comunista arranjou um padre comunista” (SILVA, 1999, p105).

Percebemos que essa mulher era audaciosa, assumia uma série de posturas que confrontava a representação de mulher defendida pela moral burguesa. Considerando os rígidos padrões socioculturais da época, podemos dizer que muitas eram as razões para que ela fosse discriminada socialmente, apontada como uma mulher leviana, de conduta desviante, perigosa. Ela transitava pela esfera pública e privada, e mais que isso interagiu com outros cenários urbanos e conseqüentemente tinha acesso a outros códigos de comportamento sociais. Na verdade seu relato aponta outras mulheres que também não se enquadravam aos padrões estabelecidos e assim viveram outras experiências de “ser mulher”. Salete ousava vestir-se de liberdade para fazer aquilo que desejava, ela era docente o que lhe garantia independência econômica e atuava como militante política. Diferente de muitas mulheres da época que resguardadas ao lar esperavam pelo matrimônio, ela não se sentia atraída por esse modelo de união institucionalizada, mas se casou dando espaço aos seus desejos. O casamento não se configurava para ela como uma tutela, uma nova prisão.

O lazer também estava presente entre os usos do espaço urbano campinense por essa mulher, dessa forma Salete relata:

A Rua Maciel Pinheiro era o ponto de desfile de Campina Grande, tinha a Sorveteria Flórida, lá tinha uma radiola, era o que havia de mais moderno na época, toda a alta burguesia de Campina Grande era habituê da Florida. A nossa residência era vizinho ao Majestic Hotel. Era o hotel mais luxuoso da época, os donos eram Sr Trajano e D. Helena, ela foi uma das primeiras mulheres que dirigiu em Campina Grande, o carro era o Studback. Lá era o local onde os caxeiros-viajantes (representantes), se hospedavam. Eu e minhas amigas costumávamos conversar com eles e transitar de lá para a sorveteria na sua companhia, éramos recriminadas e estigmatizadas por isso (SILVA, 1999, p107).

Seu relato deixa claro o quanto à censura sofrida, sua presença desprendida nos espaços públicos era motivo de reprovação. A sociedade tinha dificuldade de lidar com identidades fluidas como a de Salete, a repreensão era a postura mais comum. Dessa forma era rejeitada e desqualificada por suas ações. Salete não respondia ao projeto de cidade pensado para a Campina moderna, que precisava de cidadãos “dóceis”, “civilizados”.

Visões sobre a rua são elaboradas e transmitidas às mulheres, como o lugar das desgraças, onde as pessoas podem ser confundidas ou enganadas, a exposição pública das mulheres é uma ameaça a moral cristã e burguesa. A casa se colocaria como o outro da rua, de maneira que:

[...] se a casa distingue esse espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, de tudo aquilo que define a nossa ideia de “amor”, “carinho” e “calor humano”, a rua é o espaço definido precisamente pelo inverso. Terra [...] sempre repleta de fluidez e movimento. A rua é um local perigoso (DAMATTA, 1997, p52-53).

Enfatizando que a rua é um lugar tido como “impróprio” apenas para as mulheres, já que no caso dos homens ela representa o mundo dos negócios, dos trabalhos, das diversões etc.

Voltando as nossas entrevistadas, salientamos que a casa e a escola não eram os únicos espaços em circulavam, essas jovens tinham seus espaços de lazer e de paquera

na cidade. Primeiro aspecto frisado por ela é o de que todas as saídas eram realizadas pela manhã ou tarde, não havia nenhuma “programação” feminina à noite.

Na época, anos 1960, havia em Campina Grande dois lugares principais para a paquera, a rua e a sorveteria, a Rua Maciel Pinheiro e as Sorveterias Pinguim e Florida, além desses espaços também eram utilizados as praças e o próprio cinema para a paquera ou encontros amorosos. Muitas das idas de Eliete a esses cenários se deu pelas “astúcias” criadas por ela. De maneira que “cada vez mais coagido e sempre menos envolvido por esses amplos enquadramentos, o indivíduo se destaca deles sem poder escapar-lhes, e só lhe resta à astúcia no relacionamento com eles, ‘dar golpes’” (CERTEAU, 2012, p51). Onde ela aproveitava todas as “ocasiões” possíveis para ir a esses espaços.

As referidas sorveterias eram palco da vida social campinense, nelas além de sorvetes também eram servidas bebidas. Para as frequentadoras esse espaço reunia o lazer, o encontro entre amigas e o flerte. Marilene e Eliete admitem que na maioria das vezes não tinham a aprovação para ir à sorveteria, aí entrava em cena suas “astúcias”, então quando era encarregadas de comprar algo ou resolver alguma da casa se apressavam em fazer tudo o mais rápido possível para dar tempo de ir à sorveteria. Quando as aulas do colégio da Prata terminavam antes do horário Marilene se dirigia a Maciel Pinheiro e ficava até dar a hora certa de voltar pra casa, podemos observar na imagem 32, que o centro era rota obrigatória em seu trajeto do colégio para casa, dava para frequentar esses espaços sem levantar suspeitas.

De acordo com Certeau (2012) a astúcia é a arte do fraco, é movimento em campo de maior visão do inimigo. As astúcias dessas mulheres se caracterizavam nesse contexto pela ampliação de suas possibilidades de trânsito pela cidade. Elas partiam de espaços permitidos (o mercado, a escola), depois deslocavam suas rotas criando novos limites espaciais para contemplar os lugares que desejavam frequentar naquele momento, sem serem descobertas por suas famílias. Logo, “[...] as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais” (CERTEAU, 2012, p165). Em outras palavras, “nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por força, a identidade” (LOURO, 2000, p11), eles ganham sentido socialmente de modo que as sorveterias não “eram” lugares “pensados” para a identidade feminina, um local público frequentado por homens, onde também se praticava a venda de bebidas alcoólicas. As mulheres deviam se resguardar

desses perigos da rua. Já Carminha não foi seduzida por esse espaço, as sorveterias não são contempladas em suas narrativas sobre os espaços de lazer e paquera.



**Imagem 35:** Edifício São Luís, onde funcionou a Sorveteria Florida. (anos de 1950 e 2015).

**Fonte:** Acervo RHCG e Sociedade Paraibana de Arqueologia - SPA.

A Sorveteria Florida funcionou no Edifício São Luís, localizado no Calçadão “Jimmy de Oliveira” ou “Calçadão da Cardoso Vieira”, como é mais conhecido na cidade. No mesmo edifício funcionou a Rádio Borborema, razão para o letrero com a frequência ZY07. No auditório da rádio havia apresentações e shows, o que promovia a circulação de artistas e personalidades no prédio e conseqüentemente na sorveteria, o que há tornava um ponto badalado da cidade. O Instituto Pax também promoveu apresentações de danças de algumas de suas turmas primárias no auditório da Rádio,



esse espaço de grande visibilidade na cidade foi utilizado para propagar os feitos da escola, há registros fotográficos das MJC e matérias de jornais como o da imagem 23, sobre as apresentações dos alunos na rádio.



**Imagem 36:** Sorveteria e Bar Pinguim com seus famosos espelhos. Frequentada por mulheres e homens.  
**Fonte:** Site Campina Cresce com Você<sup>109</sup> e RHCG.

Na imagem acima, podemos ver no canto superior o prédio na década de 1950, com o letreiro da rádio, ainda não havia o calçadão da Cardoso Vieira. No canto abaixo temos uma imagem mais recente, com o gradeado colocado pela PMCG no meio fio em frente ao prédio e a área do Calçadão. O espaço onde funcionava a afamada sorveteria hoje é uma farmácia. Das duas sorveterias citadas essa era a menos visitada por

<sup>109</sup> Foto disponível em <http://campinacrescecomvoce.org/contribuicao/2014/05/13/sorveteria-pinguim.html>

Marilene e Eliete, que preferiam a Sorveteria Pinguim<sup>110</sup>. Marilene afirma ter frequentado pouco a Flórida porque o público masculino era em maior número formado por homens casados ou mais velhos.

Na imagem 36, verificamos no canto superior um grupo de mulheres que pelo uniforme sugere ser uma turma de alunas do Colégio das Damas, em uma confraternização. Os espelhos eram objetos de muito valia nesse ambiente, eles eram muito utilizados na hora do flerte, através deles se dava a paquera sem que as mulheres precisassem sair do lugar, ou seja, sem maiores exposições. No primeiro espelho da imagem superior observamos a figura do garçom refletida.

Já a sorveteria Pinguim, anteriormente chamada de Polonor, situava-se na Rua Maciel Pinheiro, ela é citada por elas como “a mais arrumada”, a que era “toda espelhada” nela além de tomar seus sorvetes Eliete e Marilene aproveitava esse espaço para paquerar, assim como muitas outras jovens campinenses.



**Imagem 37:** Rua Maciel Pinheiro, últimos anos da década de 1950.

**Fonte:** Arquivo do RHCG.

---

<sup>110</sup> Para outras informações ver RHCG [https:// www.facebook.com/ BlogRHCG /posts/ 530814603619238](https://www.facebook.com/BlogRHCG/posts/530814603619238)

Nessa época as sorveterias eram lugares mistos que vendiam sobremesas e bebidas. Foi na sorveteria Pinguim que Marilene conheceu aquele que tempos depois se tornaria seu esposo. Além de ser um cenário agradável à sorveteria possuía uma localização privilegiada, pois a Rua Maciel Pinheiro além de abrigar este estabelecimento também era palco do chamado “quem me quer” e das festas de carnaval da cidade.

O afamado “quem-me-quer” era uma prática de flerte ao ar livre, onde “os rapazes ficavam encostados nas paredes das lojas comerciais da Rua Maciel Pinheiro e as meninas por sua vez ficavam passeando rua acima, rua abaixo”, declara Eliete. “Nessas idas e vindas pela rua olhares eram trocados olhares e namoros iniciados”, completa Marilene. Na imagem 37, percebemos a rotina de funcionamento da rua com suas casas comerciais promovendo o ir e vir de transeuntes na via, assim as meninas podiam “desfilar” e flertar enquanto se misturavam aos caminhantes evitando que suas escapulidas fossem descobertas. A rotina da rua era quebrada durante os festejos carnavalescos embalados pelas tradicionais marchinhas.

As comemorações de carnaval são citadas pelas ex-alunas, que se referem aos desfiles dos corsos. Os corsos animavam os festejos de carnaval em Campina Grande, eram grupos carnavalescos que embalados pelas marchinhas realizavam desfiles em carros, geralmente decorados que seguiam pelas ruas da cidade, acompanhados pelos foliões que faziam uso de fantasias, do lança-perfume. A festa de Carnaval ficava completa com os blocos de rua, os papa angus e as festividades nos clubes como o “31”, o Ypiranga e o Clube Campinense, que juntos garantiam a animação na cidade.

Em suas falas Eliete e Marilene deixam claro o modo como as identidades masculinas e femininas se organizam no espaço urbano, a participação delas na festa era limitada por serem mulheres e por essa ser uma festa de rua e a esfera pública é vista como um lugar masculino. Podemos perceber isso na fala de Eliete, quando ela compara sua participação com a de seu noivo, sobre o fato ela diz “ele ia, mas eu não. Os homens iam, mas a gente não ia, então os corsos saíam no carro com bebida e iam passando nas casas com os amigos”, no caso de Eliete havia outro agravante, além de ser mulher ela era noiva, essa condição a tornava ainda mais presa tendo em vista que a família não iria permitir que ela ficasse “solta” com o noivo em pleno carnaval, ela também reflete sobre essa situação ao afirmar “antes de namorar com ele, eu tinha ido ao carnaval da Maciel Pinheiro [...] pulei carnaval no “31”, até hoje me lembro, mas

nesse tempo eu não tava namorando com ele e era matinê”. A racionalização dos espaços urbanos era profundamente mediada pelas questões de gênero, além de outras demarcações como as de classe social.

Um espaço curioso citado por uma das entrevistadas é o campo de futebol. Isso mesmo, não há engano! Um local de acesso predominantemente masculino era frequentado pela torcedora Carminha que ao lado de seus pais ousava transgredir as fronteiras de gênero campinense. Elas os acompanhava sempre que possível, nos jogos do Treze no Estádio Presidente Vargas – P.V.

A imagem 38, registra sua ida ao Jogo Treze X Santa Cruz ocorrido no Estádio Presidente Vargas em 11 de fevereiro de 1962. Nesse período Carminha já havia feito a Formação Familiar, mas diferente das outras duas alunas, ela não estava no trajeto das noivinhas em nós, rumo ao casamento (ROLNIK,1989), ela se quer tinha namorado e aproveitava essa liberdade para se divertir em companhia de amigas. Ela relata que mesmo o público masculino sendo em maior número, era comum ver algumas mulheres e crianças no estádio, era uma programação feita por algumas famílias, como podemos verificar uma senhora sentada ao fundo. Outro ponto curioso é o corte de cabelo das meninas, Carminha seguindo a grande aposta do período que eram os cabelos volumosos e sua amiga rosa com um estilo curto, um corte mais ousado. Como podemos acompanhar:



**Imagem 38:** Jogo do Treze no Estádio Presidente Vargas, Carminha e sua amiga Rosa (1962).  
**Fonte:** Acervo pessoal de Maria do Carmo Gonçalves (Carminha)

Esse registro foi feito sob os olhares curiosos de alguns torcedores presentes, mas as amigas, torcedoras do Treze, parecem muito à vontade nesse cenário. Na verdade seu acesso ao estádio não estava condicionado à presença de seu pai, muitas vezes essa ida se dava em companhia de sua mãe ou da colega Rosa. Sobre essa recreação afirma:

Eu ia pra jogo de futebol com minha mãe, muitos jogos... Não perdia um jogo de futebol do Treze. Eu ia com meus pais todo dia de domingo. Meus pais eram loucos por futebol (pausa) aí depois que meu pai cansou de ir eu fiquei como companheira de minha mãe, não perdíamos um jogo (COUTINHO, 2014).

Apesar do zelo e do controle exercido por seu pai e irmãos, Carminha acabava tendo mais acesso a esfera pública do que as outras duas entrevistadas, ainda na condição de mulher solteira ela ia a campo de futebol sem a companhia de familiares, saía de casa só para ir ao comércio do pai na Rua João Pessoa, trabalhou fora de casa, chegou a viajar sozinha para o Rio de Janeiro e São Paulo, uma jovem solteira com experiências bem particulares para a época.

Sem dúvida o espaço de lazer e de produção de sensibilidades urbanas femininas de maior destaque para elas é o cinema. O cinema norte-americano, nas décadas de 1940 até 1960 exerceu forte influência cultural na sociedade brasileira e no cenário urbano de Campina Grande. O cinema significou para a sociedade campinense um local de sociabilidade intensa. O cenário onde todos se reuniam, homens, mulheres, jovens, ricos e pobres, claro que quanto à classe social os ricos ou com melhores condições financeiras frequentavam com maior assiduidade, mas os menos favorecidos também tinham acesso embora em menor intensidade.

Nossas entrevistadas frequentavam quatro espaços de exibição existentes em Campina Grande: O Cine-Theatro Capitólio inaugurado em 1934; O Cine Babilônio, em 1939; o Avenida e o São José, ambos inaugurados em 1945. O cinema foi um espaço representativo para as três, não apenas por ser um espaço de sociabilidades ou paquera, mas também pelo encantamento que despertava em cada uma delas. O cinema agia no imaginário local, nele ocorria à materialização a ideia de modernidade era, portanto um produtor de novos hábitos e sensibilidades.



**Imagem 39:** Cine-Theatro Capitólio, em seu aspecto arquitetônico original, inaugurado em 1934.  
**Fonte:** Acervo José Edmilson Rodrigues

O Cine-Theatro Capitólio foi inaugurado no ano de 1934, por Olavo Wanderley, família tradicional nos empreendimentos cinematográficos, na Paraíba. Chamado de “cine-theatro” porque além da exibição das películas, ele servia de palco aos grandes eventos da cidade, como festas sociais, eventos teatrais, políticos e culturais. Situado em uma das principais vias da cidade a Rua Floriano Peixoto, o Capitólio possuía uma bela estrutura física, que contava com 1.000 lugares para atender aos amantes da sétima arte. Uma arte heterogênea, que reúne em suas películas fotografia, música, representação, espaço e tempo. Ele era o maior e o mais moderno Cine-Theatro da Paraíba<sup>111</sup>.

Eliete tinha o consentimento de sua mãe para ir aos sábados ao cinema, o fim de semana era ansiosamente esperado por essa amante do cinema. Em todo o período em que esteve solteira ela contava com a companhia de uma amiga para ir ao cinema, nunca sozinha. Havia todo um ritual a ser seguido para ir ao “Portal Encantado”, nome atribuído ao cinema, caprichavam no penteado e vestiam as melhores roupas para se apresentar sempre bem arrumadas. Elas chegavam uma hora antes de a sessão começar para acompanhar o “movimento” do dia no local e conseguir um bom local para assistir ao filme e paquerar. Esse sem dúvida era um bom lugar para o flerte, ela comenta que

<sup>111</sup> Dados coletados no site Retalhos Históricos de Campina Grande – RHCG. Para maiores detalhes ver <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/11/cine-capitolio-anos-30.html#.Vgf6hstViko>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

“os rapazes ficavam circulando e flertando, quando uma moça queria flerta com um rapaz, ela sentava e deixava a cadeira vizinha vazia para ele encostar”, geralmente isso se dava depois de algumas sessões em que a moça já havia flertado com o rapaz. Nesse espaço regras próprias de sociabilidades eram construídas, processos de sedução mais livres, onde a mulher ao deixar a cadeira livre se portava como a facilitadora do romance. Nas salas de projeção o namoro acontecia distante dos olhos vigilantes dos pais e das regras familiares.

Os ídolos hollywoodianos que despertavam suspiros e sonhos na jovem eram: Gregory Peck, Tony Curtis, Rock Hudson e Charlton Heston. Atores norte-americanos que se tornaram popular nas décadas de 1950 e 1960, estrelando filmes de estilos variados como comédias, dramas, filmes épicos e romances. **Gregory Peck** estrelou filmes de sucesso como *A Princesa e o Plebeu* (1953), *À Sombra da Noite* (1954) *O Sol é Para Todos* de 1962. Morreu em 2003, aos 87 anos. **Tony Curtis**, participou de mais de cem filmes desde 1949, entre eles *O Homem Que Odiava as Mulheres*, *Quanto Mais Quente Melhor*, com Marilyn Monroe e *Spartacus*, ele morreu em 2010, aos 85 anos. **Rock Hudson**, atuou em comédias e dramas de guerra, fez mais de 70 filmes, figurando entre os dez astros de maior sucesso de bilheteria do cinema norte-americano. Foi indicado ao Oscar pelo clássico *Assim Caminha a Humanidade*, do ano de 1956. Ele morreu aos 60 anos, em 1985. E **Charlton Heston** teve sua carreira consagrada pelos papéis heroicos que realizou nas superproduções que marcaram o auge de Hollywood, como *Os Dez Mandamentos*, *Moisés*, *Ben-Hur* e *A Última Esperança da Terra*, ele morreu em 2008, aos 85 anos<sup>112</sup>.

Pela imagem 40, é possível imaginar o fascínio que esses ídolos hollywoodianos provocavam, quantas fantasias e sonhos despertavam no imaginário do público feminino campinense. Esses homens eram sinônimos de beleza, elegância, sedução, cordialidade e bravura nos anos de 1950/60. Emplacaram sucessos nas telas, com rostos inconfundíveis, olhares e vozes que se tornaram marcantes, tanto quanto os papéis desempenhados por eles. Esses atores “enchiam os olhos” de Eliete, mais que isso seus ídolos ocupavam o seu imaginário e as paredes do seu quarto.

---

<sup>112</sup> Baseado em dados contido no site <http://filmow.com/>. No site é possível ver cartazes e listagem de filmes. Acesso em 20 de agosto de 2015.



**Imagem 40:** Os ídolos Hollywoodianos: Gregory Peck, Tony Curtis, Rock Hudson e Charlton Heston.  
**Fonte:** Site Filmow.

O cinema a influenciar comportamentos e “unir” caminhos, Eliete iniciou seu namoro em um espaço de projeção da cidade: o Cine Babilônia. Ela esclarece que antes já havia paquerado o rapaz na Praça Clementino Procópio, que fica ao lado do cinema, e na Maciel Pinheiro. O espaço urbano testemunha suas experiências afetivas, o namoro que começou no espaço público chegou até as dependências de sua casa, a partir daí sua ida ao cinema fica condicionada a exigência de sua família de que seu namorado vá buscá-la e deixá-la em casa, além disso, o casal só poderia transitar por esses espaços públicos com a presença de um (a) acompanhante.

O Cine Babilônia, localizado na Rua Irineu Joffily, chegou a contar com 780 cadeiras depois da última reforma na década de 1970. Próximo ao Cine Capitólio, esses eram os dois maiores cinemas da cidade e também frequentado por pessoas de bom poder aquisitivo<sup>113</sup>. Na imagem 41, observamos dois filmes em Cartaz: As Nove vidas de um Valente e Sodoma e Gomorra. Pessoas paravam em frente ao cinema para fazer a leitura dos cartazes, ver o elenco e o horário das sessões. Verificamos a presença de crianças, os pequenos também frequentavam esse espaço, desde que houvesse uma programação em cartaz destinada a essa faixa etária.

<sup>113</sup> Para saber mais sobre a história dos cinemas da cidade ver: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2015/04/meus-cinemas-meus-amores-por-jose.html#.VgixI IViko>. Acesso em 20 de agosto de 2015.



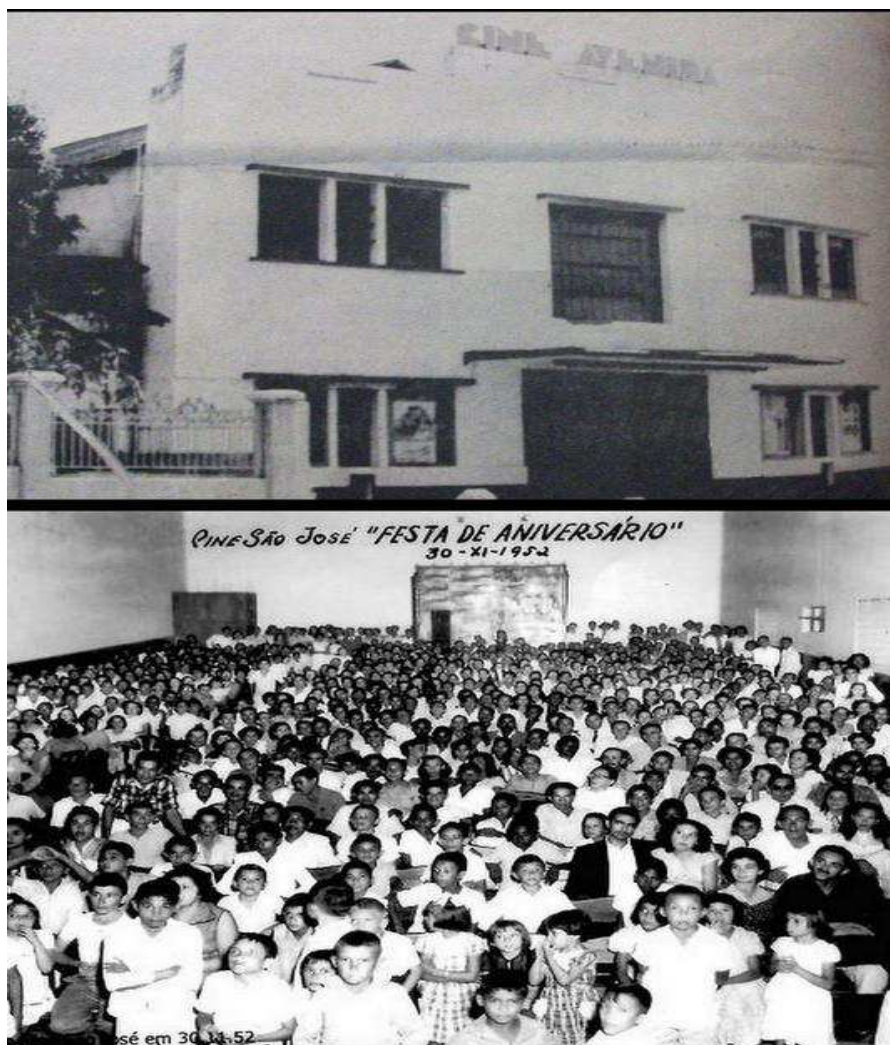


**Imagem 41:** Cine Babilônia, 1962

**Fonte:** Acervo José Edmilson Rodrigues

As produções em cartaz, imagem acima, denunciam que esse é um registro da década de 1960, o filme “As Nove vidas de um Valente”, é uma produção da Disney do ano de 1958 que narrava as aventuras de um herói no Velho Oeste, um filme colorido. Já o filme Sodoma e Gomorra é um drama épico de 1962, que narrava à história bíblica de Sodoma e Gomorra, com classificação 14 anos.

Esse era o espaço de lazer preferido de Eliete, ela não se contentava em ir uma única vez na semana, dessa forma fazia uso mais uma vez das “astúcias”, se astúcia é arte do fraco em uma área cuja visão mais ampla é a do inimigo, ela criava situações de fuga durante a semana pautada em motivos vistos como legítimos por sua mãe, como ir à casa de uma amiga estudar. Dessa forma Eliete evitava o confronto com sua mãe, e ao desviar a atenção de sua genitora ela conquistava várias idas às matinês dos cinemas da cidade.



**Imagem 42:** Cine Avenida (década de 1960) e Cine São José, 1952.  
**Fonte:** Acervo RHCG e José Edmilson Rodrigues

O grande público na sala do Cine-Teatro São José, conforme imagem 40, nos mostra a importância desse espaço de lazer, também para as camadas populares campinenses. O cine Avenida funcionou onde hoje existe uma Igreja Evangélica na Avenida Presidente Getúlio Vargas, no centro da cidade. Já o Cine-Teatro São José, situado na Rua Lino Gomes no bairro do mesmo nome. O prédio do Antigo Cine São José foi reinaugurado em julho de 2014, onde funcionam exhibições de filmes e ações culturais. O Cine Avenida exibia a preços populares os mesmos filmes que estavam em cartaz no Babilônia por se tratar da mesma empresa, o mesmo ocorria com o Cine-Teatro São José em relação ao Cine Capitólio. Por isso o Cine Avenida e o Cine-Teatro São José eram considerados populares, interessantes que as sessões nessas salas de exibição ocorriam em horário diferente da dos outros dois cinemas, porque na troca do rolo já exibido na metade da exibição um funcionário do Babilônio e Capitólio saía

levando as películas para os cines populares iniciar suas sessões<sup>114</sup>. O historiador Antônio Clarindo Souza fala sobre essas salas e seu papel:

Outros cinemas, como Cine Avenida, na Rua Getúlio Vargas; o Cine São José, no bairro de mesmo nome [...] tentavam trazer para seus espectadores um pouco da arte cinematográfica. Estes cinemas de bairro eram uma espécie de escola para as pessoas adquirirem o hábito de ir ao cinema, ajudavam os mais pobres a travar contato com filmes e artistas que poderiam educá-los para as artes da convivência em sociedade. Todavia, o cinema como educador poderia também tornar as pessoas simples mais exigentes, levando-as a exigir dos administradores e políticos locais um desenvolvimento mais igualitário como o proposto em alguns filmes americanos, italianos e mesmo franceses (SOUZA, 2002, p.283-284).

Segundo Eliete a escolha do cinema ocorria mediante a “melhor” programação em exibição. Sobre seu fascínio pelo cinema, ela diz:

eu assistia de três a quatro filmes por semana, com essa colega que era louca por cinema. Éramos loucas por cinema, o cinema parecia que era o mundo da fantasia da gente, toda aquela coisa de Hollywood. Na época que surgiu o cinema em cores, Nossa Senhora (entusiasmo) era um encantamento. Escolhíamos o cinema, pelo que tivesse a melhor programação... (GURJÃO 2014)

De fato as exibições cinematográficas atuavam no imaginário, o cinema era o lugar habitado por fantasias, sonhos, desejos. O cinema como mundo e vice-versa. Comportamento parecido ao de Eliete tinha Marilene que se utilizava das aulas particulares de física para sair, ela ia mais cedo para a aula e depois seguia para a Matinê escondido. Elas esclarecem que todas essas “astúcias” resultavam em saídas pela manhã ou à tarde, jamais à noite, porque moça “direita” não vivia saindo a noite. Aos olhos vigilantes da família da sociedade o trânsito dessas mulheres pela esfera da rua por si só já era motivo de preocupação, e sair à noite era uma ousadia, uma insensatez. O comportamento dessas aspirantes-a-noivinhas deveria obedecer às regras de conduta sociais, onde “a rua, enquanto lugar do nomadismo do desejo [...] é perigo de morte para essas personagens que querem abolir o imprevisível das aventuras do desejo e seu

<sup>114</sup> Informações colhidas no site RHCG <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2015/04/meus-cinemas-meus-amores-por-jose.html#.Vg37jflViko> . Acesso em 20 de agosto de 2015.

caráter de artifício” (ROLNIK,1989, p.128). Ou seja, sair à rua e à noite além de não ser uma atitude condizente, se configurava uma ameaça à integridade e a imagem dessa mulher, “casável”.

Marilene e Eliete ressaltam que para terem o consentimento da família para ir a esses lugares elas tinham primeiro que realizar as atividades domésticas em casa, só após cumprirem com as suas obrigações domésticas, somente com os afazeres da casa prontos elas eram liberadas. A responsabilidade pela organização do lar por parte exclusivamente das mulheres era uma cobrança da família, onde o direito de sair à rua era “conquistado” mediante a disciplina e empenho das jovens na esfera doméstica. Nesse sentido, Eliete declara, “tinha uma coisa, pra ir eu tinha que lavar a casa, encerar, o piso era de mosaico então tinha que passar cera, encerar com o escovão... Tinha que fazer, era obrigada a fazer ou não ia”, não era diferente para Marilene “só saia se deixasse os trabalhos prontos, na adolescência cada uma tinha sua obrigação, só saia de casa se deixasse tudo pronto”. Para sair de casa tudo era válido, elas realizavam as tarefas sem pestanejar.

Diferente das meninas, Carminha só podia ir ao cinema em companhia de seus irmãos. Ela também frequentou os quatro cinemas da cidade, o cinema era visto por ela como o lugar onde a imaginação ganhava espaço, os olhos contemplavam mundos desejados, sua preferência era os filmes românticos onde se admirava a beleza e o requinte das estrelas femininas. Mas sua ida ao cinema era sempre controlada, para ela esse era um espaço de lazer, não um local de suas paqueras. Como ela mesma explica:

Aqui na cidade tinha o Capitólio, o Babilônia, o cine Avenida e o São José, eu ia pros quatro. Ia pro Capitólio porque todo domingo de manhã eu ia pra matinal do Capitólio com meus irmãos, eu ia muito ao Capitólio, mas papai só me deixava ir com os meninos (irmãos) [...] pra onde a gente ia era com os irmãos de lado. Ai pra namorar era uma novela, porque os irmãos tomava conta não deixava não. Ele (seu pai) deixava a gente no cinema e os meninos ficavam responsáveis pela gente. Era muito diferente de hoje, muito... (COUTINHO, 2014)

Como podemos ver para Carminha o cinema apesar de ser um lugar de lazer, ainda era o espaço da vigilância, da tutela. Ela enfatiza que seus irmãos eram muito ciumentos e controladores, sair com eles era como estender a fiscalização da casa para a esfera da rua.

Os filmes norte-americanos, principalmente os musicais, atuavam como os grandes divulgadores do “casamento feliz”. A atriz Doris Day atuou em diversos longas-metragens sobre a temática. Estrelou dezoito produções entre os anos de 1948-1960, razão pela qual foi duramente criticada pelo movimento feminista nos anos de 1960 (CASTRO, 1994)<sup>115</sup>. Os Estados Unidos investem através da publicidade e da televisão nos filmes e seriados sobre o cotidiano das famílias exemplares. As noivas se identificavam com o cinema pela sua adesão ao mito do amor romântico. Jurandi Freire Costa discute a experiência do amor- paixão romântico, ele problematiza a crença da naturalidade do amor, enfatizando que essas experiências são construídas historicamente através das práticas discursivas e da cultura ocidental.

O amor é sempre feito de paixão e razão, já que é crença emocional. Entretanto, uma vez que o amor é crença sobre o que tem relevância moral, o problema é definir o que devemos amar no objeto amado, ou seja, que propriedades deve ter quem amamos com paixão e com razão. O relevante do bem do amor é ser ao mesmo tempo universal e particular. É isso que valida a crença amorosa como virtude moral. No amor encontramos elementos de bondade universais e elementos exclusivos e peculiares ao objeto amado (COSTA apud SILVA, 1999, p39).

O amor é paixão, mas também possui uma racionalidade. Tem elementos universais, mas também particulares e subjetivos. Que possibilita múltiplas experiências, logo é preciso tornar o amor uma força útil à sociedade, assim sujeitá-lo aos códigos morais. No mito do amor romântico, há a crença de que algo nos falta, algo externo necessário para nos completar; a constante espera por algo que preencha o vazio ou a carência, característica dessa concepção de amor, onde “a busca é uma odisseia em que a auto-identidade espera a sua validação a partir da descoberta do outro” (GIDDENS, 1993, p57). Nesse sentido, o casamento vai ser usado como esse elemento capaz de completar os indivíduos, o “casamento é uma instituição que vem adestrar as paixões dos homens e mulheres enquanto sujeitos do desejo, ou seja, ele constrói uma certa ética do amor” (SILVA, 1999, p77).

---

<sup>115</sup> De acordo com CASTRO, Ruy. **Saudades dos século 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Em 1960 o mercado dos romances prosperava nos Estados Unidos, os livros do gênero vendiam como nunca, nesse sentido o ideal romântico era difundido e isso também teria reflexo em algumas produções cinematográficas. Segundo Lipovetsky:

[...] os estereótipos do romantismo sentimental, os clichês do amor à primeira vista, as cenas de castos abraços, de suspiros e olhares inflamados, os sonhos do homem carinhoso e rico se tornaram no século XX uma evasão e um consumo feminino de massa. Com isso, generalizou-se uma sentimentalidade açucarada, assim como uma ideologia que identifica felicidade feminina e realização amorosa (2000, p26-27).

Mesmo em tempos de “Revolução sexual” nos Estados Unidos e nos países europeus, com o surgimento da pílula anticoncepcional, a “queima” dos sutiãs tudo o que as mulheres campinenses desejavam ver nas telinhas eram as questões sentimentais, as uniões amorosas, a beleza feminina, o consumo, ideais de felicidade, embora algumas vibrassem com as mulheres em situações “reacionárias”, cenas de mulheres fumando, mulheres ao volante, mulheres sensuais e ousadas. As produções cinematográficas elaboradas na década de 1950 buscavam aprimorar a propagação dos atributos da beleza feminina, criando uma nova estética, uma feminilidade que unia sedução e ternura. O início da década de 1960 mantinha padrões da “boa mulher”, a boa dona-de-casa. Mas no fim da década essa já não era a proposta defendida, assim nesse período temos os primeiros passos para um novo período onde “a imagem da esposa e da mãe na casa encarnava um sonho coletivo: torna-se sinônimo de pesadelo para as novas mulheres em revolta” (LIPOVETSKY, 2000, p219).

Em meio aos passeios pela cidade não poderia faltar à programação religiosa, todas elas iam, em maior ou menor grau, as celebrações das missas. O contato com a esfera religiosa era de suma importância para reforçar os valores de ordem, obediência, e internalizar nas meninas a importância de sua “missão sagrada”: de esposa-mãe. Quanto à participação dessas jovens na vida religiosa da cidade, temos Marilene e Carminha que frequentavam as celebrações na Catedral e Eliete que frequentava as missas da Igreja do Rosário, pela proximidade de sua casa. Esse era o compromisso do domingo, ir à Igreja.

Não só as missas, mas também participavam das festividades religiosas envolviam as moças da cidade e suas famílias, Carminha confirma ser uma participante: “existia muitas festas nas Igrejas e agente participava Festa de São José, Festa da Padroeira (Nossa Senhora da Conceição)”. As idas a missa aos domingos na Catedral garantia a Marilene estar com seu namorado, na fase em que namoraram escondido esse era a única certeza de encontro do casal. Ela nos conta que:

O encontro era na missa, na Catedral. Ia pra Igreja, ai esse meu namorado nunca ia à missa, nada... Porque o pessoal dele não gostava muito disso não, eram espíritas os pais. Mas ele assistiu missa que só (risos) porque a gente tinha que ir a missa pra se ver (risos) ai depois que casou pronto nem eu nem ele fomos mais. Além da Igreja eu namorei muito na praça, a Clementino Procópio, a Praça do Capitólio, ali foi meu foco de namoro, porque eu não podia ir pra casa era escondido (PESSOA, 2014).



**Imagem 43:** Praça Clementino Procópio, segunda metade da década de 1950.  
**Fonte:** Acervo José Edmilson Rodrigues.

A Praça Clementino Procópio<sup>116</sup> era um ambiente familiar para Marilene que morava na Rua Dr. João Tavares, conforme imagem 32, e levava apenas 5min no percurso a pé de sua casa até a praça. Por ser “caminho” de casa ela conseguia transitar pela praça sem levantar suspeitas. Na imagem visualizamos o relógio do prédio dos

<sup>116</sup> A praça foi inaugurada na segunda metade da década de 1930, na gestão do prefeito Bento de Figueiredo. Para maiores informações ver: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2015/08/praca-clementino-procopio-decada-de-1940.html#.VgjNqPIViko>. Acesso em 22 agosto 2015.

Correios, o letreiro do abrigo Maringá e ao fundo dos coqueiros o Colégio Imaculada Conceição – Damas. A praça era um local propício ao romance, ela esclarece que em dias de matinês o espaço era “invadido” pela juventude que respirava ares de liberdade e romance na saída do cinema. Assim como nos dias em que por alguma razão saíam antes do horário da escola, ela corria para a praça onde ficava até dar o momento certo de voltar pra casa.

Vimos relatos das relações sociais estabelecidas por essas três mulheres, em espaços públicos, como a rua, o cinema, as praças, as casas comerciais e a própria escola. No contato entre a esfera privada e pública, entre o sagrado e o profano, elas tinham suas identidades construídas, papéis delimitados ou reafirmados. Ao mesmo passo em que se divertiam e tinham o contato com a esfera pública, mesmo que vigiadas, essas mulheres desejavam a plenitude da vida a dois, para isso buscavam conhecimentos para em futuro breve serem boas esposas e mães.

Gostaríamos de enfatizar que o casamento não era um desejo que surgia por acaso no íntimo de cada uma delas, mas algo desenhado e imposto pelo contexto ao qual estavam inseridas. Dentro desse grande investimento da Igreja, do Estado e da Família a união matrimonial parecia ser a única via de emancipação possível, nesse sentido as mulheres passam a desejá-lo, a persegui-lo. Ou seja, o “mover-se” diário entre o âmbito “interno” e “externo” possibilitou a essas mulheres desenvolver “estratégias” e “astúcias” que pudessem garantir as mesmas a realização de pequenas vontades e expectativas. Mas nada que pudesse desviá-las do projeto burguês e cristão, que as encaminhava ao seu “destino”: o casamento. Nesse sentido voltamos a nossa atenção para as questões relacionadas à Formação Familiar e o casamento.

#### **4.2 - Eliete: “Melhor submeter-se a um do que a toda família”**

Eliete de Queiroz é filha única, a sua mãe na década de 1960 era uma mulher viúva, assim o espaço do lar era ocupado pelas duas, um ambiente feminino. A jovem experimentou um controle familiar muito forte, após a morte de seu pai, seus tios/tias passaram a interferir em sua vida, essa vigilância era um impedimento aos seus planos, sobre essa fase ela afirma:



Eu não tinha pai, mas era pior ainda porque **minha mãe era viúva, ai toda a família se achava no direito de interferir na minha vida.** Por exemplo, quando eu comecei a namorar então haja minha tia procurar saber quem era ele e passava por meu tio, ai pronto tinha um tio que se achava no direito de interferir então ele foi pra minha mãe e disse que soube que eu tava namorando, que não ia da certo porque eu era muito nova, que eu não tinha idade de namorar e que alguém tinha dito que esse rapaz bebia [...] ai colocaram ele como devasso, porque ele bebia e não dava certo... Procuraram saber quem é a família, qual é a família não é? Eu sei que teve uma época que a minha mãe influenciada [...] teve que dar ouvidos e proibir, eu passei a namorar escondido, então era muita repressão, era muita repressão e isso era o normal (GURJÃO, 2014).

Ao ficar viúva a mãe de Eliete se depara com a dificuldade de impor seu papel de dona da casa, porque esbarra no pressuposto da sociedade de que uma casa sem a presença masculina é um lar sem lei ou sem ordem, essa condição se asseverava na conduta inclusive educacional de sua filha. Todas essas interferências por parte dos tios e tias dava-se pela ausência da figura do seu genitor, do contrário ninguém ousaria se meter na rotina desse lar.

Sua fala demonstra o quanto às mulheres, na década de 1960 eram sujeitas ao controle dos familiares, resguardadas ao lar. O peso que a instituição familiar tinha, buscava-se conferir a que família o pretendente da jovem pertencia para dá-lhe um crédito ou não. O rapaz é apontado como um desviante, um devasso portador de uma conduta duvidosa pelo possível consumo de bebida alcoólica. Ora, nenhuma moça de família era educada para se relacionar com alguém “desviante”, “portador de um vício”. Proibida de namorar ela cria estratégias no sentido "certeauniano", onde de acordo com o autor as “maneiras de fazer” são sinalizadas por “táticas”, essas por não dispor de “lugares” ou “posições” apropriadas acabam ocorrendo nos “bastidores” (CERTEAU, 2012, p93), fazendo uma manobra nas relações de força Eliete conseguiu encontrar espaços para dar passagem aos seus desejos, buscando assegurar a continuidade do namoro, só que agora às escondidas.

No entanto, ao invés do namoro, o desejo de sua mãe e família, algo comum na vida das jovens, era que ela focasse seus interesses nos estudos. Até porque o conceito de moça casável e virtuosa, neste cenário de emergência de uma Campina educacional, era o de moça instruída. Como já mencionamos Eliete foi aluna do Colégio Estadual da Prata onde havia cursado na década de 1950 o ginásio, e em 1960 estava cursando o

primeiro científico, uma escola pública que oferecia uma educação de qualidade. Além de ser a maior escola pública da cidade, o colégio era reconhecido pelo ensino de qualidade empregado na instituição, diferentemente da realidade atual da escola e de muitas outras da rede pública estadual. Dessa forma, abandonar a escola significava desistir de uma boa formação e instrução escolar, razão para sua mãe se preocupar com a decisão da filha. Ela confirma a existência de disciplinas voltadas às prendas domésticas na escola, uma preocupação que remota a determinação do Art.12 do Decreto-Lei de 15 de outubro de 1827, conforme tratamos no capítulo I, que orientava as escolas públicas a incluir esses conhecimentos em seus currículos. Sobre o ginásio Eliete nos conta que:

No colégio da Prata **a gente tinha sala para aulas de música, canto orfeônico<sup>117</sup>, tocava piano de calda. Tinha aula de religião. [...] no ginásio** do colégio da Prata a gente **tinha aula de trabalho manual**. No colégio **eu sempre fui jeitosa pra trabalho manual**, tinha uma colega que eu fazia o meu e o dela. Lá tinha Dona Eulália (prof<sup>a</sup>). Dona Eulália era um terror. Ai cada uma ia para o birô dela, ela chamava de uma em uma pra começar, e ela ensinava: “vamos pregar um botão”, ela pregava para mostrar, ai abria uma casa e ensinava como fazer a casa, “você vai levar e você vai trazer isso pronto”, ai a gente levava pronto e ela dava a nota. Ela dava cada fora quando o trabalho tava mal feito, ai desmanchava todinho [...] **Tudo organizadíssimo, escola publica o colégio estadual era famosíssimo** (GURJÃO, 2014).

Como se vê a preocupação com a preparação das Jovens para o universo doméstico também era presente nas escolas públicas de ensino básico, dessa forma sua passagem pelo Estadual já havia despertado suas habilidades para os trabalhos manuais. A escola além de ser um lócus privilegiado para a instrução é também um importante espaço de sociabilidades. No colégio da Prata Eliete fez amizades, com quem compartilhava sonhos, ansiedades, aprendia nas conversas entre amigas, assuntos relacionados ao sexo e a vida a dois, como ela enfatiza: “se não fosse o que aprendíamos com as colegas, íamos pro casamento inocentes de pai e mãe”.

---

<sup>117</sup> Por influencia da Escola Nova o Canto Orfeônico passou a ser contemplado nas leis e decretos federais para o ensino secundário em 1931.



Colégio Estadual

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

**Imagem 44:** Colégio Estadual da Prata, década de 1960.

**Fonte:** Acervo José Edmilson Rodrigues.

Diferente do pretendido por sua mãe que desejava vê-la formada, Eliete decidiu abandonar o colégio, desistindo dos estudos em 1960 na metade do primeiro científico, pela compreensão de que diante do seu novo projeto de felicidade, leia-se casar, os estudos não eram um fator de urgência, ela expõe que:

Minha mãe, eu me lembro, ela queria muito que eu estudasse né?! Ela sonhava que eu ia ser advogada ou médica, sei lá. Ai quando eu resolvi não estudar mais, eu disse: **não vou estudar mais não, vou casar pra que vou ficar quebrando a cabeça...** Tava no primeiro ano científico com a dificuldade em Física que eu tinha... eu disse não vou quebrar mais minha cabeça com isso não... (GURJÃO, 2014).

Dessa maneira Eliete deixa a escola e em seguida passa a cursar aulas particulares de Arte Culinária, investindo em conhecimentos focados no casamento. A repressão e interferência familiar contribuíram para a elaboração do seu projeto de felicidade, baseado no casamento. A casa se mostrava como a clausura, enquanto que o matrimônio era visto como uma possibilidade de autonomia.

Nesse contexto de tessitura da identidade feminina da noivinha em nós, surge à ideia de se matricular na Formação Familiar do Instituto Pax, onde foi muito

incentivada por sua mãe que cobrava da jovem uma ocupação, já que a filha não iria realizar naquele momento o sonho (dela!) de se formar em medicina ou advocacia, que ela se preparasse então para a vida a dois. No ano de 1961, Eliete se matriculou na Formação Familiar, na época ela já era noiva de Marcos. Fez o curso durante todo o ano, onde ampliou seus conhecimentos e se dedicou na realização de todas as atividades e diretrizes propostas no curso, no curso fez novas amizades. Ela integrou um grupo de meninas que compartilhavam expectativas e sonhos Hollywoodianos. Desse período restam poucas fotografias e um livro de Ouro onde as colegas de sala e as irmãs deixaram seus votos de felicidade e palavras de carinho. Entre suas memórias, Eliete frisa esse momento com as amigas da Formação:



**Imagem 45:** Piquenique da turma da Formação Familiar do Instituto Pax (1961)

**Fonte:** Acervo pessoal de Eliete Queiroz

O piquenique foi realizado em uma granja, que ela não recorda a localização. O fato é que esse foi um momento de descontração, onde a turma teve a chance de se reunir fora do espaço disciplinar do colégio, uma reunião descontraída entre alunas e docentes, porque mesmo as Irmãs estando presentes o ambiente permitia uma relação menos rígida do que a estabelecida no espaço do colégio, uma vez que a escola demarca os espaços e estabelece o que cada sujeito pode ou não fazer (LOURO, 1997). A granja se apresentava como um espaço leve, democrático onde foi possível quebrar um pouco o protocolo para que alunas e Irmãs pudesse se divertir juntas. Na imagem 45

observamos alguns instrumentos, o dia foi embalado por músicas e cantorias, Eliete segura uma sanfona apenas para sair bem na pose, já que não sabe tocar o instrumento.



**Imagem 46:** Foto da turma de “Donas de Casa” de 1961, da Escola de Formação Familiar do Pax.  
**Fonte:** Acervo particular do IMJC

No acervo da Congregação das MJC conseguimos localizar a fotografia oficial de sua turma, como mostra a imagem 46. Sua turma tinha pouco menos de vinte alunas, entre essas meninas estava Marilene, com quem Eliete estabeleceu uma amizade para além da sala de aula. Marilene conheceu a mãe de Eliete, juntas compartilharam outros momentos além dos vividos no Pax. Essa relação de amizade perdura até os dias atuais. Todas vestidas não apenas do uniforme, mas do espírito de ordenamento do Instituto Pax, mesmo sendo um registro oficial para constar nos boletins da Congregação verificamos que algumas Irmãs e alunas quebram o protocolo ao sorrir.

Seguia-se sempre esse protocolo, no dia da Colação de Grau de cada turma, a Congregação aproveitava a presença de todas as alunas, que na ocasião podiam estar vestidas com o uniforme ou roupa de galã, para fazer o registro oficial que seria anexado ao relatório destinado a Província. Todas com os seus uniformes impecáveis, padronizadas, simbolizando a disciplina e a ordem.

Um ano após concluir o curso, Eliete se casa com Marcos. O casamento era a materialização do projeto de felicidade, que apenas se tornaria completo com a vinda dos filhos. Depois de casar, Eliete decide ir morar com sua mãe para não deixá-la só. Mas, afinal que mudança esse casamento traria no sentido de emancipação se ela continuaria morando em casa? Simples, a figura do esposo por si só já impunha respeito, ele passava a ser seu tutor e com isso colocava um fim à interferência dos parentes da esposa. O casamento significava uma porta para a liberdade, como ela mesma faz questão de frisar: “eu tinha uma mãe, uma tia, um tio, outra tia... era todo mundo querendo interferir na minha vida, então eu disse **vou casar, pelo menos só vou dar satisfação agora a um: o marido**”. Suas palavras são fortes, demonstram o grau de machismo e submissão a que as mulheres eram sujeitadas. Com o matrimônio a mulher mudava apenas de tutor, deixava de responder a tutela da família e passava a submeter-se a tutela do seu esposo.

A maternidade veio coroar o projeto de felicidade, ao se tornar mãe Eliete atingiu o ápice da “missão” feminina: ser uma boa esposa, mãe e dona do lar. Mas em sua trajetória de vida o casamento não seria a única etapa de autonomia alcançada por ela. Tempos depois de ter casado, nos anos finais da década de 1960 Eliete decide retomar os seus estudos, que haviam sido abandonados no período de seu noivado. Dessa forma a esfera escolar volta a fazer parte de sua vida, representando mais uma vez a chance de emancipação e ela começa a construir uma trajetória de diálogo entre a família e a individualidade, reelaborando seu projeto de felicidade.

Diferente da jovem que sonhava com o casamento, a Eliete que volta a sala de aula nesse momento já é mãe de um menino e está grávida de uma menina. Ela contraria a vontade de seu esposo que também havia deixado os estudos, mas diferente dela não apresentava o desejo de retomá-los. Ela sintetiza como foi o seu retorno à sala de aula:

Ele deixou de estudar, sei que ele disse eu não vou mais, e eu disse eu vou... Ele disse: eu não deixo! implicava porque era de noite, “mas ir sozinha de noite tu tá vendo que não vai da certo”. Ai minha mãe ficava com minha menina, eu dizia eu vou. Engravidei da segunda, ai pronto eu digo e agora? Ai minha mãe disse: você vai... Ele (esposo) desestimulava e ela (a mãe) estimulava. Minha mãe era muito doente, mas ficava [...] Mas dentro de um ano eu consegui cumprir todas as provas do segundo grau. E eu com a barrigona pra lá e cá, eu fiz vestibular (pausa) Minha filha nasceu em fevereiro... 12 de fevereiro. E eu fiz vestibular no fim de Janeiro, quinze dias depois ela nasceu.

Ela é aprovada no vestibular e entra no final da década de 1960 na universidade. Conclui a primeira graduação na área de Estudos Sociais em 1971, e cinco anos depois conclui seu segundo curso superior na área de História. E assim passa a atuar profissionalmente como docente por décadas.

Esse foi o trajeto percorrido por Eliete, neste caminho traçado o seu projeto de felicidade foi ampliado e ressignificado. Se no início da década de 1960 ele se condensou no casamento, na década de 1970 ele se abria para abarcar os estudos e o mundo do trabalho. Ou seja, na transição da década de 1960 para 1970 o casamento deixa de ser visto por ela como a única resposta aos seus anseios, o que não significa que ela estivesse insatisfeita com o Lar que constituiu, não era isso. Mas houve um deslocamento em seus desejos, no sentido de que o matrimônio deixava de ser a única realização pessoal possível para essa mulher, que com determinação conseguiu atuar nas duas esferas: no espaço público e no privado, na casa e na rua com todos os seus desafios e ambiguidades.

#### **4.3 - Marilene: “Tudo que se queria era sair de Casa”**

Marilene de Miranda nasceu no seio de uma “família tradicional” e conservadora. Seus pais tiveram sete filhos, o seu pai sempre foi presente na educação dos filhos, de medidas enérgicas, é tratado por ela como um “carrasco”.

Seus pais eram moradores do centro da cidade, em sua infância e adolescência foi essa a sua área de atuação no espaço urbano de Campina Grande. Ao pensar sobre sua infância ela diz: “nós fomos criadas com uma infância maravilhosa, tínhamos duas empregadas e a vida de mamãe era costurar pra gente”. Sua mãe contou com os empregados domésticos até suas filhas se tornarem adolescentes, quando as atividades da casa passam ficam a cargo delas. A partir daí para que Marilene e suas irmãs pudessem sair de casa era necessário cumprir todas as suas obrigações. A educação doméstica ensinava as jovens noções de responsabilidade e disciplina.

Ela foi aluna do Primário e do Ginásio do colégio das Damas, uma educação escolar rigorosa, marcada pela vigilância das Irmãs que mantinham os olhos bem atentos sobre as alunas. Diariamente, Marilene e suas amigas faziam a oração do dia,

depois se posicionavam em fila para terem as unhas, cabelos e uniformes inspecionados, só depois desse ritual seguiam para as salas de aula. A era renomada na cidade não apenas pelo caráter disciplinar como também pelo ensino, considerada uma "escola da elite" pela sociedade campinense. Ela recorda que entre as disciplinas da escola, havia a que envolvia os trabalhos manuais, e discursa:

Ai, meu Deus! Eu sempre gostei de trabalhos manuais (risos) fazia em casa. Mesmo minha mãe quando ela era mais nova ela ia pras aulas de arte culinária eu adorava mesmo e ia atrás dela. Nas Damas tinha lá as aulas de coisas de casa... As freiras ensinavam. Eu gostava, gostava muito porque eu sempre fui louca para aprender tudo que era coisa manual, de casa, de tudo... (PESSOA, 2014)

Aulas particulares de Arte Culinária ou assuntos domésticos eram algo comum, muitas mulheres realizavam esses cursos rápidos, sua mãe mesmo depois de casada continuou realizando algumas aulas.

Desde o Ginásio Marilene havia recebido instruções na escolar sobre os afazeres domésticos, um investimento pedagógico na racionalização das atividades da casa. Depois de concluir o Ginásio ela teve que sair da escola porque lá não havia turmas de científico. Dessa forma Marilene foi estudar no Estadual da Prata onde realizou o científico. Em uma de suas fugidas depois da escola à Sorveteria Flórida ela conheceu aquele que seria seu primeiro e único amor. Seu pai não consentia que namorasse sob a alegação de ser muito jovem, dessa forma o namoro seguiu um bom tempo às escondidas. O casal se encontrava na Igreja aos domingos, na Praça Clementino Procópio após sua saída da escola, no cinema, toda oportunidade era aproveitada. Até que um dia decidem enfrentar os ciúmes e o controle de seu pai e oficializar o relacionamento. Ela enfatiza que não foi fácil:

**A gente foi muito conservada... Deus me Livre!** Sete irmãs e um pai em cima, carrasco controlando tudo (risos). Esse primeiro mesmo que eu casei, foi o primeiro e o único namorado. Casei, mas pra namorar foi serviço, pra chegar em casa... Fui pedida por ele duas vezes, na primeira vez não deu certo, até que foi o pai dele pedir. Ai quando foi o pai, ai começou... (PESSOA, 2014).

O namoro era coisa séria. As boas intenções do seu pretendente só ganhou credibilidade quando o pai do rapaz pede o consentimento da família dela, selando um



compromisso entre as famílias. Nessa época já se iniciava os namoros pensando em casar. Na fala dela percebemos o quanto a presença do pai era marcante em sua criação. Ela foi liberada para namorar, mas em contrapartida não poderia descuidar dos estudos. Em 1961, cursava o terceiro científico na Prata quando numa conversa entre as amigas de sala surgiram colocações sobre a Formação Familiar do Pax, o que despertou seu desejo pra entrar na formação. Ela esclarece que essa preparação mais que um simples desejo, era uma prerrogativa para as moças campinenses que desejassem casar:

Eu tava fazendo o científico ai fui fazer o curso. **Porque naquele tempo quando se tinha um namorado ai noivava mesmo pra casar, e tinha que fazer um curso doméstico, pra não ir as cegas, como se vai hoje né**, que não sabem fritar um ovo, que não sabem fazer mais nada. A mulher tinha que ser prendada. Moças prendadas para o casamento (PESSOA, 2014).

Assim em 1961, todos os dias pela manhã ela seguia para o Estadual da Prata onde cursava o terceiro científico e, a tarde ia para a Formação Familiar do Instituto Pax. No entanto, ela começa a sentir dificuldades de conciliar as atividades das duas escolas, nesse sentido seu projeto de felicidade fala mais alto e ela abandona o científico pelo caminho. Naquele momento, tinha plena certeza de que essa era a decisão mais acertada, hoje depois de tantos anos lamenta não ter concluído, também, os estudos. Ela se pronuncia de maneira enfática:

**Num me fale do Pax! Quando lembro que deixei o terceiro científico no meio do ano pra fazer as “porqueiras” dos trabalhos manuais, que era pra dar tempo** (pausa). Sim, porque tinha a exposição, ai no fim do ano era a carreira pra se terminar e expor era grande (risos). Mas, eu sempre fui adepta a essas coisas, ai fui fazer o curso, como também ia casar né achei que dava conta do recado, mas era tão louca pelo curso (a Formação) que terminei deixando o principal que era o estudo científico pra lá... (risos) (PESSOA, 2014)..

Sua fala é marcada por sentimentos bem distintos e contraditórios, ela lamenta não ter terminado os estudos, mas reconhece como legítima a necessidade de concluir a Formação Familiar uma vez que iria casar. Como ela mesma descreve **“tudo o que se queria era sair de casa”**. Ela terminou o curso de Dona de Casa do Pax, o que socialmente lhe conferia o título de “moça prendada”, aquela que estava “pronta pra

casa”. Os trabalhos realizados por ela e apresentados na Exposição de fim de curso, passaram a integrar as peças de seu enxoval.

Com relação à classe social a que pertencia as alunas da Formação, ela afirma que a maioria das jovens era da elite campinense, mas que esse não era o seu caso. No entanto, a localização de sua residência, a presença dos empregados domésticos em sua casa, o acesso a “afamadas” escolas privadas são fatores que apontam para a boa situação financeira de sua família.

Marilene, ao concluir a formação do Pax começa a se preparar para os laços matrimoniais. Uma ansiedade lhe tomava e ela não demorou muito na fase de preparativos, assim em 1962 ela se casa, aos 17 anos de idade. Ela desabafa: “eu fui a primeira a casar, a mais velha até hoje não casou né, ai pronto eu que aguentei o tom, com pai e mãe perto”. O casamento era visto por ela como o acesso a liberdade, o fim da repressão de seu pai, como ela faz questão de pontuar: “Libertação... Casamento era uma libertação. Sai de casa para iniciar uma nova vida, ninguém tinha liberdade de querer sair como hoje à gente vê”.

Depois de casada ela foi morar na Rua Miguel Couto. A localização de sua nova residência era motivo de tranquilidade pra ela, que pela proximidade podia visitar a casa de seus pais, além disso, permanecia no mesmo bairro em que foi criada, no cenário em que já estava bem habituada. Marilene conseguiu atingir a realização plena ao ser mãe, ela teve quatro filhos e assim como sua mãe, se dedicou ao Lar e aos cuidados de sua prole. Sua mãe chegou a incentivá-la a fazer o “Art. 99”<sup>118</sup>, como comumente eram chamados os exames supletivos, mas ela não quis retomar os estudos e afirma que depois do casamento não teve mais “cabeça” pra estudar. A esfera doméstica foi o cenário de sua atuação, ela era uma “noivinha” em potencial, dessa maneira:

[...] Você se dá conta: não se deve generalizar o fato de que a máscara de noivinha (e, em seguida, a de esposa inteiramente consagrada ao lar) seja vivida como prisão ou como sinal de uma suposta condição de escrava [...] pelo contrário, constituem matérias de expressão através das quais seus afetos atuais podem ser plenamente vividos (ROLNIK, 1989, p29).

---

<sup>118</sup> O Decreto nº 17.329 de 14 de Julho de 1981, em seu Art. 99 versa sobre os exames supletivos no Brasil.

Marilene teve êxito em seu projeto de felicidade e sente-se realizada pelo seu casamento, por ter tido filhos e pelas pessoas que se tornaram ao crescer, pela educação que recebeu de seus pais, embora com algumas ressalvas. Em outras palavras, essa mulher encara sua trajetória de vida como uma “balança favorável”. Depois de anos de casada, ela e o esposo viveram em outros cenários urbanos, passaram uma temporada na cidade de Santarém, no Pará e depois foram para João Pessoa, onde residem até hoje. A casa em que viveu na Miguel Couto ainda pertence à família, é o lar de sua filha. Segundo afirma, voltar a Campina Grande é revisitar um pouco dessas experiências de outrora.

#### **4.4 - Carminha: “O meu negócio era casar”**

Maria do Carmo Gonçalves, a “Carminha” é filha do casal Ambrosina Borborema<sup>119</sup> e Jose Gonçalves Sobrinho<sup>120</sup>. Nasceu numa família de nove irmãos, sendo seis homens e três mulheres, sua família residia na Rua João da Silva Pimentel, como podemos ver na imagem 29.

Seu pai possuía um pequeno comércio no centro de Campina, uma fábrica de bebidas conhecida como “enchimentá” localizada na Rua João Pessoa. Sua mãe Ambrosina, diferente de muitas mulheres da época, depois de ter seus filhos passou a trabalhar fora de casa, na fábrica, ajudando seu marido a tocar os negócios da família. Como ela nos relata:

[...] minha mãe trabalhou muito tempo com o meu pai na Rua João Pessoa. Ele tinha uma fábrica de bebida, era conhecida como Enchimentá. Ele fazia cajuína, ele fazia um vinho chamado Novital e outro vinho chamado Jurubeba e fazia um vinagre. Ele foi comerciante por muitos anos na Rua João Pessoa, era conhecido (COUTINHO, 2014).

---

<sup>119</sup> A mãe de Carminha é irmã de Walnyza Borborema que foi casada com o advogado e político Ivandro Cunha Lima. Sua mãe e tia já faleceram.

<sup>120</sup> O seu pai é irmão de Anita Cabral que foi esposa do ex-prefeito de Campina Grande, Severino Cabral.

Enquanto seus pais trabalhavam no comércio, os filhos ficavam em casa sob os olhares atentos de quatro empregadas domésticas, que realizavam todas as tarefas da casa. Carminha diz ter aproveitado essa fase para aprender muitas atividades da casa com as criadas. Poucas fotos compõem o acervo de família guardado por Carminha, entre elas há apenas uma do comércio de seus pais, segue a imagem abaixo.



**Imagem 47:** Fábrica de bebidas de Jose Gonçalves Sobrinho, a “enchimentá” como era conhecida. Carminha não lembra se este era o verdadeiro nome do estabelecimento.

**Fonte:** Acervo particular de Maria do Carmo Gonçalves (Carminha).

Antes de ter suas experiências no âmbito escolar, Carminha teve aulas particulares em casa sobre as primeiras letras. Ela cursou o Ensino Primário no colégio das Damas, que na época só contava com turmas formadas por meninas. Sobre essa época relata: “Eu fui pras Damas, mas as Irmãs das Damas eram muito rígidas... as freiras eram carrasca demais, eu fui do tempo de palmatória”. Ao terminar o curso primário, Carminha prestou o exame de admissão no Colégio estadual da Prata, fez as provas de Português, Matemática, Ciências, História e Geografia, mas não foi aprovada. Motivo de tristeza e frustração para ela, por entender que estudar na Prata seria uma experiência única por ser um colégio renomado na cidade. Dessa forma ela foi estudar no Colégio Pio XI onde realizou todo o ginásio. Carminha também teve orientações de prendas domésticas na escola, ela descreve:

Quando eu estudei no Pio XI nos tínhamos uma professora chamada Arlete Colaço que ela ensinava a gente, era como se fosse uma educação artística mais assim para o comportamento da gente na sala de aula, pra gente fazer muitos trabalhos [...] eu gostava muito de coisa de fazer coisas dentro de casa, aprendi muitas coisas com as empregadas e no ginásio aprendi a costurar e a bordar na máquina (COUTINHO, 2014).

Ela assim como Eliete e Marilene teve contato com a disciplina de Prendas Domésticas ainda na fase ginásial, e confessa que essas eram aulas muito esperadas por ela durante a semana escolar. Carminha também foi teve suas astúcias na fase de estudante, na época do Ginásio aprontou as seguintes peripécias:

No ginásio eu era danada... Uma vez eu peguei do meu irmão, seis irmãos, eles tinham revista de mulher nua e eu uma vez peguei uma revista de mulher nua pra levar pro PIO XI e mostrar as meninas, levei, mostrei isso e ninguém descobriu (risos). [...] Tempos depois teve uma com os meninos, a fabrica do meu pai era quase em frente ao colégio, ai os meninos aperreavam: “trás uma garrafa de vinho pra gente, deixa de ser ruim teu pai faz uns vinhos tão bom, trás...”. E um dia eu levei uma garrafa de vinho dentro da bolsa e, num quebrou-se na classe... Menina subiu o cheiro da bebida (risos). Ai o castigo foi severo, eu fiquei, o dia todinho trancada num quarto do colégio com um esqueleto, os castigos eram assim... E era um colégio de padres, as professoras eram carrasca demais (COUTINHO, 2014).

O silêncio em torno dos assuntos sobre sexo acabava potencializando a curiosidade dessas (es) jovens. No que diz respeito à disciplina, podemos perceber em sua fala que “as marcas da escolarização se inscreviam, assim, nos corpos dos sujeitos” (LOURO, 1997, P62), a disciplina produz os indivíduos, através dela a escola deixava claro que tipo de aluno desejar ter, mesmo depois de tantos anos essas lições permanecem nítidas na memória de Carminha. Ela diz que essas passagens foram situações isoladas, por considerar que sempre foi uma aluna comportada. No período de conclusão do Ginásio seu pai quis encaminhá-la para as aulas de piano, mas diferente de suas irmãs, ela não demonstrava o menor desejo de aprender a tocar esse instrumento.

O colégio Pio XI organizou uma viagem a Natal, como confraternização da turma ginásial de 1958. Carminha não tinha ideia, mas essa viagem ligaria sua história a do Instituto Pax. Ela conta como foi à viagem:

Quando terminei o ginásio fiz minha inscrição pra uma execução do colégio pra Natal, passei uns quatro dias. Fomos com a professora Arlete Colaço, foi a primeira viagem que fiz com uma turma de estudante, uma experiência incrível. Visitamos a faculdade de medicina, a Escola Doméstica de Natal, foi o que me incentivou viu? Foi essa escola modelo, fiquei encantada... (COUTINHO, 2014).

Sua declaração demonstra o quanto a Escola Doméstica de Natal a deixou encantada. Esse sentimento de fascínio logo dividiu espaço com o de lamento pelo fato da escola ser distante de sua cidade. Um ano depois dessa viagem, em 1959, foi realizada a inauguração do Instituto Pax em Campina Grande. Carminha ficou animada com a possibilidade de fazer uma formação dessas em sua própria cidade, dessa forma convenceu o seu pai a deixá-la realizar o curso. Sobre sua entrada no Instituto Pax descreve:

Pra onde a gente ia era com os irmãos do lado, os irmãos tomavam conta das irmãs e existia muitas festas, mas a agente só participava porque ia com os irmãos[...] Ai pra namorar era uma novela, porque os irmãos tomava conta e não deixava não. Eu com 15 anos, não podia namorar! Então meu pai consentiu que eu fizesse esse curso porque eu tinha terminado o ginásio e ele viu que eu tinha vocação para as artes domesticas. Então acho ele deixou eu fazer por isso. **Meu negócio era casar, casar, casar...** (COUTINHO, 2014).

Um fato curioso é que das três entrevistadas, Carminha foi à única que ao entrar na Formação Familiar não tinha um relacionamento amoroso, sequer um paquera. Ela assegura “naquela época as meninas casava cedo, eu fui à única que não casei cedo”. Também foi à única filha do casal a fazer esse curso, suas irmãs tinham em média dezesseis anos quando casaram. O que para ela foi motivo de lamento, por perder muito cedo o convívio com suas companheiras de quarto e de festas: as irmãs.

No ano de 1959, ela foi matriculada na segunda turma da Formação Familiar do Instituto Pax, as aulas eram pela manhã, de 7:00 as 11:30hs. Ela seguia a pé de sua casa até o Pax em companhia de um guia, que era uma pessoa de confiança de seus pais. Ao término das aulas seguia com as colegas de sala, passava no comércio dos pais e só depois retornava a sua casa.

O Instituto Pax era uma escola particular, sem fins lucrativos, mas que utilizava o valor arrecadado com as mensalidades para gerenciar as despesas do colégio e a manutenção da Congregação. Sobre o valor das mensalidades e o público que

frequentava as aulas, Carminha informa, “eu não lembro quanto era que papai pagava não. Mas você veja essa turma que eu fiz era a elite daqui de Campina, essas meninas todas ricas... Eu não era rica, meu pai não era rico, mas lá tinha muita gente rica”. Ela também não se considerava uma pessoa rica, mas o fato é que sua família tinha uma boa condição financeira, seus pais tinham empregados, um comércio, condições de pagar escola particular para todos os filhos além de algumas aulas particulares, como as de piano. Além de posses, as famílias de seus pais estavam atreladas a outras famílias influentes na cidade, seu pai era irmão de Anita Cabral, esposa de Severino Cabral que em 1959 assumia o cargo de prefeito de Campina Grande. Já sua mãe era irmã de Walnyza Borborema que foi esposa de Ivandro Cunha Lima.

Carminha é uma das pioneiras da Formação Familiar do Instituto Pax. Em posse da foto oficial e do convite de sua turma, ano de 1959, ela identifica algumas colegas:



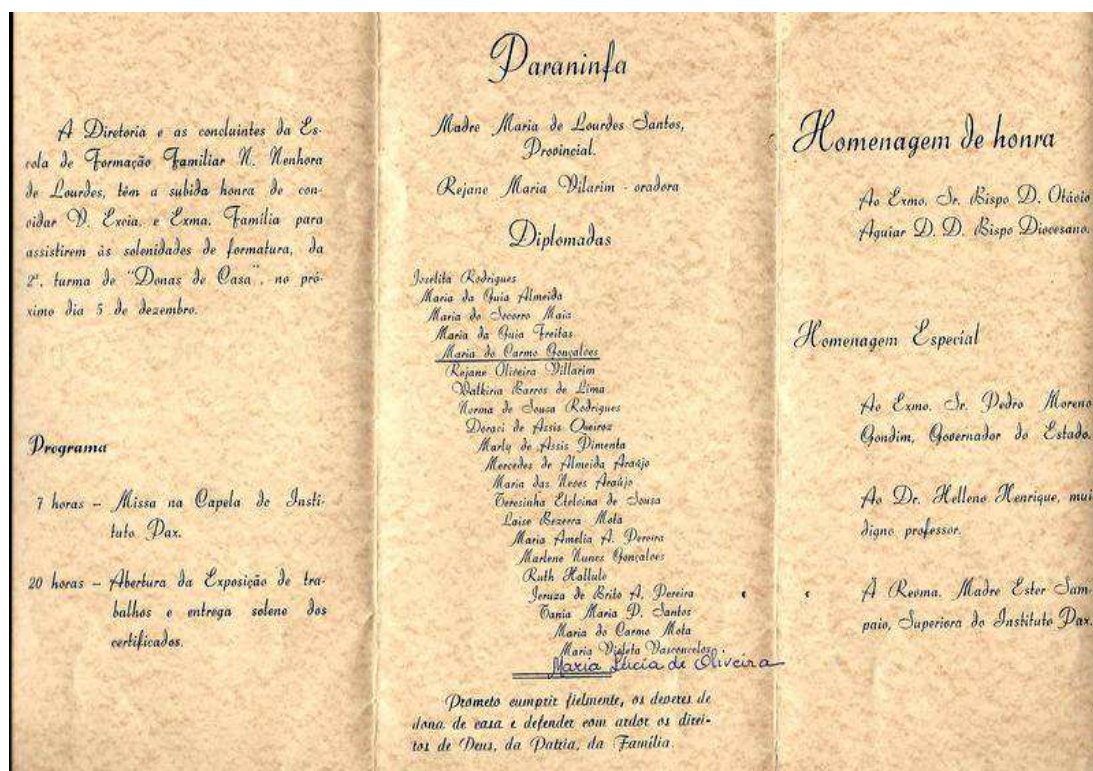
**Imagem 48:** Alunas da Formação Familiar, da 2ª turma de “Donas de Casa” de 1959.

**Fonte:** Acervo particular de Maria do Carmo Gonçalves (Carminha).

Entre as meninas matriculadas na turma temos os seguintes nomes, seguindo a numeração: 1.Revma. Madre Maria Ester Sampaio (A diretora do Pax), 2.Mª do Carmo Gonçalves “Carminha”, 3.Marly de Assis Pimenta, 4. Mª do Socorro Maia, 5.Norma de Sousa Rodrigues (prima do atual prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues), 6.Walquiria Barros de Lima, 7.Rejane O. Villarim (oradora da turma), 8.Mercedes de

Almeida Araújo, 9/10.Mª da Guia (na turma havia duas “Mª da Guia” uma Almeida e outra Freitas, Carminha só recorda o nome delas), 11.Laise Bezerra Mota e 12.Mª do Carmo Mota “Carmita” (11 e 12 – filhas dos donos do Curtume dos Motta<sup>121</sup>), 13.Joselita Rodrigues, 14.Tania Mª P. Santos, 15.Mª Amélia A. Pereira (dona da Casa do Colegial, já faleceu) e 16.Jeruz de Brito A. Pereira.

Algumas dessas jovens pertenciam a famílias tradicionais e abastadas da cidade de Campina Grande. Essa foto foi tirada no dia da Formatura, o que explica o fato de algumas das alunas estarem sem o fardamento. Abaixo temos o convite entregue às alunas e familiares, nele consta o nome de todas da turma.



**Imagem 49:** Convite de Formatura da turma de “Donas de Casa, da Escola de Formação Familiar (1959).  
**Fonte:** Acervo de Maria do Carmo Gonçalves (Carminha).

Observem que no convite, abaixo dos nomes das alunas há o juramento que deveria ser feito por todas no ato da solenidade, que consiste na seguinte frase: “Prometo cumprir fielmente, os deveres de dona de casa e defender com ardor os direitos **de Deus, da Pátria e da Família**” (grifos nossos). Essas três esferas, a Igreja

<sup>121</sup> O “Curtume dos Motta”, fundado em 1926 foi uma referência econômica da época de prosperidade de Campina Grande. No local, funciona hoje o Parque da Criança. Sobre o Curtume ver o site do RHCG <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2010/04/relembrando-o-curtume-dos-motta.html#.Vf5fld9Viko>.



(Deus), o Estado (Pátria) e a Família vão atuar na construção dos sujeitos, investido para que internalizem os valores e ideários cristão/burguês e atuando no disciplinamento desses “corpos frágeis” como são tratadas essas mulheres. Enfatizamos dessa maneira que o Estado se coloca vigilante na tarefa de prescrever como a mulher deve ser e agir, nesse processo “fazer as mulheres adaptadas a suas tarefas “naturais” – esposas, mães, donas-de-casa – é o papel de uma educação que continuou por muito tempo privada, questão familiar e maternal, questão das Igrejas” (PERROT, 2005, p27).

A solenidade de Formatura do Curso de Dona de Casa, contou com a presença do Revmo. Bispo Dom Otávio, que pessoalmente entregou a cada uma das alunas o certificado de conclusão de curso. Como trabalho final a turma foi dividida em grupos que exibiram bolos de festa ensinados nas aulas de Arte Culinária. O bolo da equipe de Carminha foi produzido em formato de Moinho. Suas aulas preferidas eram as de Arte culinária.



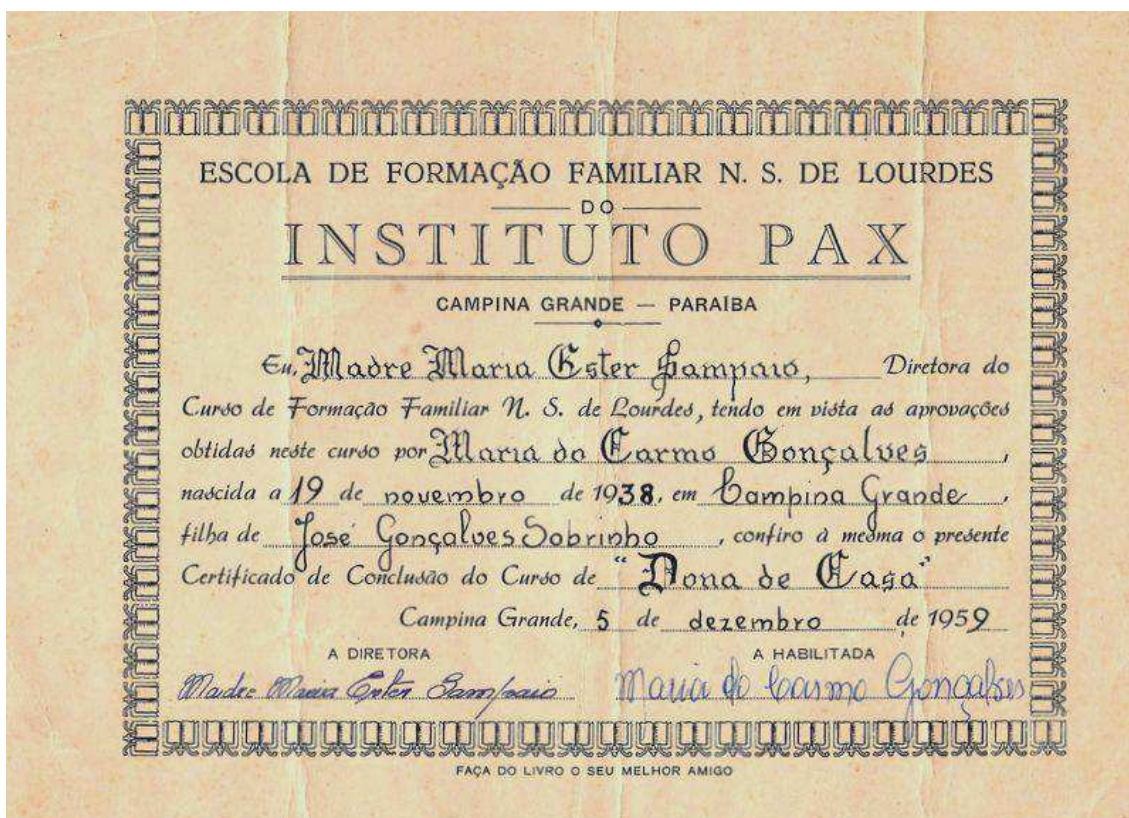
**Imagem 50:** Formatura da turma de “Donas de Casa” da Escola de Formação Familiar (1959.). Momento do Juramento das concluintes perante suas famílias, todos reunidos no salão nobre do prédio.

**Fonte:** Acervo particular do IMJC.

Por serem pioneiras do curso de “Donas de Casa”, havia uma grande expectativa por parte das meninas e familiares com relação à Formatura, e também por parte do Instituto Pax, que utilizou a cerimônia para evidenciar as famílias e autoridades locais o

papel da escola perante a comunidade campinense. Além de valorizar os trabalhos feitos pelas alunas que eram exibidas perante todos os presentes como mulheres “refinadas” e “prontas” para gerenciar um Lar e contribuir para uma sociedade civilizada. Ou seja, o projeto de felicidade dessas alunas era o casamento e a constituição de uma família e a pedagogia sagrado do Instituto Pax as qualificava para isso.

Finalmente, Carminha e suas amigas de sala recebiam em mãos suas cartas de habilitação, sim elas estavam prontas não para irem dirigir um mero automóvel, mas para conduzir aquele que seria apontado como o maior empreendimento de suas vidas: o Lar. Elas recebiam o certificado de “Dona de Casa”, o diploma não sintetizava apenas os esforços empreendidos durante o ano, seu poder simbólico era maior, conferia respeito e admiração.



**Imagem 51:** Colação de Grau da 2ª turma do curso de “Dona de Casa” da Formação Familiar, Pax 1959.  
**Fonte:** Acervo de Maria do Carmo Gonçalves (Carminha)

Diferente de muitas de suas amigas de sala que já eram noivas ou mantinham um namoro firme, Carminha sequer tinha um namorado, mas como ela mesma descreve “eu tinha muita tendência de ser dona de casa, gostar de coisa de dona de casa”. Ela entrava para o roll das socialmente conhecidas como “pra casar!” Todas as três mulheres por nós entrevistadas demonstram uma satisfação em ter feito o curso porque o projeto de

felicidade delas era o casamento e a construção de uma família, nesse sentido a pedagogia sagrada do Instituto Pax as qualificavam para isso.

Depois de ter concluído o curso no Pax, na época com vinte anos de idade, ela começa a trabalhar na casa comercial de Antônio Barreto. Uma casa de peças de automóvel que possuía no mesmo espaço físico uma subagência de máquinas de costura da Singer, ela foi contratada para realizar demonstrações de uso das máquinas de costura. Essa casa comercial ficava praticamente em frente à enchimentação dos seus pais, na Rua João Pessoa. Essa foi a razão principal para seu pai tê-la deixado exercer essa atividade remunerada, enquanto trabalhava em sua fábrica de bebidas ele podia ficar de olho na filha. Além disso, todos os dias iam e voltavam juntos do trabalho. Ou seja, a sua vida pública por meio do trabalho não era sinônimo de ruptura com os códigos de conduta fundamentados na cultura patriarcal, muito pelo contrário, era uma forma de afirmação do pacto tutelar.

Já trabalhando, Carminha retomou os estudos em 1961 como aluna do Colégio Estadual da Prata, feliz da vida por poder enfim realizar o desejo antigo de ser aluna dessa instituição. Na Prata realizou o Clássico, uma variação do científico. Em 1964, aos vinte cinco anos de idade ela havia terminado os estudos e ainda estava solteira, como ela mesma faz questão de mencionar:

Não aproveitaram a vida (as irmãs) como eu aproveitei. Meus pais confiavam de viajar só. Quando eu fiquei com 25 anos, foi quando eu terminei o clássico e fui pra São Paulo e Rio, passei seis meses, Porque lá eu tinha dois irmãos, que moravam no Gonzaga um local nobre pertíssimo da praia, todas as manhãs eu ia tomar banho de mar. Todos os cinemas perto da residência eu ia. Lá saía pra todo canto. Meu pai deixava, confiava [...] eu era muito comportada por causa da educação que tive né. Não fiz besteira, mas naquele tempo era muita pressão em cima da gente (COUTINHO, 2014).

Carminha trilhou caminhos diferentes se comparada às muitas meninas da época, ela saiu da Formação Familiar e ao invés de seguir para o altar, foi trabalhar, depois concluiu os estudos e teve a oportunidade de viajar sozinha e passar meses fora de casa, mesmo sendo a casa dos seus irmãos. Seu contato com cidades como Rio de Janeiro e São Paulo foi de suma importância na construção de sua sensibilidade feminina, ela sofreu influência desses grandes centros urbanos onde as mulheres viviam outro contexto, como ela gosta de dizer “lá as mulheres viviam mais livres, lá eu podia sair

pra todo lugar”, nesses grandes centros urbanos a revolução dos costumes era mais intensa e perceptível. Enquanto que as outras duas alunas do Pax, Eliete e Carminha tiveram suas identidades femininas influenciadas pelos códigos e costumes campinenses, que ainda apresentavam um forte rigor com o controle sobre as mulheres. Pelas revistas femininas, como *O Anuário das Senhoras* que pertencia a mãe de Eliete e depois foi repassado para que a jovem pudesse se manter atualizada sobre as questões domésticas, as tendências de moda e os comportamentos que faziam a cabeça das mulheres nos grandes centros brasileiros e em outras partes do mundo como Paris e Estados Unidos. Sem esquecer o papel de influencia dos filmes hollywoodianos exibidos nos cinemas campinenses, que alimentavam o mito do amor romântico, os sonhos e subjetividades dessas mulheres.

No final da década de 1960 ela prestou vestibular pra Sociologia na UEPB, foi aprovada e concluiu o curso em 1971, um ano depois ela se casou. Sobre isso Carminha afirma “eu casei velha, só casei quando me formei”. Sua família e todas as pessoas a sua volta faziam cobranças constantes com relação a seu casamento, todos os seus irmãos já haviam casados e ela mesmo com o acelerar da idade “insistia” em não casar, nesse sentido todos evidenciavam o fato dela estar ficando “velha” para casar. Para alívio de todos e alegria pessoal, Carminha casou aos 32 anos de idade após concluir o ensino superior.

Não casar significava o fracasso social da mulher, por isso Carminha se sentiu por diversas vezes constrangida com as cobranças e olhares de familiares e conhecidos. Ela enxerga seu matrimônio como um evento tardio, considera ter casado “velha” por referência a idade de suas irmãs ao casar, meninas muito novas com 15 e 16 anos. Assim como muitas mulheres na cidade que casavam precocemente.

Em outras palavras ela se casa em um período de mutações sociais, nos anos de 1970 a cidade de Campina Grande perdia autonomia política e tributária em decorrência do regime militar que favorecia as capitais, além disso, há uma dessacralização do casamento, muitas mulheres passam a abrir mão do posto de “dona de casa”. Sobre isso podemos. Sobre esse contexto, vejamos o que diz Keila Queiroz e Silva:

As mulheres [...] na década de 1970 abdicaram audaciosamente da condição de rainha de lar, adotando uma prática extradiscursiva bem masculinizada, provocando um deslocamento significativo nas

imagens do feminino [...] o destronamento da cidade do ponto de vista econômico e, por sua vez, a conquista de seu novo estatuto, ou seja, de uma cidade culturalmente desenvolvida, permitiu historicamente o trânsito ousado e mais fluido das mulheres campinenses entre as normas e os desejos, fazendo-as até muitas vezes abdicar da imagem de rainha do lar (SILVA, 1999, p182).

Carminha estava inserida nesse contexto, ela se casa realizando um desejo antigo, mas não se dedicou exclusivamente a esfera doméstica. Ela expõe orgulhosa, o registro desse evento:



**Imagem 52:** Cerimônia de Casamento de Carminha, 1972.

**Fonte:** Acervo particular de M<sup>a</sup> do Carmo Gonçalves

O casamento era a materialização de seu projeto de felicidade, além de ser naquele momento uma resposta às acusações de que ela teria se descuidado da vida amorosa em detrimento dos estudos e do trabalho. Depois do casamento a cobrança é deslocada para a vinda dos filhos. Ela teve três filhos dessa união a quem se dedicou, mas dividiu seu tempo entre o cuidado dos filhos e do lar e as atividades profissionais. Ela voltou ao Estadual da Prata, agora na condição de docente, e dividiu o cenário de

trabalho com a colega de profissão Eliete Queiroz. Duas mulheres formadas pelo Instituto Pax, que haviam formado um lar e constituído família, mas que agora representavam essa parcela feminina que chegava a universidade e conseqüentemente ao trabalho fora da esfera doméstica.

Carminha fez primeiramente um curso de capacitação para professor e assim deu aulas de história em algumas escolas. Em seguida faz o curso superior de Sociologia, lecionando por mais dez anos, as disciplinas de Sociologia e Moral e Cívica. Como docente atuou no Colégio da Prata, nas Damas e em Juraci Palhano. Ela relembra que seu esposo entrou na universidade e concluiu o curso de Engenharia no ano de 1978 e, que durante a fase de estudo dele ela teve que trabalhar muito para honrar as despesas da casa. Nesse momento além da atuação como professora ela fez uso dos aprendizados da Formação Familiar e conseguiu colaborar com o orçamento doméstico, conforme narra:

Fiz um curso em João Pessoa de professora porque tava faltando professora na Universidade de História, fiz um curso de suficiência em História quando eu voltei fui pro colégio das Damas, ensinei lá, na Prata e no colégio de Juraci Palhano. Em 1971 eu entrei na Universidade para fazer o curso de Sociologia e depois fiz o curso de especialização. Quando eu me casei eu casei em 72 eu deixei Damas e Juraci Palhano e fiquei só na Prata. Quando eu terminei o curso de Sociologia fiquei ensinando Sociologia. [...] Ah, minha filha foi um sacrifício minha vida viu?! Meu marido também estudante terminou em 1978 o curso de Engenharia e, eu dei duro porque eu vendia picolé, eu vendia bolo, eu fazia salgadinho tudo que eu aprendi lá eu fazia, eu tenho um livro de receita, muitas receitas ensinadas no Instituto Pax. Quando eu casei eu fazia muita coisa para vender do que eu tinha aprendido lá (COUTINHO, 2014).

Ela faz questão de evidenciar o quanto o Curso do Instituto Pax teve um papel de relevância em sua formação. Essa foi à trajetória percorrida por ela até conseguir realizar seu projeto de ser esposa e mãe. Das três ex-alunas do Instituto Pax por nós analisadas, Carminha foi a mais enfática sobre o desejo de casar, afirmando que este era um sentimento que nutria desde muito jovem. A frase mais repetida por ela é: “Eu aprendi a ser dona de casa e fui dona de casa [...] **meu negocio era casar, casar, casar...**”. No entanto, foi a que permaneceu mais tempo como solteira.

#### 4.5 - Caminhos que convergem para um mesmo sonho

Todas elas foram “preparadas” para a “missão” feminina apregoada nos anos de 1950-1960 de serem boas esposas e mães. Tiveram bom êxito em seus projetos de felicidade, as três concordam sobre a ideia de que o casamento era a via possível de autonomia e libertação. Dessa forma Carminha reforça que “na época todos nós eramos cheias de sonhos, era uma prisão muito grande, ninguém podia namorar, não podia usar um salto alto...”. Sobre a maneira a Formação Familiar e o Instituto Pax, a colaboradora Eliete expõe que “a escola era vista com prestígio, você podia ter orgulho em dizer eu estudei no Instituto Pax. Tínhamos orgulho em dizer isso. Como uma escola que realmente preparava pessoas para as atividades domésticas”. Suas palavras são reforçadas por Marilene, quando diz: “era uma preparação para o lar mesmo, dava currículo, no sentido... pra casar”. Em suas falas fica claro o quanto a Formação legitimava socialmente essas mulheres, colocando-as em evidência como as que correspondiam ao posto de “guardiãs do lar”.

Se o casamento conferia a valorização da identidade feminina o contrário promovia a separação. Por essa razão cursos como esse do Pax se tornam representativos até a década de 1960, porque o modelo burguês cristão de família era imposto aos sujeitos como o “natural”, depois de sacralizado o casamento era preciso zelar e preservar esse laço por todo o sempre. As entrevistadas enfatizam o quanto a sociedade marginalizava aquelas que decidiam desfazer esse laço. Eliete nos ajuda a pensar sobre o assunto ao esclarecer que:

A condição de mulher separada era muito mal vista... Mulher separada era um estigma. Aquela mulher não tinha condição... (pausa) de refazer a vida dela! Era transformada numa pessoa que não podia fazer coisa nenhuma. Um absurdo. **Era melhor ser mal casada do que ser separada** (grifos nossos) (GURJÃO, 2014).

As concepções em torno do casamento e a separação de corpos demonstram o quanto essa sociedade se pautava nos valores machistas e falocráticos, que dessa forma classificava as mulheres entre as de “família”, “honestas” e as “perdidas”, “desonradas”. Poderíamos dizer que a discriminação, o estigma, os olhares punitivos eram lançados não somente com relação à separadas, mas para todas aquelas que tivessem a ousadia de

romper com os padrões de boa moça, como é o caso de Salete que ia a Sorveteria em companhia de homens sem ter um relacionamento com eles, viajar só, ir a boates. Também o fato das mulheres desenvolverem uma atividade remunerada gerava resistência e desconfiança por parte da sociedade. No entanto, essas visões sofrem deslocamentos ao longo do tempo, devemos considerar os primeiros indícios dessas mudanças no fim da década de 1960 e durante os anos de 1970, dessa forma:

O jeito de ser mulher, o jeito de ser homem, o jeito de ser esposo e de ser casal muda consideravelmente em uma cidade agora proprietária de um novo trono, o trono de urbs cultural. A Rainha da Borborema na década de 1960, bem dotada culturalmente [...] constrói e sugere novos códigos de civilidade e, conseqüentemente novos olhares sobre a masculinidade, a feminilidade, a família e o casamento (SILVA, 1999, p.202)

O que se coloca como particular é o modo como cada uma conseguiu interagir com o contexto sociocultural ao qual estavam inseridas, como conseguiram lidar com os territórios disponíveis, com que intensidade afetam e se deixam afetar pelo seu desejo (ROLNIK, 1989).

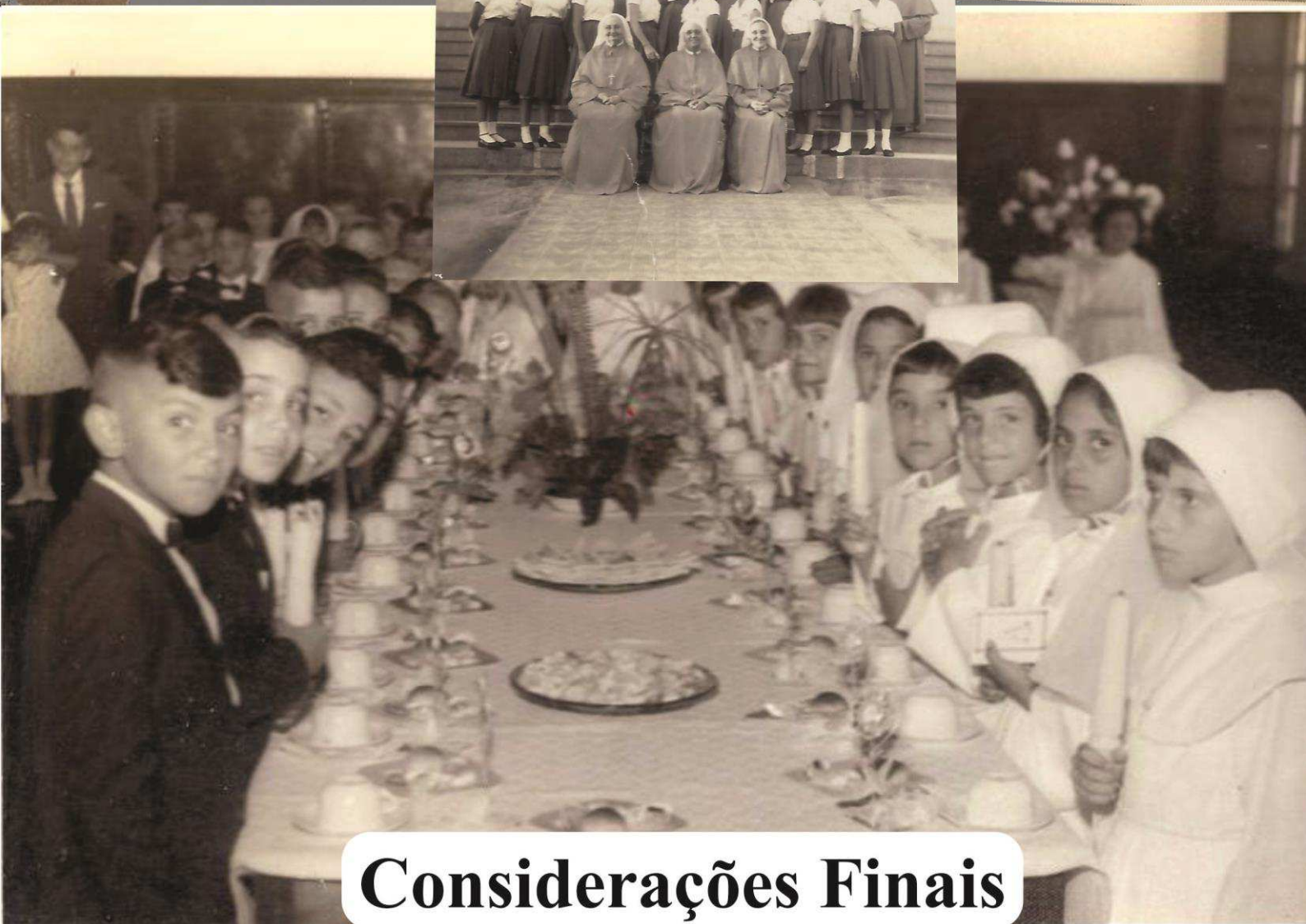
Essas mulheres que no fim da década de 1950 e início dos anos 60 se apresentavam como “aspirante-a-noivinha”, cheias de sonhos, ansiavam por autonomia, enxergavam no lar sua via de realização plena e de liberdade. Viveram a economia dos corpos, dos desejos. Controladas e adestradas a conter os seus impulsos. Essas mulheres tiveram seus corpos marcados por pela pedagogia sagrada que a serviço do projeto burguês de cidade, buscou internalizar em cada uma as concepções de ser mulher, ser mãe, ser esposa, ser civilizada e refinada num cenário urbano moderno. As Irmãs, nesse contexto aplicavam o seu projeto pessoal de servir, e serviam as famílias burguesas ao produzir relações consagradas, sadias a sociedade campinense. E os elementos culturais como o cinema e as revistas femininas construía subjetividades ligadas ao idário burguês e cristão. Através do trabalho e diálogo entre o projeto de cidade, o projeto sagrado de restaurar e tutelar esses corpos frágeis as “aspirantes-a-noivinhas” puderam colocar seu sonho em prática e de tornarem-se as noivinhas bem sucedidas.

A Campina Grande do fim da década de 1960 e década de 1970, era uma cidade que buscava conter seus problemas socioeconômicos, investia na industrialização e no setor cultural. A cidade havia ressignificado seu lugar de uma urbe comercial para



cultural, o mesmo acontecia com suas filhas que ressignificavam suas subjetividades, seus desejos. A cidade mesmo sob o regime militar via a revolução dos costumes se intensificar, mulheres passaram a engrossar as fileiras de estudantes nas universidades, a desqualificação do doméstico e a desdramatização do divórcio fazia a Formação Familiar do Pax parecer uma realidade muito distante, algo obsoleto. Mulheres partiam cada vez mais para as atividades remuneradas com isso buscavam visibilidade social. Deixavam-se afetar por novos valores, novos desejos, desapegadas do mito do amor romântico se permitiam experimentar relações informais.

Nesse contexto de mudanças na cartografia de cidade de Campina Grande, as Irmãs também tiveram seus deslocamentos, abriram mão da identidade de docente, de redentora dos lares burgueses para assumirem o desejo que movia seus corpos, a missão junto ao povo. Assim se lançam em um novo empreendimento sagrado, a salvação dos corpos frágeis dos pobres, a um novo modelo de família, não mais a burguesa, mas as famílias carentes e populares de Campina Grande. Nesse sentido havia o encontro entre o projeto de felicidade das alunas, o projeto sagrado do Pax e o projeto de cidade.



**Considerações Finais**

Iniciamos nossa pesquisa com alguns receios e o maior deles foi o de não encontrarmos fontes sobre o Instituto Pax. Contávamos desde a elaboração do projeto de pesquisa com a colaboração de duas mulheres, ex-alunas da turma da Formação Familiar de 1961, Eliete e Marilene. As duas permaneceram amigas mesmo depois da conclusão do curso, mas perderam o contato com as demais amigas de sala, além disso, elas haviam saído há anos de Campina Grande para morar em João Pessoa. Localizar outras alunas assim como as docentes que atuaram no colégio, residentes na Rainha da Borborema era a força desafiadora e estimulante a nos acompanhar pelo caminho.

Nossa ansiedade e angústia se prolongou por longos meses sem que tivéssemos um avanço nesse sentido, embora tivéssemos tentando diversas conexões possíveis entre os cidadãos campinenses e a instituição pesquisada. Enquanto as fontes empíricas não acenavam para nós, realizávamos a busca e a análise das referências bibliográficas pleiteadas. Mas a “fome” do Pax não nos dava sossego.

Depois de ouvir falar do Pax por essas mulheres, realizamos uma “oficina de memória” com as alunas Eliete Queiroz e Marilene, a partir desse encontro colhemos informações ainda mais significativas do que as que já havíamos escutado. Nessa ocasião a narrativa de uma parecia invocar as lembranças da outra, de modo que “continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança...” (BOSI, 1994, p39), e foi dessa forma que montamos o esboço inicial do nosso trabalho. Esses relatos se colocavam como importantes não apenas pela nossa sede de saber sobre o Pax, mas também pelo desejo dessas mulheres de livrar suas experiências vividas na Formação Familiar da “morte”.

Continuamos nossa busca e a cada amigo que perguntávamos sobre o Pax acabávamos contando com mais um “farejador” dos vestígios dessa instituição, assim o amigo José Edmilson nos levou até Roberto Loureiro, ex-aluno do Ensino Primário no Pax, que em sua narrativa mencionou o fato das Revmas. Irmãs Letice e Helena ainda residirem na cidade, no bairro do Pedregal embora ele não soubesse o endereço delas. Seguíamos os rastros que iam se desenhando a nossa frente, nesse percurso a colaboração do amigo Thomas Bruno foi imprescindível por realizar duas importantes conexões, primeiramente nos colocou em contato com a presidente do Instituto Histórico de Campina Grande M<sup>a</sup> Ida Steinmuller, que já sabia da existência do Instituto Pax pelo fato de seus irmãos terem sido alunos da escola, através dela conseguimos contactar as religiosas que foram educadoras do Pax. E em segundo lugar ele nos ajudou

a localizar Genilene, ex-aluna do Primário que nos ajudou a pensar no funcionamento e nas práticas curriculares da escola. Nossa procura por documentos e relatos sobre o Pax, acabou “agitando” as memórias de ex-alunas que passaram a utilizar as redes sociais para comentar “a tal pesquisa” sobre a escola, assim conseguimos localizar Nêbia Araújo, ex-aluna do Primário que reside em João Pessoa, e Carminha que foi aluna da Formação Familiar que reside ao lado da UFCG, ambas postaram fotos do colégio na internet e suas publicações acabaram mobilizando amigas de turma que não residem mais no estado, mas que fizeram questão de comentar as postagens, resultado: uma série de relatos ricos e interessantes sobre as experiências dessas mulheres no Instituto Pax.

Montamos assim nossa rede de colaboradoras, de acordo com Bosi, a história oral possibilita o emprego de memórias como mediadoras entre pessoas e épocas, dessa forma “a memória [...] pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado” (BOSI, 2004, p.15). E a oralidade foi o instrumento de mediação entre nós pesquisadores da temática e essas mulheres, protagonistas da pesquisa, evidenciando que “a memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade” (ALBERTI, 2011), e a relação de pertencimento àquele lugar extinto desde o início dos anos de 1970 era significativa e forte no íntimo de todas as mulheres entrevistadas. Assim, “não temos dúvida de que são as histórias de vida em geral carregadas de emoção que melhor ressaltam os conteúdos sociais da memória familiar, permitindo descobrir as normas e os valores transmitidos” (TEDESCO, 204, p180).

No contato com as entrevistadas percebemos que era recorrente a escola ser apontada como um importante espaço de sociabilidades para elas, isso nos inquietou e nos encorajou a pensarmos na importância da escolarização feminina. Dessa forma realizamos uma cartografia educacional de gênero, onde verificamos que durante a colônia a mulher não foi vista como um ser escolarizável, quando muito ela era instruída nos ensinamentos religiosos, o catecismo, ou algumas mulheres das famílias abastadas contavam com os professores particulares, aprendendo as primeiras letras no interior de suas casas. Elas só passam a ser contempladas pela esfera escolar a partir do Decreto Imperial de 1827, onde essa Lei vai promover o sexismo educacional no Brasil.

Dessa forma, compreendemos que falar do sexismo educacional no Brasil e na Paraíba, nos séculos XIX e XX, é falar da trajetória da “pedagogia sagrada” da Igreja Católica, apoiada pelo Estado que contribuiu para um processo de demonização da

coeducação, no sentido de ser compreendido como um mal a ser evitado, desse modo a escola passa a investir com todo o seu aparato curricular e arquitetônico na separação dos meninos e meninas no espaço escolar e um currículo diferenciado, onde as letras eram objetos de luxo para as meninas partindo da premissa de que ao invés da instrução bastava as meninas o domínio das prendas domésticas. Mas, mesmo com todas as resistências da moral cristã e burguesa a coeducação foi necessária mediante os altos custos para manter esse sistema, assim os governantes justificam a unificação do sistema educacional, o “sistema promíscuo”, pela contenção dos gastos públicos.

A “pedagogia profana” é instaurada com a laicização do ensino, que contou com dois momentos significativos para as mudanças no cenário educacional. O primeiro deles é o período republicano, permeado pelos debates em torno da institucionalização da escola, a expansão do ensino público, por exemplo. O movimento escolanovista alimentado pela ideologia liberal apontava a educação como possível agente transformador da reconstrução e reordenamento da sociedade brasileira. Nesse contexto a formação dos cidadãos é enfatizada, logo a mulher é incluída nesse processo de ensino tendo em vista que ela atua na formação cultural e moral dos filhos, ou seja, longe de se apresentar como uma preocupação em torno de sua instrução a sua inserção estava diretamente vinculada a preparação para assumir o casamento, a maternidade e os cuidados com o lar. E no segundo momento, temos a contribuição da LDB em 1971 que nivelou os cursos secundários e dessa forma o Curso Normal frequentado pelas mulheres desde o final do século XIX deixa de ser visto como um mero curso técnico, promovendo aos poucos a inserção feminina na educação. Nessa mesma década temos a contribuição dos movimentos sociais de minorias, como os negros, as mulheres, os índios, que vão lutar pela ressignificação de suas memórias e pelos direitos civis e políticos. Mas ao mesmo tempo reconhecemos que essa renovação no campo educacional, é o diálogo paradoxal e complementar entre o velho e o novo, é a cara do novo, mas com estratégias antigas uma vez que temos uma laicização bem ambígua, uma vez que a moral cristã vai permanecer atuante no âmbito escolar.

Retomando a questão do acesso à carreira escolar, observamos a existência da diferenciação de gênero, com os papéis sociais definidos homens e mulheres percorrem trajetórias bem diferenciadas. Onde o acesso dos homens à docência foi favorecido pelo seu livre acesso às letras, a demanda por professores e pelas restrições a presença feminina nesse campo de atuação. Esse quadro muda quando a secularização do ensino

toma espaço na sociedade e os homens começam a trocar o magistério por outras atividades mais rentáveis, nesse sentido temos a feminização do magistério, mediante o crescimento da demanda escolar o estado tinha que suprir os espaços deixados pelos homens, o acesso feminino ocorreu de maneira limitada e demorada, se configurando como uma segregação.

No cenário brasileiro/paraibano as escolas Normais foram utilizadas pelos gestores para enfatizar que as mulheres eram mais adequadas a docência do que os homens, elas teriam maior tato com crianças pela veia maternal, à escola é apresentada como a extensão do lar e esse trabalho é concebido como uma vocação. De todo modo essa ocupação deveria ser provisória já que à mulher cabia os cuidados da casa, esposo e filhos.

Na contramão desse processo temos a profissionalização da maternagem, esses currículos investem na profissionalização da maternagem, construindo o Mito das mulheres bem sucedidas, dessa forma o maior projeto de Felicidade dessas mulheres é ser uma mulher realizada. E o que é ser uma mulher bem sucedida para a época? É ser uma mulher casável. Nesse sentido, poderíamos colocar, salvando as devidas proporções, que até hoje a mulher que permanece solteira por muito tempo no contexto brasileiro/campinense é uma fracassada social, alguém a espera de algo que a “salve” do mal da solidão, que a complete. Assim concretizar essa felicidade moderna era ser casável, e o não casar era um sinônimo de fracasso social. Nessa perspectiva, as prendas domésticas se tornam um saber institucionalizado, temos no país o surgimento dos cursos de Formação Familiar. A “escolarização do doméstico” visava preparar as mulheres para gerenciar o lar e a família. Os cursos de Economia Doméstica trazem a vinculação da educação feminina com as propostas de modernização das cidades.

A ambiguidade também está presente em outros espaços formativos das mulheres casáveis, que agem como produtores de subjetividades e identidades, no caso das revistas, os jornais, a televisão, o rádio e o cinema. Esses instrumentos modernos vão em alguns momentos corroborar com o ideário burguês em torno do que é ser mulher, do papel feminino, do casamento e da maternidade, enfatizando os códigos de conduta vigentes na sociedade brasileira e campinense, já em outro momento vão inserir novas ideias no cenário urbano. Dessa forma, temos a imprensa como um instrumento responsável por divulgar o ideário burguês de casamento, nesse sentido, a mulher seria a responsável pela felicidade conjugal, essas concepções estão presentes nas páginas do

Anuário das Senhoras, enfatizando que o casamento exigia da mulher uma série de atributos, além de ter uma boa reputação, cuidar da beleza, adquirir requinte, ela deveria ter zelo pelo lar e estar apta a administrar as despesas da casa. Economizar, essa era a palavra de ordem usada nas revistas femininas, a mulher deveria produzir o que fosse possível em casa, daí a presença das prendas domésticas que além de distraí-las deveria proporcionar a contenção de gastos.

Nos anos de 1950 temos a chegada da Televisão ao Brasil, onde esse instrumento invadiu a esfera privada passando a influenciar no cotidiano das famílias, os meios de comunicação como a tv, o rádio e o cinema inseriram novas ideias e pensamentos no país, como a revelia e busca pela emancipação feminina, tempos de ambiguidades, de um lado as práticas sociais se modificavam e as diferenças entre homens e mulheres começavam a ser redimensionadas, do outro, os papéis sociais estabelecidos para o masculino e o feminino continuavam sendo defendidos e reforçados pelos valores burgueses e o ideário cristão. Salientando que no Brasil, as ideias feministas introduzidas pelos meios de comunicação não atingiram todas as localidades ao mesmo tempo e do mesmo modo. Evidente que não devemos imaginar a mulher como uma categoria única, homogênea.

Após essas colocações, no segundo momento da nossa pesquisa nos debruçamos sobre as análises da laicização da educação e o trabalho missionário no cenário urbano campinense. Buscando respostas para o questionamento: Que cartografia é essa da pedagogia do casamento, instituída na cidade com todo seu aparato curricular e arquitetônico?

Na Campina Grande das décadas de 1950/60 há um dueto entre a moral cristã e a moral burguesa, que andavam de mãos dadas na construção das sensibilidades urbanas e modernas campinenses. Nesse contexto, as edilidades elaboraram projetos de cidade voltados à modernização do município, onde após perder seu patamar comercial Campina ressignifica seu lugar e se projeta no cenário sociocultural e econômico como uma urbe industrial e cultural, para isso era necessário transformar códigos de conduta, comportamentos e sensibilidades de homens e mulheres da sociedade para que a partir daí o olhar em torno do cenário campinense fosse modificado. Nesse mesmo contexto temos a Igreja Católica investindo em estratégias de renovação para garantir seu espaço na sociedade assim como o papel de influência no projeto modernizador pleiteado pela cidade.

As dificuldades econômicas, bem como as desigualdades sociais do município agravavam a cada dia o crescimento desordenado da cidade, a cidade se modernizava ao passo que fugia ao controle dos poderes públicos e assim se “profanava”. Temos uma modernidade paradoxal, marcada por contradições, moderna para as elites e profana para as camadas populares que reivindicavam seu lugar no espaço urbano, mas se encontravam à margem desse projeto modernizador. Diante do risco da perda do seu domínio, o Estado passa a criar e a contar com os aparatos de controle social, nesse contexto é estabelecido a relação entre as ações do Estado e da Igreja Católica através das obras caritativas. Campina era uma cidade caritativa onde as Congregações vão atuar em diversos campos, educação, saúde, dispensários, tentando minimizar as tensões entre os cidadãos e as edilidades. Era a oportunidade da Igreja se colocar novamente a frente do cenário urbano e as edilidades se beneficiavam com as ações missionárias que visavam diminuir as tensões e os problemas sociais campinenses.

Nesse contexto, a pedagogia do casamento era a materialização do projeto de tutelamento dos corpos femininos pela Igreja Católica. Com a chegada da Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado o processo de tutelamento das mulheres campinenses é iniciado através do Curso de Dona de Casa do Instituto Pax, mediado pela promessa da felicidade plena que só seria tangível por meio do casamento e da maternidade. Em suma, o projeto de cidade burguês passa a contar com a pedagogia cristã do casamento que vai atuar por mais de uma década na fabricação de identidades femininas úteis a sociedade campinense. Salientamos que o projeto de cidade e o projeto sagrado estavam a serviço das elites campinenses, eram as filhas das famílias de boa condição financeira que frequentavam a Formação Familiar do Pax.

Os projetos de Feli(cidade) eram distintos, para as edilidades eles significavam a modernização e visibilidade da cidade, para as mulheres alunas do Pax o projeto de felicidade repousava sobre o enlace matrimonial e a experiência da maternidade e por fim para as religiosas era a oportunidade de se colocarem frente a sociedade no primeiro momento como as mestres do lar que investiam na produção de famílias saudáveis e refinadas a cidade. Em um segundo momento seu projeto de felicidade passa a ser a ação missionária frente às comunidades carentes, ou seja o papel de mulheres redentoras das famílias pobres campinense. No que diz respeito às Irmãs, enfatizamos que o trabalho missionário se configurava como o projeto de vida dessas religiosas, que



através da identidade de freiras transformaram o sonho pessoal de servir em um projeto sagrado.

Verificamos que as elites campinenses contaram com o espaço formativo do Pax para educar crianças e Moças, e as edilidades com o trabalho assistencial dessa Congregação que regularmente promovia trabalhos de catequese imbuindo à população dos valores cristãos, distribuição de donativos, visitas às famílias pobres, além de ajuda moral e financeira. Para dar visibilidade às tramas históricas de tessitura da pedagogia do casamento em diálogo com a pedagogia assistencialista campinense nas décadas de 1950/60 narramos um pouco da história desse educandário responsável pela Formação Familiar em Campina Grande.

Por fim, destacamos as narrativas e experiências de vida das ex-alunas do Pax por nós entrevistadas, “por meio da história oral [...] movimentos de minorias culturais discriminadas [...] têm encontrado espaço para validar suas experiências, dando sentido social aos lances vividos sob diferentes circunstâncias.” (MEIHY, 2013, pp26-27). Nosso intuito foi abrir caminho a essas vozes, que materializam através de suas narrativas práticas cotidianas da época, amores, sonhos, receios, as interações com o espaço urbano.

Acompanhamos as trajetórias das moças casáveis, românticas e prendadas de Campina Grande, sinalizando que para serem competentes no lar e bem sucedidas no casamento essas moças precisavam adquirir um certo grau de instrução. Deveriam estar aptas para tomar conta do Lar, do esposo e dos futuros filhos. Nesse sentido, as jovens campinenses contaram com o Curso de Dona de Casa do Pax, que as qualificava para sua “missão”.

Essas mulheres tiveram em comum uma educação pautada em códigos rígidos de conduta, deviam se resguardar a casa, elas deveriam interagir apenas com os espaços públicos “permitidos” do cenário urbano como a Igreja, a escola, o mercado. No entanto, cada uma delas a sua maneira criou estratégias e astúcias (CERTEAU, 1994) para transgredir as imposições socioculturais, dando espaço as suas sensibilidades e seus desejos. Além disso, elas compartilhavam do projeto de felicidade que era casar, todas as três noivinhas desejavam alcançar a realização plena através do casamento e maternidade.

O projeto de cidade no fim da década de 1960 e nos anos de 1970 passa a responder um projeto nacional, onde a cidade vivencia outras experiências de intervenção, agora as intervenções militares. Na década de 1970, temos um novo contexto urbano novos projetos de cidade são elaborados e aplicados em Campina Grande, mediados pelo discurso recorrente no país da industrialização e urbanização. Esse período anunciava novos projetos de cidade e de felicidade. As mulheres campinenses a cada dia se identificavam menos com o mito da rainha do Lar, o próprio discurso jurídico atua na desdramatização do divórcio na e dessacralização do casamento, com isso aos poucos vai havendo a relativização dos papéis de homens e mulheres, sinalizando novos tempos (SILVA, 1999). Dessa maneira, a existência de uma escola com uma Formação Familiar vai perdendo o sentido diante da mulher tem diante de si a possibilidade de escolher sobre sua vida, para ela o casamento não é a única via de emancipação feminina.

Essas mutações influenciaram as produções de subjetividades de modo que muitas mulheres passam a deslocar seu projeto de casamento para o sonho da autonomia, seja financeira ou sobre sua vida, seu corpo. Diante dessas mudanças os projetos de felicidade das Irmãs também sofre um deslocamento, elas deixam de se dedicar as moças e a pedagogia do casamento para atuar no trabalho assistencialista na cidade. Ou seja, o projeto sagrado da Congregação deixa de ser direcionado às mulheres (o casamento) e passa a ser direcionado a outros corpos frágeis da cidade os pobres. As Irmãs deixam de contribuir na construção da identidade de rainha do lar para agirem como as “redentoras da rua”, das comunidades. Nesse sentido, temos uma nova sincronia entre o projeto sagrado da Igreja, o projeto de felicidade das Irmãs e o projeto de cidade, que deveria resultar num cenário urbano “controlável” e civilizado como esperava o Regime Militar.

Concluimos que o que se colocou como particular diante de nossa pesquisa foi o modo como cada uma dessas mulheres conseguiu interagir com o contexto sociocultural no qual estavam inseridas, como se permitiram afetar e ser afetadas por seus sonhos, seus desejos. Como executaram seus projetos de felicidade. Entre as três entrevistadas, temos Marilene que desde que casou se dedicou ao lar, filhos e esposo. Em sua casa ancorou seu projeto de felicidade, e sente-se realizada por isso. Já Eliete e Carminha vivenciaram a experiência de se preparar para o casamento, casaram e tiveram filhos, mas depois ressignificaram seu projeto de felicidade, do casamento para a formação

superior e o trabalho remunerado. Viveram entre essas duas esferas encarando os conflitos e as dificuldades apresentadas.

Essas mulheres tiveram seus corpos marcados pela pedagogia sagrada que investiu na produção e internalização de subjetividades e sensibilidades em torno do ser mulher, esposa, mãe, ser requintada e civilizada. Nesse contexto, foram influenciadas pelos editoriais femininos como o Anuário das Senhoras e o cinema norte-americano que simbolizava o sonho, a fantasia. Esses veículos atuaram em consonância com o projeto de cidade, o projeto sagrado de restaurar e salvar os corpos frágeis e o desejo das noivinhas de se tornarem Senhoras, ou seja, mulheres casadas na urbes campinense.

O emprego da categoria de gênero nos permitiu refletir sobre a maneira como “as relações entre homens e mulheres [...] em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero” (PEDRO, 2005, p.88). Investigando a tessitura dos processos de diferenciações sócio-culturais, educacionais e de gênero que (des) referencializa a crença no “sujeito universal”, homogêneo (LOURO 1997). Compreendendo que a construção do gênero e da sexualidade ocorre por toda a vida do indivíduo, onde diversas instâncias sociais e culturais como a Escola, a Família, a Igreja, o Cinema, a Mídia, atuam operacionalizando seus discursos, aplicando suas pedagogias e práticas na produção de identidades e subjetividades.

Enfatizando que Campina Grande não era vista do mesmo modo por todos os seus cidadãos, cada um enxergava a cidade mediante suas aspirações, assim esse espaço urbano poderia ser a “Cidade do progresso e civilização para certos olhares, cidade do capital e dos conflitos sociais para uns, cidade do espetáculo para outros, e ainda cidade disciplinar” (SOUSA, 2006. p. 11). Cada qual investiu no seu projeto de Feli(cidade) e assim promoveram intervenções no cenário urbano de Campina Grande dos anos de 1950/60.

Não pretendemos apresentar essa pesquisa como um trabalho acabado, ela é o nosso olhar sobre as experiências das mulheres do Instituto Pax mediante a pedagogia do casamento, enquanto um instrumento de produção de representações e subjetividades para o feminino nas décadas de 1950/60 em Campina Grande. Claro que essa pesquisa pode levar a novas buscas, problematizações e questionamentos por parte de outros pesquisadores. Essa é a nossa contribuição para a historiografia local, tendo em vista que esta ainda é uma discussão incipiente.



JUBILEU DE PRATA DO  
INSTITUTO DAS MISSIONARIAS  
DE JESUS CRUCIFICADO

Missionárias de  
Jesus Crucificado  
Elenco 2013 - 2018  
EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL

Boletim dos  
Departamentos das  
Missionárias de  
JESUS Crucificado



# Referências

AGRA DO Ó, Alarcon. **Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de Cidades – Campina Grande: EDUFCG, 2006.**

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AMARAL Jr, José Carlos do. **Educação para Mulheres: análise histórica dos ensinamentos de Economia Doméstica no Brasil.** Revista HISTERDBR on-line, nº 52. Campinas: set 2013, p.275-285. ISSN: 1676-2584. Disponível em <http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/5358>. Acesso em 30 setembro 2014.

AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930).** Rev. Bras. Hist. [online]. 2012, vol.32, n.63, pp. 143-170. ISSN 1806-9347.

AZEVEDO, Thales de. **Igreja e Estado em tensão e crise.** São Paulo: Ática, 1978.

BASTOS, Maria Helena C.; GARCIA, Tania E. M.. **Leituras de Formação – Noções de Vida Doméstica (1879):** Felix Ferreira traduzindo Mme Hippeau para a Educação das Mulheres brasileiras. História da Educação, Pelotas, v.3, n.5, p.72-92, 1999.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos – 3ed.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Unesp, 1992.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens.** Campina Grande, UFCG, 2009

CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. Campina Grande De(fl)vorada por Forasteiros: passagem de Campina patriarcal a Campina burguesa. In: Eliete Gurjão de Queiroz – **Imagens Multifacetadas de Campina Grande;** Campina Grande;PMCG;2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 19.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CODINA, Victor. Para compreender a Eclesiologia a partir da América Latina. São Paulo: Paulinas, 1993.

COHEN, Marleine. **A História da Felicidade: uma palavra singular com sentido plural.** – São Paulo: Saraiva, 2010.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** 5ª ed. - Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DE CARLI, Ana Mery Sehbe. **O corpo no cinema: variações do feminismo** – Caxias do Sul, RS: Educs, 2009.

DEL PRIORE. Mary. **História das Mulheres no Brasil** - São Paulo: Contexto. 1997

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura.** São Paulo: Editora da UNESP, 2005

FRAGO, Antonio Viñao e ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa.** Trad. Alfredo Veiga-Neto. 2ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

GIANNETTI, Eduardo. **Felicidade: diálogos sobre o bem estar na civilização** – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: 1993.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

KOSOY, Boris. **Fotografia e História.** 2ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

INSTITUTO DAS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO. **Jubileu de Prata do Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado.** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1953.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado**: Pedagogias da sexualidade. 2ª Edição. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 10ª ed. 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto: 2012.

MACHADO, Charliton J. S. Nunes, Maria L.S. (org.) **Educação e educadoras na Paraíba do século XX**: práticas, leituras e representações. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Vol.03.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral**: como fazer, como pensar. 2ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MELLO, José Batista de. **Evolução do Ensino na Paraíba**. Coleção arquivos Paraibanos - (dir.) Juarez Batista - João Pessoa: Imprensa Oficial, 1956.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, Ana Carla Menezes. **Economia Doméstica**: origem, desenvolvimento e campo de atuação profissional. VÉRTICES, CEFET. Campos dos Goytacazes, v.8, n.1/3, jan/dez 2006. Disponível em <http://portal.iff.edu.br/campus/reitoria/outros/essentia-editora/periodicos/vertices/numeros-publicados/jan-dez-2006.v.8,n.1/Revista%20v.8%20n.%201-3.pdf> [versão online].

OLIVEIRA, Thomas Bruno. **Imprensando o feio e dando passagem ao belo**: A Segunda Grande Transformação Urbana de Campina Grande-PB (1970-1980). Dissertação de Mestrado, 2014.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria de gênero na pesquisa histórica. História [versão online]. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98. ISSN 1980-4369.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. trad. Viviane Ribeiro – Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_ **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 2ª ed. tradução Denise Bottmann. Editora Paz e Terra, 1ª ed. 1988

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. *Rev. Bras. Hist.* [versão online]. 2007, vol.27, n.53, pp. 11-23

\_\_\_\_\_ Sensibilidades: escritas e leitura da alma. In: PESAVENTO, S.J. e LANGUE, Frédérique. **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed. 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto:2012.

\_\_\_\_\_ **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des) encantos modernos**: histórias da Cidade do Recife na década de vinte. Recife: Governo do Estado, Secretaria de Cultura/Fundarpe, 1997.

RODRIGUES, José Edmilson. OLIVEIRA, Thomas Bruno. BRITO, Wanderley de. Memorial da Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande: 89 anos de história. Campina Grande: Epigraf, 2015.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo. Estação Liberdade, 1989

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres Educadas e a educação das mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil** – 1 ed.- São Paulo: Contexto, 2013.

ROSENDHAL, Zeny. **Espaço e religião**: uma abordagem geográfica. 2.ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. Coleção Geografia Cultural.



SÁ, Marisa Braga de. A paisagem recriada: um olhar sobre a cidade de Campina Grande. In: Eliete Gurjão de Queiroz – **Imagens Multifacetadas de Campina Grande**; Campina Grande; PMCG;2000.

SCHUMAHER, Schuma e BRASIL, Érico Vital (orgs.) **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

SCOTT, Joan W. **História das Mulheres**. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**. Novas Perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992

\_\_\_\_\_ **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade: Porto Alegre, 1990.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. Trad. Marcos Aarão Reis – Rio de Janeiro: BestBolso, 2008

SILVA, Keila Queiroz. **Entre as normas e os desejos**: as mutações do feminino e do masculino em 50, 60 e 70 na Paraíba. Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3.ed – Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: FLAMARION, Ciro e VAINFAS, Ronaldo, org. **Domínios da História - Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, Fábio G.R.B. de. Territórios de confrontos: Campina Grande 1920-1945. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos**: Sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965). Tese de doutoramento. Recife: UFPE, 2002.

\_\_\_\_\_ Construindo a cidade com tijolos discursivos Campina Grande-PB (1945-1965). In: IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, São Paulo: 2006. Disponível em [http:// unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/1149/1124](http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/1149/1124).

STAMATTO, M. I. S. Um olhar na História: a mulher na escola (Brasil:1549-1910). In: **História e Memória da educação Brasileira**, 2002, Natal. II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>>.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da Memória**: temporalidade, experiências e narração. Passo Fundo: UPF, Caxias do Sul: EDUSC, 2004.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. IN: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

TENDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiências e narração. Passo Fundo:UPF; Caxias do Sul: EDUSC, 2004.

UCHÔA, Boulanger de **A História Eclesiástica de Campina Grande**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

VIERA, Olga. Irmãs Negras Missionárias de Jesus Crucificado: pedagogia religiosa e política institucional. In: Oliveira, Iolanda. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (org.). **Negro e educação**: escola, identidades, cultura e políticas públicas – São Paulo: Ação Educativa, ANPEd, 2005.

VIÑAO FRAGO, Antônio e ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Trad. Antonio Veiga Neto – Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

## **ENTREVISTAS CONCEDIDAS A AUTORA**

CARVALHO, Neuza. Campina Grande, 29 de agosto de 2015.

COUTINHO, Maria do Carmo. Campina Grande, 29 de janeiro de 2014.

FERREIRA, Genilene de Lima. Campina Grande, 10 de dezembro de 2014

GOUVEIA, M<sup>a</sup> Helena da Cruz. Campina Grande, 04 de outubro de 2014.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. João Pessoa, 09 de agosto de 2014.

LOUREIRO, Roberto de Aguiar. Campina Grande, 06 de maio de 2014.

MOUREIRA, Letice Tavares. Campina Grande, 04 de outubro de 2014.

PESSOA, Marilene Miranda Cruz Carmello. João Pessoa, 09 de agosto de 2014.

## REVISTAS E JORNAIS

ANUÁRIO DAS SENHORAS. Rio de Janeiro: Ed. Sociedade Anônima “O Malho”.

Ano XIX – 1947

Ano XIX - 1952

Ano XXII – 1955

JORNAL DAS MOÇAS. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1914, p.3

JORNAL DAS SENHORAS. Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1852, p.107

## ATOS E DECRETOS- LEIS

BRASIL, **Decreto-Lei de 15 de Outubro de 1827** (Lei Geral da Educação no Brasil). Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm)>. Acesso em 10 setembro 2014.

\_\_\_\_\_ **Decreto 119-A de 07 de janeiro de 1890**. (Consagra a liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias). Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_/decreto/1851-1899/d119-a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_/decreto/1851-1899/d119-a.htm). Acesso em: 12 abril de 2015.

\_\_\_\_\_ **Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de Abril de 1942**. (Lei Orgânica do Ensino Secundário) Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 12 setembro 2014.

\_\_\_\_\_ **Decreto nº 1.331-A, 07 de fevereiro de 1854** (Reforma Couto Ferraz - do ensino primário e secundário do Município da Côrte)

PIO XI, **Encíclica Divini Illius Magistri**, 1929, versão online disponível em [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xi/encyclicals/documents/hf\\_pxi\\_enc\\_3121929\\_divini-illius-magistri\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_pxi_enc_3121929_divini-illius-magistri_po.html). Acesso em 12 set 2014.